CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CASO DOS MASSACRES DE EL MOZOTE E LUGARES VIZINHOS *VS.* EL SALVADOR

SENTENÇA DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

(Mérito, Reparações e Custas)

No caso *dos Massacres de El Mozote e lugares vizinhos*,

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante "a Corte Interamericana", "a Corte" ou "o Tribunal"), integrada pelos seguintes juízes:

Diego García-Sayán, Presidente;
Manuel E. Ventura Robles, Vice-Presidente;
Leonardo A. Franco, Juiz;
Margarette May Macaulay, Juíza;
Rhadys Abreu Blondet, Juíza;
Alberto Pérez Pérez, Juiz, e
Eduardo Vio Grossi, Juiz;

presentes, ademais,

Pablo Saavedra Alessandri, Secretário, e
Emilia Segares Rodríguez, Secretária Adjunta,

de acordo com os artigos 62.3 e 63.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (doravante também "a Convenção Americana" ou "a Convenção") e com os artigos 31, 32, 65 e 67 do Regulamento da Corte[*] (doravante também "o Regulamento"), profere a presente Sentença, que se estrutura na seguinte ordem:

[*] Regulamento da Corte aprovado pelo Tribunal em seu LXXXV Período Ordinário de Sessões, celebrado de 16 a 28 de novembro de 2009.

Sumário

	Parágrafo
I INTRODUÇÃO DA CAUSA E OBJETO DA CONTROVÉRSIA	1
II PROCEDIMENTO PERANTE A CORTE	6
III RECONHECIMENTO DOS FATOS CONTIDOS NO RELATÓRIO DE MÉRITO DA COMISSÃO INTERAMERICANA	17
IV COMPETÊNCIA	29
V PROVA	31
A. Prova documental, testemunhal e pericial	32
B. Admissibilidade da prova	33
VI CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	42
A. Determinação das supostas vítimas	42
B. Violações de direitos humanos alegadas pelos representantes	58
VII DIREITOS À VIDA, À INTEGRIDADE PESSOAL, À LIBERDADE PESSOAL, À VIDA PRIVADA, ÀS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA, À PROPRIEDADE PRIVADA, E DE CIRCULAÇÃO E DE RESIDÊNCIA, EM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES DE RESPEITAR E GARANTIR OS DIREITOS	61
A. Os fatos do presente caso	62
1) O conflito armado em El Salvador	62
2) Os operações de terra arrasada e a criação dos Batalhões de Infantaria de Reação Imediata	67
3) Os massacres de El Mozote e lugares vizinhos	73
a) Antecedentes	80
b) A "Operación Rescate" ou "Yunque y Martillo" realizada pelo Batalhão de Infantaria de Reação Imediata "Atlacatl"	83
c) O massacre no povoado de El Mozote	87
d) O massacre no cantão La Joya	98
e) O massacre no povoado de Ranchería	106
f) O massacre no povoado de Los Toriles	110
g) O massacre no povoado de Jocote Amarillo	113
h) O massacre no cantão Cerro Pando e em uma gruta de Cerro Ortiz	117
4) Os deslocamentos internos e internacionais	122
B. Argumentos da Comissão e alegações das partes	128
C. Considerações da Corte	141
1) As violações de direitos humanos alegadas em detrimento das pessoas executadas	142
2) As violações de direitos humanos alegadas em detrimento das pessoas sobreviventes	169
3) As violações de direitos humanos alegadas em detrimento dos familiares das pessoas executadas	197
4) Conclusão	203

VIII DIREITOS ÀS GARANTIAS JUDICIAIS, À PROTEÇÃO JUDICIAL E À LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE EXPRESSÃO EM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES DE RESPEITAR E GARANTIR OS DIREITOS E O DEVER DE ADOTAR DISPOSIÇÕES DE DIREITO INTERNO E ARTIGOS 1, 6 E 8 DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA E 7.b DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ 209

A. A investigação dos fatos do presente caso 210

1) Início das investigações e diligências realizadas 211

2) As exumações realizadas com o apoio de técnicos estrangeiros 230

B. A obrigação de investigar os fatos do presente caso 242

C. Dever de iniciar uma investigação *ex officio* 250

D. Falta de devida diligência na investigação penal 253

E. A Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz e sua aplicação ao presente caso 265

1) Os fatos relativos ao processo de paz e a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz 266

a) O conflito armado interno e o processo de negociações para a paz 266

b) A Lei de Reconciliação Nacional e a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz 274

c) A decisão de arquivamento do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera 276

d) Decisões da Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça 277

e) Pedidos de reabertura 279

2) Argumentos da Comissão e alegações das partes 281

3) Considerações da Corte 283

F. Direito a conhecer a verdade 297

G. Conclusão 299

IX REPARAÇÕES (Aplicação do artigo 63.1 da Convenção Americana) 302

A. Parte Lesada 306

B. Obrigação de investigar os fatos que geraram as violações e identificar, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis, assim como de localizar, identificar e entregar os restos das vítimas dos massacres a seus familiares 312

C. Medidas de restituição, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição 335

D. Indenização Compensatória 379

E. Custas e gastos 385

F. Reembolso dos gastos ao Fundo de Assistência Jurídica de Vítimas 394

G. Modalidade de cumprimento dos pagamentos ordenados 397

X PONTOS RESOLUTIVOS 403

I
INTRODUÇÃO DA CAUSA E OBJETO DA CONTROVÉRSIA

1. Em 8 de março de 2011, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "a Comissão Interamericana" ou "a Comissão") submeteu à jurisdição da Corte, de acordo com o disposto nos artigos 51 e 61 da Convenção Americana, o caso nº 10.720 contra a República de El Salvador (doravante também denominado "o Estado salvadorenho", "o Estado" ou "El Salvador"). A petição inicial foi apresentada perante a Comissão em 30 de outubro de 1990 pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador (OTLA). Em 5 de abril de 2000, os peticionários acreditaram o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) como co-peticionário para o caso. A Comissão declarou esta petição admissível por meio do Relatório de Admissibilidade nº 24/06 de 2 de março de 2006.[1] Em 3 de novembro de 2010, aprovou o Relatório de Mérito nº 177/10 (doravante denominado "Relatório de Mérito"), nos termos do artigo 50 da Convenção, no qual realizou uma série de recomendações ao Estado. Mediante comunicação de 8 de dezembro de 2010, o Estado foi notificado do referido relatório e lhe foi concedido um prazo de dois meses para informar sobre o cumprimento das recomendações da Comissão. Ante o descumprimento das recomendações por parte do Estado, a Comissão decidiu submeter o presente caso à jurisdição da Corte. A Comissão designou como delegados o então Comissário Paulo Sérgio Pinheiro e seu então Secretário Executivo Santiago A. Canton, e como assessoras jurídicas a Secretária Executiva Adjunta Elizabeth Abi-Mershed, e Isabel Madariaga e Silvia Serrano Guzmán, advogadas da Secretaria Executiva da Comissão.

2. O caso se refere aos alegados massacres sucessivos que teriam sido cometidos entre 11 e 13 de dezembro de 1981 no marco de uma operação militar do Batalhão Atlacatl, junto com outros órgãos militares, em sete localidades do norte do Departamento de Morazán, República de El Salvador, nas quais aproximadamente mil pessoas teriam perdido a vida, "incluindo um alarmante número de crianças", e também se refere à alegada investigação que teria sido iniciada em função destes fatos e o "arquivamento do processo, ordenado em 27 de setembro de 1993, com base na Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, que contin[uaria] vigente em El Salvador" e, finalmente, as alegadas exumações que teriam sido realizadas em anos posteriores, mas sem dar lugar à reativação das investigações, "apesar de reiterados pedidos feitos às autoridades correspondentes".

3. Segundo a Comissão, os alegados massacres do presente caso teriam ocorrido no período mais cruel das operações chamadas de "contrainsurgência", realizadas de maneira massiva contra civis pelo exército salvadorenho durante o conflito armado, sendo o caráter sistemático e generalizado deste tipo de ações, cuja finalidade teria sido semear o terror na população, o que permitiria concluir que os supostos massacres do presente caso constituiriam "uma das manifestações mais aberrantes dos crimes de lesa humanidade cometidos à época por parte da instituição militar salvadorenha". No entanto, devido à alegada vigência da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, assim como as reiteradas omissões por parte do Estado, estes graves fatos permaneceriam impunes.

4. Em seu Relatório de Mérito, a Comissão chegou à conclusão de que o Estado de El Salvador era responsável internacionalmente pela violação:

[1] Neste relatório, a Comissão declarou que o caso era admissível a respeito da suposta violação dos artigos 4, 5, 7, 8, 11, 19, 21 e 25 da Convenção Americana, em relação às obrigações estabelecidas nos artigos 1.1 e 2 do mesmo tratado.

- dos direitos à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, consagrados nos artigos 4, 5, 7 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas executadas extrajudicialmente;
- das obrigações especiais em relação às crianças, estabelecidas no artigo 19 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das crianças executadas extrajudicialmente;
- dos direitos à integridade pessoal e à vida privada, consagrados nos artigos 5 e 11 da Convenção Americana, em detrimento das mulheres violentadas sexualmente no povoado de El Mozote;
- do direito à propriedade privada, consagrado no artigo 21 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas executadas que foram despojadas de seus bens, assim como dos sobreviventes cujas casas foram destruídas ou tiveram seus meios de subsistência roubados ou eliminados;
- do direito à integridade pessoal, consagrado no artigo 5 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento dos sobreviventes e familiares das vítimas executadas;
- do direito à liberdade de circulação e de residência, consagrado no artigo 22 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das pessoas forçadamente deslocadas; e
- dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, consagrados nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em relação às obrigações estabelecidas nos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento; dos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura; e do artigo 7 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou "Convenção de Belém do Pará", em detrimento dos sobreviventes e familiares das vítimas executadas.

5. A Comissão submeteu à Corte Interamericana[2] as ações e omissões estatais ocorridas com posterioridade a 6 de junho de 1995, data do reconhecimento da competência contenciosa da Corte por parte de El Salvador, a saber, a vigência da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz de 20 de março de 1993; a omissão na reabertura das investigações; a ausência de esforços continuados e fundamentados para exumar a maior quantidade possível de restos mortais; a falta de acompanhamento judicial das exumações realizadas e da informação obtida no marco das mesmas; a ausência de resposta ante os pedidos de reabertura das investigações; os efeitos dos massacres e sua impunidade em relação aos familiares sobreviventes; a falta de reparação a favor dos mesmos; e a situação de deslocamento de algumas das supostas vítimas. O anterior, sem prejuízo de que o Estado de El Salvador aceitasse a competência da Corte para conhecer a totalidade do presente caso, de acordo com o estipulado no artigo 62.2 da Convenção Americana. Como consequência, a Comissão solicitou que se ordene ao Estado a adoção de determinadas medidas de reparação.

II
PROCEDIMENTO PERANTE A CORTE

6. Os representantes das supostas vítimas[3] (doravante "os representantes") e o Estado foram notificados da submissão do caso por parte da Comissão, respectivamente, em 14 e 15 de junho de 2011.

---

[2] De acordo com o artigo 35.3 do Regulamento da Corte, "[a] Comissão deverá indicar quais dos fatos contidos no relatório ao qual se refere o artigo 50 da Convenção submete à consideração da Corte".

[3] Mediante comunicações de 23 e 30 de maio de 2011, as organizações Escritório de Tutela Legal da Arquediocese (OTLA) e Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) manifestaram que, "efetivamente, […] representa[va]m as [supostas] vítimas do presente caso" e enviaram documentos de representação em resposta ao solicitado mediante nota da Secretaria da Corte de 3 de maio de 2011, na qual lhes solicitou que confirmassem

7. Em 12 de agosto de 2011 o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Escritório de Tutela Legal do Arcebispo de San Salvador (OTLA), em sua qualidade de representantes, enviaram seu escrito de petições, argumentos e provas (doravante "escrito de petições e argumentos"), nos termos dos artigos 25 e 40 do Regulamento. Os representantes solicitaram à Corte que declarasse que o Estado é responsável pela violação:

- dos direitos dos familiares das supostas vítimas e das supostas vítimas sobreviventes dos massacres à proteção judicial e às garantias judiciais, contidos nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana em concordância com o descumprimento de suas obrigações incluídas nos artigos 1.1 e 2 do mesmo tratado, nos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, e no artigo 7 da Convenção de Belém do Pará, em virtude da falta de investigação dos fatos dos massacres pela aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz e por haver incorrido em demora injustificada nas investigações;
- dos direitos das supostas vítimas dos massacres à integridade pessoal e à vida, contidos nos artigos 5 e 4 da Convenção Americana, em concordância com o descumprimento das obrigações incluídas no artigo 1.1 do mesmo tratado, pela falta de investigação das graves violações a direitos humanos cometidas neste caso;
- do direito à verdade das supostas vítimas deste caso, o qual está amparado conjuntamente pelos artigos 8, 13 e 25 da Convenção Americana, em relação à obrigação geral do artigo 1.1 do mesmo tratado, pela situação de impunidade em que permanecem os massacres de El Mozote e lugares vizinhos;
- do direito à integridade pessoal das supostas vítimas sobreviventes dos massacres e dos familiares das supostas vítimas assassinadas, protegido pelo artigo 5 da Convenção Americana, em concordância com o descumprimento das obrigações incluídas no artigo 1.1 do mesmo instrumento, pelo sofrimento causado pelas violações cometidas neste caso;
- do direito à propriedade, previsto no artigo 21 da Convenção Americana, em concordância com o descumprimento das obrigações incluídas no artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento de todas as supostas vítimas sobreviventes dos massacres; e
- dos direitos previstos nos artigos 11 e 22 da Convenção Americana, em concordância com o descumprimento das obrigações incluídas no artigo 1.1 do mesmo instrumento, em virtude do deslocamento das supostas vítimas, o qual continuou com posterioridade a 6 de junho de 1995.

Da mesma forma, solicitaram ao Tribunal que ordenasse ao Estado a adoção de diversas medidas de reparação e o pagamento de custas e gastos processuais.

8. Por outro lado, as supostas vítimas solicitaram, por intermédio de seus representantes, "que se determine procedente o pedido de assistência jurídica neste caso para cobrir alguns gastos concretos relacionados com a produção de prova durante o processo perante a Corte", dado que "não c[ontavam] com recursos econômicos para fazer frente a este processo". A este respeito, por meio da Resolução de 1º de dezembro de

---

se efetivamente representavam as supostas vítimas deste caso, em cujo suposto deveriam acreditar esta representação por meio de procurações ou de outros documentos que dispusessem uma manifestação clara da vontade das supostas vítimas de ser representadas por membros destas organizações. Em função da declaração das referidas organizações de "que há algum tempo [se] encontra[vam] em um processo contínuo de depuração das listas das [supostas] vítimas deslocadas e dos familiares das [supostas] vítimas assassinadas", o Presidente da Corte solicitou, deste modo, aos representantes que informassem oportunamente se representariam outras pessoas durante este processo. Os representantes também apresentaram "listas atualizadas" de supostas vítimas. Quanto às "listas atualizadas" de supostas vítimas apresentadas pelos representantes, sem que isto lhes houvesse sido solicitado, em razão do disposto no artigo 35, inciso 2, do Regulamento, foi comunicado aos representantes que esta informação seria colocada em conhecimento da Corte para os efeitos pertinentes.

2011,[4] o Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante "o Presidente da Corte" ou "o Presidente"), em exercício da faculdade que lhe concede o artigo 3 do Regulamento da Corte sobre o Funcionamento do Fundo de Assistência Jurídica[5] (doravante "o Regulamento do Fundo de Assistência Jurídica"), declarou procedente o pedido realizado pelas supostas vítimas por meio de seus representantes e concedeu a assistência econômica necessária para a apresentação de no máximo quatro declarações, sendo que o destino e objeto específicos desta assistência seriam precisados no momento de decidir sobre a produção de prova pericial e testemunhal e a abertura do procedimento oral.

9. Em 26 de dezembro de 2011, o Estado apresentou seu escrito de contestação à submissão do caso e ao escrito de petições, argumentos e provas (doravante "escrito de contestação"). Em sua contestação, El Salvador reconheceu e aceitou "os fatos alegados na demanda apresentada pela […] Comissão, […] os quais foram considerados como fatos provados em seu Relatório de Mérito", assim como os fatos mencionados no escrito de petições, argumentos e provas remetido pelos representantes das supostas vítimas, apesar de ter apresentado observações sobre a perda de propriedades e o deslocamento das supostas vítimas sobreviventes. Do mesmo modo, declarou unilateralmente que "a limitação de competência –erroneamente denominada 'reserva'– contida no inciso II da declaração escrita de 6 de junho de 1995, não é oponível nem operativa dentro do presente caso". Em virtude desta declaração de reconhecimento, o Estado salvadorenho manifestou que renunciava à possibilidade de opor exceções preliminares conforme o previsto no artigo 42 do Regulamento. Da mesma forma, o Estado não ofereceu declarantes nem peritos, segundo o previsto no artigo 41.1, incisos b e c do Regulamento.

10. Em 10 de fevereiro de 2012, os representantes e a Comissão apresentaram suas respectivas observações sobre o reconhecimento efetuado pelo Estado salvadorenho.

11. Após a apresentação dos escritos principais (pars. 1, 7 e 9 *supra*), o Presidente da Corte ordenou, mediante Resolução de 22 de março de 2012,[6] que fossem recebidas as declarações oferecidas perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) de oito declarantes, todos propostos pelos representantes, assim como os pareceres periciais de três peritos, um proposto pela Comissão e dois propostos pelos representantes. O Estado não ofereceu declarantes nem peritos. Os representantes, o Estado e a Comissão tiveram oportunidade de formular perguntas aos declarantes e aos peritos, previamente à realização das declarações e perícias perante agente dotado de fé pública, assim como de apresentar observações sobre os mesmos. Apenas a Comissão encaminhou perguntas.[7] Em 18 de abril de 2012, os representantes e a Comissão remeteram as declarações oferecidas perante agente dotado de fé pública.

---

[4] Ver *Caso dos Massacres de El Mozote e lugares vizinhos Vs. El Salvador*. Fundo de Assistência Legal de Vítimas. Resolução do Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 1º de dezembro de 2011, par. 34. Disponível em: http://corteidh.or.cr/docs/mérito_victimas/mozote_fv_11.pdf.

[5] Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Funcionamento do Fundo de Assistência Legal de Vítimas, aprovado pelo Tribunal em 4 de fevereiro de 2010 e em vigor a partir de 1º de junho de 2010.

[6] *Cf. Caso dos Massacres de El Mozote e lugares vizinhos Vs. El Salvador*. Convocatória à Audiência Pública. Resolução do Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 22 de março de 2012. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/assuntos/elmozote_%2022_03_12.pdf.

[7] Em aplicação do previsto no artigo 50.5 do Regulamento da Corte e de acordo com a Resolução do Presidente de 22 de março de 2012 (Considerandos 27 a 31 e Ponto Resolutivo segundo), em 30 de março de 2012, a Comissão apresentou uma lista de perguntas para os peritos Luis Fondebrider, Silvana Turner e Mercedes C. Doretti. Por sua vez, os representantes e o Estado indicaram que não tinham perguntas a formular.

12. Do mesmo modo, o Presidente convocou as partes e a Comissão a uma audiência pública para receber suas alegações finais e observações finais orais, respectivamente, sobre o mérito e eventuais reparações e custas, assim como três declarações e dois pareceres periciais, todos propostos pelos representantes. Por último, o Presidente ordenou que a assistência econômica do Fundo de Assistência Jurídica (par. 8 *supra)* fosse designada para cobrir os gastos de viagem e estadia necessários para que as três declarantes e uma perita comparecessem perante o Tribunal e pudessem prestar suas declarações e perícia, respectivamente, na referida audiência pública.

13. A audiência pública foi celebrada em 23 de abril de 2012, durante o 45º Período Extraordinário de Sessões da Corte, realizado na cidade de Guayaquil, República do Equador.[8]

14. Em 23 de maio de 2012, os representantes e o Estado enviaram suas alegações finais escritas e a Comissão Interamericana apresentou suas observações finais escritas no presente caso. Foi concedida a oportunidade para que as partes e a Comissão realizassem as observações que estimassem pertinentes sobre os anexos a estes escritos. Os representantes apresentaram observações em 21 de junho de 2012, a Comissão indicou que não tinha observações e o Estado não apresentou observações no prazo concedido para tanto.

15. Em 13 de julho de 2012, informou-se ao Estado de El Salvador, seguindo instruções do Presidente da Corte e de acordo com o artigo 5 do Regulamento do Fundo de Assistência Jurídica, sobre os gastos realizados em aplicação deste Fundo. O Estado apresentou suas observações a respeito em 20 de julho de 2012.

16. A Corte recebeu escritos em qualidade de *amicus curiae* apresentados pelo senhor Oscar Humberto Luna, Procurador para a Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador,[9] e pelo senhor Ezequiel Heffes.[10]

III
RECONHECIMENTO DOS FATOS CONTIDOS NO RELATÓRIO DE MÉRITO DA COMISSÃO INTERAMERICANA

17. O Estado, levando em conta o expressado pelo Presidente da República de El Salvador em 16 de janeiro de 2010, na ocasião do ato de comemoração do 18° Aniversário da Assinatura dos Acordos de Paz em El Salvador, reconheceu e aceitou "os fatos alegados na demanda apresentada pela […] Comissão Interamericana […] no presente caso e que foram considerados como fatos provados em seu Relatório de Mérito 177/10". Ademais, aceitou os fatos mencionados no escrito de petições e argumentos dos representantes, "especificamente os descritos na seção C do capítulo II deste escrito autônomo, referentes às exumações que foram promovidas entre os anos 2000 a 2004, ao pedido de reabertura

[8] A esta audiência compareceram: a) pela Comissão Interamericana: as senhoras Rosa María Ortiz, Comissária, Elizabeth Abi-Mershed, Secretária Executiva Adjunta, assim como Silvia Serrano Guzmán, Isabel Madariaga e Karla I. Quintana Osuna, Advogadas Especialistas da Secretaria Executiva; b) pelos representantes: os senhores Wilfredo Medrano e Ovidio Mauricio González, do OTLA, assim como as senhoras Gisela De León e Marcela Martino, do CEJIL, e c) pelo Estado: os senhores Embaixador Sebastián Vaquerano López, Agente assistente; David Ernesto Morales Cruz, Diretor Geral de Direitos Humanos da Chancelaria; David Amilcar Mena Rodríguez, Coordenador da Unidade de Diálogo Social da Secretaria Técnica da Presidência; Josué Samuel Hernández, Subdiretor Geral de Estatísticas e Censos, e Gloria Evelyn Martínez Ramos, Técnica da Direção Geral de Direitos Humanos da Chancelaria.

[9] Escrito de 20 de abril de 2012, apresentado em 4 de maio de 2012.

[10] Escrito sem data, apresentado em 7 de maio de 2012.

do caso no âmbito interno apresentado no ano 2006 pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese e ao sofrimento das vítimas sobreviventes e de seus familiares". Em relação ao ponto 4 da seção C do escrito de petições e argumentos, relacionado à perda de propriedades e ao deslocamento das supostas vítimas sobreviventes, o Estado apenas reconheceu "os fatos que procedem de testemunhos fidedignos de vítimas sobreviventes, assim como os descritos em relatórios oficiais [da] Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de Órgãos Internacionais de Proteção que tenham integrado ou ainda integrem o sistema da Organização das Nações Unidas, assim como os contidos no relatório da Comissão da Verdade da mesma Organização das Nações Unidas, criada em virtude dos Acordos de Paz de El Salvador". O Estado não se pronunciou explicitamente sobre as alegadas violações de direitos incluídas nos escritos da Comissão e dos representantes. De igual modo, o Estado não apresentou observações sobre as listas com a identificação "das vítimas executadas extrajudicialmente", "dos sobreviventes e de familiares das vítimas executadas" e "das vítimas forçadamente deslocadas", apresentados pela Comissão e pelos representantes.

18. Com respeito às reparações, o Estado reconheceu tanto "sua obrigação de investigar os fatos denunciados, processar através de um julgamento justo e, se for o caso, punir os responsáveis pelos fatos apresentados na demanda" como "sua obrigação de adequar sua legislação interna conforme o disposto pelo [a]rtigo 2, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana". Ademais, o Estado expressou sua disposição em impulsionar as medidas de reparação recomendadas pela Comissão em seu Relatório de Mérito 177/10. Durante a audiência pública e em suas alegações finais, o Estado expressou sua disposição de aceitar e realizar, no prazo razoável que por sua natureza seja requerido: a) a plena identificação das vítimas dos massacres, tanto das pessoas executadas como das sobreviventes, assim como de seus familiares e das pessoas que sofreram deslocamentos forçados; b) a continuidade dos trabalhos de exumação das vítimas que ainda se encontrem pendentes; c) o reconhecimento público de responsabilidade, "medida que já haveria sido realizada"; d) a publicação das partes relevantes da sentença que emita a Corte; e) a criação de espaços para reconhecer a dignidade das vítimas e recordá-las; f) a produção e difusão de um documentário audiovisual; g) a designação de um dia nacional das vítimas dos massacres; h) o oferecimento de serviços de saúde médica e de atenção psicossocial às vítimas; i) a criação de condições para o retorno das pessoas que ainda permanecem deslocadas, e j) o impulso de um programa de desenvolvimento social em benefício das vítimas deste caso. Quanto aos pedidos de reparações relacionadas com o fim das "homenagens aos responsáveis do massacre", o Estado apresentou certas considerações e expressou sua disposição de atender o que a Corte dispuser a respeito. Em relação às custas e gastos solicitados pelos representantes, assinalou que "o montante […] excede o padrão de precedentes estabelecidos pe[la] Corte".

19. Em 16 de janeiro de 2012, com ocasião do 20º Aniversário da assinatura dos Acordos de Paz, o Presidente de El Salvador, senhor Mauricio Funes, pronunciou um discurso em El Mozote, no qual manifestou, entre outros:

> Como Chefe de Estado, […] reconheço que nos cantões El Mozote, El Pinalito, Ranchería, Los Toriles, Jocote Amarillo, Cerro Pando, La Joya e Cerro Ortiz, nos dias e noites de 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 1981, tropas do Batalhão de Infantaria de Reação Imediata Atlacatl, das Forças Armadas de El Salvador, assassinaram cerca de mil pessoas, a maioria crianças. Aqui foram cometidos inúmeros atos de barbárie e violações aos direitos humanos: torturou-se, executaram-se inocentes; mulheres e crianças sofreram abusos sexuais, centenas de salvadorenhos e salvadorenhas hoje formam parte de uma longa lista de desaparecidos, enquanto outros e outras tiveram de emigrar e perder tudo para salvar suas vidas […]. Por esse massacre, pelas aberrantes violações aos direitos humanos e pelos abusos perpetrados, em nome do

> Estado salvadorenho […] peço perdão às famílias das vítimas e às comunidades vizinhas. Peço perdão às mães, aos pais, filhos, filhas, irmãos, irmãs que não sabem até o dia de hoje o paradeiro de seus entes queridos. Peço perdão ao povo salvadorenho que foi vítima deste tipo de violência atroz e inaceitável. Este pedido de perdão, que não pretende borrar a dor, é um ato de reconhecimento e de dignificação das vítimas desta tragédia. […] é expressão de nosso compromisso de ressarcir moral e materialmente, na medida em que os cofres do Estado o permitam, aos familiares das vítimas. [E] é também, um ato de responsabilidade perante o povo salvadorenho e perante a história, porque na medida em que se reconhece a verdade e se atua com justiça, constroem-se as bases da paz e da convivência.

20. Deve-se destacar que, em forma concordante, no transcurso da audiência pública o Estado expressou "seu profundo pesar pelos deploráveis atos perpetrados por oficiais e membros das Forças Armadas de El Salvador, sobretudo do Batalhão de Infantaria Atlacatl, que, em dezembro de 1981, realizaram o extermínio da população civil nos povoados e cantões de El Mozote, Ranchería, Los Toriles, Cerro Pando, La Joya, Jocote Amarillo, El Pinalito, Cerro Ortiz, entre outros sítios, como o povoado de Arambala". Assim mesmo, reconheceu o conteúdo dos depoimentos das senhoras María Dorila Márquez de Márquez, María del Rosario López Sánchez e María Margarita Chica Márquez como a verdade sobre o ocorrido, pessoas a quem junto com seus familiares pediu perdão "pelo dano imensurável que tais agentes estatais perpetraram, com tão infinita crueldade", fazendo este pedido de perdão estatal extensivo às vítimas e familiares sobreviventes destes massacres. Ademais, o Estado apresentou, entre outros documentos, um "[s]uplemento sobre os 20 anos da assinatura dos Acordos de Paz em El Salvador, contendo uma lista de [936] vítimas dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, cuja fonte é a mesma Comunidade de El Mozote".

21. A Comissão expressou sua satisfação pelo reconhecimento de responsabilidade internacional efetuado pelo Estado e considerou que o mesmo tem um valor histórico da maior relevância devido à especial gravidade dos fatos do presente caso. A este respeito, considerou que "do conteúdo da contestação do Estado, decorre a aceitação da competência da Corte […] para conhecer o presente caso em sua totalidade, isto é, incluindo todos os fatos descritos no Relatório de Mérito 177/10 e reconhecidos como certos pelo Estado em sua resposta". Por outro lado, advertiu que ainda que o Estado reconheça os fatos e a responsabilidade internacional derivada dos mesmos, não incorpora um pronunciamento expresso sobre cada uma das violações à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, à Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Em razão do anterior e em função da necessidade de contribuir para a recuperação da memória histórica das vítimas executadas e ao efeito reparador do esclarecimento judicial dos fatos para os familiares, considerou necessário que a Corte efetue uma determinação pormenorizada dos fatos do caso e de suas consequências jurídicas de acordo com os instrumentos interamericanos aplicáveis. Ressaltou, ainda, a importância de que o Estado disponha de um mecanismo de identificação de vítimas executadas, familiares e sobreviventes, em coordenação e complementação às gestões já realizadas pelos representantes, "[d]evido a que as reparações se encontram estreitamente vinculadas com a identificação das vítimas".

22. Os representantes reconheceram a boa vontade do Estado ao realizar um reconhecimento de responsabilidade neste caso e apresentaram as seguintes observações a respeito: i) apesar de que o Estado declarou que entendia que a limitação apresentada no momento de aceitar a competência da Corte "não é oponível, nem operativa dentro do presente caso", não restou claro se aceitava que a Corte tem competência para pronunciar-se sobre todos os fatos do caso. Entretanto, em seu escrito de alegações finais consideraram que com base nas atitudes do Estado nas etapas processuais deste caso, a

Corte poderia pronunciar-se sobre todos os fatos e, em consequência, todas as alegadas violações; ii) em que pese o amplo reconhecimento dos fatos, "o Estado não se pronunci[ou] especificamente sobre as violações aos direitos humanos a respeito das quais aceita responsabilidade", e "[t]ampouco indica a quem reconhece como vítimas do caso"; iii) ainda que o Estado tenha se pronunciado favoravelmente sobre a implementação de algumas das medidas solicitadas, em alguns casos, "o fez apenas em relação a alguns aspectos destas e em outros sem especificar qual seria seu verdadeiro alcance", e iv) em relação aos fatos relativos aos deslocamentos forçados, destruição de bens e o contexto de violência no qual os mesmos ocorreram, consideraram que a informação contida no escrito de petições e argumentos, ainda que seja de caráter geral, deve ser tomada em conta pela Corte para avaliar como o deslocamento forçado afetou as vítimas dos massacres. Além disso, os representantes consideraram fundamental que a Corte emita uma sentença neste caso, na qual estabeleça os fatos e as violações que estes produziram, por seu caráter reparador, porque contribui à preservação da memória histórica, a evitar que se repitam fatos similares e a satisfazer os fins da jurisdição interamericana, o que é particularmente importante no presente caso, "no qual os fatos foram negados por anos pelas autoridades e cujos perpetradores ainda hoje em dia recebem tratamento de heróis". Ademais, apreciaram a disposição estatal em matéria de reparações. Indicaram também que o pronunciamento desta Corte "é fundamental para que o Estado […] cumpra com seu dever de adequar seu direito interno para eliminar os obstáculos que por anos impediram que as vítimas de graves violações aos direitos humanos durante o conflito armado recebam justiça".

23. De acordo com os artigos 62 e 64 do Regulamento[11] e em exercício de seus poderes de tutela judicial internacional de direitos humanos, questão de ordem pública internacional que transcende a vontade das partes, incumbe ao Tribunal zelar para que os atos de reconhecimento de responsabilidade resultem aceitáveis para os fins que busca cumprir o sistema interamericano. Nesta tarefa a Corte não se limita unicamente a constatar, registrar ou tomar nota do reconhecimento efetuado pelo Estado, ou a verificar as condições formais dos mencionados atos, mas os deve confrontar com a natureza e a gravidade das violações alegadas, as exigências e o interesse da justiça, as circunstâncias particulares do caso concreto e a atitude e posição das partes,[12] de maneira tal que possa precisar, tanto quanto for possível e no exercício de sua competência, a verdade sobre o ocorrido.[13]

24. A Corte observa que, ainda que o Estado tenha omitido especificar as violações que reconhecia, é clara sua disposição em aceitar os fatos contidos no Relatório de Mérito nos

---

[11] Os artigos 62 e 64 do Regulamento da Corte estabelecem:

Artigo 62. Reconhecimento

Se o demandado comunicar à Corte sua aceitação dos fatos ou seu acatamento total ou parcial das pretensões que constam na submissão do caso ou no escrito das supostas vítimas ou seus representantes, a Corte, ouvido o parecer dos demais intervenientes no processo, resolverá, no momento processual oportuno, sobre sua procedência e seus efeitos jurídicos.

Artigo 64. Prosseguimento do exame do caso
A Corte, levando em conta as responsabilidades que lhe cabem em matéria de proteção dos direitos humanos, poderá decidir pelo prosseguimento do exame do caso, mesmo em presença das situações indicadas nos artigos precedentes.

[12] *Cf. Caso Kimel Vs. Argentina*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 2 de maio de 2008. Série C Nº 177, par. 24, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 4 de setembro de 2012. Série C Nº 250, par. 22.

[13] *Cf. Caso Manuel Cepeda Vargas Vs. Colômbia*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 26 de maio de 2010. Série C Nº 213, par. 17, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 20.

termos em que o caso foi submetido perante a Corte, isto é, com a possibilidade expressa proposta pela Comissão de que o Estado reconhecesse "a competência da Corte para conhecer a totalidade do presente caso", o que de fato aconteceu (par. 9 *supra)*. Tomando em conta o anterior, o reconhecimento realizado pelo Estado representa para a Corte uma admissão da totalidade dos fatos que foram considerados como provados no Capítulo IV do Relatório de Mérito, os quais compreendem os fatos ocorridos a partir do ano 1980 e até o ano 2007, e que se desenvolvem nas seções denominadas "A. Contexto", "B. Os Massacres", "C. A investigação penal", "D. A decisão de arquivamento do processo e a aplicação da lei de anistia geral para a consolidação da paz", "E. Pedidos de reabertura do processo" e "F. Exumações posteriores à decisão do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco de Gotera de 27 de setembro de 1993". Ademais, o Estado aceitou os fatos incluídos no escrito de petições e argumentos dos representantes, especificamente aqueles desenvolvidos nas seções denominadas "a. As exumações promovidas entre 2000 e 2004" e "b. O pedido de reabertura apresentado em 2006", assim como o numeral identificado como "3. O sofrimento experimentado pelas vítimas sobreviventes e seus familiares consequência da impunidade em que permanecem os fatos".

25. Em relação aos fatos que se referem à alegada perda de propriedades e ao suposto deslocamento das supostas vítimas sobreviventes, o Estado aceitou aqueles contidos no Relatório de Mérito. Quanto aos fatos expostos no escrito dos representantes que permitam explicar, detalhar, esclarecer ou descartar os fatos que tenham sido mencionados no Relatório de Mérito,[14] a Corte estima que as alegações do Estado (par. 17 *supra)* se relacionam a uma questão de apreciação da prova. Deste modo, a Corte determinará o que corresponda a este respeito nos capítulos correspondentes, levando em conta as observações do Estado.

26. Em razão do anterior, a Corte considera que subsiste a controvérsia com respeito às consequências jurídicas dos fatos reconhecidos, em razão das alegadas violações dos artigos 4, 5, 7, 8, 11, 13, 19, 21, 22 e 25 da Convenção Americana, em relação às obrigações estabelecidas nos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento; dos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, e do artigo 7 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher,"Convenção de Belém do Pará", todos eles nos termos alegados pela Comissão e pelos representantes. Igualmente, subsiste a controvérsia a respeito da identificação das vítimas no presente caso e sobre o cumprimento da medida de reparação consistente no reconhecimento público da responsabilidade, o qual o Estado sustenta já ter sido concretizado. Finalmente, em relação às outras pretensões relativas às reparações, este Tribunal observa que ainda existe controvérsia sobre o alcance das mesmas e dos resultados invocados pelo Estado. Consequentemente, o Tribunal resolverá o pertinente.

27. Neste sentido, o reconhecimento efetuado pelo Estado constitui uma aceitação total dos fatos, o que produz plenos efeitos jurídicos de acordo com os artigos 62 e 64 do Regulamento da Corte, correspondendo a esta Corte determinar suas consequências jurídicas. Em consideração da gravidade dos fatos e das violações alegadas, a Corte procederá à determinação ampla e detalhada dos fatos ocorridos, toda vez que isso contribui à reparação das vítimas, a evitar que se repitam fatos similares e a satisfazer, em suma, os fins da jurisdição interamericana sobre direitos humanos,[15] e logo depois analisará

---

[14] *Cf. Caso Família Barrios Vs. Venezuela*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2011. Série C Nº 237, par. 33, e *Caso Diaz Peña Vs. Venezuela*. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 26 de junho de 2012. Série C Nº 244, par. 34.

[15] *Cf. Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 26 de novembro de 2008. Série C Nº 190, par. 26, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 28.

as violações alegadas pela Comissão e pelos representantes, assim como as correspondentes consequências quanto às reparações.

28. Este Tribunal ressalta o discurso pronunciado pelo Presidente da República de El Salvador em 16 de janeiro de 2012, assim como o pedido de perdão às vítimas sobreviventes e familiares destes massacres, os quais possuem um alto valor simbólico em aras de que não se repitam fatos similares. De igual forma, destaca o compromisso manifestado pelo Estado relativo a impulsionar as medidas de reparação necessárias em permanente diálogo com os representantes e de acordo com os critérios que estabeleça a Corte. Todas estas ações constituem uma contribuição positiva ao desenvolvimento deste processo, à vigência dos princípios que inspiram a Convenção[16] e, em parte, à satisfação das necessidades de reparação das vítimas de violações de direitos humanos.[17]

IV
COMPETÊNCIA

29. A Corte Interamericana é competente, nos termos do artigo 62.3 da Convenção para conhecer o presente caso, dado que El Salvador é Estado Parte da Convenção Americana desde 23 de junho de 1978 e reconheceu a competência contenciosa da Corte em 6 de junho de 1995. Ademais, El Salvador depositou os instrumentos de ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher "Convenção de Belém do Pará", respectivamente, em 5 de dezembro de 1994 e em 26 de janeiro de 1996.

30. Apesar de a declaração de reconhecimento de competência da Corte Interamericana incluir uma limitação temporal,[18] no presente caso o Estado de El Salvador, em atenção à aceitação dos fatos efetuada em seus escritos de contestação à submissão do caso e de observações ao escrito de petições e argumentos, o que foi reiterado em suas alegações finais tanto orais como escritas, declarou unilateralmente que "a limitação de competência – erroneamente denominada 'reserva'– contida no inciso II da declaração escrita de 6 de junho de 1995 não é oponível nem operativa dentro do presente caso". Igualmente, o Estado expressou que "aceita a competência desta […] Corte para se pronunciar sobre os fatos que foram reconhecidos". Em consequência, a Corte entende que El Salvador reconheceu sua competência contenciosa para que examine todos os fatos ocorridos com posterioridade à ratificação da Convenção Americana mas com anterioridade à sua aceitação

---

16 *Cf. Caso do Caracazo Vs. Venezuela. Mérito*. Sentença de 11 de novembro de 1999. Série C Nº 58, par. 43, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de agosto de 2011. Série C Nº 232, par. 26.

17 *Cf. Caso Manuel Cepeda Vargas Vs. Colômbia*, par. 18, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 28.

18 O instrumento por meio do qual El Salvador reconheceu a competência contenciosa da Corte inclui uma limitação temporal a respeito dos casos que poderiam ser submetidos ao conhecimento do Tribunal, nos seguintes termos:

O Governo de El Salvador reconhece como obrigatória de pleno direito e sem Convenção especial, a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de acordo com o disposto no Artigo 62 da Convenção Americana [sobre] Direitos Humanos, o "Pacto de San José".

O Governo de El Salvador, ao reconhecer tal competência, faz constar que sua aceitação dá-se por prazo indeterminado, sob condição de reciprocidade e com a reserva de que os casos em que se reconhece a competência compreendem única ou exclusivamente fatos ou atos jurídicos posteriores ou fatos ou atos jurídicos cujo princípio de execução sejam posteriores à data do depósito desta Declaração de Aceitação, […].

Cf. Texto da declaração de reconhecimento de competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, apresentada ao Secretário Geral da OEA em 6 de junho de 1995.

da competência contenciosa, ainda quando aqueles fatos não constituam violações de caráter continuado ou permanente, e para que se pronuncie sobre as violações que se configurem neste caso e suas consequências, de modo tal que desistiu expressamente de qualquer limitação temporal ao exercício da competência da Corte. Isto é, em todas as etapas processuais perante o Tribunal houve uma clara manifestação de vontade do Estado de reconhecer todos os fatos ocorridos e de conceder expressamente competência para que a Corte julgue o presente caso em sua inteira dimensão. A Corte aprecia positivamente a declaração feita pelo Estado para este caso específico. Portanto, o Tribunal tem plena competência para conhecer todos os fatos contidos no Relatório de Mérito 177/10, de maneira que passará a decidir sobre o mérito e as eventuais reparações no presente caso.

V
PROVA

31. Com base no estabelecido nos artigos 46, 49, 50 e 57.1 do Regulamento, assim como em sua jurisprudência relativa à prova e sua apreciação,[19] a Corte examinará os elementos probatórios documentais apresentados pelas partes em diversas oportunidades processuais, as declarações oferecidas mediante *affidavit* e as recebidas em audiência pública perante a Corte, assim como as provas para melhor resolver solicitadas pelo Tribunal. Para isso, o Tribunal ater-se-á aos princípios da crítica sã, dentro do marco normativo correspondente.[20]

A. Prova documental, testemunhal e pericial

32. O Tribunal recebeu diversos documentos apresentados como prova pela Comissão Interamericana, pelos representantes e pelo Estado, anexados a seus escritos principais (pars. 1, 7 e 9 *supra*). Igualmente, a Corte recebeu as declarações prestadas perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) de Juan Bautista Márquez Argueta, Sofía Romero Pereira, Sonia Tobar de Diaz, Antonia Guevara Diaz, Juan Antonio Pereira Vigil, Eduardo Concepción Argueta Márquez, Saturnino Argueta Claros e José Pablo Diaz Portillo.[21] De igual forma, recebeu os pareceres dos peritos Tal Linda Ileen Simmons e do padre David Scott Blanchard, assim como a perícia conjunta de Luis Bernardo Fondebrider, Silvana Turner e Mercedes C. Doretti. Quanto à prova oferecida em audiência pública, a Corte ouviu os testemunhos de María Dorila Márquez de Márquez, María del Rosario López Sánchez e María Margarita Chica Márquez,[22] assim como os pareceres dos peritos Salvador Eduardo Menéndez Leal e María Sol Yáñez De La Cruz.

B. Admissibilidade da prova

B.1) Admissibilidade da prova documental

---

[19] *Cf. Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) Vs. Guatemala. Reparações e Custas*. Sentença de 25 de maio de 2001. Série C Nº 76, par. 51, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 40.

[20] *Cf. Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) Vs. Guatemala*. *Mérito.* Sentença de 8 de março de 1998. Série C Nº 37, par. 76, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 40.

[21] De acordo com a certificação notarial de 19 de abril de 2012, constatou-se que estas declarações foram realizadas em 1º e 2 de abril de 2012. *Cf.* Expediente de mérito, tomo III, folha 1184.

[22] Em seu passaporte figura como María Margarita Chica de Argueta. *Cf.* expediente de mérito, tomo II, folha 1112.

33. No presente caso, como em outros, o Tribunal admite o valor probatório os documentos apresentados oportunamente pelas partes e pela Comissão, que não foram controvertidos nem objetados e cuja autenticidade não foi posta em dúvida.[23]

34. Mediante seu escrito de petições e argumentos, os representantes juntaram prova documental em idioma inglês, sem que fosse anexada a tradução ao espanhol. A este respeito, em 27 de setembro de 2011, informaram que "os mesmos foram apresentados em idioma inglês, porque são as únicas versões que se encontram disponíveis e não possuem conhecimento de que existam versões em espanhol destes documentos", portanto, solicitaram sua admissão. Em razão do anterior, o Tribunal resolveu ter por apresentada esta prova a fins de transmiti-la ao Estado e à Comissão. Dado que estes documentos não foram controvertidos nem objetados, a Corte os admite e os apreciará tomando em conta o conjunto do acervo probatório, as observações do Estado e as regras da crítica sã (par. 25 *supra* e par. 191 *infra)*.

35. Em relação às reportagens de imprensa, a Corte considera que poderão ser apreciadas quando reúnam fatos públicos e notórios ou declarações de funcionários do Estado, ou quando corroborem aspectos relacionados com o caso.[24] A Corte constatou que em alguns destes documentos não se pode identificar a data de publicação. Em consequência, o Tribunal decide admitir os documentos que estão completos ou que, ao menos, permitam constatar sua fonte e a data de publicação e os apreciará tomando em conta o conjunto do acervo probatório, as observações das partes e as regras da crítica sã.[25]

36. A respeito de alguns documentos indicados por meio de links eletrônicos, a Corte estabeleceu que, se uma parte proporciona ao menos o link eletrônico direto do documento citado como prova e seja possível acessá-lo, não se vê afetada a segurança jurídica nem o equilíbrio processual, pois é imediatamente localizável pela Corte e pelas outras partes.[26] Neste caso, não houve oposição ou observações das partes nem da Comissão sobre o conteúdo e autenticidade de tais documentos.

37. Em relação a artigos ou textos nos quais sejam mencionados fatos relativos a este caso, a Corte considera que são obras escritas que contêm declarações ou afirmações de seus autores para sua difusão pública. Nesse sentido, a apreciação de seus conteúdos não se encontra sujeita às formalidades requeridas para as provas testemunhais. No entanto, seu valor probatório dependerá de que corroborem ou se refiram a aspectos relacionados ao caso concreto.[27]

---

[23] *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*. Sentença de 29 de julho de 1988. Série C Nº 4, par.140, e *Caso Palma Mendoza e outros Vs. Equador. Exceção Preliminar e Mérito*. Sentença de 3 de setembro de 2012. Série C Nº 247, par. 23.

[24] *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito, par.* 146, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 3 de setembro de 2012. Série C Nº 248, par. 62.

[25] *Cf. Caso Radilla Pacheco Vs. México*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 23 de novembro de 2009. Série C Nº 209, par. 77, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 62.

[26] *Cf. Caso Escué Zapata Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C Nº 165, par. 26, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia, par.* 63.

[27] *Cf. Caso Radilla Pacheco Vs. México*, par. 72, e *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C Nº 219, par. 55.

38. No transcurso da audiência pública (par. 13 *supra)*, o Estado apresentou cópia de diversos documentos, os quais foram entregues aos representantes e à Comissão. Do mesmo modo, em suas alegações finais escritas o Estado apresentou um vídeo e cópias de um quadro e de fotografias. Os representantes e a Comissão contaram com a possibilidade de apresentar suas observações a respeito. Por considerá-los úteis para a resolução do presente caso e nos termos do artigo 57.2 do Regulamento, o Tribunal admite os elementos de prova aportados pelo Estado na medida em que se refiram a fatos acontecidos com posterioridade à apresentação do escrito de contestação à apresentação do caso e de observações às petições e argumentos dos representantes, e considerará, no que seja pertinente, a informação ali indicada tendo em conta o conjunto do acervo probatório, as observações das partes e as regras da crítica sã.

39. No que se refere aos documentos apresentados pelos representantes sobre custas e gastos aportados com as alegações finais escritas, o Tribunal apenas considerará aqueles que se refiram a novas custas e gastos que tenham sido realizados em função do procedimento perante esta Corte, isto é, aqueles realizados com posterioridade à apresentação do escrito de petições e argumentos.

B.2) Admissiblidade das declarações e dos pareceres periciais

40. A Corte estima pertinente admitir as declarações e pareceres prestados em audiência pública e mediante declarações realizadas perante agente dotado de fé pública, na medida em que se ajustem ao objeto definido pelo Presidente na Resolução que ordenou seu recebimento,[28] bem como ao objeto do presente caso, os quais serão apreciados no capítulo correspondente, em conjunto com os demais elementos do acervo probatório. Conforme a jurisprudência deste Tribunal, as declarações oferecidas pelas supostas vítimas não podem ser apreciadas isoladamente, mas dentro do conjunto das provas do processo, já que são úteis na medida em que podem proporcionar mais informação sobre as supostas violações e suas consequências.[29]

41. Juntamente com suas alegações finais escritas, os representantes enviaram por escrito uma ampliação da perícia de María Sol Yáñez de la Cruz, a qual foi solicitada pela Corte durante a audiência pública (par. 13 *supra)*. A este respeito, o Estado e a Comissão tiveram a possibilidade de apresentar suas observações sobre este documento, sem que fosse feita qualquer observação a respeito. Por considerá-la útil para a resolução do presente caso, o Tribunal também a incorpora, de acordo com o artigo 58 do Regulamento, e ela será apreciada no que seja pertinente, levando em conta o conjunto do acervo probatório e as regras da crítica sã.

VI
CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A. Determinação das supostas vítimas

42. Em seu escrito de submissão do caso, a Comissão afirmou que anexava, de acordo com o artigo 35 do Regulamento da Corte, o Relatório de Mérito nº 177/10 que incluía três anexos relativos à identificação das supostas vítimas que pôde realizar até o momento da

[28] Os objetos de todas estas declarações foram estabelecidos na Resolução do Presidente da Corte de 22 de março de 2012, pontos resolutivos primeiro e quinto, a qual pode ser consultada na página *web* da Corte no seguinte link: http://www.corteidh.or.cr/docs/assuntos/elmozote_%2022_03_12.pdf

[29] *Cf.* Caso *Loayza Tamayo Vs. Peru. Mérito*. Sentença de 17 de setembro de 1997. Série C Nº 33, par. 43, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 43.

aprovação do mencionado relatório, a saber: i) as vítimas executadas extrajudicialmente; ii) os sobreviventes e os familiares das vítimas executadas, e iii) as vítimas deslocadas forçadamente. Segundo a Comissão, no Relatório de Mérito 177/10 explicou as dificuldades que havia enfrentado para identificar as supostas vítimas do presente caso e precisou os critérios levados em consideração para sua identificação, com a finalidade de não excluir *a priori* desta qualificação a qualquer pessoa descrita como falecida nos massacres ou como familiar sobrevivente, "tendo em conta as características excepcionais do presente caso". Entretanto, esclareceu "que muitos dos dados sobre nome, idade, sexo ou vínculo familiar são aproximados e imprecisos", e que neste caso adotou "critérios flexíveis para a identificação das vítimas", sob o entendimento de que, como indicou em uma das recomendações do Relatório de Mérito, "corresponde ao Estado de El Salvador realizar a identificação completa das vítimas executadas […], assim como dos familiares das vítimas executadas, no marco da devida investigação que está obrigado a realizar".

43. Especificamente, no Relatório de Mérito a Comissão observou que no presente caso concorriam várias circunstâncias complexas que implicariam em sérias dificuldades para a identificação das supostas vítimas, tanto das pessoas falecidas como de seus familiares sobreviventes. A Comissão explicou que, a respeito das vítimas que teriam perdido a vida nos massacres, havia se baseado na lista do relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese publicado em 1992 e na lista aportada pelos peticionários em 24 de setembro de 2010. Sobre os familiares sobreviventes, assinalou que contava com os nomes de: i) as pessoas que teriam prestado declaração perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera no contexto do processo judicial; ii) algumas pessoas que teriam testemunhado perante a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) e outras autoridades no contexto das investigações prévias às exumações de 1992, 2000, 2001 e 2003, e iii) a lista parcial de 154 pessoas, aportada pelos peticionários mediante comunicação de 24 de setembro de 2010. No entanto, a Comissão observou que a quantidade de pessoas que teriam falecido nos massacres e dos familiares sobreviventes "pode superar o número de pessoas identificadas até o momento". Considerou que, em razão da dimensão e natureza das violações ocorridas no presente caso, as pessoas agregadas pelos representantes também deveriam ser consideradas como vítimas. Segundo a Comissão, o mesmo teria ocorrido com as vítimas de algumas violações a respeito das quais teria certeza de que ocorreram, mas por sua natureza e pela falta absoluta de atividade estatal durante mais de uma década para investigar o suscedido, não contaria com uma lista de pessoas individualizadas. Além disso, durante a audiência pública e em suas observações finais escritas, a Comissão reiterou as circunstâncias particulares que dificultaram uma identificação das vítimas e mencionou que o artigo 35.2 do Regulamento do Tribunal contempla a possibilidade de que a Comissão apresente uma explicação ante a impossibilidade de identificar a totalidade das vítimas em um caso, por exemplo, por tratar-se de violações de caráter massivo. Ressaltou, ademais, a importância de que o Estado disponha um mecanismo de identificação de vítimas executadas, familiares e sobreviventes, em coordenação e complementação das gestões já realizadas pelos representantes, "[d]evido às reparações estarem estreitamente vinculadas com a identificação das vítimas".

44. Por sua parte, mediante um escrito de 23 de maio de 2011, os representantes apresentaram procurações, assim como "listas atualizadas das vítimas do caso" (nota de rodapé 3 *supra*). Posteriormente, em seu escrito de petições e argumentos de 12 de agosto de 2011, apresentaram "listas de vítimas" atualizadas e se refiriram à aplicação, no presente caso, do artigo 35.2 do Regulamento da Corte. Além disso, em suas alegações finais de 23 de maio de 2012, enviaram novamente "listas atualizadas de vítimas" e solicitaram à Corte que tivesse uma abordagem flexível no que se refere à identificação das mesmas. A este respeito, indicaram que as ações e omissões do Estado neste caso teriam criado uma série de obstáculos que teriam tornado impossível a identificação de todas as

vítimas. Segundo os representantes, as únicas listas de vítimas que existem até o presente teriam sido elaboradas pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, entretanto, "trata[va]-se de uma sistematização que, por sua natureza, esta[va] aberta a novos agregados ou depurações", o que explicaria por que as listas que haviam apresentado perante a Corte diferiam parcialmente daquelas apresentadas pela Comissão como anexos a seu relatório de Mérito 177/10. Com base no exposto, solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado a identificação de todas as vítimas assassinadas e sobreviventes dos massacres e de seus familiares. Em razão do anterior, e sem prejuízo da consideração pela Corte das pessoas identificadas nas listas encaminhadas enquanto vítimas dos fatos, os representantes solicitaram à Corte que deixe aberta a possibilidade para que aquelas pessoas que venham a ser identificadas pelo Estado sejam incluídas como vítimas e, consequentemente, como beneficiárias das reparações.

45. Durante a audiência pública, a Corte solicitou à Comissão que, em primeiro lugar, esclarecesse se deveria entender que todas as mulheres que aparecem como vítimas de execução foram vítimas de violação sexual e, em segundo lugar, como se compatibilizaria o caso do desaparecimento forçado das crianças Ramírez Mejía, que são as vítimas de um caso anteriormente resolvido por este Tribunal, com a informação apresentada pela Comissão no presente caso na qual aparecem como vítimas de execução extrajudicial. Do mesmo modo, a Corte solicitou à Comissão e aos representantes, como primeiro ponto, que precisassem se os locais indicados nas listas de familiares e de sobreviventes se referem ao fato de que estes sobreviventes estarem em algum dos lugares onde ocorreram fatos dos massacres, de acordo ao estabelecido no Relatório de Mérito da Comissão e no escrito de petições e argumentos dos representantes e, como segundo punto, se haveria elementos de informação que pudessem precisar a identidade das pessoas que foram vítimas da alegada violação do artigo 21 da Convenção Americana, ou ainda, se o anterior se refere a um tema que teria de ser deixado pendente para ser completado no registro de vítimas. Finalmente, o Tribunal solicitou aos representantes que explicassem o significado do termo "localização" que se encontrava em suas listas de vítimas, isto é, se este termo se refere à origem das vítimas ou ao lugar onde foram supostamente executadas.

46. Em sua resposta, a Comissão esclareceu que, quanto ao alegado estupro, "não se trata de que todas as mulheres que foram identificadas no Relatório de Mérito sejam vítimas destas violações". A este respeito, explicou que a análise da Comissão se baseou em declarações testemunhais, o que estaria confirmado no relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese e no relatório da Comissão da Verdade, "sendo a maior delimitação de vítimas possível o fato de que foram [violentadas sexualmente], ao menos com certeza […] as mulheres mais jovens no marco do primeiro massacre". Entretanto, ao se pronunciar sobre o mérito, "não contava com nenhum nome de uma vítima nesta situação", razão pela qual, "entendendo […] que corresponderia ao Estado identificar as vítimas de todas as violações […], a Comissão considerou necessário declarar a violação como algo que estava provado nos autos e deixar como uma de suas recomendações específicas ao Estado que identificasse às vítimas". Quanto ao caso das irmãs Carmelina e Ana Julia Ramírez Mejía, a Comissão afirmou que foram excluídas da lista final de vítimas do Relatório de Mérito sob o entendimento de que se encontravam desaparecidas forçadamente. No que se refere aos sobreviventes e aos familiares, a Comissão assinalou que algumas pessoas de sua lista de vítimas possuem dupla condição, de familiar e de sobrevivente. Há algumas pessoas que possuem unicamente a condição de familiar "porque, por exemplo, estavam longe do lugar e dias depois regressaram e se deram conta que seus familiares haviam falecido", e há outras pessoas que não possuiam nenhum familiar na região, mas que estavam ali e sobreviveram os massacres. Contudo, para a Comissão foi impossível determinar quem estaria em cada situação específica em relação a todo o grupo de pessoas, sob o entendimento de que corresponde ao Estado identificar quem nas listas estava em cada

uma das referidas categorias. Esta situação também ocorre em relação à alegada violação do direito à propriedade privada, mencionada em todos os testemunhos. Porém, em função das circunstâncias particulares do caso, não foi possível fazer uma determinação fática sobre quais bens foram roubados ou destruídos em relação a cada pessoa.

47. Por sua vez, os representantes mencionaram que há diferentes listas que se baseiam no trabalho feito pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese nos últimos 20 anos, as quais "são listas absolutamente imperfeitas", que mudam a cada dia, razão pela qual consideraram fundamental que, como medida de reparação, se ordene ao Estado estabelecer listas oficiais de vítimas, pois este dispõe de mais recursos. Pela mesma razão, os representantes manifestaram que não estavam em capacidade de estabelecer uma lista específica de pessoas que tenham visto seu direito à propriedade privada violado, entretanto, alegaram que os fatos por si mesmos determinam que ao menos a maioria das vítimas sobreviventes dos massacres também foi vítima da violação de seu direito à propriedade e que a maioria dos testemunhos demonstra que tiveram suas casas queimadas e seus bens destruídos. Em relação à coluna de localização que aparece nas listas apresentadas pelos representantes, esclareceram que se referiam "especificamente à localização onde as vítimas foram executadas".

48. O Estado expressou que promove, em acordo com as vítimas, que a lista de vítimas seja efetivamente a mais completa possível e que adquira a forma específica de um registro formal, o qual tenha uma permanência no tempo e que não seja um registro fechado, quer dizer, que permaneça aberto a inclusões futuras, uma vez que se possa determinar a existência de novas vítimas. Em relação às crianças Mejía Ramírez, o Estado advertiu que seu desaparecimento forçado não possuía contradição com o reconhecimento dos fatos dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos e, portanto, no caso de serem localizadas e, "ainda caso sejam encontradas com vida, são também consideradas como vítimas pelo Estado[…] no presente caso uma vez que os familiares diretos de ambas as crianças foram exterminados".

49. Em primeiro lugar, este Tribunal verificou que, juntamente com seu escrito de submissão do caso, a Comissão apresentou um anexo identificado como "Vítimas falecidas nos massacres", no qual assinalou que "[o]s peticionários incluíram a Ana Julia e Carmelina Ramírez Mejía como vítimas do massacre. Entretanto, a Comissão tom[ou] nota de que as crianças Ramírez Mejía se encontram desaparecidas e que figuram como vítimas no caso 12.517, Gregoria Herminia Contreras e outros Vs. El Salvador, que se encontra sob a jurisdição da Corte Interamericana". Por sua vez, nos anexos denominados "Lista de Vítimas Assassinadas" anexados pelos representantes tanto ao escrito de petições e argumentos como em suas alegações finais escritas, aparecem os nomes de Ana Julia e Carmelina Ramírez Mejía (*sic*) com a explicação de que ambas se encontram desaparecidas. A este respeito, em 31 de agosto de 2011, a Corte proferiu Sentença no *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, por meio da qual resolveu que o Estado é responsável pela violação de determinados direitos reconhecidos na Convenção Americana em detrimento das irmãs Ana Julia e Carmelina, cujo sobrenome correto é Mejía Ramírez, assim como de seus familiares, em razão de seu desaparecimento forçado, e ordenou determinadas medidas de reparação.[30] Definitivamente, considerando que o desaparecimento forçado destas irmãs já foi objeto de um pronunciamento prévio pela Corte, não corresponde fazer determinação alguma a respeito no presente caso. Em consequência, o Tribunal excluirá os nomes de Ana Julia e Carmelina Mejía Ramírez das listas de vítimas "falecidas" ou "assassinadas".

[30] *Cf. Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2011. Série C Nº 232.

50. Por outro lado, o Tribunal recorda que, de acordo com o artigo 35.2 do Regulamento, "[q]uando se justificar que não foi possível identificar [na submissão do caso] alguma ou algumas supostas vítimas dos fatos do caso, por se tratar de casos de violacões massivas ou coletivas, o Tribunal decidirá em sua oportunidade se as considera vítimas". A este respeito, desde a submissão do caso e durante o procedimento perante o Tribunal, a Comissão referiu-se reiteradamente à impossibilidade de identificar todas as vítimas do presente caso, assim como a que este caso possui uma natureza excepcional devido a sua gravidade e suas dimensões massivas, assim como as suas próprias circunstâncias, critério que foi compartilhado pelos representantes e não controvertido pelo Estado. As razões apresentadas tanto pela Comissão como pelos representantes para justificar a aplicação desta norma são: o caráter massivo dos fatos, que abarcou sete povoados; vários dos massacres estiveram acompanhados da queima dos lugares onde ficaram os corpos das pessoas assassinadas; a quantidade de crianças que perderam a vida nos massacres, uma vez que houve uma deterioração maior do que o normal dos restos em razão de sua idade; não existem registros ou certidões que possam oferecer uma lista das pessoas que viviam nos cantões e povoados afetados; a maioria dos familiares sobreviventes teve que se refugiar em outros lugares e inclusive fora de El Salvador; e as primeiras diligências realizadas pelo Estado, a tomada de testemunhos e exumações, ocorreram depois de passados mais de 10 anos dos massacres e não foram completadas nessa oportunidade.

51. O Tribunal constata que é complexo identificar e individualizar cada uma das supostas vítimas em razão da magnitude do presente caso, que versa sobre massacres perpetrados em sete lugares diferentes, da natureza dos fatos e das circunstâncias que rodearam os mesmos e do tempo transcorrido. Por essa razão, considera razoável aplicar o artigo 35.2 do Regulamento do Tribunal ao presente caso.

52. A este respeito, a Corte constatou que as listas apresentadas pela Comissão em seu escrito de submissão do caso e as listas apresentadas pelos representantes mediante seus escritos de 23 de maio de 2011, 12 de agosto de 2011 e 23 de maio de 2012 diferem quanto a que as listas dos representantes incluem mais pessoas do que as da Comissão. Ao comparar as últimas listas apresentadas pelos representantes com as listas apresentadas pela Comissão, o Tribunal constatou também que nestas últimas se encontram nomes que não figuram nas primeiras. Da mesma forma, estas listas apresentam algumas inconsistências que se referem aos nomes, idades e relação de parentesco, assim como endereços das pessoas que se mencionam como sobreviventes e deslocadas. Por outro lado, a Corte constatou que algumas mulheres teriam estado grávidas no momento de sua execução.

53. Por outro lado, a Corte toma nota das certidões que foram apresentadas pelos representantes que indicam que os livros de registro de nascimento e de óbitos anteriores a 1983, correspondentes ao povoado de El Mozote, não existem, uma vez que "foram destruídos durante o conflito armado" e que o arquivo do Registro do Estado Familiar da Prefeitura Municipal de Arambala "foi destruído parcialmente pelo conflito armado", de maneira que apenas alguns livros de registro ainda existem.[31] Deste modo, o Registro do Estado Familiar respondeu, a respeito de algumas pessoas sobre quem havia sido solicitado a certidão de registro de nascimento, que não foi possível encontrar o registro "porque os

[31] *Cf.* Certificação da Prefeitura Municipal de Villa de Meanguera, Departamento de Morazán, El Salvador, emitida em 10 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo XI, anexo 18 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 7026), e Certificação da Prefeitura Municipal de Arambala, Departamento de Morazán, El Salvador, emitida em 10 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo XI, anexo 18 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 7027).

livros foram destruídos durante o conflito armado", ou ainda que "não podia ser emitida esta certidão por não estar presente o livro de nascimentos do referido ano".[32]

54. Tal como o fez anteriormente,[33] a Corte considera que, em aplicação do artigo 35.2 do Regulamento, para que uma pessoa possa ser considerada vítima e se beneficie de uma reparação, deve estar razoavelmente identificada. O Tribunal recorda que não é seu propósito "travar com formalismos o desenvolvimento do processo mas, pelo contrário, aproximar a definição que se dê na Sentença à exigência da justiça".[34] Em consequência, com o objetivo de resolver o presente caso, é necessário que a Corte conte com um mínimo de certeza sobre a existência de tais pessoas.

55. Nos autos perante a Corte consta prova da identidade de algumas das pessoas indicadas como vítimas neste caso, em particular, certidão de nascimento, registros de batismo, constâncias do Registro do Estado Familiar, documentos únicos de identidade, registros de óbito e procurações que foram juntadas pelos representantes. Assim mesmo, há declarações oferecidas perante agente dotado de fé pública e em audiência pública perante a Corte Interamericana, bem como declarações realizadas perante a autoridade judicial no marco da investigação penal interna e declarações juramentadas oferecidas ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, nas quais também são mencionados os nomes de pessoas indicadas pelos representantes como vítimas. Como estas provas não foram objetadas pelo Estado, para a Corte elas são suficientes para provar a existência e a identidade das pessoas mencionadas nas listas da Comissão, assim como nas últimas listas atualizadas apresentadas pelos representantes.

56. Por outro lado, o Tribunal observa que, em termos do manifestado pelos representantes sobre a coluna "localização" utilizada em suas listas corresponder "especificamente à localização onde as vítimas foram executadas" (par. 47 *supra)*, algumas pessoas incluídas nas listas teriam sido vítimas de execução na capital do departamento de Arambala, no cantão de Tierra Colorada, no povoado El Pinalito e no povoado La Guacamaya. Entretanto, o marco fático do presente caso não inclui fatos que teriam ocorrido nestes lugares. Deste modo, as pessoas que teriam sofrido uma possível violação de seus direitos nestes lugares não serão consideradas pela Corte como vítimas no presente caso, salvo que da prova surja que estas pessoas se encontravam em algum dos lugares objeto do presente caso no momento dos fatos.

57. Considerando que não existe oposição do Estado para que outras pessoas, além daquelas indicadas pela Comissão, sejam incluídas como supostas vítimas, em atenção às particularidades do presente caso, o Tribunal considerará como vítimas a aquelas pessoas identificadas e individualizadas pela Comissão em suas listas anexadas ao Relatório de Mérito e/ou pelos representantes em suas listas anexadas a seu escrito de alegações finais, as quais tenham sofrido alguma violação de direitos humanos no marco dos massacres no povoado de El Mozote, no cantão La Joya, nos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo, no cantão Cerro Pando e numa gruta de Cerro Ortiz, sempre que o Tribunal conte com a prova necessária para verificar a identidade de cada uma dessas pessoas. Com base nestes critérios e na prova que foi apresentada, esta Corte pôde determinar um número de vítimas que é singularmente menor ao das listas enviadas. Sem prejuízo do anterior e tendo

---

[32] *Cf.* Disco compacto que contém documentos que demonstram o parentesco entre as vítimas executadas e as sobreviventes (expediente de prova, tomo XVI, anexo 36 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 9898).

[33] *Cf. Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 49.

[34] *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 49.

em conta que o próprio Estado apresentou uma lista de 936 vítimas individualizadas, a Corte considera imprescindível que, no marco do Registro Único de Vítimas que se encontra desenvolvendo (par. 309 *infra)*, o Estado proceda à determinação definitiva de outras pessoas que também devem ser consideradas vítimas e, se for o caso, beneficiárias pelas reparações que o Tribunal ordene. Por último, esta Corte incluirá como Anexo "E" à presente Sentença uma lista de pessoas, a respeito de quem há indícios sobre seu possível caráter de supostas vítimas no presente caso, mesmo que não estejam nas listas apresentadas pelas partes e pela Comissão Interamericana. A este respeito, solicita-se ao Estado que, no marco do Registro mencionado, determine se procede sua qualificação como vítima e beneficiária do presente caso em relação a estas pessoas.

B. Violações de direitos humanos alegadas pelos representantes

58. Este Tribunal constatou que, em um primeiro momento, na apresentação do escrito de petições e argumentos e com base na aceitação da competência contenciosa da Corte pelo Estado e a limitação temporal contida na declaração de 6 de junho de 1995, os representantes alegaram que o Estado era responsável pela violação de determinados direitos reconhecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e na Convenção de Belém do Pará. Em termos gerais, submeteram à consideração da Corte a falta de investigação dos fatos e das graves violações aos direitos humanos cometidas neste caso, a aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz e a situação de impunidade em que permaneceram os massacres depois de 6 de junho de 1995. Ademais, alegaram a violação causada pelo sofrimento em razão das violações cometidas neste caso às vítimas sobreviventes dos massacres e aos familiares das vítimas assassinadas, assim como a violação continuada do direito à propriedade privada em detrimento de todas as vítimas sobreviventes dos massacres e a violação por deslocamento das supostas vítimas que permaneceram ocorrendo no decorrer do tempo e continuaram com posterioridade a 6 de junho de 1995 (par. 7 *supra)*.

59. Em um segundo momento, que corresponde às alegações finais, os representantes introduziram "considerações adicionais de mérito, em particular em relação a aqueles fatos que não foram incluídos em [seu] escrito de petições, argumentos e provas, dadas às limitações que naquele momento existiam para que [a] Corte conhecesse alguns dos fatos que conformam o marco fático do caso, mas que já foram superadas". O anterior, considerando que o Estado realizou um reconhecimento dos fatos considerados como provados no Relatório de Mérito da Comissão, que aceitou os fatos relacionados no escrito de petições e argumentos dos representantes, e que aceitou a competência da Corte para pronunciar-se a respeito. Neste sentido, incorporaram às suas alegações violações dos artigos 4, 5 e 19 da Convenção, sobre o direito à vida e à integridade pessoal das vítimas dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, incluindo as crianças. Do mesmo modo, em seus argumentos sobre a violação de direitos em função do deslocamento das vítimas e da destruição dos bens e residências, incluíram alegações sobre os fatos que teriam causado estas situações e sobre o momento nos quais ocorreram os massacres, sem referir-se à alegada continuidade destas violações proposta em seu escrito de petições e argumentos. Ademais, argumentaram que a queima de residências gerou a violação adicional do artigo 11 da Convenção. Por último, solicitaram à Corte que, ao emitir sua sentença neste caso, "se referisse à responsabilidade agravada que recai contra o Estado devido a que todas as violações cometidas teriam tido lugar no contexto de uma estratégia militar criada e executada pelo Estado em ampla contradição com os postulados da Convenção Americana e os princípios que a inspiram".

60. Finalmente, a Corte observa que, em virtude da aceitação dos fatos e do reconhecimento da competência do Tribunal por parte do Estado no presente caso para se pronunciar sobre os fatos ocorridos com anterioridade a 6 de junho de 1995 - data de aceitação da competência contenciosa do Tribunal - (pars. 29 e 30 *supra*), os representantes adotaram uma postura argumentativa substancialmente distinta em suas alegações finais em relação à fundamentação de mérito que arguiram no escrito de petições e argumentos sobre violações aos direitos humanos e a responsabilidade internacional do Estado no presente caso. Nas circunstâncias do presente caso, a Corte considera pertinente admitir estes argumentos dos representantes em razão de que foi apenas a partir da contestação do Estado, momento no qual El Salvador concedeu expressamente competência à Corte para se pronunciar sobre os fatos ocorridos com anterioridade a 6 de junho de 1995, que os representantes puderam apresentar argumentos de direito relacionados aos mesmos.

VII
DIREITOS À VIDA, À INTEGRIDADE PESSOAL, À LIBERDADE PESSOAL, À VIDA PRIVADA, ÀS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA, À PROPRIEDADE PRIVADA, E DE CIRCULAÇÃO E DE RESIDÊNCIA EM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES DE RESPEITAR E GARANTIR OS DIREITOS

61. Dada a importância que o estabelecimento dos fatos reveste para o presente caso, assim como o contexto no qual se enquadraram os mesmos, a fim de preservar a memória histórica e evitar que fatos similares se repitam[35] e como uma forma de reparação às vítimas,[36] a Corte dará por estabelecidos os fatos do presente caso e a responsabilidade internacional derivada dos mesmos, com base no marco fático do presente caso e a aceitação dos mesmos efetuada pelo Estado, e ainda tomando em consideração o escrito de petições e argumentos dos representantes e o acervo probatório. Para tanto, procederá a estabelecer os fatos provados constitutivos dos massacres e dos deslocamentos, para posteriormente analisar as consequências jurídicas derivadas dos mesmos. No Capítulo VIII, a Corte estabelecerá os fatos relativos à investigação iniciada em razão dos massacres e as exumações realizadas, como também abordará os argumentos de direito a respeito.

A. Os fatos do presente caso

1) O conflito armado em El Salvador

62. Aproximadamente desde 1980 até 1991, El Salvador esteve imerso em um conflito armado interno,[37] durante o qual se estima que mais de 75.000 pessoas salvadorenhas foram vitimadas.[38]

63. O ano de 1980 marcou o começo de "vários ataques indiscriminados contra a população civil não combatente e execuções sumárias coletivas que afeta[va]m

---

[35] *Cf. Caso do Massacre de Mapiripán Vs. Colômbia*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C Nº 134, par. 69, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 56.

[36] *Cf. Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala*, par. 39, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 56.

[37] *Cf. Caso das Irmãs Serrano Cruz Vs. El Salvador*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 1º de março de 2005. Série C Nº 120, par. 48.1, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 41.

[38] *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5805).

particularmente a população rural", por parte das forças de segurança.[39] A violência nas zonas rurais, nos primeiros anos da década de 1980, "alcançou uma indiscriminação extrema".[40]

64. Entre outubro e novembro de 1980, foi formada a Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional (doravante também "FMLN"), a qual uniu os cinco grupos de oposição política e armada: Forças Populares de Liberação, Exército Revolucionário do Povo, Forças Armadas de Liberação, Forças Armadas de Resistência Nacional e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores da América Central. Em 1981, as organizações da FMLN decidiram conduzir uma ofensiva para promover um levante popular e derrubar a Junta de Governo.[41] Apesar de não haver alcançado o objetivo esperado, a FMLN acabou controlando vários povoados, assegurou suas áreas de influência política e alcançou o reconhecimento internacional como força beligerante.[42]

65. O processo de negociações para a paz teve início quando os cinco presidentes centroamericanos solicitaram a intervenção do Secretário Geral das Nações Unidas para que utilizasse seus bons ofícios com o fim de alcançar a pacificação na região da América Central. Entre 1989 e 1992, foram assinados diversos acordos entre o Governo de El Salvador e a FMLN e, finalmente, depois de 12 anos de conflito armado, em 16 de janeiro de 1992, foi assinado o Acordo de Paz que pôs fim às hostilidades em Chapultepec, México, sob os bons ofícios do Secretário Geral das Nações Unidas[43] (pars. 266 a 272 *infra*).

66. A Comissão da Verdade, criada pelos Acordos do México de 27 de abril de 1991, iniciou suas atividades em 13 de julho de 1992 e descreveu os padrões de violência durante o conflito armado, tanto por parte de agentes do Estado como de integrantes da FMLN, em seu relatório publicado em em 15 de março de 1993.[44] Por razões metodológicas dividiu-se a etapa examinada (1980-1991) em quatro períodos: de 1980 a 1983; de 1983 a 1987; de 1987 a 1989 e de 1989 a 1991. O primeiro período, de 1980 a 1983, no qual se enquadram os fatos deste caso, denominou-se como "a institucionalização da violência", sendo "[a] instauração da violência de maneira sistemática, o terror e a desconfiança na população civil […] as características essenciais deste período. A desarticulação de qualquer movimento opositor ou dissidente por meio de detenções arbitrárias, assassinatos, desaparecimento seletivo e indiscriminado de dirigentes passaram a ser prática comum"[45]. Segundo a

---

[39] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1096).

[40] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1119).

[41] *Cf.* Relatório do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, Missão a El Salvador. U.N. Doc. A/HRC/7/2/Add.2, 26 de outubro de 2007, par. 12 (expediente de prova, tomo X, anexo 11 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 6708), e relatório da Comissão da Verdade para El Salvador. *De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1100).

[42] *Cf.* Relatório do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, Missão a El Salvador. U.N. Doc. A/HRC/7/2/Add.2, 26 de outubro de 2007, par. 12 (expediente de prova, tomo X, anexo 11 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 6708).

[43] *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5810)

[44] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador. *De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folhas 1087 a 1088).

[45] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1096).

Comissão da Verdade, durante este período "foi registrado o maior número de mortes e de violações aos direitos humanos".[46]

2) As operações de terra arrasada e a criação dos Batalhões de Infantaria de Reação Imediata

67. A partir de janeiro de 1981, os Estados Unidos da América incrementou significativamente a assistência militar e econômica a El Salvador, destinando tais recursos a "treinar, modernizar e expandir a estrutura do número de efetivos das Forças Armadas".[47] É neste contexto que foram criados os Batalhões de Infantaria de Reação Imediata nas Forças Armadas salvadorenhas, unidades de elite treinadas especialmente para a luta contrainsurgente, as quais haviam concluído seu treinamento sob a assessoria e supervisão de militares estadunidenses.[48] A primeira unidade foi criada em março de 1981, com o nome de "Atlacatl", sob o comando do Tenente Coronel Domingo Monterrosa Barrios.[49]

68. A contrainsurgência, em sua forma mais extrema, encontrava expressão em um conceito ampliado de "tirar a água do peixe"[50], isto é, destruir a base de apoio da insurgência. Os habitantes de regiões onde existia uma alta presença da FMLN "eram assimilados por suspeita à guerrilha, pertenceriam ou eram colaboradores desta e, portanto, corriam risco de ser eliminados".[51]

69. A Comissão da Verdade recebeu testemunhos diretos de numerosas execuções massivas ocorridas no transcurso dos anos 1980, 1981 e 1982, nas quais membros das Forças Armadas, no curso de operações contrainsurgentes, "executaram camponeses, homens, mulheres e crianças que não haviam oposto nenhuma resistência, simplesmente por considerá-los colaboradores dos guerrilheiros".[52] A Comissão da Verdade descartou "qualquer possibilidade de que se tenha tratado de incidentes isolados ou de excesso por parte dos soldados ou de seus chefes imediatos. Tudo comprova que estas mortes se inscrevem em um padrão de conduta, de uma estratégia deliberada de eliminar ou aterrorizar a população camponesa das zonas de atividade dos guerrilheiros a fim de privá-los desta fonte de abastecimento e de informação, assim como da possibilidade de

---

[46] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1097).

[47] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador. *De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folhas 1100 a 1101).

[48] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196).

[49] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196); Relatório do IDHUCA. Considerações sobre a impunidade a propósito do massacre de El Mozote, Processo: número 451, 7 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 2 à submissão do caso, folha 1290); Americas Watch, *The Massacre at El Mozote: The need to remember*, Volume nº IV, Issue nº 2, 4 de março de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 3 à submissão do caso, folhas 1299 a 1300); e Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. Luta pela verdade e pela justiça: Massacre à Inocência, San Salvador, El Salvador, 2008, p.39 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5293).

[50] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1119).

[51] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1119). Ver também, Perícia prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo padre David Blanchard em 15 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10345).

[52] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1208).

esconder-se ou dissimular-se entre ela".[53] Segundo a Comissão da Verdade, é impossível sustentar o argumento de que este padrão de conduta seja atribuído apenas aos mandos locais e que tenha sido desconhecido pelos mandos superiores, pois os massacres da população camponesa foram denunciados reiteradamente, sem que haja evidência de que tenha sido feito qualquer esforço para investigá-las.[54]

70. Do mesmo modo, a Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador estabeleceu que "[os] massacres ocorriam no âmbito de operações militares que tiveram como um de seus objetivos o extermínio massivo de pessoas civis, incluindo mulheres, crianças e idosos, como parte de uma aberrante estratégia militar conhecida como 'terra arrasada', executada pelo Estado de El Salvador", principalmente durante o período entre 1980 e 1982.[55] A estratégia de terra arrasada consistiu "no aniquilamento indiscriminado de um ou vários povoados no contexto de uma mesma operação", seguido da destruição ou queima de plantações, casas e bens das vítimas que haviam sido previamente executadas ou daqueles que haviam fugido do lugar,[56] e "tinha como objetivos claros o massacre de civis, provocaram deslocamentos forçados massivos e a destruição dos bens de subsistência da população, pois se buscava a "desarticulação" das relações sociais essenciais naquelas comunidades que pudessem servir para apoio logístico da guerrilha"[57], quer dizer, buscavam "tirar a água do peixe". É assim que se pode afirmar que "o fenômeno dos massacres ocorreu de forma deliberada como parte de uma estratégia planejada sistematicamente pelas Forças Armadas de El Salvador, [de modo que] é impossível aduzir que as inúmeras execuções massivas da população civil foram atos de violência isolados e desconhecidos pelas altas autoridades das Forças Armadas e do governo de turno; pelo contrário, foram incluídos e foram parte central de uma política contrainsurgente concreta do Estado".[58] Consequentemente, "os massacres […] não foram o resultado de eventuais abusos de certas unidades do exército salvadorenho ou de oficiais de patente intermediária que cometeram excessos".[59]

71. As operações militares contrainsurgentes afetaram a população civil com um elevado custo de vidas e causaram a figura do "deslocado".[60] Em agosto de 1982, a Comissão

---

[53] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1208).

[54] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1208).

[55] *Cf.* Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1319).

[56] *Cf.* Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1358).

[57] Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1361).

[58] Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1358).

[59] Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1358).

[60] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1101). Ver também, Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil

Nacional de Assistência à População Deslocada (CONADES)[61] reportava um número de 226.744 deslocados internos. Por sua vez, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o número de refugiados salvadorenhos em países latinoamericanos em junho daquele ano oscilava entre 175.000 e 295.000.[62]

72. Em suma, durante o conflito armado interno em El Salvador existiu uma política estatal executada por meio das operações de "terra arrasada", que buscava despovoar as zonas rurais consideradas de apoio ou sob presença da guerrilha, por meio da perpetração sistemática de massacres de membros da população civil por parte das Forças Armadas salvadorenhas e a queima e destruição de casas, cultivos e outros bens, assim como a matança de animais.

3) Os massacres de El Mozote e lugares vizinhos

73. O caso dos massacres de El Mozote foi um dos fatos abordados pela Comissão da Verdade em seu relatório de 1993, como um caso ilustrativo dos massacres de camponeses cometidos pelas Forças Armadas salvadorenhas no marco das operações de contrainsurgência. Entretanto, até essa data e durante vários anos, a ocorrência dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos foi sistematicamente negada e encoberta pelo Estado. Segundo a Comissão da Verdade, "apesar das denúncias públicas do fato e da facilidade de sua comprovação [em função da quantidade de cadáveres não enterrados], as autoridades salvadorenhas não ordenaram nenhuma investigação e negaram permanentemente a existência do massacre".[63]

74. Com efeito, as matérias jornalísticas da época dos fatos correspondentes à imprensa escrita salvadorenha noticiam, a partir de fontes militares, unicamente a realização de uma operação de contrainsurgência em distintas áreas do Departamento de Morazán, com resultados que eram qualificados como exitosos quanto ao desmantelamento de campos da guerrilha e a suposta proteção dos camponeses e moradores dessas áreas.[64] No entanto, foi a partir de duas reportagens internacionais publicadas nos jornais *The New York Times* e *The Washington Post* em 27 de janeiro de 1982, que coletaram testemunhos locais de

---

executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1360).

[61] Estabelecida em 1985 para desenvolver políticas e planejar a organização, direção e execução de programas desenhados para assistir às populações deslocadas. *Cf.* International Center for Research on Women. *Working paper nº 25: Conflict, displacement and reintegration: household survey evidence from El Salvador*, julho de 2000 (expediente de prova, tomo X, anexo 9 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 6476), e Perícia prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo padre David Blanchard em 15 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10346).

[62] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador: *De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1103).

[63] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1195).

[64] *Cf.* Notícia publicada no Diário Latino em 9 de dezembro de 1981, intitulada "*Mueren 4 terroristas al atacar base militar*" (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, folha 877); Notícia publicada na *Prensa Gráfica* em 9 de dezembro de 1981, intitulada "*Inició ayer operación de contrainsurgência a F.A.*" (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, folhas 879 a 881); Notícia publicada na imprensa Gráfica em 10 de dezembro de 1981, intitulada "*Avanza ejército en zonas de Morazán*" (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, folha 878); Notícia publicada no *Diário de Hoy* em 11 de dezembro de 1981, intitulada "'*Yunque y Martillo' se Llama Operación de Tropa*" (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, folha 885); Notícia publicada na *Prensa Gráfica* em 14 de dezembro de 1981, intitulada "*Continúan acciones militares em Morazán*" (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, folha 882), e Notícia publicada na *Prensa Gráfica* em 19 de dezembro de 1981, intitulada "*Recuperan Morazán al terminar operación FA*" (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, folha 886).

sobreviventes,[65] que começou a aparecer a verdade sobre o suscedido, ainda que, tanto no plano nacional como internacional, houve tentativas de desacreditar e desqualificar a informação proporcionada pelos jornalistas Raymond Bonner e Alma Guillermoprieto como "propaganda da FMLN".[66]

75. Tal como foi reconhecido pelo Estado, ao contrário, estes jornalistas proporcionaram a primeira evidência de que o exército salvadorenho "havia incorrido em um brutal assassinato de civis", afirmando que mais de 700 camponeses teriam sido assassinados, principalmente crianças, mulheres e idosos. Por sua vez, o governo dos Estados Unidos da América assinalou que "não havia provas para confirmar que as forças governamentais haviam massacrado civis nas zonas de operação", agregando que "não havia provavelmente mais de 300 pessoas que viviam em El Mozote ao momento do massacre". A informação disponível indica que estas versões se basearam em um relatório preparado pela Embaixada estadunidense em San Salvador, sem ter visitado o lugar dos fatos.[67] No plano nacional, "um porta voz do exército […] assegurou que as versões sobre um massacre cometido por efetivos militares eram 'totalmente falsas' e que haviam sido inventadas pelos subversivos".[68]

76. Nesta mesma linha, cabe destacar que o Estado não realizou investigações de qualquer natureza em relação aos massacres antes de 1990[69] (pars. 251 e 252 *infra*). As escavações e exumações dos restos realizadas a partir do ano 1992 – quando já se encontrava em funcionamento a Comissão da Verdade – por parte da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), cujo início foi gravemente dilatado e obstaculizado,[70] apagaram qualquer resquício de dúvida sobre a verdade do ocorrido e mostraram evidências contundentes sobre um dos maiores massacres de civis ocorridos no continente americano[71] (pars. 231 e 232 *infra*).

---

65 *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1197); Reportagem publicada em *The New York Times,* em 27 de janeiro de 1982, intitulada "*Massacre of Hundreds Reported in Salvador Village*" (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, folha 874) e Reportagem publicada em *The Washington Post,* em 27 de janeiro de 1982, intitulada "*Salvadoran Peasants Say Army Killed Hundreds in Community*" (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, folhas 873 e 875).

66 *Cf.* Reportagem publicada em The Washington Post em 22 de outubro de 1992, intitulada "*Skeletons Verify Killing of Salvadoran Children: Army Battalion Accused in 1981 Massacre*" (expediente de prova, tomo II, anexo 13 à submissão do caso, folhas 1555 a 1557) e Prólogo por Aryeh Neier em: Pedro Linger Gasiglia, *El Mozote. La Masacre 25 años despues*. 1ª Ed., Buenos Aires, 2007 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 4 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5609 e 5615).

67 No mesmo sentido, ver Disco compacto que contém o vídeo "*Denial*", intitulado em espanhol "*La fiera está con todas sus garras, la Massacre de El Mozote y lugares vizinhos*" (expediente de prova, tomo X, anexo 10.3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 6698).

68 Relatório do IDHUCA. Considerações sobre a impunidade a propósito do massacre de El Mozote, Processo: número 451, 7 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 2 à submissão do caso, folha 1290).

69 *Cf.* Relatório da Secretaria do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, Departamento de Morazán, de 19 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1772).

70 *Cf.* Perícia conjunta prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Luis Fondebrider, Mercedes C. Doretti e Silvana Turner em 18 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10306 a 10312). Ver também, relatório interno do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de 27 de março de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 10 à submissão do caso, folhas 1537 a 1539) e Comunicado do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador emitido em 8 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 11 à submissão do caso, folhas 1545 a 1549).

71 *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1º à submissão do caso, folha 1197); relatório de AFP escrito por Carlos Mario Márquez em 13 de novembro de 1991 intitulado "Igreja exige investigar brutal matança de camponeses ocorrida em 1981" (expediente de prova, tomo II, anexo 14, à submissão do caso, folhas 1559 a 1560); Reportagem publicada em *The Washington Post,* em 22 de outubro de 1992, intitulada "*Skeletons*

77. Neste sentido, é pertinente ressaltar o manifestado pelo Estado na audiência pública, invocando a mensagem de desagravo expressada pelo Presidente da República em 16 de janeiro de 2012 no povoado de El Mozote, no marco da comemoração do 20° Aniversário dos Acordos de Paz, ao reconhecer que: "em el Mozote e nas comunidades vizinhas, há pouco mais de trinta anos foi consumado um excesso criminoso o qual se tentou negar e ocultar sistematicamente […] em três dias e em três noites foi perpetrado o maior massacre contra civis da história contemporânea latinoamericana, a[l]i foram exterminados quase mil salvadorenhas e salvadorenhos, a metade deles crianças menores de dezoito anos, […] a[l]i foram cometidos um sem número de atos de barbárie e de violações dos direitos humanos, inocentes foram torturados e executados, mulheres e crianças sofreram abusos sexuais, centenas de salvadorenhos e salvadorenhas hoje formam parte de uma longa lista de desaparecidos, enquanto outros e outras tiveram de emigrar e perder tudo para salvar suas vidas".

78. O Estado afirmou que: "estima[va] oportuno declarar expressamente seu reconhecimento às vítimas sobreviventes do massacre que, de forma valente e exemplar, prestaram seu testemunho permanentemente em suas próprias comunidades, perante as organizações de direitos humanos, na justiça e na imprensa nacional e internacional, fazendo prevalecer finalmente a verdade sobre tão trágicos eventos que foram penosamente negados pelo Estado salvadorenho no passado. Particular reconhecimento expressa o Estado à senhora Rufina Amaya, sobrevivente do povoado de El Mozote (de grata recordação), quem, com sua luta, tornou-se símbolo da verdade no presente caso. Igualmente aos senhores Pedro Chicas Romero, Juan Bautista Márquez, Antonio Pereira, Teófila Pereira, Dorila Márquez e muitas outras pessoas que prestaram seu testemunho durante tantos anos. O Estado, no mesmo sentido, reconhece o admirável trabalho na defesa dos direitos humanos das vítimas no presente caso, exercido pela Doutora María Julia Hernández Chavarría, Diretora do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, com o respaldo do senhor Arcebispo de San Salvador, Monsenhor Arturo Rivera Damas (ambos de grata recordação), que acompanharam a luta por verdade e por justiça neste caso e em muitos outros similares ocorridos durante o conflito armado salvadorenho, até o final de suas vidas, sendo ambos voz e ação de esperança para as vítimas e cujo legado humanista permanece na sociedade salvadorenha até o dia de hoje. Além disso, o Estado expres[sou que] reconhece o inestimável trabalho realizado neste caso pelos especialistas da Equipe Argentina de Antropologia Forense, cuja contribuição como peritos judiciais concedeu certeza científica ao estabelecimento da verdade sobre esta grave violação dos direitos humanos".

79. Tomando em conta o reconhecimento do Estado, e a partir dos testemunhos dos sobreviventes e dos familiares que foram aos lugares afetados após os fatos a fim de perguntar sobre a sorte de seus familiares, das conclusões dos relatórios de antropologia forense a respeito das exumações realizadas, do estabelecido pela Comissão da Verdade e dos relatórios do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, organização que se dedicou a investigar, documentar e realizar diversas publicações a respeito do presente caso, a Corte procederá ao estabelecimento dos fatos ocorridos entre 8 e 16 de dezembro de 1981.

Verify Killing of Salvadoran Children: Army Battalion Accused in 1981 Massacre" (expediente de prova, tomo II, anexo 13 à submissão do caso, folhas 1555 a 1557); e Reportagem publicada em *The New York Times,* em 22 de outubro de 1992, intitulada "*Salvador Skeletons Confirm Reports of Massacre in 1981"* (expediente de prova, tomo VIII, anexo 4 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5603 a 5604).

a) Antecedentes

80. No ano de 1981 eram comuns as operações de contrainsurgência (pars. 67 a 72 *supra*), de maneira que alguns dos moradores da zona norte do Departamento de Morazán, na República de El Salvador, não habitavam permanentemente em suas casas, escondendo-se nos morros e grutas durante os períodos de maior perigo.[72]

81. Os moradores do norte do Departamento de Morazán se dedicavam principalmente a trabalhos domésticos e atividades rurais, tais como o cultivo de campos de milho, a colheita de cana de açúcar, tecelagem e sisal e o corte de madeira.[73] Algumas pessoas estavam associadas a cooperativas agrícolas.[74] As famílias também tinham animais de granja, cavalos e/ou gado.[75]

82. Durante esse ano, era possível escutar no rádio que o Batalhão de Infantaria de Reação Imediata Atlacatl lançaria uma operação.[76] Entre 9 e 10 de dezembro de 1981,

---

[72] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1701); Declaração de ofendida prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 18 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1731); Declaração de ofendida prestada por Lidia Chicas Mejía perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 21 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2351); Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5522 a 5523); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10276); e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10289).

[73] *Cf.* Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10278); Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1715); Declaração de ofendido prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1741); Declaração juramentada prestada por María Erlinda Amaya Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5590); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10286); e Perícia realizada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo padre David Blanchard em 15 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10358).

[74] *Cf.* Perícia realizada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo padre David Blanchard em 15 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10358).

[75] *Cf.* Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10278); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Sofía Romero Pereira em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10281); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10286); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10289); Declaração de ofendido prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1671); Declaração testemunhal prestada por María Amanda Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1704); e Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" prestada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folhas 10521 a 10525).

[76] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1701) e Declaração de ofendida prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o

habitantes da região ouviram no rádio que uma forte operação das Forças Armadas se dirigia ao norte de Morazán.[77]

b) A "Operación Rescate" ou "Yunque y Martillo" realizada pelo Batalhão de Infantaria de Reação Imediata "Atlacatl"

83. Entre 8 e 16 de dezembro de 1981, o Batalhão de Infantaria de Reação Imediata Atlacatl (doravante "BIRI Atlacatl") realizou, em conjunto com unidades da Terceira Brigada de Infantaria de San Miguel e do Centro de Instrução de Comandos de San Francisco Gotera, uma operação militar de grandes proporções na zona norte do Departamento de Morazán, conhecida como "*Operación Rescate*" ou "*Yunque y Martillo*", cuja finalidade aparente era eliminar a presença guerrilheira – um acampamento e um centro de treinamento – no local denominado La Guacamaya, do cantão de mesmo nome.[78] Esta operação tinha como precedente o fato de que durante meses anteriores o BIRI Atlacatl havia participado de uma frustrada operação contrainsurgente nessa mesma região.[79]

84. Foi possível determinar que o comandante do BIRI Atlacatl estava no comando das unidades participantes ao passo que o comandante da Terceira Brigada estava a cargo de supervisionar a operação.[80] Ademais, tanto a Comissão da Verdade como as investigações

---

Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 18 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1731).

[77] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1695); Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1724); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10278); e Declaração testemunhal prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1701).

[78] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1195); Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folhas 1324 a 1325); e Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, p.39 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5452).

[79] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196); Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1325), e Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, pp. 322 e 323 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5451).

[80] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196); Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1325); e Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, págs. 322 e 323 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5452).

do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese indicam a participação de entre 1.000 a 2.000 efetivos na operação, tendo também identificado os nomes dos responsáveis pela mesma.[81]

85. A operação teve início com bombardeios aéreos e de artilharia dirigidos ao povoado de El Mozote e ao cantão La Joya (pars. 89 e 99 *infra*). Além disso, segundo foi reconhecido pelo Estado, helicópteros da Força Aérea salvadorenha transportaram membros do BIRI Atlacatl até o povoado de Perquín, a partir de onde iniciaram o deslocamento terrestre. Outras companhias ingressaram a esta zona por via terrestre procedentes de San Francisco Gotera.[82] A operação incluiu, entre outros, os povoados de El Mozote, Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo, os cantões de La Joya e Cerro Pando e o local conhecido como Cerro Ortiz.

86. Conforme foi reconhecido pelo Estado e estabelecido no relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese,[83] uma vez terminada a operação, as tropas de cada companhia do BIRI Atlacatl se concentraram novamente no cantão Guacamaya, onde a direção da operação teria expressado sua satisfação pelos resultados obtidos.

c) O massacre no povoado de El Mozote

87. O povoado de El Mozote se encontra localizado no cantão Guacamaya, na jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán. No momento dos fatos estava conformado por aproximadamente 20 casas, situadas em uma extensão aberta conhecida como "El Llano", uma espécie de praça central.[84] Em frente à praça se encontrava "La Ermita" ou igreja do povoado e uma pequena construção adjacente conhecida como "El Convento".[85] Perto dali estava a escola.[86] A área se encontra rodeada, a Oeste, pelo morro "El Chingo" e, a Leste, pelo morro "La Cruz".[87]

---

[81] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1201); Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1330); e Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, págs. 322 e 323 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5452 a 5454).

[82] *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*. San Salvador, El Salvador, 2008. p. 50 e 326 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5294 e 5453).

[83] *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*. San Salvador, El Salvador, 2008, p.66 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5307).

[84] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folhas 1195 a 1196); Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992, emitido em 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo II, anexo 4 à submissão do caso, folha 1324); relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2927); e Perícia realizada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo padre David Blanchard em 15 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10358).

[85] *Cf.* Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2927).

[86] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196).

[87] *Cf.* Ata de inspeção judicial realizada no povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 27 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1961) e

88. Entre o final de novembro e o início de dezembro de 1981, soldados indicaram a um comerciante do povoado de El Mozote, de nome Marcos Diaz, que estocasse alimentos e aconselhasse à população que se concentrasse no povoado, pois aqueles que estivessem reunidos ali não correriam perigo de vida, mas os que estivessem dispersos seriam mortos.[88] Aproximadamente na primeira semana do mês de dezembro de 1981, este senhor fez pública a advertência efetuada pelos oficiais das Forças Armadas no sentido de que muito em breve se iniciaria uma forte operação na área, o que levou muitos moradores das zonas vizinhas ao povoado de El Mozote a abandonar suas casas e se concentrar no "Llano", o centro do povoado, especialmente na casa e loja do senhor Marcos Diaz.[89]

89. Em 10 de dezembro de 1981, tropas das diferentes companias do BIRI Atlacatl convergiram no povoado de El Mozote, após bombardeios realizados pela Força Aérea salvadorenha,[90] alcançando o controle total da população da zona. Ao chegarem, os soldados ao povoado, levavam consigo várias pessoas capturadas que encontraram nos arredores, que não queriam sair de suas casas.[91] Os soldados retiraram as pessoas das casas, incluindo as pessoas concentradas na residência e loja de Marcos Diaz, obrigando-os a deitar no chão com a boca para baixo para interrogá-los sobre a presença de guerrilheiros na zona.[92] As pessoas foram despojadas de seus pertences e foram ordenadas a regressar a suas casas sob a ameaça de que deveriam se fechar nas mesmas "sem colocar sequer o nariz para fora", pois do contrário lhes dispariam.[93]

---

relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2927).

88 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1573) e Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1747).

89 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1573); Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1747); Declaração de ofendida prestada por María Teófila Pereira perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 18 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1731); e Declaração prestada por María Dorila Márquez de Márquez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

90 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1573).

91 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1574) e Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1745).

92 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1574); Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1660); Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1745); e relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196).

93 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1574); Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha

90. Aproximadamente às 5 horas da manhã do dia 11 de dezembro de 1981, os soldados retiraram todas as pessoas de suas casas, agrupando-as na praça do povoado na frente da Igreja.[94] Na praça, os soldados ordenaram que formassem duas filas: uma de homens e outra de mulheres e crianças, manifestando que ali permaneceriam enquanto tomavam a decisão sobre o que fazer com eles.[95] Duas horas mais tarde, dividiram as pessoas em dois grupos: um de homens e crianças maiores, que enviaram à Igreja, e outro de mulheres e crianças pequenas, os quais levaram à casa do senhor Alfredo Márquez.[96]

91. Conforme foi reconhecido pelo Estado e estabelecido no relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese,[97] os comandantes do BIRI Atlacatl, da Terceira Brigada de Infantaria de San Miguel e do Centro de Instrução de Comandos de San Francisco Gotera e outros oficiais de alta patente dentro da operação teriam realizado uma reunião e em seguida foi dada a ordem para executar as pessoas.

92. Aproximadamente às 8 horas da manhã do dia 11 de dezembro de 1981, teve início a execução massiva das pessoas concentradas em El Mozote. Ao meio dia, depois de concluir o assassinato dos homens agrupados na igreja, vários soldados ingressaram na casa do senhor Alfredo Márquez – onde estavam as mulheres e as crianças mais novas – dizendo "agora sim mulheres, os homens já os liberamos, apenas faltam vocês. Vamos retirá-las por grupos, porque por grupos vamos mandá-las para suas casas, para Gotera, para onde vocês queiram".[98] A partir desse momento, as mulheres foram retiradas em

---

1660); Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1745); e relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196).

94 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1574); Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1660); Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1745); e relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196).

95 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1574); Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1660); Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1745); e relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196).

96 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1574); Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1660); e Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1745).

97 *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*. San Salvador, El Salvador, 2008. p. 65 a 66 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5301 a 5302).

98 Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1575). Ver também, Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à

grupos de aproximadamente vinte pessoas, a partir das mais jovens até as de maior idade, sendo obrigadas a abandonar seus filhos neste lugar, alguns dos quais eram recém-nascidos.[99] Levaram os grupos de mulheres a diferentes casas, entre elas a do senhor Israel Márquez, onde foram metralhadas.[100] Na casa do senhor Israel Márquez, foram recuperadas 31 concentrações de fragmentos ósseos (12 adultos, 4 de crianças menores de 3 anos e o resto impossível de identificar) e cinzas devido à ação de fogo.[101] Quanto ao sexo, em sua grande maioria era indivíduos de sexo feminino; no entanto, a identificação é indeterminada assim como a causa de morte, ainda que se possa inferir que, dadas as evidências balísticas encontradas, os indivíduos antes de serem queimados foram assassinados com armas de fogo de alta velocidade.[102]

93. Conforme foi reconhecido pelo Estado e estabelecido nos relatórios do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, as mulheres mais jovens foram levadas aos arredores do povoado, especialmente aos morros "El Chingo" e "La Cruz", onde membros do exército as violentaram sexualmente antes de assassiná-las.[103]

94. Em seguida, as crianças mais novas, que ainda permaneciam na casa de Alfredo Márquez, foram executadas, algumas nesta mesma casa e outras no interior e exterior do convento.[104] Nesse momento, conforme relatou a senhora Rufina Amaya, "se ouviam os

---

submissão do caso, folha 1661); e Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1746).

[99] *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1575). Ver também, Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1661), e Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1746).

[100] *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1575); Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1661); Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1746); e Ata de inspeção judicial realizada no povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 27 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1958 a 1959).

[101] *Cf.* Relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre os trabalhos de exumação realizados no ano 2001 (expediente de prova, tomo VI, anexo 28 à submissão do caso, folhas 4440 e 4488).

[102] *Cf.* Relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre os trabalhos de exumação realizados no ano 2001 (expediente de prova, tomo VI, anexo 28 à submissão do caso, folha 4489).

[103] *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, as execuções massivas no povoado de El Mozote e outros sítios vizinhos. 23 de julho de 1992, p. 8 (expediente de prova, tomo II, anexo 9 à submissão do caso, folha 1470); Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*. San Salvador, El Salvador, 2008, pp. 57 e 333 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5302 e 5456); e Rufina Amaya, Mark Danner e Carlos Henríquez, "*Luciérnagas en El Mozote*", San Salvador, oitava edição, 2008, p. 68 (expediente de prova, tomo X, anexo 10.1 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 6526).

[104] *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folhas 1576 a 1577); Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1662); relatório da Comissão da Verdade para El Salvador*: De la locura a la esperanza, La guerra de 12 años en El Salvador*, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1196); Escrito de denúncia de Pedro Chicas Romero apresentado perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco

gritos de uma criança que chorava e pedia por sua mãe", quando "um militar ordenou: '[a]nda e mata esse bastardo que não foi morto direito', e um pouco depois se ouviu que lhe dispararam e já não se ouviu mais".[105] A maioria das crianças foi assassinada no interior do convento, na cabana localizada junto à igreja, a qual foi logo queimada.[106] Mais de 95% dos 143 indivíduos identificados correspondem a crianças, sendo a média de idade de 6 anos.[107] As pessoas encontradas no convento morreram ali ou seus corpos foram depositados neste lugar quando ainda conservavam seus tecidos flácidos.[108] Deste modo, conclui-se que, pelo menos, uma certa quantidade de pessoas foi assassinada no convento e queimada no mesmo lugar dada "a grande quantidade de sinais de fogo em todos os níveis da casa".[109]

95. Tal como foi reconhecido pelo Estado e estabelecido no relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese,[110] os corpos de todas as pessoas assassinadas foram empilhados em várias casas, que depois foram queimadas pelos soldados. Do mesmo modo, atearam fogo à igreja, onde havia pessoas lesionadas ainda com vida, pois foi possível ouvir seus gritos e lamentos.

96. Sobreviventes dos massacres que haviam se escondido no morro e outras pessoas ou familiares indicaram ter voltado a El Mozote depois do massacre em busca de familiares que viviam ali, encontrando cadáveres de crianças, mulheres e idosos, muitos deles carbonizados, degolados ou desmembrados pelos animais, bem como casas queimadas.[111]

Gotera em 26 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 21 à submissão do caso, folha 1581); e Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*. San Salvador, El Salvador, 2008, pp. 57 a 58 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5302 a 5303). Ver também, Ata de inspeção judicial realizada no povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 27 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1957 a 1958).

[105] Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1577).

[106] *Cf.* Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2928). Ver também, Ata de inspeção judicial realizada no povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 27 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1957).

[107] *Cf.* Relatório da investigação forense do povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado por Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo VI, anexo 24 submissão ao caso, folha 4022) e Ofício de Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3525).

[108] *Cf.* Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2931).

[109] Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2942).

[110] *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, pp. 58 a 59 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5302 a 5303). Ver também Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1576) e Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1660 a 1665).

[111] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Juan Bautista Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1658); Declaração de ofendido prestada por Juan Bautista Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1749 a 1750); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública

97. De acordo com o estabelecido no Relatório de Mérito da Comissão e reconhecido pelo Estado, até o presente, aproximadamente 498 pessoas foram identificadas como executadas no povoado de El Mozote. Isso sem prejuízo do que oportunamente esta Corte estabeleça nesta Sentença, de acordo com os critérios expostos anteriormente para a determinação de vítimas (par. 57 *supra)*.

d) O massacre no cantão La Joya

98. O cantão La Joya, na jurisdição de Meanguera, é um vale com um rio chamado "Las Marías", que está localizado a aproximadamente três quilômetros a Sudoeste do povoado de El Mozote, no Departamento de Morazán.[112] Ao Oeste está localizado um planalto conhecido como "Arada Vieja", situado no povoado Los Quebrachos.

99. Em 10 de dezembro de 1981, um grande número de helicópteros da Força Aérea salvadorenha sobrevoaram o cantão e aterrizaram na "Arada Vieja" transportando tropas.[113] À tarde, efetivos militares abriram fogo com morteiros e tiros contra o cantão.[114] Por tal

(*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10277); Declaração testemunhal prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 27 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1692 a 1693); e Declaração testemunhal prestada por Anastacio Pereira Vigil em 2 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2021).

112 *Cf.* Declaração de ofendido prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1671 a 1672) e Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1695).

113 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1695); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1711 a 1713); Declaração testemunhal prestada por Rosa Ramírez Hernández perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1717); Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1723 a 1724); Declaração de ofendido prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1752); Declaração testemunhal prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 20 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1757); Declaração de ofendido prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 4 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1762); Declaração testemunhal prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1767); Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1774); e Declaração juramentada prestada por César Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5547).

114 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1695); Declaração testemunhal prestada por Rosa Ramírez Hernández perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1717); Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1723 a 1724); Declaração de ofendido prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1752); Declaração testemunhal prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em

razão, alguns moradores buscaram se esconder imediatamente,[115] outros esperaram a madrugada do dia 11 de dezembro para sair para se esconder no morro ou no rio Las Marías,[116] e um grande número de pessoas decidiu não abandonar o lugar. Os homens que foram se esconder no morro ou no rio acreditavam que suas mulheres e filhos pequenos, a quem deixaram em suas casas, não sofreriam dano.[117]

100. Aproximadamente às 8 horas da manhã do dia 11 de dezembro de 1981, soldados uniformizados entraram no cantão La Joya procedendo a retirar as pessoas de suas casas e a assassiná-las, para em seguida queimar as casas, bens e animais da população.[118] Alguns

---

20 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1757); Declaração de ofendido prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 4 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1762); Declaração testemunhal prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1767); Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1774); e Declaração juramentada prestada por Pedro Chicas Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5530).

115 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1774); Declaração juramentada prestada por Pedro Chicas Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5530); e Declaração juramentada prestada por César Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5547).

116 *Cf.* Declaração de ofendido prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 4 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1762); Declaração testemunhal prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1767); e Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1775).

117 *Cf.* Declaração de ofendido prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1752 a 1755); Declaração testemunhal prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 20 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1758 a 1759); Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1775); e Declaração juramentada prestada por Pedro Chicas Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5530).

118 *Cf.* Declaração de ofendido prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1671 a 1672); Declaração de ofendido prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1753); Declaração testemunhal prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 20 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1758); Declaração de ofendido prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 4 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1763); Declaração testemunhal prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1768); Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1775); Declaração juramentada prestada por César Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5547); Declaração oferecida por María del Rosario López Sánchez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012; e Ata de inspeção judicial realizada no Cantão "La Joya", jurisdição de Meanguera, Distrito de

sobreviventes puderam ouvir os gritos e lamentos das pessoas que estavam sendo assassinadas.[119]

101. Sobreviventes de La Joya foram forçados a fugir e evadir a operação militar, arrastando-se aos morros e escondendo-se em grutas mais próximas por muitos dias.[120]

102. Do mesmo modo, um grupo de aproximadamente 50 pessoas buscou refúgio no morro conhecido como "El Perico", situado a cerca de 500 metros das casas do cantão.[121] Desde esse lugar puderam observar as colunas de fumaça e ouvir os disparos dos soldados.[122]

103. Depois de vários dias, as pessoas que se esconderam no morro, no rio, nas grutas e no morro "El Perico" desceram ao povoado e enterraram as pessoas mortas.[123] Do mesmo

---

Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 1º de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2159).

[119] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1711 a 1713). Ver também Declaração oferecida por María del Rosario López Sánchez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

[120] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 27 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1692 a 1693); Declaração juramentada prestada por Pedro Chicas Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5530 a 5531); Declaração testemunhal prestada por María Amanda Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1704 a 1705); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1711 a 1713); Declaração de ofendido prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 4 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1762 a 1765); Declaração testemunhal prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1767 a 1770); Declaração juramentada prestada por César Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5547 a 5548); e Declaração oferecida por María del Rosario López Sánchez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

[121] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1696 a 1697); Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1725); e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10277). Ver também Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5522 a 5525).

[122] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1696 a 1697) e Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1725). Ver também Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5522 a 5525).

[123] *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1695 a 1698); Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1723 a 1728); e Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1711 a 1713). Ver também Declaração

modo, encontraram todas as suas casas queimadas e destruídas, razão pela qual a maioria decidiu buscar refúgio em Honduras.[124]

104. Finalizado o massacre, lia-se numa parede a frase: "Aqui passou o Batalhão Atlacatl".[125] Conforme foi reconhecido pelo Estado e estabelecido no relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese,[126] ao final de dezembro de 1981, um avião sobrevoou a população de San Fernando, ao norte do Departamento de Morazán, lançando papéis de aviso que informavam à população sobre a morte de toda a população dos cantões La Joya e Cerro Pando e do povoado de El Mozote.

105. De acordo com o estabelecido no Relatório de Mérito da Comissão e reconhecido pelo Estado, até o presente, aproximadamente 152 pessoas foram identificadas como executadas no cantão La Joya. Isso sem prejuízo do que for oportunamente estabelecido por esta Corte nesta Sentença, de acordo com os critérios expostos anteriormente para a determinação de vítimas (par. 57 *supra)*.

e) O massacre no povoado de Ranchería

106. O povoado de Ranchería, do cantão Guacamaya, na jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, estava localizado a aproximadamente mil metros em direção ao Noroeste do povoado de El Mozote e era composto por aproximadamente 17 casas de famílias camponesas.[127]

---

juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5522 a 5525).

124 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1695 a 1698); Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1723 a 1728); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1711 a 1713); Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1774 a 1778); Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5522 a 5525); e Declaração juramentada prestada por César Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5547 a 5548).

125 *Cf.* Declaração de ofendido prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1671); Declaração testemunhal prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 27 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1693); e Ata de inspeção judicial realizada no Cantão "La Joya", jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 1º de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2159).

126 *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*. San Salvador, El Salvador, 2008. p. 61 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5304).

127 *Cf.* Inspeção judicial realizada no povoado de Ranchería, do cantão Guacamaya, jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 15 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2224 a 2228) e Declaração testemunhal prestada por Irma Ramos Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1668 a 1670).

107. Conforme foi reconhecido pelo Estado e estabelecido no relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, nas primeiras horas da manhã de 12 de dezembro de 1981, a Terceira Compania do BIRI Atlacatl se deslocou nesta direção, rumo a Ranchería e Los Toriles, onde continuaram os assassinatos massivos de moradores. Neste povoado os assassinatos foram perpetrados no interior das casas, contra grupos familiares. Iniciaram com a casa do senhor Vicente Márquez, continuaram com a casa do senhor Catarino Rodríguez,[128] na qual viviam três famílias, e seguiram, família por família, durante várias horas. Muitas das casas foram queimadas depois dos assassinatos.[129]

108. Conforme foi reconhecido pelo Estado e estabelecido no relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese,[130] as pessoas que conseguiram escapar, e que estavam escondidas naquele momento, puderam ouvir os disparos, os gritos das pessoas suplicando que não as matassem e o choro das crianças. Muitos destes sobreviventes voltaram ao lugar em busca de seus familiares e encontraram os cadáveres, alguns deles degolados e mutilados.

109. De acordo com o estabelecido no Relatório de Mérito da Comissão e reconhecido pelo Estado, até o presente, aproximadamente 56 pessoas foram identificadas como executadas no povoado de Ranchería. Isso sem prejuízo do que for oportunamente estabelecido por esta Corte nesta Sentença, de acordo com os critérios expostos anteriormente para a determinação de vítimas (par. 57 *supra)*.

f) O massacre no povoado de Los Toriles

110. O povoado de Los Toriles, do cantão Guacamaya, na jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, estava localizado imediatamente ao lado do povoado de Ranchería.

111. Aproximadamente às 7 horas da manhã do dia 12 de dezembro de 1981, começaram os assassinatos por grupos familiares.[131] Posteriormente, os soldados procederam à queima e à destruição das casas, das plantações, dos animais e dos bens.[132] De forma coincidente, segundo se adverte das exumações realizadas pela Equipe Argentina de Antropologia

---

128 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Irma Ramos Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1668).

129 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Irma Ramos Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1668 a 1670).

130 *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*. San Salvador, El Salvador, 2008. p. 62 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5305).

131 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1701); Declaração de ofendida prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 18 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1730); e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10289 a 10291). Ver também, Resumo do trabalho forense de setembro a dezembro de 2001 realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) de 7 de dezembro de 2001 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3946).

132 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1701 a 1702) e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10289).

Forense em quatro locais, as familias foram concentradas antes de serem metralhadas pelos militares e os esqueletos se encontravam em boas condições, uma vez que as vítimas não foram queimadas nem empilhadas, o que facilitou a identificação.[133]

112. De acordo com o estabelecido no Relatório de Mérito da Comissão e reconhecido pelo Estado, até o presente, aproximadamente 82 pessoas foram identificadas como executadas no povoado de Los Toriles. Isso sem prejuízo do que for oportunamente estabelecido por esta Corte nesta Sentença, de acordo com os critérios expostos anteriormente para a determinação de vítimas (par. 57 *supra)*.

g) O massacre no povoado de Jocote Amarillo

113. O povoado de Jocote Amarillo, do cantão Guacamaya, na jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, estava situado a aproximadamente dois quilômetros ao Sul do povoado de El Mozote.

114. A operação militar e os assassinatos ocorridos nos outros lugares já era informação conhecida pelos habitantes de Jocote Amarillo,[134] motivo pelo qual muitas pessoas conseguiram se esconder no morro antes da chegada dos militares. Entretanto, outras pessoas se refugiaram neste lugar,[135] uma vez que, como foi estabelecido no Relatório de Mérito e reconhecido pelo Estado, localizava-se mais longe e pensava-se que ali não chegariam os soldados.

115. Segundo as narrativas de sobreviventes, que ouviram os disparos e observaram colunas de fumaça, os efetivos militares começaram os assassinatos em Jocote Amarillo entre 7 e 9 horas da manhã do dia 13 de dezembro de 1981.[136] Segundo foi estabelecido no Relatório de Mérito e reconhecido pelo Estado, eram constantes o tiroteio, os gritos de angústia e de dor e "os clamores das pessoas que estavam sendo assassinadas". Ao regressar, aqueles que conseguiram fugir encontraram os cadáveres de seus familiares, alguns carbonizados, e procederam ao seu enterro.[137] Todas as casas haviam sido queimadas.[138]

---

133 *Cf.* Relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre os trabalhos de exumação realizados no ano 2001 (expediente de prova, tomo VI, anexo 28 à submissão do caso, folhas 4445 a 4452).

134 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1715); Declaração de ofendido prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1742); e Declaração juramentada prestada por Alejandro Hernández Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 3 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5573).

135 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1715), e Declaração de ofendido prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1742).

136 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Juan Bautista Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1657); Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1715); e Declaração de ofendido prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1741).

137 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1715); Declaração de ofendido prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo

116. De acordo com o estabelecido no Relatório de Mérito da Comissão e reconhecido pelo Estado, até o presente, aproximadamente 23 pessoas foram identificadas como executadas no povoado de Jocote Amarillo. Isso sem prejuízo do que for oportunamente estabelecido por esta Corte nesta Sentença, de acordo com os critérios expostos anteriormente para a determinação de vítimas (par. 57 *supra)*.

h) O massacre no cantão Cerro Pando e em uma gruta do Cerro Ortiz

117. O cantão *Cerro Pando*, do Município de Meanguera, estava localizado a cerca de 4 quilômetros ao Sul do povoado de El Mozote, no Departamento de Morazán.

118. Quando os soldados chegaram em 13 de dezembro de 1981, muitas pessoas já estavam escondidas nos morros.[139] No entanto, às 8 horas da manhã começaram a ouvir o clamor da população e os gritos das crianças que permaneciam em suas casas, os quais foram assassinados.[140] Depois as casas foram queimadas,[141] razão pela qual muitas destas pessoas foram encontradas carbonizadas por seus familiares ou devoradas por aves de rapina.[142]

119. De acordo com o estabelecido no Relatório de Mérito da Comissão e reconhecido pelo Estado, até o presente, aproximadamente 141 pessoas foram identificadas como executadas no cantão Cerro Pando. Isso sem prejuízo do que for oportunamente

---

Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1742); Declaração testemunhal prestada por Juan Bautista Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1657); Resumo dos trabalhos forenses, povoado de Jocote Amarillo, Sítios 1, 2, 3 e 4, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) de 13 de julho de 2000 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3719 a 3722), e Ata de inspeção judicial realizada no povoado de Jocote Amarillo, do cantão Guacamaya, jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 29 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2301 a 2303).

138 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Alejandro Hernández Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 3 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5573).

139 *Cf.* Declaração de ofendida prestada por Lidia Chicas Mejía perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 21 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2351).

140 *Cf.* Declaração de ofendida prestada por Lidia Chicas Mejía perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 21 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2352), e Declaração testemunhal prestada por Lidia Chicas Mejía perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 21 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2355 a 2356).

141 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1706).

142 *Cf.* Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10287); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por José Pablo Diaz Portillo em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10298); Declaração juramentada prestada por Santos Jacobo Chicas Guevara ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 20 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5540), e Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1708). Ver também, Ata de inspeção judicial realizada no povoado El Barrial, do cantão Cerro Pando, da jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 12 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2318).

estabelecido por esta Corte nesta Sentença, de acordo com os critérios expostos anteriormente para a determinação de vítimas (par. 57 *supra)*.

120. Segundo foi estabelecido pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em seu relatório[143] e reconhecido pelo Estado, no contexto deste massacre, cerca de 20 pessoas se refugiaram da operação em uma gruta do *Cerro Ortiz*, município de El Zapotal, mas foram descobertas pelos soldados por causa do choro de uma criança. Sem aviso prévio, os soldados lançaram uma granada dentro da gruta. Os feridos que podiam caminhar abandonaram a gruta.[144]

121. De acordo com o estabelecido no Relatório de Mérito da Comissão e reconhecido pelo Estado, até o presente, aproximadamente 15 pessoas foram identificadas como executadas em uma gruta do Cerro Ortiz. Isso sem prejuízo do que for oportunamente estabelecido por esta Corte nesta Sentença, de acordo com os critérios expostos anteriormente para a determinação de vítimas (par. 57 *supra)*.

4) Os deslocamentos internos e internacionais

122. Das declarações presentes nos autos do processo decorre que ocorreram deslocamentos internos[145] e para a República de Honduras[146] prévios aos massacres, em consequência da situação imperante na zona norte do Departamento de Morazán.

123. Ademais, devido ao temor causado na população sobrevivente, à destruição e queima de casas e à eliminação de seus meios de subsistência, ocorreram movimentos massivos de pessoas como conseqüência dos massacres do presente caso. As declarações

---

143 *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, p. 66 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5307).

144 *Cf.* Introdução por María Julia Hernández em: Pedro Linger Gasiglia, *El Mozote*. *La Masacre 25 años después*. 1ª Ed., Bons Aires, 2007 (expediente de prova, tomo IX, anexo 4 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5704).

145 *Cf.* Declaração juramentada prestada por José Eliseo Claros Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 21 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5533); Declaração juramentada prestada por José Gregorio Hernández García ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 20 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5536); Declaração juramentada prestada por Petronila Vigil de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 2 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5553); Declaração juramentada prestada por María Trinidad Diaz Diaz ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 3 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5578); Declaração juramentada prestada por María Regina Márquez Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 2 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5585); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Sofía Pereira Romero em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10280), e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Sonia Tobar de Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10284).

146 *Cf.* Declaração juramentada prestada por José Gervacio Diaz ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 28 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5543 a 5544); Declaração juramentada prestada por María Ester González Barrera ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 29 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5550); Declaração juramentada prestada por María Teresa Argueta de Pereira ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 8 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5569), e Declaração juramentada prestada por María Regina Márquez Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 2 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5585 a 5586).

recolhidas indicam que as pessoas sobreviventes se deslocaram internamente[147] e/ou partiram para a República de Honduras para refugiar-se nos acampamentos de Colomoncagua.[148] A perita Yáñez de la Cruz contabilizou 361 lugares distintos para onde se deslocaram os sobreviventes, sendo que "a média de lugares para os quais se deslocaram durante a fuga foi de três lugares, existindo pessoas que se deslocaram até a quatro".[149]

124. Os testemunhos também são coincidentes em manifestar que as pessoas deslocadas internamente e os refugiados sofreram diferentes formas de discriminação pelo fato de originarem de uma região associada com a guerrilha.[150]

125. Em geral, ao concluir o confito armado algumas pessoas deslocadas internamente voltaram a seus locais de origem por conta própria e outras se estabeleceram na cidade de Segundo Montes.[151]

---

147 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1708); Declaração de ofendido prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 25 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1734); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1712); Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5522 a 5523), e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10289 a 10290).

148 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1578); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10277); Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1697); Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1724 a 1725); Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1708); Declaração de ofendido prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 25 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1734); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1712); Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1716); Declaração de ofendido prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1742); Declaração juramentada prestada por María Erlinda Amaya Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5591), e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10287).

149 Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentado por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folhas 10526 a 10527).

150 *Cf.* Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

151 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1708); Declaração de ofendido prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 25 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1734); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1712); Declaração juramentada prestada por

126. Os sobreviventes que saíram para a República de Honduras permaneceram nos acampamentos de refugiados entre 7 a 9 anos. Devido a gestões de organismos humanitários, do ACNUR e de outras instituições, entre o fim de 1989 e fevereiro de 1990, as pessoas que se encontravam em Colomancagua foram repatriadas, assentando-se no que hoje se conhece como a cidade de Segundo Montes, no Departamento de Morazán.[152]

127. Segundo a perita Yáñez De La Cruz, os retornos ocorreram da seguinte forma: "45% regressou entre os anos de 1991 e 2009: 4% o fez em 1991, 27% o fez em 1992, 23% em 1995, e entre 4 e 5% o fez a partir de 1996 até 2009". As pessoas que ainda não regressaram representam 55%, das quais se considera como causas para não retornar o seguinte: "78% não teve possibilidade, por causa da pobreza em que viviam e porque não tinham nada lá e 22% não regressou por medo".[153]

B. Argumentos da Comissão e alegações das partes

1) Argumentos da Comissão Interamericana

128. A Comissão considerou estabelecido que, entre 11 e 13 de dezembro de 1981, foi realizada uma operação, principalmente por parte do BIRI Atlacatl, com apoio de outros órgãos militares, inclusive a Força Aérea salvadorenha, durante a qual foram perpetrados massacres sucessivos em sete localidades do norte do Departamento de Morazán, com extrema crueldade, principalmente mediante o uso de armas de fogo, mas também através de golpes com paus, degolamentos e inclusive incêndios em lugares onde ainda havia pessoas com vida. Segundo a Comissão, nestes fatos teriam sido mortas aproximadamente mil pessoas sem que haja qualquer indício sobre a possibilidade de que os alegados fatos ocorreram no contexto de um enfrentamento. As provas disponíveis seriam consistentes com um ataque massivo e indiscriminado contra a população civil. Igualmente, muitas pessoas teriam sido golpeadas e maltratadas fisicamente antes de seu assassinato. Pela natureza dos fatos, não seria possível contar com informação precisa sobre os distintos atos de tortura aos quais as vítimas teriam sido submetidas. Entretanto, a Comissão considerou que os relatos que indicam interrogatórios com violência sobre supostos vínculos com a guerrilha e o fato de terem presenciado o assassinato de seus entes queridos, de seus vizinhos e conhecidos, por si só permitiriam concluir que as pessoas assassinadas teriam sido vítimas de atos de tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes nos

---

María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5523), e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10290).

[152] *Cf.* Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10277); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10287); Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1578); Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1697 a1698); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1712), e Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1716).

[153] Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentado por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10527).

momentos prévios à sua morte. Por outro lado, a Comissão considerou que, pelas circunstâncias do massacre no povoado de El Mozote, todas as pessoas assassinadas no local teriam sido detidas ilegal e arbitrariamente antes de sua morte. Em virtude do anterior, a Comissão concluiu que o Estado de El Salvador é responsável pela violação dos direitos à vida e à integridade pessoal das pessoas executadas extrajudicialmente no povoado de El Mozote, no cantão La Joya, nos povoados de Ranchería, Los Toriles, Jocote Amarillo, no cantão Cerro Pando e numa gruta de Cerro Ortiz. Adicionalmente, a Comissão arguiu que o Estado de El Salvador é responsável pela violação do direito à liberdade pessoal das vítimas executadas extrajudicialmente no povoado de El Mozote.

129. A Comissão também arguiu que teria sido provado o alarmante número de crianças que teriam sido assassinadas nos massacres de El Mozote e lugares vizinhos. Especificamente, no povoado de El Mozote, um primeiro grupo de crianças teria sido levado com os homens a um lugar onde teriam permanecido detidos, sendo submetidos a distintos atos de tortura. Neste sentido, a Comissão argumentou que os altos comandantes militares salvadorenhos não apenas teriam se omitido em adotar as precauções necessárias para evitar a perda de vidas de crianças, mas teriam ordenado, desde suas mais altas esferas, seu assassinato para alcançar a finalidade de arrasar com toda a população civil de lugares percebidos como de presença guerrilheira. Por isso, a Comissão concluiu que, ademais das violações aos direitos à vida, à integridade e à liberdade pessoal, o Estado de El Salvador desconheceu deliberadamente sua obrigação de proteção especial das crianças consagrada no artigo 19 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento de todas as crianças que teriam sido executadas extrajudicialmente nos massacres perpetradas no povoado de El Mozote e lugares vizinhos.

130. Por sua vez, a Comissão arguiu que, dado que no povoado de El Mozote muitas das mulheres jovens teriam sido levadas aos arredores do povoado, especificamente aos morros "El Chingo" e "La Cruz", para serem submetidas a violência sexual antes de sua execução extrajudicial, o Estado de El Salvador é responsável pela violação dos direitos consagrados nos artigos 5.1, 5.2 e 11.2 da Convenção, em relação às obrigações estabelecidas no artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento de um grupo indeterminado de mulheres que se encontrava no povoado de El Mozote no momento do alegado massacre. A Comissão também enfatizou que os atos de violência sexual aos quais são submetidas mulheres detidas constitui tortura. A este respeito, a Comissão se referiu à complementariedade dos artigos 5 e 11 da Convenção Americana em casos de estupro, já que além de afetar a integridade física, psicológica e moral da vítima, rompe sua dignidade, invade uma das esferas mais íntimas de sua vida - a de seu espaço físico e sexual - e a despoja de sua capacidade de tomar decisões a respeito de seu corpo conforme a sua autonomia.

131. A Comissão assinalou que várias pessoas teriam sobrevivido aos massacres de El Mozote e lugares vizinhos e que seriam familiares das vítimas executadas e que a simples perda de seus entes queridos em circunstâncias como as descritas no presente caso permitiria inferir um sofrimento incompatível com o artigo 5.1 da Convenção. Adicionalmente, a Comissão se referiu a circunstâncias particulares que, pela natureza dos fatos, teriam sofrido os familiares sobreviventes durante e posteriormente aos massacres, causando graves afetações à integridade psíquica e moral dos familiares sobreviventes. Deste modo, a Comissão concluiu que o Estado é responsável pela violação do direito à integridade psíquica e moral consagrado no artigo 5.1 da Convenção, em relação às obrigações estabelecidas no artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento dos familiares sobreviventes.

132. A Comissão sustentou que várias das casas em El Mozote, La Joya, Ranchería, Los Toriles, Jocote Amarillo e Cerro Pando teriam sido queimadas pelos mesmos militares no

momento de perpetrar os massacres. Do mesmo modo, em alguns dos lugares, os membros das companhias militares a cargo da operação teriam despojado as vítimas dos bens que levavam consigo ou dos pertences que se encontravam em suas casas. Assim mesmo, vários sobreviventes teriam declarado que ao voltar de seu esconderijo em busca de seus familiares teriam encontrado também os cadáveres dos animais que lhes serviam de sustento. Em consequência, a Comissão considerou que os fatos descritos constituiriam uma violação do direito à propriedade privada, consagrado no artigo 21.1 e 21.2, em relação às obrigações estabelecidas no artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas executadas que teriam sido despojadas de seus bens, assim como dos sobreviventes que habitavam nos povoados e cantões onde teriam sido cometidos os massacres e cujas casas foram destruídas ou tiveram seus meios de subsistência arrebatados ou eliminados.

133. A Comissão argumentou que, como consequência do terror causado à população, assim como da destruição total dos lugares onde ocorreram os massacres e a consequente impossibilidade de continuar vivendo ali, muitas pessoas teriam partido para a República de Honduras para se refugiar, retornando a El Salvador aproximadamente no início dos anos 90. A este respeito, considerou que esta situação devia ser enquadrada dentro da definição de deslocamento forçado e que, ao ocorrer como consequência direta dos massacres, o Estado seria responsável pela violação do direito consagrado no artigo 22.1 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das pessoas identificadas que teriam se refugiado na República de Honduras.

2) Alegações dos representantes

134. Os representantes argumentaram que a obrigação processual estatal de investigar as violações dos direitos à vida e à integridade pessoal das supostas vítimas do alegado massacre é independente da obrigação substantiva emanada destas disposições. A este respeito, indicaram que, apesar da gravidade dos fatos, o Estado, desde a data em que a Corte tem competência para se pronunciar sobre os fatos alegados, não tinha realizado uma única diligência por sua própria iniciativa para o estabelecimento da verdade sobre o ocorrido. Nesta linha, solicitaram ao Tribunal que declarasse que o Estado é responsável pela violação dos direitos dispostos nos artigos 4 e 5 da Convenção, em concordância com o artigo 1.1 do mesmo instrumento. Em suas alegações finais, os representantes solicitaram que a Corte declarasse a responsabilidade agravada do Estado pela criação e aplicação da estratégia de "retirar a água do peixe" ou "terra arrasada"; que declarasse que o Estado é responsável pela violação do direito à vida das vítimas dos massacres, contido no artigo 4 da Convenção em concordância com os artigos 1.1 e 19 da mesma, tanto pelo descumprimento do dever de garantia como de respeito em virtude das execuções; e que declare que o Estado é responsável pela execução de atos de tortura e tratamentos, cruéis, desumanos ou degradantes contra as vítimas dos massacres. Por último, os representantes solicitaram à Corte que, ao emitir sua sentença neste caso, "se refira à responsabilidade agravada que recai ao Estado porque todas as violações cometidas se deram no contexto de uma estratégia militar criada e executada pelo Estado em ampla contradição com os postulados da Convenção Americana e dos princípios que a inspiram".

135. Em suas alegações finais, os representantes alegaram que as violações sexuais relatadas constituíram atos de tortura por parte do Estado e, portanto, uma violação do direito à integridade pessoal.

136. Os representantes agregaram que tanto as supostas vítimas sobreviventes como os familiares das vítimas que não estiveram presentes no lugar dos massacres no dia dos fatos teriam enfrentado a absoluta inatividade por parte das autoridades, as quais não teriam adotado nenhuma medida para esclarecer os fatos, somado a que por anos teriam sido

obrigados a observar como os perpetradores do alegado massacre teriam sido homenageados de maneira reiterada pelo Estado. Nesta linha, os representantes se referiram "aos sentimentos de angústia e impotência que todos estes fatos teriam causado no decurso dos anos" às vítimas do caso, cujas vidas teriam estado marcadas "pelo abandono e o desprezo do Estado, que durante os primeiros anos após os fatos inclusive negou que os mesmos tivessem ocorrido e que hoje continua sem investigá-los e sem punir seus responsáveis". Em suas alegações finais, os representantes alegaram que foi produzidi um dano à integridade pessoal dos sobreviventes porque alguns deles não puderam enterrar os seus familiares por temor a represálias por parte dos militares ou pelo estado em que se encontravam os corpos, sendo que outros nunca puderam recuperar os restos, o que provocou um luto sem fim. Ademais, argumentaram que a desapropriação das terras e plantações, queimando-os e destruindo-os, foi uma forma de arrasar a identidade das vítimas. Portanto, solicitaram à Corte que declare que o Estado é responsável pela violação do direito à integridade das vítimas sobreviventes dos massacres e dos familiares das vítimas assassinadas, na medida em que estas teriam sido submetidas a um profundo sofrimento por anos, em razão das distintas violações cometidas contra elas mesmas e seus familiares.

137. Os representantes coincidiram com a Comissão e acrescentaram que a privação da propriedade das vítimas teria sido responsabilidade direta do próprio Estado, constituindo um fato continuado que persiste até a atualidade, uma vez que este não teria adotado uma única medida para fazer com as vítimas deste caso recuperassem seus bens. Em consequência, solicitaram à Corte que declarasse que o Estado é responsável pela violação do direito à propriedade de todas as vítimas sobreviventes dos massacres. Em suas alegações finais, os representantes alegaram que, dadas as dimensões dos massacres, não era possível estabelecer quais bens cada uma das vítimas perdeu, entretanto, dado que a destruição de bens e casas era parte do *modus operandi* da operação, consideravam que "é possível estabelecer que todas as vítimas, tanto as assassinadas como as sobreviventes, sofreram violação de seu direito à propriedade". Em suas alegações finais, arguiram que a queima das casas das vítimas teria adicionalmente causado uma violação do artigo 11 da Convenção, e solicitaram à Corte que declare que o Estado é responsável pela violação do direito à vida privada e familiar das vítimas dos massacres.

138. Os representantes solicitaram à Corte que declarasse que o Estado é responsável pela violação dos direitos contidos nos artigos 11 e 22 da Convenção Americana, em concordância com o descumprimento das obrigações incluídas no artigo 1.1 do mesmo instrumento. A este respeito, arguiram que este caso corresponde a uma violação continuada, a qual subsistiría até que as supostas vítimas tenham a possibilidade de voltar ao seu lugar de origem ou residência, o que em muitos casos teria ocorrido com posterioridade a 6 de junho de 1995 e em alguns casos ainda não teria ocorrido, pois além de ser diretamente responsável pelo deslocamento das supostas vítimas, o Estado não teria adotado medidas para garantir o respeito à liberdade de residência e de circulação, nem para procurar que as vítimas retornem a seu lugar de origem. Neste sentido, os representantes consideraram que, ainda que o Estado não tenha restringido de maneira direta a liberdade de circulação e de residência das supostas vítimas deste caso, a impossibilidade de seu regresso teria razão na existência de circunstâncias geradas pelo próprio Estado, como a impunidade dos fatos. Igualmente, indicaram que apesar de existirem alguns programas destinados supostamente à proteção dos deslocados, estes eram controlados pelas mesmas forças responsáveis pelo deslocamento e demandariam a realização de um registro. Do mesmo modo, mesmo quando existam alguns programas que tenham a finalidade de buscar o retorno dos deslocados, estes não teriam resultados efetivos. Os representantes consideraram que a informação contida em seu escrito de petições, argumentos e prova, ainda que seja de caráter geral, deve ser tomada em conta

pela Corte para avaliar como o deslocamento afetou as vítimas dos massacres, já que em contextos extremos de violência é muito difícil documentar as circunstâncias do deslocamento de cada uma das pessoas que foi afetada.

139. Os representantes sustentaram ainda que o deslocamento forçado causaria múltiplas violações de direitos humanos, entre as quais a violação ao direito à vida privada e familiar, a violação do direito à integridade e a violação do direito à livre circulação. Quanto ao direito à vida privada, arguiram que está intrinsecamente ligado ao projeto de vida das vítimas, razão pela qual alegaram que o seu deslocamento forçado teria evidentemente danificado a possibilidade das vítimas conduzirem suas vidas de maneira autônoma e teria implicado numa grave violação do seu direito à vida privada e familiar.

3) Alegações do Estado

140. O Estado não apresentou argumentos jurídicos específicos em relação às violações alegadas, mas unicamente se referiu à alegada violação da perda de propriedades e destruição de bens ocasionados em consequência dos fatos que se denunciam no presente caso, ao deslocamento das vítimas sobreviventes e aos fatos relativos ao contexto de violência em que os mesmos ocorreram, que reconhecia "aqueles que procedem de testemunhos fidedignos de vítimas sobreviventes, assim como os descritos em relatórios oficiais [da] Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de Órgãos Internacionais de Proteção que tenham integrado ou ainda integrem o sistema da Organização das Nações Unidas, assim como os contidos no relatório da Comissão da Verdade da mesma Organização das Nações Unidas, criada em virtude dos Acordos de Paz de El Salvador". Ademais, o Estado notou que os representantes descreveram em realidade o fenômeno geral dos deslocamentos forçados de população civil durante o conflito armado interno salvadorenho, sendo pouco específicos em relação aos deslocamentos que tiveram lugar como produto dos fatos denunciados no caso concreto.

C. Considerações da Corte

141. À luz do reconhecimento realizado pelo Estado, e levando em consideração a gravidade dos fatos que são objeto do presente caso, o Tribunal examinará a seguir a alegada responsabilidade internacional de El Salvador pela violação dos direitos à vida,[154] à integridade pessoal,[155] à liberdade pessoal,[156] à vida privada,[157] da criança,[158] à propriedade

---

154 O artigo 4.1 da Convenção Americana estabelece que:

> [t]oda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

155 Em sua parte pertinente, o artigo 5 da Convenção Americana afirma que:

> 1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.
>
> 2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

156 Em sua parte pertinente o artigo 7 da Convenção Americana dispõe que:

> 1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.
>
> 2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.
>
> 3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários.

157 O artigo 11.2 da Convenção Americana afirma que: "[n]inguém inguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação".

privada,[159] e de circulação e residência,[160] em relação às obrigações de respeito e de garantia.[161] A Corte estima pertinente realizar uma análise conjunta destas alegadas violações em razão do caráter complexo das circunstâncias próprias dos massacres perpetrados neste caso, que evidenciam afetações interrelacionadas a diversos direitos como consequência das mesmas, impedindo uma análise fragmentada. Do mesmo modo, o Tribunal considera útil e apropriado, tal como o fez em outras oportunidades,[162] ao analisar e interpretar o alcance das normas da Convenção Americana no presente caso em que os fatos ocorreram no contexto de um conflito armado não internacional, e de acordo com o artigo 29 da Convenção Americana, recorrer a outros tratados internacionais, tais como as Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949[163] e em particular o artigo 3º comum às quatro convenções,[164] ao Protocolo II adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional de 8 de junho de

---

158 O artigo 19 da Convenção Americana prescreve que: "[t] a criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado".

159 O artigo 21 da Convenção Americana reconhece, em sua parte pertinente, que:

1. Toda pessoa tem direito ao uso e gozo dos seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social.

2. Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei.

160 No que seja pertinente o artigo 22.1 da Convenção Americana estabelece que: "[t]oda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele residir em conformidade com as disposições legais".

161 O artigo 1.1 da Convenção Americana dispõe que: "[o]s Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social".

162 *Cf. Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 1º de julho de 2006. Série C Nº 148, par. 179; *Caso do Massacre de Mapiripán Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*, pars. 114, 153, 172 e 191, e *Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*. *Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas.* Sentença de 24 de novembro de 2009. Série C Nº 211, par. 191.

163 *Cfr.,* em particular, o Convênio de Genebra relativo à proteção devida às pessoas civis em tempo de guerra, aprovado em 12 de agosto de 1949 pela Conferência Diplomática para Elaborar Convênios Internacionais destinados a proteger às vítimas da guerra, celebrada em Genebra de 12 de abril a 12 de agosto de 1949, que entrou em vigor em 21 de outubro de 1950 e foi ratificado por El Salvador em 17 de junho de 1953.

164 O artigo 3º comum às Convenções de Genebra de 1949 estabelece o seguinte: "Conflitos não internacionais: No caso de conflito armado que não apresente um caráter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Partes contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada a aplicar, pelo menos, as seguintes disposições:

1) As pessoas que não tomem parte diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo. Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas: a) As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios; b) A tomada de reféns; c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes; d) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

2) Os feridos e doentes serão recolhidos e tratados. Um organismo humanitário imparcial, como a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer os seus serviços às partes no conflito. As Partes no conflito esforçar-se-ão também por pôr em vigor, por meio de acordos especiais, todas ou parte das restantes disposições da presente Convenção. A aplicação das disposições precedentes não afetará o estatuto jurídico das Partes no conflito".

1977 (doravante "Protocolo II adicional") do qual o Estado é parte,[165] e ao Direito Internacional Humanitário consuetudinário[166] como instrumentos complementares e em consideração de sua especificidade na matéria.

1) As violações de direitos humanos alegadas em detrimento das pessoas executadas

142. O Tribunal estabeleceu que, de acordo com o artigo 1.1 da Convenção, os Estados estão obrigados a respeitar e garantir os direitos humanos nela reconhecidos. A responsabilidade internacional do Estado se fundamenta em atos ou omissões de qualquer poder ou órgão, independentemente de sua hierarquia, que violam a Convenção Americana.[167]

143. Em relação ao dever de respeito, a Corte tem argumentado que a primeira obrigação assumida pelos Estados Partes, nos termos do citado artigo, é a de "respeitar os direitos e liberdades" reconhecidos na Convenção. Assim, na proteção dos direitos humanos está necessariamente compreendida a noção da restrição ao exercício do poder estatal.[168]

144. Sobre a obrigação de garantia, a Corte estabeleceu que esta pode ser cumprida de diferentes maneiras, em função do direito específico que o Estado deva garantir e das particulares necessidades de proteção.[169] Esta obrigação implica o dever dos Estados de organizar todo o aparato governamental e, em geral, todas as estruturas por meio das quais se manifesta o exercício do poder público, de maneira tal que sejam capazes de assegurar juridicamente o livre e pleno exercício dos direitos humanos.[170] Como parte desta obrigação, o Estado possui o dever jurídico de "prevenir, razoavelmente, as violações de direitos humanos, de investigar seriamente com os meios a seu alcance as violações que tenham sido cometidas dentro do âmbito de sua jurisdição a fim de identificar os responsáveis, de impor as punições pertinentes e de assegurar à vítima uma adequada reparação".[171] O decisivo é esclarecer "se uma determinada violação […] ocorreu com o apoio ou a tolerância do poder público ou se este atuou de maneira que a transgressão tenha ocorrido na falta de prevenção ou impunemente".[172]

145. Do mesmo modo, o Tribunal estabeleceu que o direito à vida tem um papel fundamental na Convenção Americana, por ser o pressuposto essencial para o exercício dos

---

165 El Salvador é parte do Protocolo II adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional desde 23 de novembro de 1978.

166 *Cf.* Comitê Internacional da Cruz Vermelha, *El derecho internacional humanitário consuetudinário*, vol. I, editado por Jean-Marie Henckaerts e Louise Doswald-Beck, 2007.

167 *Cf. Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz Vs. Peru. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 10 de julho de 2007. Série C Nº 167, par. 79, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia, par.* 125.

168 *Cf.* A Expressão "Leis" no Artigo 30 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Parecer Consultivo OC-6/86 de 9 de maio de 1986. Série A Nº 6, par. 21, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 126.

169 *Cf. Caso do Massacre de Mapiripán Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*, par. 113, e *Caso Gelman Vs. Uruguai*. Mérito e Reparações. Sentença de 24 de fevereiro de 2011. Série C Nº 221, par. 76.

170 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Mérito, par. 166, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 126.

171 *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Mérito, par. 174, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 186.

172 *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Mérito, par. 173, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 186.

demais direitos. Os Estados possuem a obrigação de garantir a criação das condições requeridas para que não ocorram violações desse direito inalienável e, particularmente, o dever de impedir que seus agentes atentem contra ele. O cumprimento do artigo 4, relacionado com o artigo 1.1 da Convenção Americana, não apenas pressupõe que nenhuma pessoa seja privada de sua vida arbitrariamente (obrigação negativa), mas requer que os Estados adotem todas as medidas apropriadas para proteger e preservar o direito à vida (obrigação positiva),[173] conforme o dever de garantir o pleno e livre exercício dos direitos de todas as pessoas sob sua jurisdição.[174]

146. Esta proteção ativa do direito à vida por parte do Estado não apenas envolve seus legisladores, mas a toda instituição estatal e aos que devem resguardar a segurança, sejam estes suas forças de polícia ou suas forças armadas. Em razão do anterior, os Estados devem adotar as medidas necessárias, não apenas no âmbito legislativo, administrativo e judicial, por meio da expedição de normas penais e o estabelecimento de um sistema de justiça para prevenir, suprimir e castigar a privação da vida como consequência de atos criminais, mas também para prevenir e proteger os indivíduos de atos criminosos de parte de outros indivíduos e de investigar efetivamente estas situações.[175]

147. Por outro lado, a Convenção Americana reconhece expressamente o direito à integridade pessoal, bem jurídico cuja proteção encerra a finalidade principal da proibição imperativa da tortura e de penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.[176] Este Tribunal tem considerado de forma constante em sua jurisprudência que esta proibição alcançou o domínio do *jus cogens*.[177] Desta forma, foi conformado um regime jurídico internacional de proibição absoluta de todas as formas de tortura, tanto física como psicológica, e com respeito a esta última foi reconhecido que as ameaças e o perigo real de submeter uma pessoa a graves lesões físicas produz, em determinadas circunstâncias, uma angústia moral de tal grau que pode ser considerada como "tortura psicológica".[178] Somado ao anterior, a Corte já estabeleceu que "[a] infração do direito à integridade física e psíquica das pessoas é uma classe de violação que possui diversas conotações de grau e que abarca desde a tortura até outro tipo de humilhações ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, cujas sequelas físicas e psíquicas variam de intensidade segundo os fatores endógenos e exógenos que deverão ser demonstrados em cada situação concreta".[179]

148. Os direitos à vida e à integridade pessoal se revestem de um caráter essencial na Convenção. De acordo com o artigo 27.2 do referido tratado, estes direitos formam parte do núcleo inderrogável, pois não podem ser suspendidos em casos de guerra, perigo público ou outras ameaças à independência ou segurança dos Estados Partes.[180] Por sua vez, o

---

173 *Cf. Caso das "Crianças de Rua" (Villagrán Morales e outros) Vs. Guatemala*. Mérito. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C Nº 63, par. 144, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 48.

174 *Cf. Caso do Massacre de Pueblo Bello Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C Nº 140, par. 120, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 48.

175 *Cf.* Caso do Massacre de Pueblo Bello Vs. Colômbia, par. 120, e *Caso Escué Zapata Vs. Colômbia*, par. 40.

176 *Cf. Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 4 de julho de 2006. Série C Nº 149, par. 126, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela,* par. 50.

177 *Cf. Caso Cantoral Benavides Vs. Peru. Mérito*. Sentença de 18 de agosto de 2000. Série C Nº 69, par. 95, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela,* par. 50.

178 *Cf. Caso Cantoral Benavides Vs. Peru*. Mérito, par. 102, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 51.

179 *Caso Loayza Tamayo Vs. Peru. Mérito*, par. 57, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 52.

180 *Cf. Caso Baldeón García Vs. Peru*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 6 de abril de 2006. Série C Nº 147, par. 82, e *Caso González e outras ("Campo Algodoeiro") Vs. México*. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 16 de novembro de 2009. Série C Nº 205, par. 244.

Protocolo II adicional às Convenções de Genebra afirma, em seu artigo 4º, que "são e permanecem proibidas em qualquer momento ou lugar […] os atentados contra a vida, saúde ou bem-estar físico ou mental das pessoas [que não participem diretamente nas hostilidades, ou que já não mais delas participem], em particular o homicídio, assim como os tratamentos cruéis, tais como a tortura, as mutilações ou qualquer forma de pena corporal". Ressalta também que "[é] proibido ordenar que não haja sobreviventes". Ademais, especifica em seu artigo 13 as obrigações de proteção da população civil e das pessoas civis, salvo se participarem diretamente nas hostilidades e enquanto dure esta participação, ao dispor que "gozam de proteção geral contra os perigos resultantes das operações militares" e que "não serão objeto de ataque".

149. No que se refere ao artigo 7 da Convenção, esta Corte tem argumentado que este artigo consagra garantias que representam limites ao exercício da autoridade por parte de agentes do Estado. Estes limites se aplicam aos instrumentos de controle estatais, um dos quais é a detenção. Esta medida deve estar em conformidade com as garantias reconhecidas na Convenção, sempre e quando sua aplicação tenha um caráter excepcional e respeite o princípio da presunção de inocência e os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade, indispensáveis em uma sociedade democrática.[181] A jurisprudência constante desta Corte reconhece que as pessoas submetidas à privação de liberdade que se encontrem sob custódia de corpos repressivos oficiais, agentes estatais ou particulares que atuem com sua aquiescência ou tolerância, que impunemente pratiquem a tortura e o assassinato, representa, por si mesmo, uma infração do dever de prevenção de violações do direito à integridade pessoal.[182]

150. O Tribunal reitera que se revestem de especial gravidade os casos nos quais as vítimas de violações de direitos humanos são crianças,[183] pois são titulares dos direitos estabelecidos na Convenção Americana, além de contarem com medidas especiais de proteção contempladas em seu artigo 19, as quais devem ser definidas segundo as circunstâncias particulares de cada caso concreto.[184] A adoção de medidas especiais para a proteção das crianças corresponde tanto ao Estado como à família, à comunidade e à sociedade à qual pertencem[185] e incluem aquelas referentes à não discriminação, à proibição da tortura e às condições que devem ser observadas em casos de privação da liberdade de crianças.[186]

151. No presente caso foi estabelecido, e El Salvador reconheceu (pars. 17 e 19 *supra*) que, entre 11 e 13 de dezembro de 1981, as Forças Armadas de El Salvador - o Batalhão de Infantaria de Reação Imediata Atlacatl, em conjunto com unidades da Terceira Brigada de Infantaria de San Miguel e do Centro de Instrução de Comandos de San Francisco Gotera -,

---

181 *Cf. Caso "Instituto de Reeducação do Menor" Vs. Paraguai. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 2 de setembro de 2004. Série C Nº 112, par. 228, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 53.

182 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Mérito, par. 175, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 117.

183 A Corte Interamericana considerou que, em termos gerais, entende-se por criança "a toda pessoa que não cumpriu 18 anos de idade". *Condição Jurídica e Direitos Humanos da Criança.* Parecer Consultivo OC-17/02 do 28 de agosto de 2002. Série A Nº 17, par. 42, e *Caso Furlan e familiares Vs. Argentina. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas.* Sentença de 31 de agosto de 2012. Série C Nº 246, par. 123.

184 *Cf. Caso Gelman Vs. Uruguai*, par. 121, e *Caso Furlan e familiares Vs. Argentina*, par. 125.

185 *Cf. Condição Jurídica e Direitos Humanos da Criança*, par. 62, e *Caso Furlan e familiares Vs. Argentina*, par. 125.

186 *Cf. Caso dos Irmãos Gómez Paquiyauri Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 8 de julho de 2004. Série C Nº 110, par. 168, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela,* par. 55.

com o apoio da Força Aérea salvadorenha, realizou uma série consecutiva de execuções massivas, coletivas e indiscriminadas de pessoas indefesas no povoado de El Mozote, no cantão La Joya, nos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo, assim como no cantão Cerro Pando e em uma gruta de Cerro Ortiz, no âmbito de uma suposta operação de contrainsurgência que formava parte de uma política de "terra arrasada" planejada e executada pelo Estado. Com efeito, os fatos demonstram que as Forças Armadas executou todas as pessoas que encontrou em seu caminho: idosos, homens, mulheres, crianças, matou os animais, destruiu e queimou plantações, casas e devastou "de uma maneira especial […] os elementos comunitários".[187]

152. De forma similar, a Comissão da Verdade afirmou que entendia como "plenamente provado que, no dia 11 de dezembro de 1981, unidades do BIRI Atlacatl mataram de maneira deliberada e sistemática um grupo de mais de 200 homens, mulheres e crianças no povoado de El Mozote, o que constituía a totalidade da população civil que haviam encontrado no lugar no dia anterior e que desde então permaneciam em seu poder".[188] Assim mesmo, concluiu que "[e]stá suficientemente comprovado que nos dias que precederam e seguiram o massacre de El Mozote, forças militares que participavam na '*Operación Rescate'* massacraram a população civil não combatente no cantão La Joya, nos povoados de Ranchería, Jocote Amarillo e Los Toriles, e no cantão Cerro Pando".[189] Em todos os casos, a Comissão da Verdade sustentou que "as tropas atuaram de igual maneira: mataram os que encontraram, homens, mulheres e crianças e, em seguida, incendiaram as casas do povoado. Assim sucedeu no cantão La Joya no dia 11 de dezembro; no povoado de Ranchería no dia 12; bem como no povoado de Jocote Amarillo e no cantão Cerro Pando no dia 13".[190]

153. Além da pretendida finalidade da operação (par. 83 *supra)*, o certo é que ela foi dirigida deliberadamente contra a população civil ou não combatente, uma vez que, ainda que a região afetada pela operação constituísse uma zona de conflito, com presença tanto do Exército como da FMLN, a prova é clara no sentido de que, no momento dos fatos, não havia presença de membros da guerrilha nem de pessoas armadas nos referidos lugares,[191]

---

[187] Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

[188] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1201).

[189] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1201).

[190] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1197).

[191] Juan Bautista Márquez declarou perante a Corte Interamericana que no povoado de El Mozote, "[d]evido às operações constantes os moradores do lugar tinham muitos problemas, pois lhes acusavam de apoiar à guerrilha, seja dando-lhes alimentos, medicamentos ou outros objetos e inclusive de ser membros da guerrilha, no entanto[,] [i]sto não era correto pois por temor às vezes davam alimentos, o que igualmente faziam com os membros do exército". Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10276 a 10277). Genaro Sánchez declarou perante o Juiz da causa penal que "com anterioridade aos fatos [no cantão La Joya] não vi[u] que aparecesse a Guerrilha". Declaração testemunhal prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1769). Sotero Guevara Martínez declarou perante o Juiz da causa penal que no cantão La Joya "aqueles que realizavam a operação, não tiveram intercâmbio de disparos com grupos guerrilheiros". Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1777). Pedro Chicas Romero manifestou ao Escritório de Tutela Legal que no cantão La Joya "morreu gente inocente e não eram guerrilheiros, estes eram moradores[,] era gente que não tinha que ver com isso, essa gente morreu estando em casa onde chegaram para matar". Declaração juramentada prestada por Pedro Chicas Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao

mais ainda considerando que a grande maioria das vítimas executadas era crianças, mulheres – algumas delas grávidas - e idosos. As últimas listas de vítimas elaboradas pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, com base em testemunhos de sobreviventes e familiares, indicam 1.061 nomes de supostas vítimas executadas, das quais aproximadamente 54% eram crianças, aproximadamente 18% eram mulheres adultas e aproximadamente 10% eram homens e mulheres adultos maiores de 60 anos. Por outro lado, durante as exumações realizadas em 28 lugares, indicados em sua grande maioria por sobreviventes e outras testemunhas, foram recuperados restos correspondentes a um número mínimo de 281 indivíduos, dos quais aproximadamente 74% correspondem a crianças menores de 12 anos.[192] Em particular, no Sítio 1, conhecido como "*El Convento*" do povoado de El Mozote, dos 143 indivíduos identificados, 136 são crianças e adolescentes, sendo a média de idade de 6 anos.[193]

154. Esta afirmação se vê corroborada também pelos relatórios forenses que concluíram que não foram encontradas evidências que pudessem sustentar a possibilidade de que as mortes tivessem sido produzidas no contexto de um combate, enfrentamento ou intercâmbio de disparos entre dois grupos.[194] Além disso, a quantidade de evidências balísticas encontradas nos lugares das execuções demonstra a forma indiscriminada e massiva em que foram realizadas as execuções das pessoas.[195] As testemunhas sobreviventes mencionam reiteradamente "os tiroteios", "as metralhadoras", "os disparos constantes".[196] Ademais, muitas vítimas foram degoladas ou queimadas ainda com vida

---

escrito de petições, argumentos e provas, folha 5531). José Antonio Márquez Claros expressou ao Escritório de Tutela Legal que no povoado de El Mozote "a quem afetaram foram os pobres camponeses, que não deviam nada e que não estavam tampouco armados, se defendiam apenas correndo". Declaração juramentada prestada por José Antonio Márquez Claros ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 9 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5565). María Erlinda Amaya Márquez afirmou ao Escritório de Tutela Legal que "ainda que eles não fossem guerrilheiros […] era eles a quem buscavam". Declaração juramentada prestada por María Erlinda Amaya Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5591).

192 *Cf.* Perícia conjunta prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Luis Fondebrider, Mercedes C. Doretti e Silvana Turner em 18 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10307 a 10308).

193 *Cf.* Relatório da investigação forense do povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado por Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo VI, anexo 24 submissão ao caso, folha 4022), e Ofício de Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3525).

194 *Cf.* Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2942).

195 *Cf.* Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2942); relatório da investigação forense do povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado por Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo VI, anexo 24 à submissão do caso, folha 4022), e Ofício de Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3511).

196 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Juan Bautista Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1657); Declaração testemunhal prestada por Irma Ramos Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1668 a 1669); Declaração de ofendido prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1671); Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1697); Declaração testemunhal prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de

(pars. 95, 96 e 108 *supra*). As evidências físicas das exumações no povoado de El Mozote confirmam as afirmações de um assassinato massivo, isto é, a ocorrência de um massacre.[197]

155. Em suma, correspondia ao Estado a proteção da população civil no conflito armado[198] e, especialmente, das crianças,[199] que se encontravam em uma situação de maior vulnerabilidade e risco de terem afetados seus direitos. Ao contrário, no presente caso, os agentes estatais atuaram de forma deliberada, ao planejar e executar, por meio das estruturas e instalações do Estado, a perpetração de sete massacres sucessivos de adultos, idosos, homens, mulheres, crianças indefesas, no âmbito de um plano sistemático de repressão a que foram submetidos determinados setores da população considerados como de apoio, colaboração ou pertencimento à guerrilha, ou de alguma maneira contrários ou opositores ao governo.

156. Deste modo, o Estado de El Salvador é responsável pelas execuções perpetradas pelas Forças Armadas salvadorenhas nos massacres cometidos de 11 a 13 de dezembro de 1981 no povoado de El Mozote, no cantão La Joya, nos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo, assim como no cantão Cerro Pando e em uma gruta de Cerro Ortiz, em violação do artigo 4 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 deste instrumento.

---

janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1701); Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1706); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1711); Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1715); Declaração testemunhal prestada por Rosa Ramírez Hernández perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1717 a 1719); Declaração de ofendido prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1753); Declaração de ofendido prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 4 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1763); Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1776 a 1777); Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5522); Declaração juramentada prestada por Cesar Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5547), e Testemunho oferecida por María Dorila Márquez de Márquez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

[197] *Cf.* Relatório da investigação forense do povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado por Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo VI, anexo 24 à submissão do caso, folhas 4022 a 4023), e Ofício de Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3525).

[198] Os deveres gerais e especiais de proteção da população civil por parte do Estado, derivados do Direito Internacional Humanitário, são estabelecidos, em particular, no artigo 3º comum às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e nas normas do Protocolo II adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados de caráter não internacional.

[199] A Convenção sobre os Direitos da Criança estipula em seu artigo 38:

[…]

4. Em conformidade com suas obrigações de acordo com o direito humanitário internacional para proteção da população civil durante os conflitos armados, os Estados Parte adotarão todas as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção e o cuidado das crianças afetadas por um conflito armado.

[…]

Ademais, foi comprovado que entre as vítimas executadas havia um grande número de crianças, razão pela qual, a seu respeito, as violações do direito à vida ocorrem também em relação ao artigo 19 da Convenção. Esta violação foi agravada em relação às crianças, assim como às mulheres que estavam grávidas.

157. As listas que acompanham o Relatório de Mérito da Comissão Interamericana chegam a um total de 967 supostas vítimas executadas. Por sua vez, o Estado apresentou uma lista de 936 vítimas do massacre de El Mozote e lugares vizinhos (pars. 20 e 38 *supra*). Por outro lado, as listas atualizadas apresentadas pelos representantes juntamente com suas alegações finais indicam um total de 1.061 supostas vítimas executadas. A Corte pôde constatar, em aplicação dos critérios indicados (par. 57 *supra),* que 440 pessoas foram executadas pelas Forças Armadas salvadorenhas, cifra que, pelas circunstâncias do caso, poderia ser modificada com a implementação do "Registro Único de Vítimas e Familiares de Vítimas de Graves Violações aos Direitos Humanos durante o Massacre de El Mozote" (pars. 309 e 310 *infra*). No entanto, a Corte deixa registrado que possui elementos para concluir que o número de vítimas é muito maior, mesmo que não conste prova suficiente para sua devida identificação no processo seguido ante si.

158. No caso do massacre no povoado de El Mozote são comprovados danos adicionais, pois dos fatos se depreende que as pessoas estiveram detidas ilegal e arbitrariamente sob o controle de membros das Forças Armadas, impedindo qualquer possibilidade de que as garantias de liberdade pessoal estabelecidas no artigo 7 da Convenção Americana operassem a seu favor. A Corte ressalta que as execuções coletivas não ocorreram imediatamente após a detenção dos moradores e de outras pessoas que haviam se reunido no povoado, mas transcorreram após aproximadamente 12 e 24 horas, durante as quais estas pessoas foram intencionalmente submetidas a sofrimentos intensos ao serem ameaçadas e intimidadas, mantidas presas e sob custódia durante horas e, nestas circunstâncias, interrogadas sobre a presença de guerrilheiros da região, sem saber qual seria sua sorte final (pars. 89 a 94 *supra*). A Corte nota que, dos fatos do presente caso, decorre que esse conjunto de atos causou sofrimentos de grave intensidade, diante da incerteza sobre o que lhes podia acontecer e do profundo temor de que poderiam ser privados de sua vida de maneira arbitrária e violenta, como de fato ocorreu, tal como se conclui a partir da declaração da senhora Rufina Amaya, que conseguiu se esconder e evitar que a executassem.

159. Assim mesmo, o testemunho da senhora Rufina Amaya faz menção à crueldade com que atuaram as forças de segurança ao relatar que: "viu que os soldados tinham vendado e amarrado os pés e as mãos para trás de todos os homens, dentro da igreja que tinha suas portas abertas, todos os homens estavam com a boca para baixo, no chão, e também viu que os soldados paravam em cima deles, e lhes levantavam a cabeça para trás, então os homens gritavam de dor; depois viu que os levantavam do chão e com um facão iam, um por um, cortando-lhes a cabeça, depois arrastavam seus corpos e cabeças até o convento e ali iam deixando uma pilha de mortos, mas como alguns homens tentavam escapar, os metralhavam".[200]

160. O testemunho de Rufina Amaya também dá conta de que primeiro foram executados os homens e adolescentes, depois as mulheres e, finalmente, as crianças menores (pars. 92

[200] Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1575). Ver também, Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1660 a 1665).

e 94 *supra*). O fato de as mulheres terem sido retiradas dos lugares onde foram privadas de liberdade, deixando suas crianças sozinhas, pode ter gerado nas últimas sentimentos de perda, abandono, intenso temor, incerteza, angústia e dor, os quais podem ter variado e se intensificado dependendo de sua idade e das circunstâncias particulares.[201]

161. Sobre os demais massacres, em razão de que foi provado que os habitantes destas regiões tinham conhecimento da operação e que alguns receberam notícias de pessoas que haviam escapado sobre a ação violenta das forças militares, a Corte considera razoável supor que elas tenham padecido de angústia e temor nos momentos prévios à chegada dos soldados, uma vez que puderam prever que seriam privados de sua vida de maneira arbitrária e violenta, o que constituiu um tratamento cruel e desumano.

162. De acordo com o reconhecimento dos fatos efetuado pelo Estado, o reconhecimento de responsabilidade no âmbito interno e as determinações realizadas por este Tribunal, os fatos que precederam a execução das pessoas que se encontravam no povoado de El Mozote, nos cantões La Joya e Cerro Pando, nos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo e numa gruta do Cerro Ortiz implicaram, para os mesmos, num sofrimento físico, psicológico e moral que violou seu direito à integridade pessoal reconhecido no artigo 5.1 da Convenção Americana, os quais, por sua vez, constituíram tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, contrários ao artigo 5.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas executadas. Ademais, considerando que entre as vítimas executadas comprovou-se que havia crianças, a Corte conclui que, em relação a elas, as violações do direito à integridade ocorrem também em relação ao artigo 19 da Convenção.

163. Por outro lado, com base na aceitação de fatos realizada pelo Estado, o Tribunal considera razoável dar valor no presente caso a uma série de indícios presentes nos autos que permitem inferir a veracidade sobre a perpetração de violações sexuais por parte de militares contra mulheres no povoado de El Mozote. Primeiramente, em razão de suas investigações, os relatórios do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese indicam que durante a condução da operação em El Mozote, muitas mulheres jovens teriam sido estupradas antes de serem mortas, principalmente nos morros de "La Cruz" e "El Chingo".[202] Por outro lado, a declaração de Rufina Amaya indica que, antes dos massacres,

---

[201] "Cada criança reage de maneira diferente frente às consequências de um conflito armado. A resposta depende da idade, do gênero, do tipo de personalidade, da história pessoal e familiar, da origem cultural e da experiência, assim como da índole e da duração do conflito*".* Nações Unidas, *El Exámen Machel 1996-2000, Análisis crítico de los progresos realizados y de los obstáculos con que se ha tropezado en la tarea de aumentar la protección de los niños afectados por la guerra*, A/55/749, 26 de janeiro de 2001, p. 27. Por exemplo, entre as diferentes circunstâncias que podem influenciar a repercussão psicossocial da violência sobre as crianças, "cabe mencionar fatores individuais como a idade, o sexo, o tipo de personalidade, os antecedentes pessoais e familiares e os antecedentes culturais. Haverá outros fatores que estarão vinculados à natureza dos fatos traumáticos, como sua frequência e a duração da experiência. As crianças que sofrem de estresse mostram uma ampla gama de sintomas, como uma maior ansiedade da separação e atrasos no desenvolvimento, perturbação do sono e pesadelos, falta de apetite, comportamento retraído, falta de interesse em brincar e, entre as crianças de menos idade, dificuldades de aprendizagem. Entre as crianças de mais idade e os adolescentes as respostas ao estresse podem incluir reações como um comportamento ansioso ou agressivo e depressões". Nações Unidas, *As Repercussões dos Conflitos Armados sobre as Crianças, relatório da especialista do Secretário Geral, Sra. Graça Machel, apresentado em virtude da resolução 48/157,* A/51/306, 26 de agosto de 1996, par. 168. Do mesmo modo, no contexto de fugas nos conflitos armados, "[a]inda que a decisão de partir normalmente seja tomada pelos adultos, mesmo as crianças mais pequenas reconhecem o que está sucedendo e podem perceber a incerteza e o temor de seus pais". Nações Unidas, *As Repercussões dos Conflitos Armados sobre as Crianças, supra*, par. 67.

[202] *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, pp. 57 e 333 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5302 e 5456). Ver também, Declaração juramentada prestada por Wilson Valeriano Guevara ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 13 de março de 1992 (expediente de trâmite perante a Comissão, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 830), e Declaração

os efetivos militares haviam se instalado nos morros "La Cruz" e "El Chingo",[203] o que se vê corroborado pelos resultados das inspeções judiciais nestes lugares que demonstraram a existência de trincheiras.[204] Ademais, a senhora Rufina Amaya declarou que, em 12 de dezembro de 1981, escutou gritos de algumas mulheres vindo do morro "El Chingo" que diziam "Ai, ai, não nos matem".[205] Igualmente, durante sua participação na inspeção judicial que se realizou em El Mozote, assinalou que, uma vez que conseguiram se esconder atrás de uma mata, conseguiu ver que na casa do senhor Israel Márquez "os soldados estavam estuprando e matando um grupo de mulheres".[206] As exumações neste sítio indicaram que os restos, em sua grande maioria, pertenciam a indivíduos de sexo feminino.[207] Adicionalmente, ao denunciar os fatos, o senhor Pedro Chicas afirmou que "os mesmos soldados levaram as jovens a[os morros] El Chingo e La Cruz, do mesmo Povoado de El Mozote, onde as estupraram, asassinando-as posteriormente".[208] Além disso, ainda que não tenham sido incluídos nos fatos provados no Relatório de Mérito, de acordo com o relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese[209] também teriam sido cometidas violações sexuais no cantão La Joya, o que corresponde ao Estado investigar.

164. A este respeito, a Corte reitera que é evidente que a violação sexual é um tipo particular de agressão que, em geral, se caracteriza por ocorrer sem a presença de outras pessoas além da vítima e do agressor ou os agressores.[210] Neste sentido, o Tribunal observa o contexto no qual foram perpetradas as violações sexuais reconhecidas pelo Estado, isto é, no transcurso de uma operação militar na qual as mulheres estavam sujeitas ao completo controle do poder de agentes do Estado e em uma situação de absoluta vulnerabilidade. Ademais, chegar a uma conclusão distinta permitiria ao Estado amparar-se na impunidade

---

juramentada prestada por José Antonio Márquez Claros ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 9 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5566).

203 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folhas 1572 a 1573).

204 *Cf.* Inspeção judicial realizada no morro "El Chingo", povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán em 3 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2025 a 2026), e Inspeção judicial realizada no morro "La Cruz", povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 10 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2072).

205 *Cf.* Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya Viúva de Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1577).

206 Inspeção judicial realizada no povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 27 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1995).

207 *Cf.* Relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre os trabalhos de exumação realizados no ano 2001 (expediente de prova, tomo VI, anexo 28 à submissão do caso, folha 4489).

208 Escrito de denúncia de Pedro Chicas Romero apresentado perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 26 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1650).

209 *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, pp. 57 e 93 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5304 e 5320). Ver também, Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1711 a 1713).

210 *Cf. Caso Fernández Ortega e outros Vs. México*. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 30 de agosto de 2010. Série C Nº 215, par. 100, e *Caso Rosendo Cantú e outra Vs. México*. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2010. Série C Nº 216, par. 89.

em que se encontra a investigação penal dos fatos do presente caso para eximir-se de sua responsabilidade pela violação do artigo 5 da Convenção.[211]

165. A Corte considera que o sofrimento severo da vítima é inerente à violação sexual, e em termos gerais, a violação sexual, assim como a tortura, persegue, entre outros, os fins de intimidar, degradar, humilhar, castigar ou controlar a pessoa que a sofre.[212] Para qualificar uma violação sexual como tortura deverá ater-se à intencionalidade, à severidade do sofrimento e à finalidade do ato, tomando em consideração as circunstâncias específicas de cada caso.[213] Neste sentido, foi reconhecido por diversos órgãos internacionais que durante os conflitos armados as mulheres e crianças enfrentam situações específicas de dano a seus direitos humanos, como os atos de violência sexual, que são utilizados em muitas ocasiões como um meio simbólico para humilhar a parte contrária ou como um meio de castigo e repressão.[214] A utilização do poder estatal para violar os direitos das mulheres em um conflito interno, além de afetá-las de forma direta, pode ter o objetivo de causar um efeito na sociedade por meio dessas violações e de transmitir uma mensagem ou lição.[215] Em particular, o estupro constitui uma forma paradigmática de violência contra as mulheres cujas consequências, inclusive, vão além da pessoa da vítima.[216]

166. Quanto à alegada violação do artigo 11 da Convenção Americana, com base nos mesmos fatos, o Tribunal já havia precisado que o conteúdo desta norma inclui, entre outros, a proteção da vida privada.[217] Por sua vez, o conceito de vida privada é um termo amplo não suscetível a definições exaustivas,[218] mas que compreende, entre outros âmbitos protegidos, a vida sexual[219] e o direito a estabelecer e desenvolver relações com outros seres humanos.[220] A Corte estima que as violações sexuais perpetradas contra as mulheres jovens no povoado de El Mozote violaram valores e aspectos essenciais da vida privada das mesmas, representaram uma intromissão em sua vida sexual e anularam seu direito a tomar livremente as decisões sobre com quem ter relações sexuais, perdendo de forma

---

211 *Cf. Caso Kawas Fernández Vs. Honduras. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 3 de abril de 2009. Série C Nº 196, par. 97, e *Caso Rosendo Cantú e outra Vs. México,* par. 104.

212 *Cf. Caso Fernández Ortega e outros Vs. México*, par. 127, e *Caso Rosendo Cantú e outra Vs. México*, par. 117.

213 *Cf. Caso Rosendo Cantú e outra Vs. México*, pars. 110 e 112.

214 *Cf. Caso do Presídio Miguel Castro Castro Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas.* Sentença de 25 de novembro de 2006. Série C Nº 160, pars. 223 e 224. Ver também, Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, Recomendação Geral 19 "A violência contra a mulher", U.N. Doc. HRI/GEN/1/Rev.1at84, 29 de janeiro de 1992, par. 16; Comissão de Direitos Humanos, relatório da Sra. Radica Coomaraswamy, Relatora Especial sobre a Violência contra a mulher, com inclusão de suas causas e consequências, apresentado de acordo com a resolução 2000/45 da Comissão de Direitos Humanos, "A violência contra a mulher perpetrada e/ou tolerada pelo Estado em tempos de conflito armado (1997- 2000)", U.N. Doc. E/CN.4/2001/73, 23 de janeiro de 2001.

215 *Cf. Caso do Presídio Miguel Castro Castro Vs. Peru*, par. 224.

216 *Cf. Caso Fernández Ortega e outros Vs. México*, par. 119, e *Caso Rosendo Cantú e outra Vs. México,* par. 109.

217 *Cf. Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia*, par. 193, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 133.

218 *Cf. Caso Fernández Ortega e outros Vs. México*, par. 129, e *Caso Atala Riffo e Crianças Vs. Chile*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de fevereiro de 2012. Série C Nº 239, par. 162.

219 *Cf. Caso Fernández Ortega e outros Vs. México*, par. 129, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 133.

220 *Cf. Caso Fernández Ortega e outros Vs. México*, par. 129, e *Caso Atala Riffo e Crianças Vs. Chile*, par. 162.

completa o controle sobre suas decisões mais pessoais e íntimas, bem como sobre as funções corporais básicas.[221]

167. En razão do exposto, o Tribunal considera que as violações sexuais às quais as mulheres no povoado de El Mozote foram submetidas enquanto estavam sob o controle de efetivos militares constituíram uma violação ao artigo 5.2 da Convenção Americana, assim como ao artigo 11.2 da mesma, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, ainda que não conte com prova suficiente que permita estabelecer a individualização das pessoas em detrimento de quem teria sido concretizada esta transgressão, o que corresponde aos tribunais internos investigar.

168. Finalmente, tal como foi demonstrado (pars. 89, 94, 95, 100, 107, 111, 115 e 118 *supra*), efetivos militares procederam ao despojo das vítimas de seus pertences, à queima das casas, à destruição e à queima das plantações e ao sacrifício de animais, de modo tal que a operação das Forças Armadas consistiu em uma sucessão de fatos que simultaneamente afetou uma série de direitos, incluindo o direito à propriedade privada, razão pela qual a Corte conclui que o Estado violou o artigo 21.1 e 21.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas executadas dos massacres ou de seus familiares.

2) As violações de direitos humanos alegadas em detrimento das pessoas sobreviventes

169. Na presente seção, a Corte analisará os diversos danos sofridos pelos sobreviventes dos massacres tendo em vista as circunstâncias particulares das situações que viveram.

170. As declarações recebidas perante a Corte[222] permitem constatar de maneira consistente que as vítimas sobreviventes do povoado de El Mozote, do cantão La Joya, dos

---

[221] *Cf. Caso Fernández Ortega e outros Vs. México*, par. 129, e *Caso Rosendo Cantú e outra Vs. México*, par. 119.

[222] *Cf.* Testemunho prestado por María Dorila Márquez de Márquez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012; Testemunho prestado por María del Rosario López Sánchez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012; Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10277); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10289 a 10290); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10286 a 10287); Declaração testemunhal prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 27 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1692 a 1693); Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1695 a 1697); Declaração testemunhal prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1701 a 1702); Declaração testemunhal prestada por María Amanda Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1704 a 1705); Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1706 a 1707); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1711 a 1712); Declaração testemunhal prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 20 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1757 a 1759); Declaração testemunhal prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1767 a 1769); Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo

povoados de Los Toriles, Ranchería e Jocote Amarillo, assim como do cantão Cerro Pando, tiveram, em uma medida ou outra, sua integridade pessoal afetada por uma ou várias das seguintes situações: a) por medo de que fossem mortos, foram obrigados a deixar seus lares e ir para os montes, colinas, rios e bosques montanhosos para refugiar-se sozinhos ou com suas famílias em grutas, em casas de pessoas conhecidas e em outros lugares de proteção na região, onde permaneceram por dias sem alimento nem água suficiente; b) a partir dos locais nos quais haviam se escondido, ouviram e, em alguns casos, presenciaram como os efetivos militares ingressaram nas casas de seus familiares, vizinhos e conhecidos, os retiraram delas, os mataram e queimaram, ouvindo os gritos de auxílio enquanto eram brutalmente massacrados. Além disso, escutaram os disparos de armas de fogo, tiroteios, bombardeios e a explosão de granadas; c) uma vez que perceberam que os efetivos militares haviam se retirado voltaram aos lugares, encontrando os cadáveres das vítimas executadas, incluindo os seus familiares e entes queridos, queimados e/ou em avançado estado de decomposição e, em alguns casos, incompletos pois haviam sido devorados por animais; d) em alguns casos não lhes foi possível, no momento, enterrar os cadáveres que encontraram porque os efetivos militares ainda andavam pela região; e) dias depois passaram a enterrar os restos sem vida de seus familiares, entre eles, esposas, filhas e filhos, mães, irmãos e irmãs e sobrinhos, assim como de seus conhecidos e vizinhos, como também encontraram cadáveres que não conseguiram identificar, e f) alguns sobreviventes buscaram por dias os restos de seus familiares e entes queridos sem conseguir encontrá-los.

171. Assim mesmo, da prova apresentada decorrem situações específicas que ilustram de maneira especial a forma como foram afetadas algumas das vítimas sobreviventes. A senhora Rufina Amaya declarou que, no lugar onde conseguiu se esconder pôde ouvir "os gritos das crianças de que as estavam matando" e, entre eles, "distinguiu os gritos de seus filhos que diziam: 'Mamá Rufina, estão nos matando, estão nos enforcando, estão nos metendo a faca' […] depois se deu conta que os haviam matado".[223] O senhor Juan Bautista Márquez Argueta explicou que no lugar onde estava escondido com sua família caíram "várias bombas que afetaram seu filho mais novo, de dois meses de idade, chamado Jesús Salvador, pois devido às explosões, isto é, ao ruído das bombas, sentiu-se mal e faleceu no dia seguinte, [e] cujo cadáver tiveram que carregar por dois dias, pois não podiam enterrá-lo".[224] O senhor Juan Antonio Pereira Vigil afirmou que optou por "sair da casa e se escondeu a meia quadra, entre uma plantação de sisal, sendo visto pelos efetivos do batalhão Atlacatl, de maneira que […] rod[ou] entre as plantações, onde pôde observar como os soldados ingressaram em sua casa e retiraram seus familiares[,] os organizaram em grupos e depois ouviu os tiros e a explosão de granadas […, mais tarde] procederam ao

III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1774 a 1777); Declaração testemunhal prestada por Remigio Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 29 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2299 a 2300); Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1578); Declaração juramentada prestada por Cesar Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5547 a 5548), e Declaração testemunhal prestada por Irma Ramos Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1668 a 1670).

223 Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folha 1576). Ver também, Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1662).

224 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10276).

enterro dos restos de seus familiares".[225] Os senhores Rosendo Hernández Amaya[226] e Domingo Vigil Amaya[227] manifestaram, respectivamente, que em 13 de dezembro de 1981, saíram de suas casas às sete e oito da manhã para trabalhar em sua plantações, deixando em casa suas esposas e filhos, depois de oito da manhã ouviram disparos e viram uma grande fumaça na direção de suas respectivas casas e esconderam-se com medo. Posteriormente, regressaram para suas casas encontrando suas esposas e filhos mortos e então os sepultaram. Por sua vez, o senhor Rosendo Hernández Amaya não conseguiu encontrar um de seus filhos. O senhor Alejandro Hernández Argueta relatou que, aos 11 anos de idade, vivia no povoado de Jocote Amarillo quando ocorreu o massacre e que conseguiu sobreviver pois, ao perceber que a tropa chegou, sua mãe lhe disse que saísse junto com seu irmão, a quem perdeu ao tentar regressar para casa. Depois que passou todo o movimento da tropa, buscou por sua mãe e, ao não encontrá-la, foi para a casa, a qual já "estava acesa em chamas [pois] em todas as casas haviam posto fogo". Finalmente, "encontrou três de seus irmãos mortos, quando os encontrou, falou com seu irmão mais velho, Santos, mas ele não respondeu; de um lado estava seu irmãozinho mais novo, que tinha aproximadamente quatro meses, e levantou-o, mas ele já estava rígido […]. Saiu correndo e se foi chorando". Depois permaneceu esperando quem chegasse à casa e, por vota das 7 horas da noite, chegou seu pai; "ele se alegrou porque não encontrava com quem andar porque não é igual andar com a família que andar com outras pessoas". Na manhã seguinte seu pai procedeu a enterrar os seus familiares e "ele encontrou a sua mãe mais abaixo da casa, abaixo de onde estavam seus irmãos".[228]

172. Definitivamente, os sobreviventes dos massacres sofreram um forte impacto psicológico e padeceram de uma profunda dor e angústia como consequência direta das circunstâncias próprias dos massacres, apresentando também danos psíquicos e físicos.[229] Dentro destas circunstâncias se insere o fato de terem ouvido os gritos de auxílio e, em alguns casos, o fato de terem presenciado os atos de crueldade com os quais foram executados seus familiares, assim como o medo causado pela violência extrema que caracterizou os massacres. Da mesma forma, a Corte considera especialmente grave que alguns deles tiveram que recolher os corpos queimados e/ou em avançado estado de decomposição e, em alguns casos incompletos, de seus entes queridos para enterrá-los, sem poder dar-lhes uma sepultura de acordo com suas tradições, valores ou crenças.[230]

173. Do mesmo modo, observa-se dos autos que, em alguns casos, os sobreviventes se envolveram em diversas ações tais como a busca por justiça, participando nos procedimentos perante a jurisdição interna e/ou internacional (par. 32 *supra* e pars. 211, 212 e 227 *infra*). De igual maneira, consta que a falta de investigações efetivas para o

---

225 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10289).

226 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Rosendo Hernández Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 29 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2300 a 2301).

227 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 29 de julho janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2301 a 2302).

228 Declaração juramentada prestada por Alejandro Hernández Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 3 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5573 a 5574).

229 *Cf.* Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10549).

230 *Cf. Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia*, par. 260.

esclarecimento dos fatos e a impunidade em que se mantêm os fatos no presente caso resultou na persistência de sentimentos de temor, vulnerabilidade e insegurança para as vítimas sobreviventes.[231] Para o Tribunal é claro que as circunstâncias descritas demonstram um profundo sofrimento de que padeceram as vítimas sobreviventes e que se prolongou no tempo, durante mais de 30 anos, como resultado da impunidade em que se encontram os fatos, os quais se enquadram dentro de uma política de Estado de "terra arrasada" dirigida à destruição total das comunidades.

174. Os fatos do presente caso permitem concluir que a violação da integridade pessoal dos sobreviventes configurou-se pelas situações e circunstâncias vividas por eles antes, durante e com posterioridade aos massacres, assim como pelo contexto geral em que ocorreram os fatos, causando danos que se projetam no tempo enquanto persistam os fatores de impunidade verificados. Com base em todas as considerações anteriores, o Tribunal conclui que estes atos constituíram tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, contrários ao artigo 5.1 e 5.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas sobreviventes.

175. Tal como foi demonstrado, as Forças Armadas procedeu a queimar as casas, despojar as vítimas de seus pertences, destruir e queimar as plantações dos moradores e a matar os animais, o que resultou na perda definitiva das propriedades das vítimas e na destruição de seus lares. Igualmente, o relatório da Comissão da Verdade para El Salvador determinou que no povoado de El Mozote "[d]epois de ter exterminado toda a população, os soldados atearam fogo às edificações"[232] e que, em todos os casos, "as tropas atuaram de igual maneira: mataram os que encontraram, homens, mulheres e crianças, e em seguida incendiaram as casas do povoado".[233]

176. As declarações testemunhais recebidas pela Corte no presente caso demonstram o dano ao direito à propriedade das vítimas sobreviventes dos massacres. A este respeito, o senhor Juan Bautista Márquez Argueta declarou que no povoado de El Mozote "o exército andou por toda a região [na qual] queimou plantações e matou animais domésticos, tudo

---

231 *Cf.* Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5524); Declaração juramentada prestada por Pedro Chicas Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5530 a 5531); Declaração juramentada prestada por Santos Jacobo Chicas Guevara ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 20 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5540); Declaração juramentada prestada por César Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5548); Declaração juramentada prestada por Alejandro Hernández Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 3 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5574 a 5575); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10278); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10288); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10290 a 10291); Testemunho prestado por María Dorila Márquez de Márquez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012; Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012, e Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10537).

232 Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folhas 1196 a 1197).

233 Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1197).

isso para não deixar algo com o que a população pudesse sobreviver"[234]. A senhora Antonia Guevara Diaz manifestou que "chegaram à sua casa [em Cerro Pando] cerca de uma dezena de soldados do exército, os quais, de uma forma ameaçadora e violenta, lhe exigiram que saísse e deixasse imediatamente a casa, ameaçando que caso contrário a matariam […]. Imediatamente saiu com seu círculo familiar, podendo retirar como únicos pertences uma trouxa e um cobertor, perdendo todos os demais pertences como grãos básicos que haviam cultivado durante todo o ano, animais e objetos pessoais, pois os soldados […] incendiaram a casa".[235] O senhor Juan Antonio Pereira Vigil expressou que no povoado de Los Toriles "perdeu todo o gado, cavalos, galinhas, porcos, grãos básicos que tinha nos celeiros, suas plantações foram queimadas, sua casa foi saqueada, restando apenas os escombros, assim mesmo muitos objetos de uso pessoal foram roubados pelos soldados do batalhão Atlacatl".[236] A senhora María del Rosario López Sánchez destacou que em La Joya "[t]odas as casas dos sobreviventes [e dos] que morreram ali foram queimadas, inclusive a [sua]".[237]

177. Igualmente, constam nos autos diversas declarações prestadas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, as quais também fazem referência ao dano do direito à propriedade. O senhor Pedro Chicas Romero afirmou que, em 10 de dezembro de 1981, "os soldados entraram nos Povoados de Mozote, La Joya, e que no dia 11 massacraram todas as pessoas, queimaram casas e mataram os animais, gado, porcos e galinhas",[238] deixando em uma casa uma mensagem que dizia "aqui passou o Batalhão Altacatl".[239] O senhor Hilario Sánchez Gómez, que tinha sua casa no povoado El Potrero, cantão La Joya, afirmou que após se esconder por seis dias no morro chamado El Perico e quando "já estava tudo calmo, desceram uns poucos dos que estavam no morro ao povoado, onde residiam, mas encontraram todas as suas casas destruídas, ou seja, queimadas",[240] do mesmo modo que sua casa, a qual "encontrou queimada, assim como toda sua plantação de milho".[241] A senhora María Amanda Martínez afirmou que no povoado de La Joya "os vizinhos que ficaram em suas casas foram assassinados […], matando também os animais domésticos (porcos, gatos, galinhas, etc.)".[242] O senhor Bernardino

---

234 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10276 a 10277).

235 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10286).

236 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10289).

237 Declaração oferecida por María del Rosario López Sánchez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

238 Declaração testemunhal prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 1º de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2159).

239 Declaração de ofendido prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1671).

240 Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1695 a 1697).

241 Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1725).

242 Declaração testemunhal prestada por María Amanda Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1704).

Guevara Chicas, que tinha sua casa no cantão Cerro Pando, declarou que os soldados chegaram à sua casa "e um deles lhe disse que desocupasse a casa imediatamente e que se não o[b]edecesse lhe dispararíam uma bazuca", portanto, "optou por sair com sua família [e foi] rumo à casa de um amigo […] e ao ter caminhado um pouco voltou-se para ver sua casa e esta já estava ardendo em chamas".[243] A senhora Rosa Ramirez Hernández assinalou que em El Mozote "viu restos de crianças [e de] pessoas adultas, queimadas, dentro das casas e também estas estavam queimadas"; ademais, viu "que a tropa andava colocando fogo nas casas de La Joya, com latas de óleo".[244] A senhora Irma Ramos Márquez, que tinha sua casa no povoado de Ranchería, mencionou que viu que "[a] casa de Vicente Márquez estava pegando fogo" e que "mataram […] seis vacas" dela.[245]

178. Do mesmo modo, diversas declarações juramentadas prestadas ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese confirmam este dano. A senhora Rufina Amaya declarou que no povoado de El Mozote soldados pertencentes ao BIRI Atlacatl "retiraram todas as pessoas de suas casas e do armazém do povoado […] e colocaram todos deitados, com a boca para baixo no chão […], e em seguida os soldados lhes disseram que os registrariam, retirando-lhes seus anéis, correntes, dinheiro e outras coisas que as pessoas portavam. Os soldados, ao terminarem de roubar tudo o que as pessoas levavam consigo, lhes mandaram que fossem fechar suas casas e permaneceram guardando-os". No dia seguinte, "quando [os soldados] terminaram de matar todos os adultos, […] atearam fogo na "Ermita", na casa de Isidra Claros, José María Márquez e na de Israel Márquez, [as quais] estavam cheias de mortos". Posteriormente, durante o dia 12 de dezembro de 1981, "viu que casas do cantão La Joya [e de] Cerro Pando estavam fumaçando". Nesse mesmo dia, "os soldados se dirigiam ao cantão Guacamaya, povoado de Jocote Amarillo […], e depois ao redor das três da tarde regressavam os soldados com animais como galinhas, vacas e porcos deste lugar, provavelmente para fazer sua comida".[246] O senhor Alejandro Hernández Argueta relatou que, aos 11 anos de idade, vivia no povoado de Jocote Amarillo quando ocorreu o massacre e que, ao não encontrar a sua mãe, foi para casa, a qual já "estava em chamas [pois] haviam ateado fogo a todas as casas".[247]

179. A jurisprudência do Tribunal desenvolveu um conceito amplo de propriedade que abarca, entre outros, o uso e gozo dos bens, definidos como coisas materiais apropriáveis, assim como todo direito que possa fazer parte do patrimônio de uma pessoa.[248] Este conceito compreende todos os móveis e imóveis, os elementos corpóreos e incorpóreos e

---

243 Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1706 a 1707).

244 Declaração testemunhal prestada por Rosa Ramírez Hernández perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1719).

245 Declaração testemunhal prestada por Irma Ramos Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1668 a 1669).

246 Declaração juramentada prestada por Rufina Amaya ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 10 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo II, anexo 20 à submissão do caso, folhas 1574, 1576 e 1577).

247 Declaração juramentada prestada por Alejandro Hernández Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 3 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5573).

248 *Cf. Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru. Reparações e Custas*. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. Série C Nº 74, par. 122, e *Caso Furlan e familiares Vs. Argentina,* par. 220.

qualquer outro objeto imaterial suscetível de valor.[249] Assim mesmo, a Corte tem protegido, por meio do artigo 21 da Convenção Americana, os direitos adquiridos, entendidos como direitos que se incorporaram ao patrimônio das pessoas.[250] Ademais, os artigos 13 (proteção da população civil) e 14 (proteção dos bens indispensáveis para a sobrevivência da população civil) do Protocolo II adicional proíbem, respectivamente, "os atos ou ameaças de violência cuja finalidade principal seja aterrorizar a população civil", assim como "atacar, destruir, subtrair ou inutilizar com esse fim os bens indispensáveis para a sobrevivência da população civil".

180. O direito à propriedade privada é um direito humano cuja violação, no presente caso, é de especial gravidade e magnitude não apenas pela perda de bens materiais, mas pela perda das mais básicas condições de existência e de toda referência social das pessoas que residiam nestes povoados. Tal como foi ressaltado pela perita Yáñez De La Cruz, "[n]ão apenas acabou com a população civil, mas com todo o tecido social e simbólico. Destruíram casas e objetos significativos[.] Despojaram-lhes de suas roupas, dos brinquedos das crianças, das fotos de familiares, retiraram e arrasaram com tudo de significativo para eles. Mataram e desapareceram com os animais, todos relatam que foram levadas as vacas, as galinhas, levaram minhas vacas, mataram dois touros: uma p[e]rda de significado tanto afetivo como material no universo camponês. Terra arrasada constitui uma marca de violação e de estigmatização dos militares que os perpetradores criaram. A dimensão do horror perpetrado lá quis acabar com a região, com toda sua gente, esvaziar o território, expulsá-los de lá".[251] Além disso, "[f]oi uma lógica de extermínio, uma destruição total dos espaços sociais. […] O massacre dissolveu a identidade coletiva, ao deixar um vazio social, onde a comunidade realizava seus rituais, seus intercâmbios afetivos, o contexto e o marco no qual sabiam ser parte da comunidade".[252]

181. Por todo o exposto, a Corte conclui que o Estado violou o direito à propriedade privada, reconhecido no artigo 21.1 e 21.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas sobreviventes.

182. Dado que os representantes alegaram a violação do artigo 11.2 da Convenção com base nos mesmos fatos, a Corte reitera sua jurisprudência sobre a possibilidade de que as supostas vítimas ou seus representantes invoquem a violação de outros direitos distintos aos incluídos no Relatório de Mérito da Comissão, sempre e quando se atenham aos fatos contidos neste documento.[253] Por sua vez, o Tribunal recorda que o artigo 11.2 da Convenção reconhece que existe um âmbito da privacidade que deve ficar isento e imune às invasões ou agressões abusivas ou arbitrárias por parte de terceiros ou da autoridade pública. Neste sentido, o domicílio e a vida privada e familiar se encontram intrinsecamente ligados, já que o domicílio se converte em um espaço no qual se pode desenvolver

---

249 *Cf. Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru. Reparações e Custas*, par. 122, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela,* par. 148.

250 *Cf. Caso Cinco Pensionistas Vs. Peru*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 28 de fevereiro de 2003. Série C Nº 98, par. 102, e *Caso Furlan e familiares Vs. Argentina*, par. 220.

251 Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folhas 10520 a 10521).

252 Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10525).

253 *Cf. Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 32, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 47.

livremente a vida privada e familiar.[254] A Corte considera que a destruição e a queima, por parte das Forças Armadas, das casas dos habitantes do povoado de El Mozote, do cantão La Joya, dos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo e do cantão Cerro Pando, assim como dos bens que se encontravam em seu interior, além de ser uma violação do direito ao uso e gozo dos bens, constitui também uma ingerência abusiva e arbitrária em sua vida privada e domicílio. As vítimas que perderam seus lares perderam também o lugar onde desenvolviam sua vida privada. Em função do exposto, o Tribunal considera que o Estado salvadorenho descumpriu a proibição de realizar ingerências arbitrárias ou abusivas na vida privada e no domicílio.

183. Os fatos do presente caso demonstram, ademais, que as pessoas sobreviventes dos massacres foram forçadas a sair de seus lugares de residência habitual, tanto por ações como por omissões estatais. Isto é, pela própria ação dos agentes estatais ao perpetrar os massacres que causaram terror na população e deixaram as pessoas, em sua maioria camponeses e donas de casa (par. 81 *supra)*, sem suas casas e sem os meios indispensáveis para a subsistência, assim como pela falta de proteção estatal à população civil nas zonas associadas à guerrilha, o que os colocavam em uma situação de vulnerabilidade frente às operações militares. De maneira tal que "a exibição da violência cruel e desmedida com uma rota de terror desenhada"[255] além de causar o deslocamento massivo dos moradores também eliminou os possíveis meios de subsistência, sem que os poucos sobreviventes contassem com alguma forma de continuar suas vidas naqueles lugares, os quais permaneceram abandonados e despovoados. Esta situação permaneceu por um longo tempo sem que as autoridades públicas prestassem assistência à população civil.

184. O senhor Juan Bautista Márquez explicou que "devido ao fato de que não aguentava a fome, a sede, a falta de sono e o incômodo, pois andavam com as mesmas roupas sem poder se limpar, como podiam e escondendo-se nos morros, conseguiu esquivar-se dos soldados e saiu do local, passando a fronteira de El Salvador a Honduras".[256] A senhora María del Rosario López manifestou que o cantão La Joya "permaneceu ermo e os demais membros de sua família haviam ido a Colomoncagua, República de Honduras".[257] O senhor Hilario Sánchez Gómez narrou que "desceu para sua casa, mas já a encontrou queimada, assim como toda sua plantação de sisal, e ao encontrar-se sozinho decidiu buscar refúgio na [R]epública de Honduras".[258] A senhora Antonia Guevara Diaz declarou que "além da frustração de que não podia fazer absolutamente nada para que tivesse justiça, [a] morte de seus familiares mudou definitivamente [sua] vida […] e [a] de sua família [porque] se viram obrigados a abandonar suas casas com seus pertences e a viver amontoados com

---

254 *Cf. Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia*, pars. 193 e 194, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 140.

255 Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

256 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10276 a 10279).

257 Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5522).

258 Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1725), e Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1697).

centenas de famílias de diferentes partes do país no refúgio de Colomancagua [República de Honduras]".[259]

185. Alguns testemunhos revelam que nas circunstâncias de deslocamento interno e internacional as vítimas sofreram situações de discriminação por sua condição de deslocados e porque os comparavam com a guerrilha, assim como suas condições de vida precárias.[260] A este respeito, segundo afirmou a perita Yáñez De La Cruz, "nessa fuga foram estigmatizados porque acreditavam que lhes havia ocorrido algo por serem guerrilheiros, as pessoas diziam isso, então ninguém os queria. Nos lugares de refúgio de Honduras contam que eles eram revitimizados […], mas além disso [para] as pessoas que estavam no campo e se deslocaram para a cidade há outro sofrimento porque as chaves que servem para viver no campo não servem para a cidade".[261]

186. O artigo 22.1 da Convenção reconhece o direito de circulação e de residência. Neste sentido, a Corte considera que esta norma protege o direito a não ser deslocado forçadamente dentro de um Estado Parte[262] ou a não ter que sair forçadamente do território do Estado no qual se encontre legalmente. Da mesma forma, este Tribunal indicou reiteradamente que a liberdade de circulação é uma condição indispensável para o livre desenvolvimento da pessoa.[263] Do mesmo modo, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas afirmou em seu Comentário Geral nº 27, sobre o conteúdo deste direito, que este consiste, *inter alia*, em: a) o direito de quem se encontre legalmente dentro de um Estado a circular livremente nesse Estado e de escolher seu lugar de residência, o que inclui a proteção contra toda forma de deslocamento interno forçado; e b) o direito de uma pessoa a ingressar a seu país e nele permanecer. O gozo deste direito não depende de nenhum objetivo ou motivo em particular da pessoa que deseja circular ou permanecer em um lugar.[264]

---

259 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10287).

260 A perita Yáñez De La Cruz sustentou que as pessoas que se deslocaram "sofreram o estigma e o maltrato quando lhes perguntavam de onde eram, todos lhes chamavam de guerrilheiros, ladrões, e vivendo em uma extrema pobreza, sem ter nenhum acompanhamento psicossocial nem o amparo de nenhuma instituição". Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10530). Por exemplo, a senhora María del Rosario López Sánchez declarou que "[v]iveu depois do massacre em Jocoaitique e pelas ameaças da força armad[a] esteve ali em Jocoaitique cerca de oito meses e de lá se foi para *Gualindo abajo*, a ela o deslocamento lhe afetou, porque as pessoas de Gotera eram, em sua maior parte, familiares de soldados e desprezavam os deslocados e os chamavam '[r]efugiados' mas ela lhes dizia 'refugiados não somos, deslocados sim, porque estamos em El Salvador e aqui não andamos porque queremos, mas obrigados porque não podiamos viver mais ali'". Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5523 a 5524). O senhor Juan Bautista Márquez Argueta rememorou que esteve em Colomoncagua "cerca de oito anos, sofrendo inclusive discriminação por parte de alguns moradores hondurenhos e membros do exército desse país". Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10277).

261 Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

262 *Cf. Caso do Massacre de Mapiripán Vs. Colômbia*, par. 188, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 172.

263 *Cf. Caso da Comunidade Moiwana Vs. Suriname. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença 15 de junho de 2005. Série C Nº 124, par. 110, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia, par.* 220.

264 *Cf. Caso da Comunidade Moiwana Vs. Suriname*, par. 110, e *Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 162.

187. Em suma, para a Corte, as declarações recebidas denotam situações que se caracterizam como deslocamentos forçados e que correspondem, em primeiro lugar, a deslocamentos internos,[265] isto é, dentro do território do mesmo Estado, deslocamentos que em alguns casos levaram as vítimas posteriormente a outros países. A prova indica que a maioria das pessoas que cruzou a fronteira em busca de proteção internacional ou de refúgio[266] o fez à República de Honduras, permanecendo principalmente nos acampamentos de refúgio de Colomancagua.

188. Por outro lado, em concordância com a comunidade internacional, este Tribunal reafirma que a obrigação de garantia para os Estados de proteger os direitos das pessoas deslocadas implica não apenas no dever de adotar medidas de prevenção, mas também de prover as condições necessárias para um retorno digno e seguro[267] a seu lugar de residência habitual ou a seu reassentamento voluntário em outra parte do país. Para isso, deve-se garantir sua participação plena no planejamento e gestão de seu retorno ou reintegração.[268]

189. As declarações afirmam que os refugiados em Colomancagua retornaram a El Salvador a partir do início do ano 1989, como resultado da ação de organismos internacionais e que muitos deles se reassentaram na comunidade de Segundo Montes. A senhora Antonia Guevara Diaz contou que permaneceram em Colomancagua até o mês de fevereiro de 1989, regressando ao povoado de San Luis com a ajuda da Cruz Vermelha, para depois trasladar-se a Cerro Pando, "não tendo regressado em anos anteriores pela situação do conflito armado interno, a insegurança que representava para ela e sua família, pois eram acusados de ser parte da guerrilha nesse período; assegura que voltaram ao lugar do qual haviam sido deslocados obrigatoriamente em função das garantias proporcionadas pela Cruz Vermelha Internacional e porque a vida no refúgio era difícil, pois sobreviviam com o que esta organização lhes dava, não tendo a facilidade de cultivar sua própria alimentação".[269] O senhor Juan Bautista Márquez Argueta relatou que, por gestões de organismos humanitários como ACNUR e outras instituições, no mês de fevereiro de 1990, todos que se encontravam refugiados em Colomoncagua foram repatriados, levando-os sempre ao Departamento de Morazán, onde hoje se conhece como a Cidade de Segundo Montes. Sobre sua situação pessoal, afirmou que "tratou de ir a ver os terrenos que tinha e abandonou quando ocorreu o massacre, podendo identificá-los e pouco a pouco foi arrumando-os para cultivá-los e deixando o lugar para onde havia sido levado, isso foi cerca de um ano depois de ter chegado, podendo construir já uma casinha com melhores materiais, no entanto hoje tem problemas, pois não possui documentos que amparem sua propriedade, uma vez que as escrituras eram privadas e estas se perderam durante o massacre, pois do que era sua casa não encontrou nem os restos".[270] A senhora María

---

[265] Entende-se por deslocados internos as pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a escapar ou fugir de seu lar ou de seu lugar de residência habitual, em particular como resultado ou para evitar os efeitos de um conflito armado, de situações de violência generalizada, de violações dos direitos humanos e que não tenham cruzado uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida. *Cf.* Princípios Reitores dos Deslocamentos Internos das Nações Unidas, U.N. Doc. E/CN.4/1998/53/Add.2, 11 de fevereiro de 1998, par. 2.

[266] A este respeito, ver a Declaração de Cartagena sobre Refugiados, adotada pelo "Colóquio Sobre a Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários", celebrado em Cartagena, Colômbia, de 19 a 22 de novembro de 1984.

[267] *Cf. Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de maio de 2010. Série C Nº 212, par. 149.

[268] *Cf. Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala*, par. 149.

[269] Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10288).

[270] Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10277 a 10278), e Declaração testemunhal prestada por Juan Bautista Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco

Erlinda Amaya Márquez relembrou que, "[n]o ano do massacre[,] todas as plantações se perderam porque tiveram que fugir e deixá-las. Depois do massacre tudo mudou em sua vida, na atualidade não possui nem uma colméia, teve de iniciar desde o início a produção de seu pomar para subsistir. […] ela se dirigiu a Colomancagua […,] lugar no qual permaneceu até depois da guerra quando lhe chegou o tempo de regre[ssar. E]la não queria regressar ao lugar, ela fazia o esforço de vir porque pensava que poderia encontrar seus filhos, mas era inútil porque já haviam sido mortos".[271]

190. Além disso, algumas pessoas deslocadas internas voltaram a seus lugares de origem por conta própria e outras se estabeleceram na comunidade de Segundo Montes, em geral ao concluir o conflito armado. Sobre esse particular, a perita Yáñez De La Cruz explicou que as vítimas que retornaram o fizeram "a partir de 1991 [a] 1992, quando a guerra acabou, e regressam a um lugar que já não é o lugar, ainda que eles venham ao lugar onde estavam, [agora] está queimado, todos dizem que já não é e têm de ir a outros lugares".[272] A senhora María del Rosario López Sánchez expressou que "em La Joya começaram a repovoá-la em 1995, uma parte regressou e a outra parte vive em San Luís, em Segundo Montes".[273] O senhor Juan Antonio Pereira Vigil relatou que, em 1992, regressou com seus próprios esforços a El Mozote, onde alugou, enquanto reconstruía sua casa e trabalhava em seus próprios terrenos no povoado de Los Toriles, "mas se sentia melhor por estar perto de seus terrenos porque eram seus […] expressa que ansiava voltar a suas terras, mas como era zona de guerra, não era possível viver ali, mas no entanto, desde o povoado de Mázala, jurisdição de Joateca, ele visitava seus terrenos para ver como estavam".[274]

191. Quanto a este elemento, o Estado não proporcionou informação alguma sobre as medidas que teria adotado para assegurar condições para o retorno tanto dos deslocados forçados internos como daqueles que foram obrigados a sair a Honduras em busca de refúgio. Além do mais, os diversos relatórios acompanhados pelos representantes, ainda quando o Estado lhes teria objetado a credibilidade (par. 17 *supra)*, são consistentes quanto a que em 1985 se encontravam em funcionamento a Comissão Nacional para a Assistência de Pessoas Deslocadas em El Salvador (CONADES) e a Comissão Nacional para a Restauração de Áreas (CONARA), assim como outras iniciativas do próprio Estado, da Igreja ou de organismos internacionais e não governamentais para oferecer possibilidades de repatriação, reassentamento e assistência aos deslocados. Ao mesmo tempo, estes relatórios se referem a duas questões que teriam incidido no fato de que muitas pessoas não solicitaram ou tiveram medo de solicitar assistência aos programas estatais: por um lado, porque CONADES e CONARA eram controlados ou tinham conexão com os militares[275]

Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1657 e 1659).

271 Declaração juramentada prestada por María Erlinda Amaya Márquez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5590).

272 Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

273 Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5522 a 5523).

274 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10289 a 10291).

275 *Cf. New Issues in Refugee Research. International Center for Research on Women, Working paper n. 25: Conflict, Displacement and reintegration: household survey evidence from El Salvador*, July 2000 (expediente de prova, tomo X, anexo 9 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 6476); *Uprooted: The displaced people of Central America, British Refugee Council Publication*, March 1986 (expediente de prova, tomo XI, anexo 19 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 7031 s 7032); *U.S. Committee for Refugees. Aiding the*

e, por outro, porque CONADES operava sob um sistema de registro,[276] mediante o qual exigia o acesso a determinada informação que "era altamente sensível" no contexto do conflito armado interno salvadorenho.[277]

192. A ausência de prova que possa controverter a ineficácia dos programas estatais, somada às declarações testemunhais das pessoas deslocadas em razão dos massacres, permite à Corte concluir que o Estado não adotou as medidas suficientes e efetivas para garantir às pessoas forçadamente deslocadas por causa dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos um retorno digno e seguro a seus lugares de residência habitual ou um reassentamento voluntário em outra parte do país.

193. No presente caso, e segundo se entende dos testemunhos recebidos, foram comprovadas situações de deslocamento massivo provocadas justamente por causa do conflito armado e da vulnerabilidade sofrida pela população civil devido à sua comparação com a guerrilha, assim como no que se refere ao presente caso, a consequência direta dos massacres ocorridos entre 11 e 13 de dezembro de 1981 e das circunstâncias verificadas de forma concomitante como parte da política estatal de terra arrasada, em sua totalidade resultou no fato dos sobreviventes sentirem-se obrigados a fugir de seu país ao ver sua vida, segurança ou liberdade ameaçadas pela violência generalizada e indiscriminada. O Tribunal conclui que o Estado é responsável pela conduta de seus agentes, que causou os deslocamentos forçados internos e para a República de Honduras. Ademais, o Estado não ofereceu as condições ou meios que permitissem aos sobreviventes regressar de forma digna e segura. Como esta Corte estabeleceu com anterioridade, a falta de uma investigação efetiva de fatos violentos pode propiciar ou perpetuar o deslocamento forçado.[278] Portanto, o Tribunal estima que, neste caso, a liberdade de circulação e de residência dos sobreviventes dos massacres foi limitada por graves restrições *de facto,* que se originaram em ações e omissões do Estado, o que por sua vez constituiu uma violação do artigo 22.1 da Convenção.

194. As vítimas sobreviventes que foram deslocadas de seu lugar de origem "perderam os vínculos comunitários e afetivos de suas raízes de identidade, ademais dos bens materiais", o que resultou em "mudanças forçadas na estrutura social e implic[ou] em rupturas, p[e]rdas, dor e muito sofrimento".[279] Para a Corte, ademais, possui especial significado no presente caso o deslocamento das crianças que sobreviveram aos massacres que, além do impacto indicado, tal como explicou a perita Yáñez De La Cruz, "encontram-se com a

---

Deslocados of El Salvador: The complexity of Humanitarian Assistance (expediente de prova, tomo XIII, anexo 27 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 8653, 8654, 8657 e 8658), e Lawyers Commitee for International Human Rights and Americas Watch, *El Salvador´s other victims: the war on the displaced* (expediente de prova, tomo XIV, anexo 28 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 8747 e 8768). No mesmo sentido, Perícia realizada perante agente dotado de fé pública (affidavit) pelo padre David Blanchard em 15 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, affidavits, folhas 10346 a 10347).

276 *Cf. Uprooted: The displaced people of Central America, British Refugee Council Publication*, March 1986 (expediente de prova, tomo XI, anexo 19 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 7032), e Lawyers Commitee for International Human Rights and Americas Watch, *El Salvador´s other victims: the war on the displaced* (expediente de prova, tomo XIV, anexo 28 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 8747, 8797 e 8798).

277 *Cf.* Perícia realizada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo padre David Blanchard em 15 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10346 a 10347).

278 *Cf. Caso Família Barrios Vs. Venezuela*, par. 165, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 220.

279 Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folhas 10548 a 10550).

situação de que seu pai e sua mãe foram assassinados, ou um deles, e além disso têm de fugir [e] e tudo é sofrimento".[280] Consta também que as vítimas sobreviventes deslocadas sofreram um impacto mais forte em seu bem estar e em sua saúde como consequência da "ruptura completa da rede cultural no norte de Morazán, da criação de um estado de *anomia* total e da destruição completa de uma cultura".[281]

195. Em suma, a Corte observa que a situação de deslocamento forçado interno e para a República de Honduras enfrentada pelos sobreviventes não pode ser desvinculada das outras violações declaradas. Na verdade, o deslocamento tem origem nos danos sofridos durante os massacres, não apenas por causa das violações dos direitos à vida (pars. 151 a 157 *supra*), à integridade pessoal (pars. 159 a 165 e 170 a 174 *supra*) e à liberdade pessoal (par. 158 *supra)*, mas também pela destruição do gado, das plantações e das casas, em violação do direito à propriedade privada (pars. 168 e 175 a 181 *supra*) e das ingerências arbitrárias ou abusivas na vida privada e no domicílio (artigo 11.2 da Convenção) (pars. 168 e 182 *supra*). Além disso, dado que no universo das vítimas sobreviventes foi comprovado que também havia crianças, a Corte conclui que as violações a seu respeito ocorrem também em relação ao artigo 19 da Convenção.

196. Para finalizar, a Corte observa que os representantes argumentaram a violação em conjunto dos artigos 11.2 e 22 da Convenção, a respeito tanto das pessoas que se deslocaram dentro do país como daquelas que cruzaram a fronteira. Em particular, arguiram que o deslocamento forçado causaria múltiplas violações de direitos humanos, entre as quais se encontrariam a violação ao direito à vida privada e familiar, a violação do direito à integridade e a violação do direito à livre circulação. Quanto ao direito à vida privada, argumentaram que estaria intrinsecamente ligado ao projeto de vida das vítimas. Em razão do anterior, alegaram que o deslocamento forçado teria afetado de maneira evidente a possibilidade das vítimas de dirigir sua vida de maneira autônoma. Quer dizer, estas não teriam podido se desenvolver da maneira em que teriam feito caso o massacre não tivesse ocorrido e as condições subsequentes lhes teriam mantido afastados de seu lugar de origem e de residência. Suas condições de vida teriam sido seriamente afetadas ao viver sem seus familiares que foram assassinados, sem seus meios de subsistência e afastados de seu entorno e relações sociais, de maneira que seu projeto de vida teria sido profundamente afetado. Consequentemente, os representantes consideraram que o deslocamento forçado das vítimas sobreviventes dos massacres teria implicado uma grave violação do direito à vida privada e familiar. A este respeito, o Tribunal estima que não é necessário se pronunciar sobre este argumento, o qual se refere aos mesmos fatos já analisados à luz de outras obrigações convencionais. No entanto, será considerado, no que seja pertinente, ao ordenar as reparações.

3) As violações de direitos humanos alegadas em detrimento dos familiares das pessoas executadas

197. Em relação aos familiares das vítimas executadas, em sua jurisprudência mais recente em casos de massacres, o Tribunal reiterou que os familiares das vítimas de certas graves violações de direitos humanos, como os massacres, podem, por sua vez, serem vítimas de violações de sua integridade pessoal.[282] Além disso, neste tipo de casos, a Corte

---

[280] Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

[281] *Cf.* Perícia realizada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo padre David Scott Blanchard em 15 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10333).

[282] *Cf. Caso do Massacre de Mapiripán Vs. Colômbia*, par. 146, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 240.

considerou violado o direito à integridade psíquica e moral dos familiares das vítimas em razão do sofrimento e angústia adicionais que estes sofreram por causa das atuações ou omissões posteriores das autoridades estatais com respeito a estes fatos[283] e devido à ausência de recursos eficazes.[284] A Corte considerou que "a realização de uma investigação efetiva é um elemento fundamental e condicionante para a proteção de certos direitos que se veem afetados ou anulados por essas situações".[285]

198. A prova apresentada demonstra que um grupo de familiares das vítimas executadas, que não se encontravam nos lugares em que ocorreram os massacres a que se refere o presente caso, regressou e tentou buscar por seus familiares, encontrando unicamente seus restos sem vida. A Corte considera especialmente grave que alguns deles tiveram que recolher os corpos de seus entes queridos queimados e/ou em avançado estado de decomposição e, em alguns casos, incompletos, para enterrá-los, sem poder lhes dar uma sepultura de acordo com suas tradições, valores ou crenças.[286]

199. Entre outras declarações que constam nos autos, o senhor José Pablo Diaz Portillo, naquela época com 12 anos de idade, declarou que cerca de dois meses depois de ocorrido o massacre regressou ao cantão Cerro Pando, lugar onde vivia com seus familiares, "e encontrou um desastre a respeito do qual foi difícil de se controlar, já que via muitas pessoas mortas que estavam se descompondo, dilaceradas pelos animais do campo, recorrendo os lugares próximos, [apenas encontrou pessoas] mortas, podendo localizar alguns familiares assassinados, os quais pôde identificar porque estavam no mesmo lugar onde eles viviam". Nesse lugar identificou os restos sem vida de seu irmão, junto com seus sete filhos, e de sua prima, junto com seus três filhos, "todos os corpos estavam dispersos e decompostos", mas não os enterrou, pois seguiu buscando se havia pessoas vivas no local. Dias depois, regressou ao lugar do massacre com seu pai que também havia sobrevivido "e foram enterrar os seus familiares, mas não podiam reconhecê-los bem e era muito difícil recolher os restos humanos, porque estavam somente os óssos e pedaços que os animais do campo haviam comido. No fim, fizeram um buraco e enterraram os restos que puderam, juntos".[287] O senhor José Cruz Vigil del Cid manifestou que não estava no lugar do massacre, mas que sua irmã com seus três filhos e seu irmão com seus seis filhos viviam respectivamente em Jocote Amarillo e Los Toriles, todos morreram no massacre. Depois de uns quinze dias foi procurar seu irmão, encontrando seus restos, os quais enterrou.[288]

200. Do mesmo modo, os autos demonstram que, em alguns casos, os familiares das vítimas executadas se envolveram em diversas ações, tais como a busca por justiça, participando no procedimento perante a jurisdição internacional (par. 32 *supra)*. Assim mesmo, consta que a falta de investigações efetivas para o esclarecimento dos fatos e a impunidade em que se mantêm os fatos do presente caso causou a persistência de

---

283 *Cf. Caso Blake Vs. Guatemala. Mérito*. Sentença de 24 de janeiro de 1998. Série C Nº 36, pars. 114 a 116, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 240.

284 *Cf. Caso das Irmãs Serrano Cruz Vs. El Salvador*. Mérito, Reparações e Custas, pars. 113 a 115, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 240.

285 *Caso do Massacre de Pueblo Bello Vs. Colômbia, par.* 145, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 240.

286 *Cf. Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia*, par. 260.

287 Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por José Pablo Diaz Portillo em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10298).

288 *Cf.* Declaração juramentada prestada por José Cruz Vigil del Cid ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5558 a 5559).

sentimentos de temor, vulnerabilidade e insegurança nos familiares das vítimas executadas.[289] As circunstâncias descritas dão conta do profundo sofrimento que padeceram os familiares das vítimas executadas e que se prolongou no tempo durante mais de 30 anos como resultado da impunidade em que se encontram os fatos.

201. Com base em todas as considerações anteriores, o Tribunal conclui que estes atos implicaram um tratamento cruel, desumano e degradante, contrário ao artigo 5.1 e 5.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento dos familiares das vítimas executadas.

202. Finalmente, tal como foi demonstrado,[290] efetivos militares procederam à queima das casas, à destruição e à queima das plantações dos moradores e ao sacrifício dos animais, razão pela qual a Corte conclui que o Estado violou o direito à propriedade privada, reconhecido no artigo 21.1 e 21.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento dos familiares das vítimas executadas dos massacres.

4) Conclusão

203. Em razão de todo o exposto e baseado na própria natureza dos massacres, dos quais se deriva uma violação complexa de direitos reconhecidos na Convenção Americana (par. 141 *supra)*, a Corte conclui que o Estado de El Salvador é responsável pela violação dos artigos 4, 5.1, 5.2, 21.1 e 21.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento e, adicionalmente, em relação ao artigo 19 a respeito das crianças, em detrimento das vítimas executadas, identificadas no Anexo "A". Ademais, o Estado é responsável pela violação do artigo 7 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas executadas no povoado de El Mozote.

---

[289] *Cf.* Declaração juramentada prestada por José Eliseo Claros Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 21 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5534); Declaração juramentada prestada por José Gervacio Diaz ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 28 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5545); Declaração juramentada prestada por José Cruz Vigil del Cid ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5559); Declaração juramentada prestada por María Regina Márquez Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 2 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5586 a 5588); Declaração juramentada prestada por María Elena Vigil ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5594); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Sofía Romero Pereira em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10282); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Eduardo Concepción Argueta Márquez em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10293); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por José Pablo Diaz Portillo em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10299); Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012, e Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10537).

[290] A senhora Sofía Romero Pereira manifestou que nos povoados de El Mozote e Los Toriles, além de perder a seus entes queridos, "perderam todos os grãos básicos que tinham nos celeiros, as galinhas, os porcos, as vacas, os cavalos", e também "as plantações [e] todos os objetos domésticos e a mesma casa foram completamente queimados, quer dizer[,] s[ó] ficou a terra". Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Sofía Romero Pereira em 2 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10281). O senhor José Pablo Diaz Portillo mencionou que, cerca de dois meses depois de ocorrido o massacre, no Cantão Cerro Pando encontrou as casas de seus familiares queimadas. *Cf.* Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por José Pablo Diaz Portillo em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10298).

204. O Estado também é responsável pela violação dos artigos 5.2 e 11.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 da mesma, em detrimento das mulheres que foram vítimas de violações sexuais no povoado de El Mozote.

205. Ademais, o Estado é responsável pela violação dos artigos 5.1, 5.2, 11.2, 21.1 e 21.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 da mesma e, adicionalmente, em relação ao artigo 19 a respeito das crianças, em detrimento das vítimas sobreviventes dos massacres, identificadas no Anexo "B".

206. Igualmente, o Estado é responsável pela violação dos artigos 5.1, 5.2, 21.1 e 21.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 da mesma, em prejuízo dos familiares das vítimas executadas, identificados no Anexo "C".

207. Por último, o Estado é responsável pela violação do artigo 22.1 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento e, adicionalmente em relação ao artigo 19 a respeito das crianças, em detrimento das pessoas que foram forçadas a se deslocar dentro de El Salvador e para a República de Honduras, identificadas no Anexo "D". Sobre as vítimas desta violação, a Comissão assinalou que, em relação às pessoas que tiveram que se deslocar de seu lugar de residência para sair do país e buscar refúgio na República de Honduras, "tem-se a convicção de que o verdadeiro número de vítimas supera amplamente as poucas pessoas individualizadas mediante a prova que consta nos autos". Os representantes afirmaram que em um contexto de violência extrema, no qual o deslocamento forçado era uma constante, somado às dimensões dos massacres e à ausência de registros oficiais sobre a origem e o destino das pessoas, era muito difícil documentar as circunstâncias específicas de deslocamento de cada uma das pessoas afetadas. Nesta Sentença a Corte descreveu os problemas suscitados na identificação efetiva de todos os sobreviventes e familiares das vítimas, o que impede saber com certeza quantos sobreviventes foram deslocados neste caso, de maneira que o Tribunal pôde avaliar esta situação unicamente a respeito daqueles que demonstraram esta condição neste processo (par. 57 *supra)*. No entanto, a Corte deixa registrado que possui elementos suficientes para concluir que devem ter sido muitas outras as pessoas que enfrentaram esta situação e sobre as quais não consta prova para sua devida identificação no processo ante si.

208. Finalmente, a Corte considera que a responsabilidade internacional do Estado no presente caso se configura de maneira agravada em razão do contexto no qual os fatos dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos foram perpetrados, o qual se refere a um período de violência extrema durante o conflito armado interno salvadorenho que respondeu a uma política de Estado caracterizada por ações militares de contrainsurgência, como as operações de "terra arrasada", que tiveram como finalidade o aniquilamento massivo e indiscriminado dos povoados que eram comparados por suspeita à guerrilha. O anterior, por meio da expressão do conceito "retirar a água do peixe" (par. 68 *supra)*. Neste sentido, tal como foi demonstrado, concluídas as execuções extrajudiciais procedeu-se a queimar as casas, os pertences e as plantações dos moradores, bem como a matar os animais, o que implicou a perda definitiva das propriedades das vítimas e a destruição de seus lares e meios de subsistência, provocando o deslocamento forçado dos sobreviventes daqueles lugares. Tal como foi estabelecido, foram destruídos núcleos familiares completos, o que, pela própria natureza dos massacres, alterou a dinâmica de seus familiares sobreviventes e afetou profundamente o tecido social da comunidade. Em atenção à preservação da memória histórica e à imperante necessidade de que fatos similares não voltem a se repetir, é dever desta Corte destacar que os massacres de El Mozote e lugares vizinhos constituem, sem dúvida, um exemplo exponencial desta política estatal, dada a dimensão da operação e

do número de vítimas executadas registradas.[291] Da mesma forma, como se verá a seguir, desde então e até o dia de hoje, não houve mecanismos judiciais eficazes para investigar as graves violações de direitos humanos perpetradas, nem para julgar e, se for o caso, punir os responsáveis. Tudo isso resulta na responsabilidade internacional agravada do Estado demandado.

VIII
DIREITOS ÀS GARANTIAS JUDICIAIS, À PROTEÇÃO JUDICIAL E À LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE EXPRESSÃO EM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES DE RESPEITAR E GARANTIR OS DIREITOS E AO DEVER DE ADOTAR DISPOSIÇÕES DE DIREITO INTERNO E ARTIGOS 1, 6 E 8 DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA E 7.B) DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ

209. A seguir, o Tribunal passará a analisar o processo penal iniciado sobre os fatos do presente caso em razão da denúncia interposta em 26 de outubro de 1990, a fim de determinar se este constituiu um recurso eficaz para assegurar os direitos de acesso à justiça, a conhecer a verdade e à reparação das vítimas sobreviventes e dos familiares das vítimas executadas. Para tal fim, o Tribunal estima pertinente, primeiramente, estabelecer os fatos, para em seguida recordar o fundamento da obrigação de investigar fatos como os do presente caso e abordar os obstáculos fáticos e legais que impediram seu cumprimento, causando atualmente uma situação de total impunidade.[292]

A. A investigação dos fatos do presente caso

210. Da prova decorre que, devido ao fato de que o conflito armado interno se encontrava em curso, ao temor e à desconfiança em relação às instituições estatais, as vítimas sobreviventes e os familiares das vítimas executadas não denunciaram os fatos do presente caso perante as instâncias correspondentes até o mês de outubro de 1990.[293]

---

[291] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1101).

[292] A impunidade foi definida pela Corte como "a falta em seu conjunto de investigação, persecução, captura, julgamento e condenação dos responsáveis por violações dos direitos protegidos pela Convenção Americana". *Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) Vs. Guatemala. Exceções Preliminares*. Sentença de 25 de janeiro de 1996. Série C Nº 23*, par.* 173, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador,* nota de rodapé 193.

[293] *Cf.* Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5524); Declaração juramentada prestada por Pedro Chicas Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5530 a 5531); Declaração juramentada prestada por Santos Jacobo Chicas Guevara ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 20 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5540); Declaração juramentada prestada por César Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5548); Declaração juramentada prestada por Alejandro Hernández Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 3 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5574 a 5575); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Bautista Márquez Argueta em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10278); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Antonia Guevara Diaz em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10288); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Juan Antonio Pereira Vigil em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10290 a 10291); Declaração prestada por María Dorila Márquez de Márquez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012; Declaração juramentada prestada por José Eliseo Claros Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 21 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5534); Declaração juramentada prestada por José Gervacio Diaz ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 28 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de

1) Início das investigações e diligências realizadas

211. A denúncia inicial foi apresentada em 26 de outubro de 1990 pelo senhor Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juizo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, onde denunciou os fatos ocorridos nos dias 10 e 11 de dezembro no povoado de El Mozote, no dia 11 de dezembro no cantão La Joya, no dia 12 de dezembro nos povoados de Ranchería e Los Toriles e no dia 13 de dezembro no povoado de Jocote Amarillo e nos cantões Guacamaya e Cerro Pando, todos do ano 1981.[294] Nesse mesmo dia ratificou sua denúncia perante o referido Juízo.[295]

212. Depois da denúncia inicial apresentada em 26 de outubro de 1990 pelo senhor Pedro Chicas Romero, entre 30 de outubro de 1990 e 7 de maio de 1991, o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera recebeu as declarações de doze sobreviventes dos massacres, seja na qualidade de ofendidos ou de testemunhas.[296] Em seguida,

---

petições, argumentos e provas, folha 5545); Declaração juramentada prestada por José Cruz Vigil del Cid ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5559); Declaração juramentada prestada por María Regina Márquez Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 2 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5586 a 5588); Declaração juramentada prestada por María Elena Vigil ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5594); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Sofía Romero Pereira em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10282); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Eduardo Concepción Argueta Márquez em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10293), e Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por José Pablo Diaz Portillo em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10299).

294 *Cf.* Escrito de denúncia de Pedro Chicas Romero apresentado perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 26 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1649 a 1652).

295 *Cf.* Declaração de ofendido prestada por Pedro Chicas Romero perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 26 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1654).

296 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Juan Bautista Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1657 a 1659); Declaração testemunhal prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1660 a 1665); Declaração testemunhal prestada por Irma Ramos Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1668 a 1670); Declaração testemunhal prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1695 a 1698); Declaração testemunhal prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1701 a 1703); Declaração testemunhal prestada por María Amanda Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1704 a 1705); Declaração testemunhal prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 23 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1706 a 1709); Declaração testemunhal prestada por Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1711 a 1713); Declaração testemunhal prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1715 a 1716); Declaração testemunhal prestada por Rosa Ramírez Hernández perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de janeiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1717 a 1720); Declaração de ofendido prestada por Hilario Sánchez Gómez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1723 a 1728); Declaração de ofendida prestada por María Teófila Pereira Argueta perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 18 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo

considerou-se suficientemente instruído o processo com base nesta prova, razão pela qual suspendeu a recepção de prova testemunhal.[297]

213. Em 3 de novembro de 1990, o promotor responsável pelo processo solicitou ao juiz da causa uma série de medidas de prova, entre as quais figurava a prática de uma inspeção e exumação, bem como a expedição de ofício ao Presidente da República e Comandante Geral das Forças Armadas a fim de que se fornecessem os nomes dos Chefes e Oficiais que se encontravam no comando da operação militar nos lugares onde ocorreu a cena do crime.[298]

214. Em 9 de novembro de 1990, foi negado ao promotor indicado para o caso o pedido de expedição do ofício ao Poder Executivo com o fim de obter informação sobre os chefes e oficiais no comando das operações sob o argumento de "não estar estabelecido nos autos que tenham sido membros do Ex[é]rcito Nacional que participaram no fato delitivo que aqui se investiga e que o uniforme verde é utilizado tanto por membros do Exército Nacional como por membros da F.M.L.N., igualmente não é prova suficiente o fato de que as testemunhas e o ofendido digam que os soldados lhes diziam que eram do Batalhão Atlacatl, pois tal afirmação pode ter sido feita tamb[é]m por membros de grupos terroristas, fazendo-se passar por soldados do Ex[é]rcito Nacional".[299] Entretanto, na mesma resolução, apesar de ter negado o pedido do promotor, o Segundo Juízo ordenou a expedição de "ofício ao senhor Comandante Geral das Forças Armadas, para que informe a este Tribunal sobre qual unidade militar do Exército Nacional realizou operações militares em dezembro do ano 1981 no povoado de Meanguera e, precisamente, no Cantão El Mozote e lugares vizinhos; caso tenha sido realizada alguma operação neste lugar".[300] No entanto, em 19 de junho de 1991, o Segundo Juízo expediu ofício ao Presidente da República e ao Comandante Geral das Forças Armadas solicitando-lhes um relatório de nomes dos Chefes e Oficiais que se

---

23 à submissão do caso, folhas 1730 a 1732); Declaração de ofendido prestada por Bernardino Guevara Chicas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 25 de fevereiro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1734 a 1736); Declaração de ofendido prestada por Domingo Vigil Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1741 a 1743); Declaração de ofendida prestada por Rufina Amaya perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1745 a 1748); Declaração de ofendido prestada por Juan Bautista Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 11 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1749 a 1751); Declaração de ofendido prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1752 a 1755); Declaração testemunhal prestada por Eustaquio Martínez Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 20 de março de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1757 a 1760); Declaração de ofendido prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 4 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1762 a 1765); Declaração testemunhal prestada por Genaro Sánchez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de abril de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1767 a 1770), e Declaração testemunhal prestada por Sotero Guevara Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1774 a 1778).

297 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 8 de maio de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1779).

298 *Cf.* Escrito do Promotor Específico acreditado à causa nº 238, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância, de 3 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1676 a 1678).

299 Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 9 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1679).

300 Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 9 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1679).

encontravam no comando de uma operação realizada em 10 de dezembro de 1981 nas localidades dos fatos.[301] Posteriormente, em 28 de novembro de 1991,[302] 9 de janeiro de 1992[303] e 19 de junho de 1992[304] foi reiterado o pedido do relatório. Não consta uma resposta ao primeiro pedido. Em resposta ao pedido de 9 de janeiro, o Ministro da Presidência informou em 19 de maio de 1992 que "não haviam encontrado antecedentes de qualquer tipo que se relacionem com uma suposta operação militar realizada no dia 10 de dezembro de 1981 na população de Meanguera, Departamento de Morazán".[305] Do mesmo modo, em resposta ao pedido de 19 de junho de 1992, em 21 de julho desse ano o Ministro da Presidência reiterou que "ao revisar o livro de registro de operações militares que mantém o Ministério de Defesa não foi encontrada nenhuma ordem militar para realizar operações militares durante o mês de dezembro de 1981 na zona de Meanguera, Departamento de Morazán, nem antecedentes de qualquer tipo que se relacionem com a suposta operação militar".[306]

215. Por outro lado, nesse mesmo dia 9 de novembro de 1990, o Segundo Juízo ordenou a prática de algumas diligências, entre elas, a inspeção no lugar dos fatos e a exumação dos cadáveres.[307] Entretanto, em 19 de junho de 1991, foi fixada data para esta diligência para 23 de julho daquele ano.[308] A este respeito, o Segundo Juízo enviou um ofício ao Diretor do Instituto de Medicina Legal, "Dr. Roberto Masferrer", solicitando sua colaboração para a prática das exumações e autópsias.[309] Em resposta, o Diretor deste Instituto informou ao juiz sobre a impossibilidade de estar presente porque o tempo era muito curto para preparar uma exumação, para a qual deveriam contatar a Cruz Vermelha Internacional (CICV), e que a calendarização de exumações se encontrava saturada naquela semana.[310]

---

301 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 19 de junho de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1781), e Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Presidente da República e ao Comandante Geral das Forças Armadas, de 19 de junho de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1782).

302 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1801), e Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Presidente da República e ao Comandante Geral das Forças Armadas, de 28 de novembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1802).

303 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 8 de janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1804), e Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Presidente da República e ao Comandante Geral das Forças Armadas, de 9 de janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1805).

304 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 19 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2115), e Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Presidente da República e ao Comandante Geral das Forças Armadas, de 26 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2117).

305 Ofício do Ministro da Presidência, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 19 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2031).

306 Ofício do Ministro da Presidência, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 21 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2273).

307 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 9 de novembro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1679 a 1680).

308 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 19 de junho de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1781).

309 *Cf.* Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Diretor do Instituto de Medicina Legal, de 19 de junho de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1783).

310 *Cf.* Ofício do Diretor do Instituto de Medicina Legal, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 16 de julho de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1785).

Por esse motivo, foram suspensas as diligências mencionadas até nova data[311] (par. 230 *infra*).

216. Entre 19 de julho e 19 de novembro de 1991 não foi realizada nenhuma diligência.

217. Em 20 de novembro de 1991, o juiz da causa, "[a]ntes de proceder às exumações solicitadas pela Promotoria" e "tendo conhecimento […] de que as zonas onde supostamente se encontram os cadáveres é das mais conflitivas da República e se assegura que nelas há campo minado", o que implicava "um grave risco" para as distintas autoridades e demais pessoas que acudiriam a este ato, resolveu solicitar: ao Ministro de Defesa que informasse com a maior brevidade possível "sobre as condições do lugar onde ocorreram os fatos a que se refere a presente causa, quanto ao risco de minas ou enfrentamentos e se os Corpos de Segurança podem proporcionar a proteção devida". Do mesmo modo, solicitou à Cruz Vermelha nacional e internacional proporcionar a proteção necessária para o cumprimento das exumações e ao Diretor do Instituto de Medicina Legal tomar as medidas necessárias para proporcionar o pessoal médico, paramédico e especialistas científicos necessários para o cumprimento das diligências.[312] Em razão do anterior, o juiz da causa trocou comunicações com o Diretor do Instituto de Medicina Legal em 25 de novembro e 9 de dezembro de 1991,[313] com o Diretor Executivo do CICV em 25 de novembro de 1991,[314] com o Ministro de Defesa em 25 de novembro de 1991 e 9 de janeiro de 1992,[315] e com o Chefe da Unidade Executiva da Comissão Investigadora de Fatos Delitivos em 25 de novembro de 1991.[316]

218. Por sua vez, em 25 de novembro de 1991, a Promotoria sustentou que "[n]a região onde deve-se realizar a diligência ordenada, […] tem-se conhecimento de que se encontra minada, e por sua vez, de que é conflitiva pelos enfrentamentos armados que ali ocorrem" e solicitou, entre outros, que "fosse expedido ofício ao Ministério de Defesa e de Segurança Pública, com o objeto de que procedesse a 'varrer as minas' naquela zona".[317] Em resposta, em 28 de novembro de 1991, o juiz da causa rejeitou o pedido da Promotoria, decisão esta de 20 de novembro de 1991[318] (par. 218 *supra)*.

---

311 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 18 de julho de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1786).

312 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 20 de novembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1787 a 1788).

313 *Cf.* Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Diretor do Instituto de Medicina Legal, de 25 de novembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1792), e Comunicação do Diretor do Instituto de Medicina Legal dirigida ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera do 9 de dezembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1803).

314 *Cf.* Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Diretor Executivo do C.I.C.R., de 25 de novembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1796).

315 *Cf.* Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Ministro de Defesa, de 25 de novembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1794), e Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Ministro de Defesa, de 9 de janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1806).

316 *Cf.* Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Chefe da unidade Executiva da Comissão Investigadora de Fatos Delitivos, de 25 de novembro de 1991 expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1793).

317 Ofício da Promotoria Geral da República de El Salvador de 25 de novembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1798 a 1799).

318 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de novembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1801).

219. Em 13 de dezembro de 1991, o Ministro de Defesa e de Segurança Pública informou que os cantões e povoados mencionados "foram, desde o início do conflito armado imperante, lugares de presença e persistência dos delinquentes terroristas, que minaram determinados setores dos mesmos e que apenas eles conhecem, razão pela qual em diversas incursões militares foram lesionados elementos do Instituto Castrense ao pisar em tais artefatos explosivos. Apenas simpatizantes da FMLN, devidamente conduzidos por guias da citada Frente, puderam transitar sem contratempos por estes lugares". Ademais, esclareceu que "não há neste momento condições favoráveis de segurança para realizar as diligências que menciona, esclarecendo que, a requerimento desse Tribunal, as Forças Armadas estão em condições de realizar uma Operação Militar de despejo dos possíveis terroristas que se encontrem no lugar em questão e de limpeza do terreno dos obstáculos e minas terroristas que ali se encontrem".[319]

220. A este respeito, em 23 de janeiro de 1992, a Promotoria manifestou que deixava a critério do juiz as providências que deveriam ser ordenadas para praticar as diligências necessárias para continuar com o processo.[320] No dia seguinte, o juiz da causa ordenou que fosse expedido ofício ao Diretor do Instituto Geográfico Nacional para que enviasse "fotografias ou mapas topográficos dos lugares onde supostamente ocorreram os fatos de que trat[a a causa penal]".[321] Este ofício foi expedido pelo juiz em 7 de fevereiro de 1992.[322] Mediante comunicação de 11 de fevereiro de 1992, o Diretor deste Instituto respondeu à solicitação do juiz enviando um mapa do Departamento de Morazán.[323] Em 13 de março de 1992, o juiz da causa solicitou novamente ao Diretor do referido Instituto um mapa do Departamento de Morazán, já que o anteriormente enviado "foi doado ao Instituto de Medicina Legal […p]ara que [fosse] usado para os mesmos fins".[324]

221. Em 25 de março de 1992, o Chefe de Observadores Militares e Comandante da Divisão Militar da Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL) certificou que, em 7 de março desse ano, membros do Exército Nacional para a Democracia (END/FMLN), acompanhados por dois observadores militares, realizaram uma busca das prováveis minas depositadas durante o conflito na área de El Mozote e concluíram que estas minas haviam sido retiradas em sua totalidade e que, consequentemente, a zona se encontrava totalmente livre destes artefatos.[325] Esta informação foi dada ao conhecimento do juiz da causa em 27 de março de 1992, tanto pela ONUSAL como pelo Exército Nacional

---

319 Ofício do Ministério de Defesa e de Segurança Pública de 13 de dezembro de 1991 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1807).

320 *Cf.* Ofício do Agente Específico, em representação do Promotor Geral da República de El Salvador, de 23 de janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1810).

321 Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 24 de janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1812).

322 *Cf.* Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Diretor Geral do Instituto Geográfico Nacional, de 7 de fevereiro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1813).

323 *Cf.* Comunicação do Diretor Geral do Instituto Geográfico Nacional, dirigida ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 11 de fevereiro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1814).

324 Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Diretor Geral do Instituto Geográfico Nacional, de 13 de março de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1819).

325 *Cf.* Certificação do Chefe de Observadores Militares e Comandante da Divisão Militar da Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL) de 25 de março de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1820).

para a Democracia (END/FMLN), esclarecendo este último que, "por parte das unidades do END, não haviam sido colocados campos minados nestes setores".[326]

222. Em 1º de abril de 1992, o juiz da causa solicitou ao Diretor do Instituto de Medicina Legal que remetesse a lista do pessoal que colaboraria nas exumações.[327] Em resposta, em 29 de abril de 1992, o Instituto de Medicina Legal encaminhou os nomes do pessoal médico e paramédico encarregado da prática das autópsias.[328]

223. Mediante comunicação de 30 de março de 1992, o Diretor do Instituto de Medicina Legal remeteu ao juiz da causa fotocópia dos títulos acadêmicos de Mercedes Celina Doretti, Patricia Bernardi e Luis Bernardo Fondebrider, os quais haviam sido proporcionados pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese. Assim mesmo, informou que a equipe do Instituto de Medicina Legal se encontrava pronta para realizar as autópsias e exames de laboratório necessários.[329] Em 1º de abril de 1992, o juiz da causa solicitou a legalização destes títulos de acordo com as leis salvadorenhas "a fim de que pudessem intervir de forma legal como peritos incidentais".[330] Em 22 de abril de 1992, o juiz confirmou o recebimento dos referidos títulos legalizados[331] e confirmou o dia de 29 de abril de 1992 como data para a prática da nomeação e a juramentação dos mencionados peritos.[332] Em 28 de abril de 1992, uma "Delegação das Comunidades do Norte de [Morazán], acompanhados de jornalistas e [c]entenas de pessoas" solicitaram uma audiência com o juiz da causa a fim de explicar os motivos pelos quais o julgamento "não avançava processualmente falando", assim como sobre "as razões pela[s] quai[s] os [a]ntropólogos [a]rgentinos propostos pelo Escritório de Tutela Legal não haviam sido juramentados".[333] Esta audiência foi concedida neste mesmo dia.[334] Em 29 de abril de 1992, o juiz da causa nomeou os referidos profissionais como peritos incidentais, a fim de que pudessem atuar como "Ajudantes Técnicos" na prática das exumações. Nesse mesmo dia, Mercedes Doretti e Patricia Bernardi fizeram os juramentos correspondentes.[335] Em 30 de abril de 1992, a senhora perita Mercedes Celina Doretti apresentou ao juiz da causa o "Plano de Trabalho

---

326 Certificação do Chefe de Observadores Militares e Comandante da Divisão Militar da Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL) de 25 de março de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1820), e Ofício do Exército Nacional para a Democracia 3ª Região Militar de 18 de março de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1822).

327 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 1º de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1843).

328 *Cf.* Escrito do Instituto de Medicina Legal "Dr. Roberto Masferrer" apresentado perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 29 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1880 a 1884).

329 *Cf.* Comunicação do Diretor do Instituto de Medicina Legal, dirigida ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 30 de março de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1824).

330 Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera de 1º de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1843).

331 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 22 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1869).

332 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 22 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1870).

333 Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1873).

334 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 28 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1873).

335 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 29 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1877 a 1879).

Sugerido", o qual assinalou que havia sido entregue ao Diretor do Instituto de Medicina Legal em 7 de fevereiro de 1992.[336] Em 13 de outubro de 1992, Luis Bernardo Fondebrider fez seu juramento.[337]

224. Mediante comunicado de imprensa de 8 de abril de 1992, o Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese denunciou irregularidades que, a seu critério, estavam sendo cometidas até esse momento nas investigações. Entre as irregularidades, denunciou que o juiz da causa: "no dia 8 de maio de 1991, quando a evidência testemunhal do processo comprovava amplamente a responsabilidade das Forças Armadas nos assassinatos, […] suspendeu temporalmente o exame de testemunhas, aduzindo que se dedicaria a realizar as diligências para comprovar o corpo do delito, tais como a inspeção no lugar dos fatos, exumações e autópsias dos cadáveres das vítimas. Estas diligências se encontravam ordenadas no processo desde 9 de novembro de 1990, entretanto, até [aquela] data não haviam sido realizadas, apesar de sua importância, continuando, ademais, suspenso o exame de testemunhas sem razão legal que justifi[casse] tal atitude"; negou-se a indicar aos membros da EAAF uma data para a inspeção e exumação, dando "credibilidade aos rumores sobre os campos minados na área de El Mozote, apesar de os moradores do lugar, que transitam por esta área, manifestaram a falsidade dos mesmos, o que havia sido comprovado pela imprensa nacional e estrangeira que visitou o lugar" e o "rastreio e busca de minas" realizado em 7 de março de 1992, no qual foi estabelecido que "a zona se encontrava totalmente livre de minas"; e que não recebeu resposta alguma aos pedidos feitos ao Presidente da República sobre "a lista de soldados e oficiais que participaram na operação militar durante a qual se produziu o Massacre de El Mozote".[338] Em 27 de abril de 1992, em um comunicado dos Organismos do Norte de Morazán, foi denunciada, entre outros, a negativa do juiz "de juramentar os peritos forenses estrangeiros" e de "fixar data para o começo da inspeção e exumação dos restos ósseos do massacre de 'El Mozote'", assim como "a passividade da Promotoria Geral da República ante todas estas irregularidades e obstruções no julgamento do massacre".[339] No dia seguinte, em uma comunicação dirigida ao Segundo Juízo por parte do Patronato para o Desenvolvimento das Comunidades de Morazán e San Miguel (PADECOMSM), das Comunidades Eclesiais de Base de El Salvador (CEBES), da Cidade de Segundo Montes, e do Movimento Comunal de Mulheres de Morazán, moradores e organismos do Norte de Morazán denunciaram fatos e circunstâncias similares.[340]

225. Posteriormente, mediante escritos de 30 de abril e 29 de maio de 1992, o Exército Nacional para a Democracia (END/FMLN) comunicou ao juiz da causa que, em 23 de abril, e 8, 26 e 27 de maio de 1992, uma equipe de explosivistas junto com um subcomandante da 3ª Região Militar do END, acompanhados por dois oficiais da ONUSAL, percorreram a área

---

336 *Cf.* Comunicação de Mercedes Celina Doretti, dirigida ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 30 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1886 a 1887).

337 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 13 de outubro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2416).

338 Comunicado do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de 8 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 11 à submissão do caso, folhas 1545 a 1548).

339 Comunicado dos Organismos do Norte de Morazán sobre o estancamento e obstrução do julgamento do massacre de "El Mozote" de 27 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1874).

340 *Cf.* Ofício das Comunidades de Morazán e San Miguel (PADECOMSM), das Comunidades Eclesiais de Base de El Salvador (CEBES), da Cidade de Segundo Montes, e do Movimento Comunal de Mulheres de Morazán, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 28 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1875).

do cantão La Joya, do povoado de Jocote Amarillo, dos povoados de Los Toriles e Ranchería, e dos cantões Cerro Pando e Guacamaya "com o fim de confirmar a inexistência de campos minados" nestes lugares.[341]

226. Em 5 de maio de 1992, o Segundo Juízo ordenou a citação do Prefeito Municipal de Meanguera, assim como das pessoas que haviam declarado previamente, a fim de que indicassem os "lugares exatos onde se encontram as fossas comuns e individuais onde foram enterrados os cadáveres a que se refere o presente fato de sangue".[342] Estas declarações ocorreram em 14 de maio de 1992.[343]

227. Em 7 de maio de 1992, o Segundo Juízo emitiu uma resolução determinando a prática da Inspeção legal nos lugares onde "se diz terem ocorrido os fatos de sangue que se investiga[m]" e estabelecendo uma ordem dos lugares a ser inspecionados com o respectivo calendário. Da mesma foram, determinou a intimação de várias autoridades, meios de comunicação e organismos internacionais.[344] Em 26 de maio de 1992, a Unidade Técnica Forense da Comissão de Investigação de Fatos Delitivos nomeou técnicos e um fotógrafo para participar nas inspeções,[345] os quais fizeram seus respectivos juramentos no dia seguinte.[346] As primeiras inspeções foram realizadas em 27 de maio de 1992 no povoado de El Mozote. Posteriormente, em 3, 10 e 17 de junho de 1992, foram realizadas as inspeções no morro "El Chingo", no morro "La Cruz" e no cantão La Joya. Esta última foi suspensa e continuou em 1º de julho do mesmo ano, o que causou atraso no resto das inspeções ordenadas pelo juiz da causa. Posteriormente, em 8, 15, 22 e 29 de julho e 12 de agosto de 1992, foram realizadas as inspeções no cantão Guacamaya, nos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo e no cantão Cerro Pando, respectivamente.[347] Igualmente, o juiz

---

341 *Cf.* Comunicação do Exército Nacional para a Democracia 3ª Região Militar de 30 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1910); Comunicação do Exército Nacional para a Democracia 3ª Região Militar de 29 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2065 a 2066); Comunicação do Exército Nacional para a Democracia 3ª Região Militar de 29 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2067 a 2068), e Comunicação do Exército Nacional para a Democracia 3ª Região Militar de 29 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2069 a 2070).

342 Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1904).

343 *Cf.* Declarações prestadas por Bernardino Guevara Chicas, Domingo Vigil Amaya, Juan Bautista Márquez, María Teófila Pereira Argueta, Irma Ramos Márquez, Rufina Amaya, Pedro Chicas, Sotero Guevara Martínez, Rosa Ramírez Hernández, Hilario Sánchez Gómez, Genaro Sánchez, María Amanda Martínez, Eustaquio Martínez Vigil e Lucila Romero Martínez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 14 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1927 a 1940).

344 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 7 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1908).

345 *Cf.* Comunicação do Chefe da Unidade Técnica Forense da Comissão de Investigação de Fatos Delitivos de 26 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 1951).

346 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 27 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1952 a 1955).

347 *Cf.* Inspeção judicial realizada no povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 27 de maio de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1956 a 1962); Inspeção judicial realizada no morro "El Chingo", povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 3 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2025 a 2026); Inspeção judicial realizada no morro "La Cruz", povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 10 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2072 a 2073); Inspeção judicial realizada no povoado El Potrero, cantão La Joya, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 17 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2107 a 2111); Inspeção judicial realizada no cantão La Joya, jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 1º de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2158 a 2162); Inspeção judicial realizada no cantão Guacamaya,

da causa recebeu três declarações em 2 de junho[348] e duas mais em 21 de agosto de 1992.[349]

228. Durante as inspeções realizadas em El Mozote, La Joya, Ranchería e Cerro Pando foram encontradas ossadas, as quais foram recolhidas pelos peritos da Comissão de Fatos Delitivos e enviadas ao Instituto de Medicina Legal.[350]

229. Entre agosto de 1992 e setembro de 1993 – data da emissão da decisão de arquivamento em aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz (par. 276 *infra)* -, não foi realizada nenhuma outra diligência de investigação, com exceção das exumações.

2) As exumações realizadas com o apoio de técnicos estrangeiros

230. Em 20 de julho de 1992, o Diretor do Instituto de Medicina Legal comunicou ao juiz da causa que, encontrando-se já no país a Comissão da Verdade, seria oportuno proceder à exumação e à prática das diligências judiciais e periciais pertinentes, para o que opinou que o juiz da causa deveria solicitar à Corte Suprema de Justiça e ao Ministério de Relações Exteriores que gestionassem junto aos Governos de Argentina, Reino Unido da Grã

---

jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, o dia 8 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2201 a 2202); Inspeção judicial realizada no povoado de Ranchería, do cantão Guacamaya, jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 15 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2224 a 2228); Inspeção judicial realizada no povoado de Los Toriles, do cantão Guacamaya, jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 22 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2267 a 2272); Inspeção judicial realizada no povoado de Jocote Amarillo, do cantão Guacamaya, jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 29 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2999 a 2303), e Inspeção judicial realizada no povoado de El Barrial, do cantão Cerro Pando, da jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 12 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2317 a 2324).

348 *Cf.* Declaração testemunhal prestada por Desiderio Márquez perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 2 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2015 a 2019); Declaração de ofendida prestada por Raquel Romero Claros Viúva de Claros perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 2 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2015 a 2019), e Declaração testemunhal prestada por Anastacio Pereira Vigil perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 2 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2020 a 2022).

349 *Cf.* Declaração de ofendido prestada por Lidia Chicas Mejía perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 2 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2351 a 2353), e Declaração testemunhal prestada por Lidia Chicas Mejía perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 21 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2355 a 2356).

350 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 15 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2062); Diligência realizada no povoado de El Mozote, jurisdição de Meanguera, Departamento de Morazán, em 17 de junho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2106); Ofício do Instituto de Medicina Legal, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 19 de junhem 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2114); Inspeção judicial realizada no cantão La Joya, jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 1 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2161); Inspeção judicial realizada no povoado de Ranchería, do cantão Guacamaya, jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 15 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2225 a 2226); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 16 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2232), e Inspeção judicial realizada no povoado El Barrial, do cantão Cerro Pando, da jurisdição de Meanguera, Distrito de Jocoaitique, Departamento de Morazán, em 12 de agosto de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2319).

Bretanha e Estados Unidos da América sua colaboração para nomear um antropólogo forense ou físico que atuasse como colaborador, a fim de "que fique absolutamente clara a atuação do Poder Judiciário salvadorenho e de seus Organismos Auxiliares e Colaboradores".[351] Em resposta, em 28 de julho de 1992, o juiz da causa solicitou esta gestão à Corte Suprema de Justiça.[352] Em 9 de setembro de 1992, o juiz da causa autorizou as primeiras exumações para 13 de outubro de 1992, "sem prejuízo de estar pendente o pedido realizado" à Corte Suprema de Justiça.[353] Em 30 de setembro de 1992, o juiz da causa recebeu uma comunicação por meio da qual a Comissão da Verdade havia informado ao Presidente da Corte Suprema de Justiça que, "[s]em prejuízo da faculdade de designar outros peritos especializados," considerava necessária a presença, entre outros, dos profissionais Clyde Collins Snow, Patricia Bernardi, Mercedes Doretti e Luis Bernardo Fondebrider,[354] estes três últimos peritos já nomeados pelo juiz da causa (par. 223 *supra)*. Uma vez recebida a informação procedente dos Governos dos Estados Unidos da América, do Reino Unido da Grã Bretanha e da Argentina,[355] em 30 de novembro e 9 de dezembro de 1992, foram nomeados como peritos incidentais Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick, para que atuassem como ajudantes técnicos,[356] a quem o juiz da causa deu a conhecer tais designações.[357] De 13 de outubro até 17 de novembro de 1992, foram realizados trabalhos de escavação e exumação no denominado Sítio 1, conhecido como "o Convento" no povoado de El Mozote.[358] Quando das conclusões destas exumações, foram redigidos dois relatórios: um da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF)[359] e outro dos peritos Robert H. Kirschner, Clyde C. Snow, Douglas D. Scott

---

[351] Ofício do Instituto de Medicina Legal, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 17 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2234).

[352] *Cf.* Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido à Corte Suprema de Justiça, de 28 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2277 a 2278).

[353] Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 9 de setembro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folha 2359).

[354] *Cf.* Ofício da Comissão da Verdade, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, de 30 de setembro de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2386 a 2389).

[355] *Cf.* Nota nº 002319 de 28 de outubro de 1992, Nota nº 002246 de 19 de outubro de 1992 e Ofício AJ/Nem 12588 de 19 de outubro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2507 a 2512); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 27 de outubro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2531 a 2532); Ofício de 30 de novembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2860), e Ofícios de 9 e 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2903 e 2904).

[356] *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de novembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2861 a 2862); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de novembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2865), e Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 9 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2905).

[357] *Cf.* Notificação do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera de 30 de novembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2863); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de novembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2866), e Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 9 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folha 2906).

[358] *Cf.* Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2927 a 2928).

[359] *Cf.* Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2927 a 2943).

e John J. Fitzpatrick[360], estes últimos em sua qualidade de consultores da Comissão da Verdade de El Salvador.

231. As conclusões da Equipe Argentina de Antropologia Forense sobre os trabalhos de exumação realizados de 13 de outubro a 17 de novembro de 1992 no Sítio 1, conhecido como "o Convento" no povoado de El Mozote, foram, entre outras: a) todos os esqueletos recuperados, assim como a evidência associada a eles, foram depositados em um mesmo evento temporal, conformando um tipo de enterro comum, primário e sincronizado; b) não é possível estabelecer com certeza se todas as vítimas foram introduzidas com vida no convento, mas é possível concluir que ao menos uma parte delas receberam disparos de projétil no interior da casa que podem ter sido letais; c) foram recuperadas 245 cartuchos, 244 correspondiam ao mesmo tipo de munição, apenas um deles corresponde a outro tipo de munição; d) foram recuperados 117 esqueletos individualizados no campo, 67 destes esqueletos tinham fragmentos de projéteis associados a eles; e) o fogo produziu um grande dano nos restos ósseos, na vestimenta e nos objetos pessoais das vítimas; f) aproximadamente 85% das 117 vítimas eram crianças menores de 12 anos; g) os fatos que se investigam não teriam ocorrido após 1981; h) com posterioridade aos disparos, um ou vários artefatos explosivos e/ou incendiários foram encontrados na casa; e i) toda a informação indicada aponta para a ideia de um crime massivo, onde não se encontraram evidências que pudessem sustentar a possibilidade de um enfrentamento entre dois grupos.[361]

232. Por sua vez, o relatório dos peritos Robert H. Kirschner, Clyde C. Snow, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick apresenta as seguintes conclusões: a) como resultado dos danos causados pelo incêndio, o peso das telhas e das paredes do prédio ocasionou danos adicionais aos cadáveres. É provável que algumas crianças muito pequenas (menos de um ano) tenham sido totalmente cremadas (baseado do número menor do que o esperado destas crianças), mas não é possível determinar seu número; b) foram estudados 245 cartuchos recuperados, dos quais 184 tinham marcas reconhecíveis, que indicavam que as munições haviam sido fabricadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, em Lake City, Missouri. Todos os projéteis, com exceção de um, parecem ter sido disparados com fuzis M-16, também fabricados nos Estados Unidos da América. Foram identificadas 24 armas de fogo distintas, o que indica que havia pelo menos 24 pessoas disparando, das quais pelo menos 11 pessoas dispararam suas armas de dentro do prédio e não menos que 13 pessoas dispararam suas armas de fora do prédio,[362] e c) os esqueletos mostram indícios de trauma grave, resultante da alta velocidade das balas e dos danos *post mortem* resultantes de esmagamento e do fogo ou calor. Igualmente, identificou-se a presença de 143 esqueletos, sendo 136 crianças e adolescentes e 7 adultos. A idade média das crianças era de aproximadamente 6 anos. Havia 6 mulheres de 21 a 40 anos, uma das quais estava no terceiro trimestre de gravidez e um homem ao redor de 50 anos. A este respeito, no relatório adverte-se que no total foram assignados 120 casos de restos exumados. Entretanto, quando os conjuntos foram examinados no laboratório, determinou-se que vários deles estavam misturados com os restos de outras pessoas; nestes casos foram classificados os conjuntos secundários que podiam ser identificados claramente como

---

360 *Cf.* Relatório da investigação forense do povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado por Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo VI, anexo 24 submissão ao caso, folhas 4022 a 4027).

361 *Cf.* Relatório arqueológico, Povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo IV, anexo 23 à submissão do caso, folhas 2927 a 2943).

362 *Cf.* Relatório sobre a identificação de armas de fogo no sítio de execução em El Mozote realizado por Douglas D. Scott (expediente de prova, tomo VI, anexo 25 à submissão do caso, folha 4031).

indivíduos separados. A inclusão destes novos indivíduos ampliou a série total para 143 casos.[363]

233. Seguindo com a prática de exumações no povoado de El Mozote, o Instituto de Medicina Legal designou os peritos Roger Haglar e Charles Lee Cecil, que fizeram os juramentos correspondentes como ajudantes técnicos em 6 de janeiro de 1993. A prova do processo indica que, de 6 a 29 de janeiro de 1993, foram realizadas as diligências judiciais para "a escavação, movimentação de terra e limpeza" nos denominados Sítio 2 "La Tumba" e Sítio 3 "El Pozo", conhecidos como "casa de Sofía Márquez" e "casa de Benita Diaz" no povoado de El Mozote.[364] Em 24 de março de 1993, o juiz da causa enviou ao diretor do Instituto de Medicina Legal "10 caixas contendo restos [ó]sseos, encontrados no Sítio 2", assim como o inventário correspondente aos Sítios 2 e 3.[365]

234. Com posterioridade à decisão de arquivamento (par. 276 *infra)*, a Associação Tutela Legal da Arquidiocese promoveu novas diligências de exumação de vítimas perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera. Consequentemente, os diferentes juízes a cargo da causa autorizaram a realização das exumações nos anos 2000,[366] 2001,[367] 2003[368] e 2004,[369] apenas a fim de que, uma vez recuperados os restos e realizada a análise de identificação, a restituição dos mesmos fosse autorizada a seus familiares para sepultá-los no lugar que estimassem conveniente e, em consequência, a Equipe Argentina de Antropologia Forense pôde retomar seus trabalhos forenses.[370] Estas tarefas foram dirigidas por membros da Equipe Argentina de Antropologia Forense, com a colaboração do corpo médico forense dos Institutos de Medicina Legal de San Salvador, Santa Tecla e San Miguel e do perito Clyde C. Snow.[371]

---

363 *Cf.* Relatório da investigação forense do povoado de El Mozote, Sítio 1, realizado por Clyde C. Snow, Robert H. Kirschner, Douglas D. Scott e John J. Fitzpatrick de 10 de dezembro de 1992 (expediente de prova, tomo VI, anexo 24 submissão ao caso, folhas 4022 a 4025).

364 *Cf.* Ofício do Diretor do Instituto de Medicina Legal, dirigido ao Segundo Juízo de Primeira Instância, em 4 de janeiro de 1993 (expediente de prova, tomo V, anexo 3 à submissão do caso, folha 3409); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 6 de janeiro de 1993 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3422); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 6 de janeiro de 1993 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3423), e Diligências judiciais realizadas do 6 a 29 de janeiro de 1993 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3424 a 3496).

365 *Cf.* Ofício do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, dirigido ao Diretor do Instituto de Medicina Legal, de 24 de março de 1993 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3611).

366 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 5 de abril de 2000 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3655 a 3656).

367 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 19 de setembro de 2001 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3857 a 3858).

368 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 17 de outubro de 2003 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3920 a 3922).

369 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 13 de outubro de 2004 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3963 a 3964).

370 *Cf.* Perícia conjunta prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Luis Fondebrider, Mercedes C. Doretti e Silvana Turner em 18 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits, folha* 10312).

371 *Cf.* Resumo do trabalho forense realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), caso El Mozote, abril-junho do ano 2000 (expediente de prova, tomo VI, anexo 27 à submissão do caso, folha 4122); relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre os trabalhos de exumação realizados no ano 2001 (expediente de prova, tomo VI, anexo 28 à submissão do caso, folhas 4410 a 4411), e relatório final da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre as investigações forenses do caso El Mozote realizadas no ano 2003 (expediente de prova, tomo VII, anexo 29 à submissão do caso, folhas 4990 a 4991). Ver também,

235. Os trabalhos de escavações arqueológicas estenderam-se de 6 de abril a 25 de maio de 2000, no cantão La Joya e no povoado de Jocote Amarillo. Os sítios foram denominados Sítio 1, Sítio 2b, Sítio 4, Sítio 5, Sítio 16 e Sítio 17 de La Joya, e Sítio 1, Sítio 2, Sítio 3 Fossa A, Sítio 3 Fossa B, Sítio 3 Fossa C e Sítio 4 de Jocote Amarillo. Sobre a base das exumações realizadas, a Equipe Argentina de Antropologia Forense apresentou os seguintes resultados: a) foram recuperados um total de 37 indivíduos, dos quais 14 eram adultos e 23 crianças menores de 14 anos de idade, e os restos de um feto de aproximadamente 6 meses. Dentro do grupo dos adultos, três eram homens e 11 eram mulheres. As idades dos homens variam de 40 a 60 ou mais anos de idade no momento da morte. As mulheres adultas tinham idade entre 20 e 85 anos no momento de sua morte; b) na maioria dos casos estudados as lesões encontradas foram suficientes em número de disparos e zonas letais afetadas para terem causado a morte das pessoas; c) foram recolhidas um total de 96 evidências balísticas; d) as crianças apresentaram grandes dificuldades para ser identificadas individualmente dentro das fossas comuns, pois, por serem crianças, geralmente não possuem importantes características identificatórias dentais ou em seu ossamento que possa diferenciá-los entre si. Não foram encontrados restos esqueléticos no Sítio 1 de La Joya nem nos Sítios 2 e 3 Fossa B de Jocote Amarillo.[372]

236. Os trabalhos de exumação de 2001 estenderam-se de 1º de outubro a 2 de novembro de 2001 nos denominados Sítio 2 do povoado de El Mozote, Sítio 1, Sítio 2, Sítio 3 e Sítio 4 de Los Toriles e Sítio 1A do cantão La Joya. No que se refere ao Sítio 2, conhecido como a "casa de Israel Márquez" no povoado de El Mozote, devido aos grandes danos sofridos pela ação do fogo, não foi possível individualizar os esqueletos das pessoas ali assassinadas e não foi possível estabelecer nenhum tipo de relação entre os fragmentos, razão pela qual o objetivo da análise de laboratório foi determinar o Número Mínimo de Indivíduos (NMI). Deste modo, de acordo com as peças dentais encontradas, estimou-se um total de 12 adultos e de 4 subadultos. Ademais, foram recolhidos um total de 95 evidências balísticas. Em relação com o povoado de Los Toriles, foram exumados um total de 25 esqueletos. Destes esqueletos, 17 foram recuperados completos em quatro fossas comuns e em 8 casos os esqueletos foram recuperados de maneira incompleta. Em 15 casos os esqueletos eram de sexo masculino e em 10 casos eram de sexo feminino. De acordo com as conclusões da Equipe Argentina de Antropologia Forense as lesões encontradas são suficientes em número de disparos e zonas letais afetadas para ter causado a morte das pessoas. Também, foram recuperados dois fragmentos de projéteis de armas de fogo no Sítio 1, 21 projéteis no Sítio 2 e 33 evidências balísticas no Sítio 3. Quanto ao Sítio 1A do cantão La Joya, contabilizou-se um número de três esqueletos humanos em uma fossa comum e três cartuchos usados e um fragmento de projétil de arma de fogo.[373]

237. Os trabalhos forenses do ano 2003 foram realizados entre 23 de outubro e 10 de dezembro de 2003. Os trabalhos foram realizados no Sítio 1, Fossas A e B, no povoado de Poza Honda de Cerro Pando, no Sítio 1, Sítio 2 e Sítio 3 do povoado de Ranchería, Sítio 3 e

---

Perícia conjunta prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Luis Fondebrider, Mercedes C. Doretti e Silvana Turner em 18 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits, folha* 10303), e Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, pp. 283 e 284 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5431 a 5432).

372 *Cf.* Resumo do trabalho forense realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), caso El Mozote, abril-junho do ano 2000 (expediente de prova, tomo VI, anexo 27 à submissão do caso, folhas 4122 a 4125).

373 *Cf.* Relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre os trabalhos de exumação realizados no ano 2001 (expediente de prova, tomo VI, anexo 28 à submissão do caso, folhas 4412 a 4413, 4426 a 4427, 4441, 4447, 4449 a 4450, 4453 a 4454).

Sítio 4 do povoado de El Mozote e no Sítio 5 do povoado de Los Toriles. Nos trabalhos de exumação foram recuperados os restos esqueléticos de um mínimo de 57 indivíduos, entre eles, 10 masculinos, 11 femininos, 2 provavelmente de sexo feminino e 21 de sexo indeterminado. De todos eles, 26 eram adultos, 9 subadultos, 9 crianças/subadultos, 10 crianças, 2 infantis e 9 de idade indeterminada. A identificação das crianças apresentou grandes dificuldades em razão do estado de conservação e do depósito no qual foram recuperados (altamente erosionados e misturados em concentrações ósseas na maioria dos casos) e em virtude de que as crianças não possuem características identificatórias dentais ou em seu ossamento que possibilitem a identificação. Ademais, foram recuperados um total de 172 peças de evidência balística.[374]

238. Os trabalhos de exumação do ano 2004 foram realizados entre 21 de outubro e 3 de novembro no Sítio 5 e no Sítio 6 do povoado de El Mozote. Considerando a somatória das peças dentárias naturais no Sítio 5, o Número Mínimo de Indivíduos recuperados foi de três. No Sítio 6 concluiu-se que não havia ossadas humanas. Em ambos os sítios foram recuperados um total de 69 peças de evidências balísticas.[375]

239. Para a identificação dos restos das exumações de 2000 a 2003 foram elaboradas listas de pessoas cujos restos deveriam ser encontrados nos lugares das exumações, em função da informação fornecida pelas testemunhas e as evidências recuperadas. Entrevistas foram organizadas para recolher informação *pre mortem*, a qual foi comparada no laboratório *a posteriori*. Infelizmente, para as exumações realizadas em 2004, não foi possível contar com informação testemunhal para comparar os resultados com o fim de identificar as ossadas recuperadas.[376]

240. Em relação às exumações do período de 2000-2004, "muitas vítimas foram identificadas corretamente e seus restos mortais entregues a familiares diretos ou à comunidade (no caso dos não identificados) para que realizassem sua sepultura cristã"[377] (par. 234 *supra)*.

241. No 13º aniversário dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, em 23 de novembro de 1994, Juan Bautista Márquez, Raquel Romero, viúva de Claros, e Rufina Amaya solicitaram ao juiz da causa a restituição dos restos ósseos exumados nos locais do povoado de El Mozote, a fim de lhes dar uma sepultura cristã e comemorar religiosamente o sofrimento das pessoas falecidas durante o massacre.[378] Em resposta, o juiz autorizou a

---

374 *Cf.* Relatório final da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre as investigações forenses do caso El Mozote realizadas no ano 2003 (expediente de prova, tomo VII, anexo 29 à submissão do caso, folhas 4989 a 4991, 5023 a 5024 e 5033).

375 *Cf.* Relatório final da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre as investigações forenses do caso El Mozote realizadas no ano 2004 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3987, 3994, 3996 e 3998).

376 *Cf.* Resumo do trabalho forense realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), caso El Mozote, abril-junho do ano 2000 (expediente de prova, tomo VI, anexo 27 à submissão do caso, folha 4124); relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre os trabalhos de exumação realizados no ano 2001 (expediente de prova, tomo VI, anexo 28 à submissão do caso, folhas 4415 a 4416); relatório final da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre as investigações forenses do caso El Mozote realizadas no ano 2003 (expediente de prova, tomo VII, anexo 29 à submissão do caso, folha 5023), e relatório final da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) sobre as investigações forenses do caso El Mozote realizadas no ano 2004 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3995).

377 Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, p. 416 (expediente de prova, tomo VIII, anexo II ao escrito de petições, argumentos e prova, folha 5498).

378 *Cf.* Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador, El Mozote. *Lucha por la verdad y la justicia: Masacre a la Inocencia*, San Salvador, El Salvador, 2008, pp. 276 a 277 (expediente de prova, tomo VIII,

entrega dos restos humanos encontrados nos Sítios 1, 2 e 3, conhecidos como "El Convento", "casa de Sofía Márquez" e "casa de Benita Diaz".[379] Posteriormente, surge da prova que, em diversas oportunidades, o juiz da causa ordenou a entrega dos restos ósseos encontrados no marco das distintas diligências de exumação praticadas a pedido de seus familiares e/ou do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese.[380]

B. A obrigação de investigar os fatos do presente caso

242. A Corte estabeleceu que, de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, os Estados Partes estão obrigados a oferecer recursos judiciais eficazes às vítimas de violações de direitos humanos (artigo 25), recursos que devem ser fundamentados de acordo com as regras do devido processo legal (artigo 8.1), tudo isso dentro da obrigação geral dos mesmos Estados de garantir o livre e pleno exercício dos direitos reconhecidos na Convenção a toda pessoa que se encontre sob sua jurisdição (artigo 1.1).[381] Do mesmo modo, indicou que o direito de acesso à justiça deve assegurar, em tempo razoável, o direito das supostas vítimas ou de seus familiares a que se faça todo o necessário para conhecer a verdade sobre o ocorrido e a investigar, julgar e, se for o caso, punir os eventuais responsáveis.[382]

243. A obrigação de investigar violações de direitos humanos é uma das medidas positivas que os Estados devem adotar para garantir os direitos reconhecidos na Convenção.[383] Desde sua primeira sentença esta Corte destacou a importância do dever estatal de investigar e punir as violações de direitos humanos.[384] É assim que, em casos nos quais se estabelece a ocorrência de execuções extrajudiciais, é fundamental que os Estados investiguem efetivamente a privação do direito à vida reconhecido no artigo 4 da Convenção e determinem as responsabilidades de todos os autores e partícipes, especialmente quando

---

anexo II ao escrito de petições, argumentos e prova, folha 5428), e Escrito de 23 de novembro de 1994 apresentado perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3620 a 3623).

379 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 29 de novembro de 1994 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3624).

380 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 31 de agosto de 2000 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3704); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 8 de dezembro de 2000 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3725); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 22 de junho de 2000 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3774); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 22 de junho de 2000 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3777); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera de 7 de dezembro de 2001 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3879); Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 12 de dezembro de 2003 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folha 3931), e Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 10 de dezembro de 2004 (expediente de prova, tomo VI, anexo 23 à submissão do caso, folha 4004).

381 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Exceções Preliminares.* Sentença de 26 de junho de 1987. Série C Nº 1, par. 91, e *Caso do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Equador. Mérito e reparações*. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C Nº 245, par. 260.

382 *Cf. Caso Bulacio Vs. Argentina. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 18 de setembro de 2003. Série C Nº 100, par. 114, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 191.

383 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*, par. 166, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 190.

384 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez*. Mérito, par. 166.

estão envolvidos agentes estatais.[385] Assim mesmo, a obrigação de garantir os direitos reconhecidos nos artigos 5.1 e 5.2 da Convenção Americana implica no dever do Estado de investigar possíveis atos de tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes,[386] a qual se vê reforçada pelo disposto nos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura,[387] que obrigam o Estado a "tomar […] medidas efetivas para prevenir e punir a tortura no âmbito de sua jurisdição". Em casos de violência contra a mulher, as obrigações gerais estabelecidas na Convenção Americana complementam-se e reforçam-se com aquelas derivadas da Convenção de Belém do Pará, que obriga, de maneira específica em seu artigo 7.b, aos Estados Partes a utilizar a devida diligência para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.[388] Além disso, existe uma obrigação de realizar uma investigação efetiva em determinados casos de deslocamento forçado.[389]

244. Porém, a obrigação de investigar, como elemento fundamental e condicionante para a proteção de certos direitos violados, adquire uma particular e determinante intensidade e importância diante da gravidade dos delitos cometidos e da natureza dos direitos lesados,[390] como em casos de graves violações de direitos humanos ocorridas como parte de um padrão sistemático ou prática aplicada ou tolerada pelo Estado[391] ou no contexto de ataques

---

385 *Cf. Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2003. Série C Nº 101, par. 156, e *Caso Vargas Areco Vs. Paraguai*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 26 de setembro de 2006. Série C Nº 155, par. 76.

386 *Cf. Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil,* par. 147, e *Caso Vélez Loor Vs. Panamá. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas.* Sentença de 23 de novembro de 2010. Série C Nº 218, par. 230.

387 O artigo 1 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura dispõe que:

> Os Estados Partes obrigam-se a prevenir e a punir a tortura, nos termos desta Convenção.

Além disso, o artigo 6 deste instrumento dispõe que:

> Em conformidade com o disposto no artigo 1, os Estados Partes tomarão medidas efetivas a fim de prevenir e punir a tortura no âmbito de sua jurisdição.
>
> Os Estados Partes assegurar-se-ão de que todos os atos de tortura e as tentativas de praticar atos dessa natureza sejam considerados delitos em seu direito penal, estabelecendo penas severas para sua punição, que levem em conta sua gravidade.
>
> Os Estados Partes obrigam-se também a tomar medidas efetivas para prevenir e punir outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, no âmbito de sua jurisdição.

Por sua vez, o artigo 8 do mesmo tratado estabelece que:

> Os Estados Partes assegurarão a qualquer pessoa que denunciar haver sido submetida a tortura, no âmbito de sua jurisdição, o direito de que o caso seja examinado de maneira imparcial.
>
> Quando houver denúncia ou razão fundada para supor que haja sido cometido ato de tortura no âmbito de sua jurisdição, os Estados Partes garantirão que suas autoridades procederão de ofício e imediatamente à realização de uma investigação sobre o caso e iniciarão, se for cabível, o respectivo processo penal.
>
> Uma vez esgotado o procedimento jurídico interno do Estado e os recursos que este prevê, o caso poderá ser submetido a instâncias internacionais, cuja competência tenha sido aceita por esse Estado.

388 *Cf. Caso Fernández Ortega e outros Vs. México*, par. 193, e *Caso Rosendo Cantú e outra Vs. México*, par. 177.

389 *Cf. Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala*, par. 149.

390 *Cf. Caso La Cantuta Vs. Peru*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 29 de novembro de 2006. Série C Nº 162, par. 110, e *Caso González Medina e familiares Vs. República Dominicana*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 27 de fevereiro de 2012. Série C Nº 240, par. 220.

391 *Cf. Caso Goiburú e outros Vs. Paraguai*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 22 de setembro de 2006. Série C Nº 153, par. 82, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 127.

massivos e sistemáticos ou generalizados contra algum setor da população,[392] pois a necessidade imperativa de prevenir a repetição de tais fatos depende, em boa medida, de que se evite sua impunidade e se satisfaçam as expectativas das vítimas e da sociedade em seu conjunto de ter acesso ao conhecimento da verdade sobre o ocorrido.[393] A eliminação da impunidade, por todos os meios legais disponíveis, é um elemento fundamental para a erradicação das execuções extrajudiciais, da tortura e de outras graves violações de direitos humanos.[394]

245. Foi provado e reconhecido pelo Estado que os fatos do presente caso referem-se, entre outros, a execuções extrajudiciais massivas, a atos de tortura e de violência contra a mulher, assim como a deslocamentos forçados cometidos no contexto do conflito armado interno em El Salvador e como parte de uma política planejada pelo Estado contra a população civil pertencente a regiões associadas com a guerrilha.

246. Este Tribunal observa que, de acordo com a Convenção Americana, vigente ao momento dos massacres, o Estado tinha a obrigação de investigar com a devida diligência todos estes fatos, obrigação que se mantém vigente na atualidade. Esta obrigação foi reafirmada pelo Estado na ocasião do depósito do instrumento de ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura em 5 de dezembro de 1994 e, posteriormente, com o da Convenção de Belém do Pará em 26 de janeiro de 1996, de modo que o Estado devia zelar pelo seu cumprimento a partir destes momentos,[395] mesmo que estas convenções não tivessem ainda sido adotadas pelo Estado quando os massacres ocorreram.

247. Dada sua importância, a obrigação de investigar no presente caso não pode ser executada de qualquer maneira, mas deve ser realizada de acordo com os padrões estabelecidos pelas normas e jurisprudência internacionais que caracterizam as investigações de graves violações de direitos humanos, o que pressupõe, em primeiro lugar, criar um marco normativo interno adequado e/ou organizar o sistema de administração de justiça de forma tal que seu funcionamento assegure a realização de investigações *ex officio,* sem dilação, sérias, imparciais e efetivas.[396]

248. O dever de investigar é uma obrigação de meio e não de resultado, que deve ser assumida pelo Estado como um dever jurídico próprio e não como uma simples formalidade condenada de antemão a ser infrutífera, ou como uma mera gestão de interesses particulares, que dependa da iniciativa processual das vítimas, de seus familiares ou do aporte particular de elementos probatórios.[397]

---

392 *Cf. Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 26 de setembro de 2006. Série C Nº 154, pars. 94 a 96 e 98 a 99, e *Caso Manuel Cepeda Vargas Vs. Colômbia*, par. 42.

393 *Cf. Caso Vargas Areco Vs. Paraguai*, par. 81, e *Caso Escué Zapata Vs. Colômbia*, par. 75.

394 *Cf. Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) Vs. Guatemala*. Mérito, par. 173, e *Caso Barrios Altos Vs. Peru*. Supervisão de Cumprimento de Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 7 de setembro de 2012, Considerando vigésimo quinto.

395 *Cf. Caso do Presídio Miguel Castro Castro Vs. Peru*, par. 377, e *Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 137.

396 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Mérito, par. 110, e *Caso Manuel Cepeda Vargas Vs. Colômbia*, par. 117.

397 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*, par. 177, e *Caso Pacheco Teruel e outros Vs. Honduras. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 27 de abril de 2012. Série C Nº 241, par. 129.

249. Do mesmo modo, este dever impõe a remoção de todos os obstáculos *de jure e de facto* que impeçam a investigação e o julgamento dos fatos e, se for o caso, da punição de todos os responsáveis pelas violações declaradas assim como pela busca da verdade. Com efeito, se o aparato do Estado atua de modo que tal violação permanece impune e não se restabelece às vítimas, tanto quanto seja possível, a plenitude de seus direitos, pode-se afirmar que descumpriu o dever de garantir seu livre e pleno exercício às pessoas sujeitas à sua jurisdição.[398] De acordo com esta consideração subjaz a ideia de que um processo que se desenvolva até sua conclusão e que cumpra sua missão é o sinal mais claro de não tolerância às graves violações de direitos humanos, contribui à reparação das vítimas e mostra à sociedade que foi feita justiça.[399]

C. Dever de iniciar uma investigação ex officio

250. A Comissão indicou que as autoridades salvadorenhas não iniciaram uma investigação *ex officio* acerca dos massacres, o que teria causado que, entre 13 de dezembro de 1981 e 30 de outubro de 1990, data na qual o senhor Pedro Chicas Romero apresentou uma denúncia, não tenha sido realizado qualquer tipo de investigação oficial sobre os fatos. Deste modo, as investigações sobre os massacres teriam iniciado 9 anos após o ocorrido e como consequência de uma denúncia apresentada por um sobrevivente e não por iniciativa do Estado de El Salvador. Segundo a Comissão, esta falha não poderia ser justificada na falta de conhecimento público dos fatos, pois haveria evidência de que, já no ano de 1982, meios de imprensa internacionais teriam noticiado os massacres. Consequentemente, a Comissão considerou que a falta de uma investigação de ofício por parte do Estado para investigar os massacres constituiria *per se* numa violação dos direitos consagrados nos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento dos familiares das vítimas. Os representantes solicitaram que o Estado seja declarado responsável por não ter iniciado uma investigação de ofício sobre os fatos dos massacres, de maneira imediata, de modo que, em razão do atraso no início das investigações, perdeu-se informação fundamental para o esclarecimento dos fatos.

251. No presente caso foi demonstrado que, em janeiro de 1982, tornou-se pública a possível ocorrência de um massacre perpetrado pelas próprias Forças Armadas, sem que as autoridades correspondentes realizassem qualquer investigação. Ao contrário, como ficou provado, as autoridades salvadorenhas negaram e encobriram de forma sistemática os fatos (pars. 73 a 77 *supra*). A este respeito, a Comissão da Verdade destacou que o então Ministro de Defesa e o então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas tiveram conhecimento "sobre a ocorrência do massacre e tampouco promoveram nenhuma investigação".[400] Foi apenas no ano de 1990, quando a grande maioria dos sobreviventes deslocados forçadamente regressou a El Salvador, que um deles pôde interpor uma denúncia. De fato, a denúncia inicial foi apresentada em 26 de outubro de 1990, pelo senhor Pedro Chicas Romero, perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera.[401] Isto é, por nove anos o Estado omitiu-se em iniciar uma investigação

---

398 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Mérito*, par. 176, e *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil*, par. 140.

399 *Cf. Caso das "Crianças de Rua" (Vilagrán Morales e outros) Vs. Guatemala*. Supervisão de Cumprimento de Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 27 de janeiro de 2009, Considerando vigésimo primeiro, e *Caso Manuel Cepeda Vargas Vs. Colômbia*, par. 153.

400 Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1202).

401 *Cf.* Escrito de denúncia de Pedro Chicas Romero apresentado perante o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 26 de outubro de 1990 (expediente de prova, tomo III, anexo 23 à submissão do caso, folhas 1649 a 1652).

que garantisse a pronta obtenção e preservação de provas que permitissem estabelecer o ocorrido.

252. Em virtude do anterior, a Corte conclui que, ao menos a partir de 1982, o Estado devia ter iniciado *ex officio* e sem dilação uma investigação séria, imparcial e efetiva de todos os fatos dos massacres relacionados tanto com a ofensa à vida, assim como a respeito de outras transgressões específicas contra a integridade pessoal, tais como as supostas torturas e atos de violência contra a mulher sob uma perspectiva de gênero, de acordo com os artigos 8.1 e 25.1 da Convenção, e com as obrigações específicas dispostas nos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e 7.b) da Convenção de Belém do Pará.

D. Falta de devida diligência na investigação penal

253. A Comissão alegou que, a partir da leitura da totalidade dos autos do processo do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, teria identificado uma série de omissões e irregularidades que teriam dificultado o esclarecimento do ocorrido, a individualização dos responsáveis e as possibilidades de que fossem devolvidos os restos aos familiares das vítimas após um estudo sério sobre sua identificação, listou-as como: o Segundo Juízo não teria intimado qualquer autoridade estatal que pudesse aportar informação sobre a operação militar e que pudesse referir-se aos fatos narrados pelas testemunhas para declarar perante o processo; ante a falta de resposta do Presidente da República aos ofícios dirigidos a ele no sentido de obter informação oficial sobre as operações e seus perpetradores, o Segundo Juízo não dispôs de qualquer meio coercitivo para assegurar a apresentação oportuna de informação para avançar com as investigações; frente à resposta do Ministério de Defesa sobre a inexistência de qualquer operação militar, o Segundo Juízo não teria realizado qualquer esforço para reiterar a exigência da obtenção de informação, para utilizar outros mecanismos como a realização de inspeções judiciais em instalações militares, nem para intimar as autoridades governamentais da época dos fatos para declarar; não constaria diligência alguma por parte do Segundo Juízo a fim de obter informação sobre os nomes dos militares que teriam prestado declarações ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese e, se fosse o caso, chamá-los a declarar para que pudessem esclarecer os fatos; não parecia que tinham sido efetuadas diligências para dar seguimento às diligências de exumação ou para cumprir as recomendações da Comissão da Verdade e da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), mas o Segundo Juízo teria determinado dar por finalizadas as diligências de exumação, uma vez que se aprovou a lei de anistia; o Segundo Juízo não teria disposto os meios necessários para resguardar adequadamente os restos ósseos encontrados para sua posterior identificação e devolução aos familiares; e em relação com a decisão de arquivamento do processo de 27 de setembro de 1993, o Segundo Juízo teria trasladado às testemunhas ou ofendidos que teriam comparecido para declarar o ônus de provar tanto o corpo de delito como a participação dos perpetradores nos massacres, sem assumir a investigação como um dever jurídico próprio e, consequentemente, sem avaliar toda a informação disponível e esgotar todos os meios a seu alcance para investigar adequada e diligentemente os fatos. A Comissão considerou que os anteriores elementos seriam suficientes para concluir que a suposta falta de seriedade e de diligência nas investigações realizadas pelo Segundo Juízo e sua ineficicácia para esclarecer os fatos e identificar os responsáveis constituiriam uma violação dos direitos consagrados nos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, assim como das obrigações estabelecidas nos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e no artigo 7 da Convenção de Belém do Pará, em detrimento dos familiares das vítimas. A Comissão concluiu também que a omissão em dar continuidade às investigações teria continuado até a presente data e constituiria uma violação dos referidos artigos.

254. Os representantes alegaram que o Estado salvadorenho é responsável por ter incorrido em demora injustificada na investigação dos fatos dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos. A este respeito, indicaram que teriam transcorrido menos de três anos até que, em 1 de setembro de 1993, o juiz da causa aplicou a Lei de Anistia ao caso. Após essa data, teriam se passado sete anos sem nenhum tipo de atividade processual e, posteriormente, as únicas diligências que teriam sido realizadas, até a presente data, teriam sido impulsionadas pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, as quais estariam, em sua maioria, dirigidas à recuperação dos restos mortais, uma vez que os pedidos feitos com o objetivo de que a investigação sobre o ocorrido prosseguisse e, eventualmente, fossem sancionados os responsáveis não teriam sido atendidos pelas autoridades. Portanto, teriam transcorrido 21 anos desde o início da investigação sem que, até a presente data, qualquer pessoa tivesse sido sequer processada e punida pelos graves fatos alegados. Consequentemente, os representantes consideraram ser evidente que a demora na investigação dos fatos seja consequência da absoluta falta de vontade do Estado. No mesmo sentido, os representantes alegaram que, desde 26 de novembro de 2006, os representantes das vítimas no processo interno teriam apresentado perante o juiz competente uma série de pedidos que não teriam sido resolvidos, os quais se referiam aos seguintes aspectos: declarar a inaplicabilidade da Lei de Anistia, dar continuidade ao processo penal, solicitar ao Presidente da República diversas informações em mãos das Forças Armadas salvadorenhas, realizar inspeções nos arquivos do mesmo corpo castrense, ordenar a detenção provisória dos oficiais das Forças Armadas acusados e tramitar a extradição de um dos oficiais acusados. Assim mesmo, o processo teria sido caracterizado por passar por longos períodos de inatividade. Como consequência, os representantes solicitaram à Corte que declarasse que o Estado salvadorenho é responsável pela demora injustificada na investigação dos fatos relativos aos massacres de El Mozote e lugares vizinhos e que, portanto, violou os direitos contidos nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana.

255. A Corte observa que tanto os representantes como a Comissão indicaram que, no curso da investigação, foram realizadas várias atuações ou omissões das autoridades estatais que teriam configurado uma falta de devida diligência e denegação de justiça. A Corte constatou que uma avaliação do processo judicial, assim como de outros documentos que constam no acervo probatório, permite concluir que, de fato, nos aproximadamente três anos em que a investigação permaneceu aberta até o arquivamento da causa em aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz se verificaram vários obstáculos fáticos que impediram a investigação efetiva, o julgamento e, se fosse o caso, a punição dos responsáveis.

256. Em primeiro lugar, da prova produzida no presente caso se conclui que não foram esgotadas todas as medidas que deveriam ter sido realizadas a fim de identificar os possíveis autores dos fatos e, se fosse o caso, vinculá-los ao processo, mesmo que tenham sido recebidas as declarações de alguns ofendidos e de testemunhas que se apresentaram ao juiz (par. 212 *supra)*, tenha sido realizadas inspeções judiciais e exumações (pars. 227 e 230 a 238 *supra*) e tenha sido emitido ofício ao Presidente e ao Ministro da Defesa Nacional (par. 214 *supra)*, com o que se constata certa atividade investigativa das autoridades encarregadas de impulsionar as investigações. Isto é, o Estado não foi diligente na coleta da prova com o objetivo de identificar as pessoas envolvidas. A Corte observa que, de acordo com os fatos estabelecidos, ao menos entre 1.000 a 2.000 efetivos militares participaram na execução dos massacres (par. 84 *supra)*, isto sem contar os outros autores materiais, intelectuais ou, em geral, partícipes. Ademais, não foi realizada qualquer medida para inspecionar material hemerográfico por meio do qual eventualmente se poderia obter informação sobre as pessoas que participaram nas operações militares realizadas no lugar e

na data dos fatos, nem se incorporou oportunamente às investigações as seções correspondentes do relatório da Comissão da Verdade para El Salvador nas quais se apresenta os nomes de alguns dos militares que participaram nas operações.[402] De fato, tanto no relatório da Comissão da Verdade de março de 1993[403] como nas investigações desenvolvidas pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, as quais foram publicadas em 1992[404] e cujas cópias foram juntadas à causa pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese no ano 2006,[405] estão indicadas as unidades militares que teriam participado nas operações, assim como teriam sido identificados os nomes de algumas autoridades a cargo das mesmas, permitindo estabelecer os nomes de participantes dos massacres, sobretudo daqueles que tiveram posições de decisão, sem que esta informação tenha sido utilizada dentro de alguma linha de investigação nem que se vinculasse a processo e que intimasse a depor a nenhum membro das Forças Armadas.

257. Em casos como o presente, a Corte considerou que as autoridades encarregadas da investigação possuem o dever de assegurar que no curso das mesmas sejam considerados os padrões sistemáticos que permitiram a comissão de graves violações de direitos humanos.[406] A fim de garantir sua eficácia, a investigação deve ser conduzida tomando em conta a complexidade deste tipo de fatos, que ocorreram no âmbito de operações de contrainsurgência das Forças Armadas, e a estrutura na qual estão localizadas as pessoas provavelmente envolvidas nos mesmos, evitando assim omissões na coleta de prova e no seguimento de linhas lógicas de investigação.[407] Neste sentido, a Corte considera que as autoridades estatais estão obrigadas a colaborar com a coleta da prova para alcançar os objetivos da investigação e abster-se de realizar atos que impliquem obstruções para o andamento do processo investigativo.[408] Do mesmo modo, é essencial que os órgãos a cargo das investigações estejam dotados, formal e substancialmente, das faculdades e garantias adequadas e necessárias para ter acesso à documentação e informação pertinente para investigar os fatos denunciados e obter indícios ou evidências da localização das vítimas.[409] De fato, o Estado não pode se amparar na falta de prova da existência dos documentos solicitados mas, ao contrário, deve fundamentar a negativa a fornecê-los, demostrando que adotou todas as medidas a seu alcance para comprovar que,

---

402 *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folhas 2011 a 2018 e 2023).

403 *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folhas 1196 a 1197 e 1201).

404 *Cf.* Relatório do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese intitulado "Execução Massiva de Pessoas (arbitrárias e sumárias) nos povoados de El Mozote, Ranchería e Jocote Amarillo do cantão Guacamaya, nos cantões La Joya e Cerro Pando, do Município de Meanguera e no povoado de Los Toriles do Municipio Arambala, todos do Departamento de Morazán por tropas do BIRI Atlacatl durante operação militar – nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 1981; fatos conhecidos como 'Massacre de El Mozote'" de 23 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 9 à submissão do caso, folhas 1463 a 1535).

405 *Cf.* Escrito do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador de 23 de novembro de 2006 (expediente de prova, tomo XI, anexo 17.1 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 6929 a 6999).

406 *Cf. Caso do Massacre de La Rochela Vs. Colômbia. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 11 de de maio de 2007. Série C Nº 163, par. 156, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 194.

407 *Cf. Caso das Irmãs Serrano Cruz Vs. El Salvador. Mérito, Reparações e Custas*, par. 166, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 194.

408 *Cf. Caso García Prieto e outros Vs. El Salvador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 20 de novembro de 2007. Série C Nº 168, par. 112, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 194.

409 *Cf. Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala*, par. 77, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 145.

efetivamente, a informação solicitada não existia.[410] Neste sentido, em casos de violações de direitos humanos, o Tribunal já indicou que "as autoridades estatais não podem se amparar em mecanismos como o segredo de Estado ou a confidencialidade da informação, ou em razões de interesse público ou de segurança nacional, para deixar de aportar a informação requerida pelas autoridades judiciais ou administrativas encarregadas da investigação ou processo pendentes".[411]

258. Em segundo lugar, a Corte observa que, por mais que o juiz da causa tenha ordenado a realização de uma inspeção no lugar dos fatos e a exumação dos cadáveres em 9 de novembro de 1990, foi apenas em 19 de junho de 1991 que o juiz determinou a data para esta diligência, a qual finalmente não pôde ser realizada devido à falta de tempo para sua preparação, segundo a resposta do diretor do Instituto de Medicina Legal (par. *215 supra)*. Posteriormente, não foi possível praticar as exumações requeridas em razão da suposta existência de campo minado na região onde deveria ser feita a diligência ordenada. Esta situação manteve-se até 5 de maio de 1992, quando o juiz da causa ordenou a continuação das diligências (pars. 217 a 226 *supra*). Finalmente, foi apenas em 27 de maio de 1992 que tiveram início as inspeções aos lugares onde ocorreram os fatos e, em 9 de setembro de 1992, que foram autorizadas as primeiras exumações, as quais se realizaram de 13 de outubro a 17 de novembro de 1992 (pars. 227 e 230 *supra*). Isto quer dizer que, apesar de a denúncia inicial do senhor Pedro Chicas Romero ter sido apresentada em 26 de outubro de 1990, os primeiros trabalhos de exumação foram autorizados apenas em 13 de outubro de 1992. Portanto, por quase dois anos os trabalhos de exumação não foram realizados devido à carência de especialista na matéria e à suposta existência de minas, situações que caracterizaram a inatividade da autoridade judicial.

259. De acordo com os relatórios internos do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, em uma reunião realizada em 27 de março de 1992 entre esta organização e o juiz da causa, este expressou que "tinha ordens superiores para dilatar ou estancar a investigação", as quais eram do então Presidente da República, do então Presidente da Corte Suprema de Justiça, do então Promotor Geral da República e inclusive do então Ministério de Defesa. Estas ordens eram no sentido de que não indicasse data para as exumações, entre outras.[412] Do mesmo modo, mediante um comunicado de imprensa de 8 de abril de 1992, o Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese denunciou irregularidades que, em seu parecer, estavam sendo cometidas até esse momento nas investigações. Entre estas irregularidades, denunciou que o juiz da causa se negou "a indicar data para a inspeção e exumação [aos membros da Equipe Argentina de Antropologia Forense], [dando] credibilidade aos rumores sobre campos minados na área de El Mozote", rumores que foram desmentidos tanto por moradores do lugar como pela imprensa nacional e estrangeira que visitaram a região.[413]

260. Por sua vez, o relatório da Comissão da Verdade descreveu que o Presidente da Corte Suprema de Justiça de El Salvador dessa época havia expressado, durante uma visita realizada pelos membros da Comissão da Verdade em 16 de julho de 1992, "que a exumação que o juiz da causa havia determinado demonstraria que em El Mozote 'há

---

410 *Cf. Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil*, par. 211, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 177.

411 *Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala*, par. 180, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 171.

412 *Cf.* Relatórios internos do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de 27 de março e 29 de julho de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 10 à submissão do caso, folhas 1537 a 1543).

413 *Cf.* Comunicado de imprensa emitido pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 8 de abril de 1992 (expediente de prova, tomo III, anexo 11 à submissão do caso, folhas 1545 a 1549).

enterrados apenas guerrilheiros mortos'"[414] e concluiu que este magistrado "ha[via] tido uma ingerência indevida e negativa, com critérios políticos parciais, no procedimento judicial seguido no caso".[415]

261. A este respeito, os peritos Mercedes Doretti, Luis Fondebrider e Silvana Turner da Equipe Argentina de Antropologia Forense afirmaram que os maiores obstáculos ao trabalho forense se produziram durante os anos 1991 e 1992, período no qual se observou uma obstaculização deliberada na nomeação de peritos quando El Salvador carecia de especialistas na área de arqueologia e antropologia forense. Posteriormente, após três meses de espera no país e a pedido de comunidades locais e do Escritório de Tutela Legal, entre outros, dois membros da Equipe Argentina de Antropologia Forense foram nomeados pelo juiz competente, mas sem data de início das exumações. Finalmente, a Equipe Argentina de Antropologia Forense saiu do país à espera da resolução do caso.[416] Sobre este assunto, a perita Tal Linda Ileen Simmons expressou que o fato de que as primeiras exumações iniciaram-se 11 anos depois dos fatos, por causa da obstaculização do Governo de El Salvador, teve repercussões diretas no estado, tanto dos restos humanos como das provas conexas encontradas pela Equipe Argentina de Antropologia Forense nestes casos, e nas possibilidades de determinar a identidade dos restos exumados.[417]

262. Portanto, esta Corte considera que o Estado atrasou e obstaculizou o início dos trabalhos de exumação, o que se vincula tanto à coleta da prova como à possibilidade de entregar os restos mortais aos familiares para que estes possam encerrar seu processo de luto. A Corte reitera que o passar do tempo guarda uma relação diretamente proporcional com a limitação – e em alguns casos, a impossibilidade - de obter as provas e/ou testemunhos, dificultando a prática de diligências probatórias a fim de esclarecer os fatos que são matéria de investigação,[418] de identificar os possíveis autores e partícipes e de determinar as eventuais responsabilidades penais.

263. Em terceiro lugar, a Corte nota que o arquivamento definitivo da causa "a favor de qualquer pessoa que tenha pertencido ao Batalhão Atlacatl na época em que ocorreu o fato" deu-se sem que se tenha individualizado ou vinculado formalmente qualquer pessoa ao processo e em aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, consequentemente frustrando qualquer aspiração das vítimas para que fosse efetivada a determinação dos fatos que se investigavam e, se fosse o caso, das correspondentes responsabilidades penais em um prazo razoável.

264. Uma vez decretado o arquivamento definitivo da causa no dia 1º de setembro de 1993, o Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese promoveu novas diligências de exumação de vítimas perante o Juízo da causa, que autorizou sua realização nos anos 2000, 2001, 2003 e 2004, sem que conste qualquer diligência de exumação que tenha sido realizada por

---

414 Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1201).

415 Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1202).

416 *Cf.* Perícia conjunta prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Luis Fondebrider, Mercedes C. Doretti e Silvana Turner em 18 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits, folha* 10311).

417 *Cf.* Perícia realizada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Tal Linda Ileen Simmons recebido em 18 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits, folhas* 10407 a 10408).

418 *Cf. Caso Heliodoro Portugal Vs. Panamá*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 12 de agosto de 2008. Série C Nº 186, par. 150, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 145.

iniciativa própria das autoridades estatais, o que significa que a atitude omissa do Estado persistiu após o ano de 1993.

E. A Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz e sua aplicação ao presente caso

265. A seguir, a Corte procederá à exposição dos fatos relevantes e à análise da compatibilidade entre a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz emitida pela Assembleia Legislativa da República de El Salvador no ano 1993 e os direitos reconhecidos nos artigos 1.1, 2,[419] 8.1[420] e 25[421] da Convenção Americana, da qual o Estado de El Salvador é parte ou, se for o caso, se aquela pode manter seus efeitos jurídicos em relação a graves violações de direitos humanos e infrações graves ao Direito Internacional Humanitário cometidas durante o conflito armado interno, levando em consideração as circunstâncias específicas que rodearam a expedição desta lei em El Salvador.

1) Os fatos relativos ao processo de paz e a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz

a) O conflito armado interno e o processo de negociações para a paz

266. O processo de negociações para a paz iniciou-se quando os cinco Presidentes centroamericanos solicitaram a intervenção do Secretário Geral das Nações Unidas para que interpusesse seus bons ofícios com o fim de alcançar a pacificação na região da América Central, o que foi ratificado mediante a Resolução 637 (1989), de 27 de julho de 1989, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.[422]

267. Em outubro de 1989, o Secretário Geral das Nações Unidas informou à Assembleia Geral e ao Conselho de Segurança sobre o Acordo assinado em 15 de setembro, na Cidade do México, entre o Governo de El Salvador e a Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional (FMLN), que procurava entabular um processo de diálogo com o objetivo de dar fim ao conflito armado em El Salvador pela via política.[423] Em dezembro de 1989, de forma separada, o Governo do então Presidente Alfredo Cristiani e a FMLN solicitaram ao Secretário Geral que lhes ajudasse na busca pela paz.[424]

---

419 O artigo 2 da Convenção Americana estabelece: "[s]e o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades."

420 O artigo 8.1 da Convenção Americana dispõe que: "[t] oda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza."

421 O artigo 25.1 da Convenção Americana afirma que: "[t]oda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais."

422 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5805).

423 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5805)

424 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5805)

268. A partir disso, o Secretário Geral deu impulso ao processo de negociação que se estabelecia sob seus bons ofícios, com o objetivo de alcançar "a concertação de um fim ao enfrentamento armado e de todo ato que desrespeite os direitos da população civil" em El Salvador.[425] O marco deste processo foi estabelecido no Acordo de Genebra, de 4 de abril de 1990, após o qual as partes projetaram uma Agenda Geral e um Calendário do processo de negociação que foram acordados em Caracas, Venezuela, em 21 de maio de 1990.[426]

269. Em 26 de julho de 1990, as partes assinaram em San José, Costa Rica, o primeiro Acordo no processo de negociação relacionado ao respeito irrestrito aos direitos humanos,[427] no qual acordaram que "seriam tomadas de imediato todas as ações e medidas necessárias para evitar qualquer tipo de fatos ou práticas que atentem contra a vida, a integridade, a segurança e a liberdade das pessoas, [assim como] para erradicar toda prática de desaparecimentos e sequestros. Seria dada toda a prioridade à investigação dos casos desta natureza que pudessem se apresentar, assim como à identificação e à punição dos que fossem culpados".[428] Este acordo também foi a base para a criação da Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), através da Resolução 693, de 20 de maio de 1991, do Conselho de Segurança, a qual se instalou efetivamente em 26 de julho de 1991, com o fim de monitorar os acordos políticos assinados pelas partes no conflito interno.[429]

270. Os Acordos do México de 27 de abril de 1991 defendiam reformas constitucionais para as Forças Armadas, para o sistema judiciário e de direitos humanos, assim como a respeito do sistema eleitoral. Igualmente, a Comissão da Verdade para El Salvador foi estabelecida pelas partes nestes acordos,[430] com o mandato de investigar "graves fatos de violência ocorridos desde 1980, cuja marca sobre a sociedade reclama[va] com maior urgência o conhecimento público da verdade",[431] e elaborar um relatório final com suas conclusões e recomendações de ordem legal, política ou administrativa que poderiam ter relação com casos específicos ou ser de caráter mais geral. As partes comprometeram-se a cumprir as recomendações da Comissão.[432]

271. Posteriormente, "o Acordo de Nova York abriria o caminho para a obtenção da paz definitiva"[433] até que as negociações culminaram na noite de 31 de dezembro de 1991, com a assinatura da Ata de Nova York, na qual as partes reconheceram ter alcançado um acordo

---

425 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5811).

426 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5806).

427 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5806 a 5807).

428 Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5818).

429 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5806 a 5807).

430 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5808).

431 Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1081).

432 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5808).

433 Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5809).

sobre todos os aspectos que se encontravam pendentes e acordaram estabelecer um fim ao enfrentamento armado.

272. O Acordo final de paz que pôs fim ao conflito armado de 12 anos foi assinado em 16 de janeiro de 1992, no Castelo de Chapultepec da Cidade de México, DF. O Acordo de Paz de El Salvador reafirmou a necessidade de superar a impunidade, ao dispor que:

> É conhecida a necessidade de esclarecer e superar toda sinalização de impunidade de oficiais das Forças Armadas, especialmente em casos onde esteja comprometido o respeito aos direitos humanos. Para tal fim, as Partes remetem a consideração e resolução deste ponto à Comissão da Verdade. Tudo isso sem prejuízo do princípio, que as Partes igualmente reconhecem, de que fatos dessa natureza, independentemente do setor ao qual pertencessem seus autores, devem ser objeto da atuação exemplar dos tribunais de justiça, a fim de que se aplique aos que sejam responsáveis as sanções contempladas pela lei.[434]

273. Em 13 de julho de 1992, a Comissão da Verdade iniciou suas atividades, tomando em consideração, por um lado, "a singular trascendência que se possa atribuir aos fatos a serem investigados, suas características e repercussão, assim como a comoção social causada" e, pelo outro, "a necessidade de criar confiança nas mudanças positivas que o processo de paz impulsiona e de estimular o trânsito para a reconciliação nacional".[435] Baseada nestes critérios, a Comissão investigou dois tipos de casos: "(a) os casos ou fatos individuais que, por suas características singulares, comoveram a sociedade salvadorenha e/ou a sociedade internacional", e "(b) uma série de casos individuais de características similares que revelam um padrão sistemático de violência ou maus-tratos e que, vistos em seu conjunto, comoveram em igual medida a sociedade salvadorenha, sobretudo porque seu objetivo foi impactar por meio da intimidação a certos setores dessa sociedade".[436] A Comissão da Verdade descreveu em seu relatório publicado em 15 de março de 1993 os padrões de violência durante o conflito armado, tanto de agentes do Estado como de integrantes da FMLN, e incluiu aproximadamente 30 casos ilustrativos dos mesmos.[437]

b) A Lei de Reconciliação Nacional e a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz

274. Em 23 de janeiro de 1992, após a assinatura dos Acordos de Paz de Chapultepec em 16 de janeiro de 1992, a Assembleia Legislativa da República de El Salvador emitiu o Decreto Legislativo nº 147, denominado "Lei de Reconciliação Nacional". O artigo 1º deste Decreto estabelecia que: "[c]oncede-se anistia a favor de todas as pessoas que tenham participado como autores imediatos, mediatos ou cúmplices no cometimento de delitos políticos comuns conexos com estes e em delitos comuns cometidos por um número de pessoas que não seja inferior a 20, antes de 1º de janeiro de 1992, excetuando-se, em todo caso, o delito comum de sequestro, contemplado no Art[igo] 220 do Código Penal".[438] Assim

---

[434] Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5865).

[435] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1087).

[436] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1088).

[437] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folhas 1074 a 1287).

[438] Lei de Reconciliação Nacional, Decreto Legislativo Nº 147, publicado em 23 de janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 5 à submissão do caso, folhas 1407 a 1411).

mesmo, em seu artigo 6º continha uma cláusula expressa que indicava que: "[n]ão gozarão desta graça as pessoas que, segundo o relatório da Comissão da Verdade, tiverem participado em graves fatos de violência ocorridos desde 1º de janeiro de 1980, cuja marca sobre a sociedade reclama com maior urgência o conhecimento público da verdade, independentemente do setor a que pertencessem no caso".[439]

275. Em 20 de março de 1993, cinco dias depois da apresentação do relatório da Comissão da Verdade, a Assembleia Legislativa aprovou a denominada "Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz" (doravante "Lei de Anistia"), por meio do Decreto Legislativo nº 486, publicado em 22 de março daquele ano.[440] Esse decreto estabelece textualmente o seguinte:

> Art. 1.- Concede-se anistia ampla, absoluta e incondicional em favor de todas as pessoas que, em qualquer forma, tenham participado no cometimento de delitos políticos, comuns conexos com estes e em delitos comuns cometidos por um número de pessoas que não seja inferior a 20 antes de 1º de janeiro de 1992, ainda que contra estas pessoas tenha sido proferida sentença, tenha sido iniciado ou não procedimento pelos mesmos delitos, concedendo-se essa graça a todas as pessoas que tenham participado como autores imediatos, mediatos ou cúmplices nos fatos delitivos antes referidos. A graça da anistia estende-se às pessoas às quais se refere o artigo 6º da Lei de Reconciliação Nacional, contida no Decreto Legislativo Número 147, datado de 23 de janeiro de 1992 e publicado no Diário Oficial Número 14, Tomo 314, da mesma data.
>
> Art. 2.- Para os efeitos desta Lei, além dos especificados no artigo 151 do Código Penal, serão considerados também como delitos políticos os incluídos nos artigos do 400 a 411 e 460 a 479 do mesmo Código, e os cometidos com motivo ou como consequência do conflito armado, sem que para isso se tome em consideração a condição, militância, filiação ou ideologia política.
>
> Art. 3.- Não gozarão da graça de anistia:
> a) os que individual ou coletivamente tiverem participado no cometimento dos delitos tipificados no inciso segundo do artigo 400 do Código Penal, quando estes o forem com ânimo de lucro, encontrando-se cumprindo ou não penas de prisão por tais fatos; e
> b) os que individual ou coletivamente tiverem participado no cometimento de delitos de sequestro e extorsão tipificados nos artigos 220 e 257 do Código Penal e os incluídos na Lei Reguladora das Atividades Relativas às Drogas, mesmo que contra eles tenha sido iniciado ou não procedimento ou se encontrarem cumprindo penas de prisão por qualquer destes delitos, sejam ou não conexos com delitos políticos.
>
> Art. 4.- A graça de anistia concedida por esta lei produzirá os seguintes efeitos:
> a) caso se trate de condenados a penas privativas de liberdade, o juiz ou tribunal que estiver executando a sentença decretará de ofício a liberdade imediata dos condenados, sem necessidade de fiança; igual procedimento aplicará o Tribunal que estiver conhecendo [o caso], ainda quando a sentença não estiver sendo executada;
> b) caso se trate de pessoas ausentes condenadas a penas privativas de liberdade, o juiz ou tribunal competente imediatamente suspenderá de ofício os mandados de prisão ordenados contra eles, sem necessidade de fiança;
> c) nos casos de imputados com causas pendentes, o juiz competente decretará de ofício o arquivamento sem restrições a favor dos processados por extinção da ação penal, ordenando a imediata liberdade dos mesmos;
> ch) caso se trate de pessoas que ainda não foram submetidas a qualquer processo, o presente decreto servirá para que, a qualquer momento em que se inicie o processo

[439] Lei de Reconciliação Nacional, Decreto Legislativo Nº 147, publicado em 23 de janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 5 à submissão do caso, folhas 1407 a 1411).

[440] *Cf.* Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, Decreto Legislativo Nº 486, publicado em 22 de março de 1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 6 à submissão do caso, folhas 1413 a 1416).

contra as mesmas pelos delitos incluídos nesta anistia, possam opor a exceção de extinção da ação penal e solicitar o arquivamento definitivo; e caso tenham sido presas, serão colocadas em atenção do juiz competente para que decrete sua liberdade;
d) as pessoas que não se encontrem compreendidas nos incisos anteriores e que, por iniciativa própria ou por qualquer outra razão, desejem beneficiar-se da graça da presente anistia, poderão ser apresentadas aos Juízes de Primeira Instância respectivos, que, tendo visto os pedidos, farão um registro no qual constarão as razões pelas quais não se pode restringir aos solicitantes seus direitos de cidadãos; e
e) a anistia concedida por esta lei extingue em todo caso a responsabilidade civil.

Art. 5.- Sem prejuízo do disposto nos incisos *a*, *b* e *c* do artigo anterior, as pessoas que estejam sendo processadas e desejem se beneficiar da presente lei, dirigirão um pedido por escrito, pessoalmente ou por meio de advogado, ou apresentar-se-ão aos Juízes de Primeira Instância, pedindo que seja determinado o arquivamento correspondente em seu favor; o juiz competente, no caso de ser procedente, ordenará o arquivamento, o qual será sem restrições e sem necessidade de fiança.
Os pedidos também poderão ser apresentados perante os Juízes de Paz, Governadores Departamentais, Prefeitos Municipais e Cônsules acreditados no exterior, que imediatamente, os apresentarão ao Juiz de Primeira Instância respectivo, para que dê [aos pedidos] o trâmite correspondente.
Aos funcionários indicados neste artigo que não cumpram esta obrigação, o Juiz competente lhes imporá uma multa de um Mil a Cinco Mil Colones, seguindo o procedimento que estabelece o artigo 718 do Código Processual Penal.

Art. 6.- Derrogam-se todas as disposições contrárias à presente lei, especialmente o Art. 6 e o último inciso do Art. 7, ambos da Lei de Reconciliação Nacional, assim como a interpretação autêntica da primeira das disposições citadas que estão incluídas, respectivamente, no Decreto nº 147, de 23 de janeiro de 1992, publicado no Diário Oficial nº 14, Tomo 314, da mesma data, e no Decreto nº 164 de data de 6 de fevereiro do mesmo ano, publicado no Diário Oficial Nº 26, Tomo 314, de 10 de fevereiro de 1992.

Art. 7.- O presente decreto entrará em vigência oito dias depois de sua publicação no Diário Oficial.

c) A decisão de arquivamento do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera

276. Em 1º de setembro de 1993, o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera proferiu decisão de arquivamento definitivo. Nesta decisão, assinalou que "de acordo com as EXUMAÇÕES praticadas, não se pôde estabelecer a identidade de cada pessoa falecida, bem como o corpo de delito, ainda que encontraram [119] e con[c]entrações da mesma espécie deterioradas pelo tempo e pela natureza do terreno que as cobria; e não havendo nenhuma testemunha ou ofendido que tenha identificado as [o]ssadas de seus respectivos cadáveres". Ademais, afirmou que, "quanto à PARTICIPAÇÃO dos autores intelectuais sobre quem se lhes imputa este delito, consta nos autos que se referem a Elementos das Forças Armadas ou do Batalhão Atlacat[l], em forma coletiva, sem individualizar a pessoas determinadas, ou seja, não foram mencionados sujeitos ativos neste fato e, tendo em vista a LEI DE ANISTIA GERAL PARA a CONSOLIDAÇÃO DA PAZ, […] ARQUIVA-SE DEFINITIVAMENTE a favor de qualquer pessoa que tenha pertencido ao BATALHÃO ATLACAT[L] na época em que ocorreu o fato, pelo massacre ocorrido, e POSTERIORMENTE ARQUIVE-SE".[441]

[441] Decisão de arquivamento definitivo emitida pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 1º de setembro de 1993 (expediente de prova, tomo V, anexo 23 à submissão do caso, folhas 3615 a 3616).

d) Decisões da Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça

277. Em 20 de maio de 1993, a Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça da República de El Salvador declarou improcedente a pretensão de revisar a constitucionalidade da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz por considerar que a anistia constituiu um "ato eminentemente político".[442]

278. Posteriormente, no marco de dois recursos de inconstitucionalidade promovidos em relação aos artigos 1 e 4 da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, em 26 de setembro de 2000, a Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça declarou a constitucionalidade destas normas sobre a base de que "tais disposições admitem uma interpretação conforme a Constituição",[443] que deve ser considerada pelo julgador em cada caso concreto para determinar se a aplicação da Lei de Anistia é inconstitucional.[444] A Sala Constitucional interpretou que o artigo 1º da Lei de Anistia "é aplicável unicamente naqueles casos nos quais o mencionado benefício de graça não impeça a proteção na conservação e defesa dos direitos da vítima ou de seus familiares, quer dizer, quando se trata de delitos cuja investigação não persegue a reparação de um direito fundamental".[445]

e) Pedidos de reabertura

279. Por meio de petição de 23 de novembro de 2006, foi apresentada ao Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera uma acusação particular contra cinco membros das Forças Armadas de El Salvador e cinco integrantes do BIRI Atlacatl pelos delitos de assassinato, violação sexual agravada, privação de liberdade agravada, violação de residência, roubo, danos agravados, estragos especialmente sancionados, atos de terrorismo e atos preparatórios de terrorismo, na qual foi pedido que se procedesse à formal notificação da sentença que aplicou a Lei de Anistia; fosse revogada a decisão de arquivamento e fosse decretada a continuidade da instrução penal, assim como de várias medidas de prova, baseando-se na sentença de 26 de setembro de 2000 da Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça.[446] Em 30 de novembro de 2006, o Segundo Juízo admitiu a petição, indicando que "dada a dimensão, importância e relevância do caso, proceder-se-á a um estudo exaustivo do mesmo, a partir do qual será resolvido"; solicitou os autos do processo original à Corte Suprema de Justiça, e requereu aos representantes que indicassem se existia algum processo a respeito na instância internacional.[447] Este requerimento foi contestado em 16 de abril de 2007.[448] Em 13 de agosto de 2007, o

---

442 Decisão emitida pela Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça em 20 de maio de 1993 no expediente 10-93 (expediente de prova, tomo II, anexo 7 à submissão do caso, folhas 1418 a 1423).

443 Decisão emitida pela Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça em 26 de setembro de 2000 nos expedientes 24-97 e 21-98 (expediente de prova, tomo II, anexo 8 à submissão do caso, folha 1461).

444 *Cf.* Decisão emitida pela Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça em 26 de setembro de 2000 nos expedientes 24-97 e 21-98 (expediente de prova, tomo II, anexo 8 à submissão do caso, folhas 1425 a 1461).

445 Decisão emitida pela Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça em 26 de setembro de 2000 nos expedientes 24-97 e 21-98 (expediente de prova, tomo II, anexo 8 à submissão do caso, folha 1460).

446 *Cf.* Escrito do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador de 23 de novembro de 2006 (expediente de prova, tomo XI, anexo 17.1 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 6929 a 6999).

447 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 30 de novembro de 2006 (expediente de prova, tomo XI, anexo 17.2 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 7001 a 7002).

448 *Cf.* Escrito do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de San Salvador de 16 de abril de 2007 (expediente de prova, tomo XI, anexo 17.3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 7004 a 7008).

Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese reiterou sua petição de reabertura, sem obter resposta da autoridade,[449] e informou que em suas petições mais recentes, nem as investigações nem as gestões específicas solicitadas para o esclarecimento da verdade haviam sido realizadas.

280. Em 4 de fevereiro de 2009, o Segundo Juízo emitiu uma decisão "resolvendo em parte a petição de [23 de novembro de 2006]", por meio da qual declarou improcedente o pedido relativo à notificação da sentença que aplicou a Lei de Anistia.[450] Em 9 de fevereiro de 2009, o Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese apresentou um pedido de revogação da decisão de 4 de fevereiro de 2009.[451] Desde então, não teria havido nenhuma outra atuação relevante no processo.

2) Argumentos da Comissão e alegações das partes

281. A Comissão considerou, em relação à decisão de arquivamento de 27 de setembro de 1993 emitida pelo Segundo Juízo, que a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz e sua aplicação no presente caso seriam incompatíveis com as obrigações internacionais do Estado de El Salvador sob a Convenção Americana. A este respeito, sustentou que os fatos que são objeto do presente caso revestem-se de extrema gravidade e constituiriam crimes de lesa humanidade (ou crimes contra a humanidade), cuja impunidade é declaradamente contrária à Convenção. Desta maneira, concluiu enfaticamente que o arquivamento, assim como a Lei de Anistia, careciam de efeitos jurídicos e que não poderiam seguir sendo um obstáculo para a investigação dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, nem para a identificação e sanção dos responsáveis. Sobre a decisão da Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça de 2 de outubro de 2000, a Comissão considerou que, ainda que tenha aberto uma possibilidade à discricionaridade de cada juiz de continuar com as investigações em certos casos nos quais, como no presente, havia sido aplicada a Lei de Anistia, esta decisão não teria sanado os graves efeitos que a vigência desta lei teria ocasionado e continuaria provocando expectativas de verdade, justiça e reparação dos familiares das vítimas e da sociedade salvadorenha. Igualmente, considerou que o próprio texto da lei, ao permitir a inclusão de graves violações de direitos humanos, seria *per se* incompatível com a Convenção Americana e, portanto, a norma deveria ser derrogada ou seus efeitos eliminados. De igual modo, argumentou que os juízes, promotores e outras autoridades manteriam um entendimento generalizado de que a Lei de Anistia exclui a possibilidade de responsabilizar penalmente os perpetradores de violações de direitos humanos no conflito armado. Consequentemente, a Comissão concluiu que tanto a vigência como a aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz no presente caso constituiam uma violação dos direitos consagrados nos artigos 8.1 e 25.1, em relação às obrigações estabelecidas nos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento, em detrimento dos familiares das vítimas.

282. Os representantes alegaram que o Estado salvadorenho seria responsável por não investigar de maneira séria e efetiva os fatos dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, em virtude da aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz. Igualmente, os representantes indicaram que a própria Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça de El Salvador teria estabelecido, desde o ano 2001, que a referida

---

449 *Cf.* Solicitação de reabertura apresentada por Tutela Legal da Arquidiocese em 13 de agosto de 2007 (expediente de prova, tomo XI, anexo 17.4 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 7010 a 7011).

450 *Cf.* Auto emitido pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera em 4 de fevereiro de 2009 (expediente de prova, tomo XI, anexo 17.5 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 7013 a 7018).

451 *Cf.* Solicitação de revogação apresentada por Tutela Legal da Arquidiocese em 9 de fevereiro de 2009 (expediente de prova, tomo XI, anexo 17.6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 7020 a 7024).

norma não era aplicável a graves violações de direitos humanos. No entanto, ainda que para os representantes fosse evidente que o presente caso refere-se a graves violações de direitos humanos, a Promotoria Geral da República não teria solicitado o afastamento da Lei de Anistia a este caso, que tampouco teria sido afastada pelo juiz da causa apesar de existir um pedido expresso neste sentido desde o ano 2006. Consequentemente, até a presente data, quase 30 anos depois de ocorridos estes graves fatos, os mesmos permaneceriam na mais absoluta impunidade e a Lei de Anistia continuaria obstaculizando o esclarecimento do ocorrido e a punição dos responsáveis. Por isso, os representantes solicitaram que a Corte declarasse que o Estado é responsável pela violação dos direitos das vítimas sobreviventes e dos familiares das vítimas à proteção judicial e às garantias judiciais, dispostos nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em concordância com os artigos 1.1 e 2 da mesma, e nos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, e com o artigo 7 da Convenção de Belem do Pará.

3) Considerações da Corte

283. Já foi exposto e desenvolvido amplamente nos casos *Gomes Lund Vs. Brasil* e *Gelman Vs. Uruguai*[452], resolvidos por esta Corte no âmbito de sua competência jurisdicional, e também em outros casos por essa mesma Corte,[453] pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos,[454] por órgãos das Nações Unidas,[455] por outros

---

[452] *Cf. Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil*, pars. 147 a 182, e *Caso Gelman Vs. Uruguai*, pars. 195 a 229.

[453] *Cf. Caso Barrios Altos Vs. Peru*. Mérito. Sentença de 14 de março de 2001. Série C Nº 75, pars. 41 a 44; *Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile*, pars. 105 a 114; *Caso La Cantuta Vs. Peru*, pars. 152 e 168; *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil*, par. 147, e *Caso Gelman Vs. Uruguai*, par. 195.

[454] *Cf.* CIDH. Relatório nº 28/92, Casos 10.147; 10.181; 10.240; 10.262; 10.309, e 10.311. Argentina, de 2 de outubro de 1992, pars. 40 e 41; CIDH. Relatório nº 34/96, Casos 11.228; 11.229; 11.231, e 11.282. Chile, de 15 de outubro de 1996, par. 70; CIDH. Relatório nº 36/96. Chile, de 15 de outubro de 1996, par. 71; CIDH. Relatório nº 1/99, Caso 10.480. El Salvador, de 27 de janeiro de 1999, pars. 107 e 121; CIDH. Relatório nº 8/00, Caso 11.378. Haiti, de 24 de fevereiro de 2000, pars. 35 e 36; CIDH. Relatório nº 20/99, Caso 11.317. Peru, de 23 de fevereiro de 1999, pars. 159 e 160; CIDH. Relatório nº 55/99, Casos 10.815; 10.905; 10.981; 10.995; 11.042 e 11.136. Peru, de 13 de abril de 1999, par. 140; CIDH. Relatório nº 44/00, Caso 10.820. Peru, de 13 de abril de 2000, par. 68; CIDH. Relatório nº 47/00, Caso 10.908. Peru, 13 de abril de 2000, par. 76, e Relatório 29/92. Casos 10.029, 10.036 e 10.145. Uruguai, de 2 de Outubro de 1992, pars. 50 e 51.

[455] A este respeito, ver relatório final revisado do Relator Especial das Nações Unidas sobre a questão da impunidade dos autores de violações dos direitos humanos (direitos civis e políticos) preparado pelo Sr. Louis Joinet, de acordo com a Resolução 1996/119 da Subcomissão de Prevenção de Discriminações e Proteção das Minorias. U.N. Doc. E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev1, de 2 de outubro de 1997, par. 32, e Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários das Nações Unidas. Observação Geral sobre o artigo 18 da Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados. Relatório apresentado durante o 62º período de sessões da Comissão de Direitos Humanos. U.N. Doc. E/CN.4/2006/56, de 27 de dezembro de 2005, pars. 2, incisos a, c, e d das observações gerais, 23 da introdução e 599 das conclusões e recomendações. No mesmo sentido, *Cf.* Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários das Nações Unidas. Relatório ao Conselho de Direitos Humanos, 4º período de sessões. U.N. Doc. A/HRC/4/41, de 25 de janeiro de 2007, par. 500. De igual modo, também no âmbito universal, os órgãos de proteção de direitos humanos estabelecidos por tratados tem mantido o mesmo critério sobre a proibição de anistias que impeçam a investigação e punição daqueles que cometam graves violações aos direitos humanos. *Cf.* C.D.H., Observação Geral 31: Natureza da obrigação jurídica geral imposta aos Estados Partes no Pacto, U.N. Doc. CCPR/C/21/Rev.1/Add.13, de 26 de maio de 2004, par. 18. Esta Observação Geral ampliou o conteúdo da Observação número 20, referente apenas a atos de tortura, a outras graves violações de direitos humanos. A este respeito, também *Cf.* C.D.H. Observação Geral 20: Substitui a Observação Geral 7, proibição da tortura e os tratamentos ou penas crueis (art. 7), U.N. Doc. A/47/40(SUPP), Anexo VI, A, de 10 de março de 1992, par. 15; C.D.H., Caso Hugo Rodríguez Vs. Uruguai, Comunicação nº 322/1988, UN Doc. CCPR/C/51/D/322/1988, Parecer de 9 de agosto de 1994, pars. 12.3 e 12.4; C.D.H., Observações finais a respeito do exame dos relatórios apresentados pelos Estados partes em virtude do artigo 40 do Pacto, a respeito de Peru, U.N. Doc. CCPR/C/79/Add.67, de 25 de julho de 1996, par. 9; de Iêmen, U.N. Doc. CCPR/C/79/Add.51, de 3 de outubro de 1995, número 4, par. 3; Paraguai, U.N. Doc. CCPR/C/79/Add.48, de 3 de outubro de 1995, número 3, par. 5, e do Haiti, U.N. Doc. CCPR/C/79/Add.49, de 3 de outubro de 1995, número 4, par. 2; C.A.T., Observação Geral 2: Aplicação do artigo 2 pelos Estados Partes. U.N.

organismos regionais de proteção dos direitos humanos,[456] e por outros tribunais do âmbito do Direito Penal Internacional,[457] todos se pronunciaram sobre a incompatibilidade das leis de anistia relativas a graves violações de direitos humanos com o Direito Internacional e as obrigações internacionais dos Estados. Isso porque as anistias ou figuras análogas foram um dos obstáculos invocados por alguns Estados para não cumprir sua obrigação de investigar, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis por graves violações de direitos humanos. Igualmente, diversos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, por meio de seus mais altos tribunais de justiça, incorporaram os padrões mencionados, observando de boa fé suas obrigações internacionais.[458] De tal modo, para os efeitos do presente caso, o Tribunal reitera[459] que "são inadmissíveis as disposições de anistia, as disposições de prescrição e o estabelecimento de excludentes de responsabilidade que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações de direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias, e os desaparecimentos forçados, todas elas proibidas, por violar direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos".[460]

284. Entretanto e diferentemente dos casos abordados anteriormente por este Tribunal, o presente caso trata de uma lei de anistia geral que se refere a fatos cometidos no contexto de um conflito armado interno. Por isso, a Corte estima pertinente, ao realizar a análise sobre a compatibilidade da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz com as obrigações internacionais derivadas da Convenção Americana e sua aplicação ao caso dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, fazê-la também à luz do estabelecido no Protocolo II adicional às Convenções de Genebra de 1949, assim como dos termos específicos em que se acordou o fim das hostilidades que pôs fim ao conflito em El Salvador e, em particular, do Capítulo I ("Forças Armadas"), ponto 5 ("Superação da Impunidade"), do Acordo de Paz de 16 de janeiro de 1992.

Doc. CAT/C/GC/2, de 24 de janeiro de 2008, par. 5, e C.A.T., Observações finais a respeito do exame dos relatórios apresentados pelos Estados partes de acordo com o artigo 19 da Convenção a respeito de Benin, U.N. Doc. CAT/C/BEN/CO/2, de 19 de fevereiro de 2008, par. 9, e da Ex-República Iugoslava da Macedônia, U.N. Doc. CAT/C/MKD/CO/2, de 21 de maio de 2008, par. 5.

456 *Cf.* T.E.D.H. *Caso Abdülsamet Yaman Vs. Turquia*, nº 32446/96, par. 552, 2 de novembro de 2004, A.C.H.P.R., *Caso de Malawi African Association e outros Vs. Mauritânia*, Comunicação Nos. 54/91, 61/91, 98/93, 164/97-196/97 e 210/98, decisão de 11 de maio de 2000, par. 83, e A.C.H.P.R., *Caso da ONG Zimbabwe Human Rights Forum Vs. Zimbábue*, Comunicação nº 245/02, decisão de 26 de maio de 2006, pars. 211 e 215.

457 *Cf.* I.C.T.Y., Case of Prosecutor v. Furundžija. Judgment of 10 December, 1998. Case nº IT-95-17/1-T, para. 155; S.C.S.L., Case of Prosecutor v. Gbao, Decision nº SCSL-04-15-PT-141, Appeals Chamber, Decision on Preliminary Motion on the Invalidity of the Agreement Between the United Nations and the Government of Sierra Leone on the Establishment of the Special Court, 25 May 2004, para. 10; S.C.S.L., Case of Prosecutor v. Sesay, Kallon and Gbao, Case nº SCSL-04-15-T, Judgment of the Trial Chamber, 25 February 2009, para. 54, e Case of Prosecutor v. Sesay, Kallon and Gbao, Case nº SCSL-04-15-T, Trial Chamber, Sentencing Judgment, 8 April 2009, para. 253. A este respeito ver também: Acordo entre a República Libanesa e as Nações Unidas relativo ao estabelecimento de um Tribunal Especial para o Líbano, assinado em 23 de janeiro e em 6 de fevereiro de 2007, respectivamente, artigo 16 e o Estatuto do Tribunal Especial para o Líbano aprovado pela Resolução 1757 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. U.N Doc.S/RES/1757, de 30 de maio de 2007, artigo 6; Estatuto do Tribunal Especial para Serra Leoa, de 16 de janeiro de 2002, artigo 10; Acordo entre as Nações Unidas e o Governo Real de Cambója para o Julgamento sob a Lei Cambojana dos Crimes Cometidos durante o Período de Kampuchea Democrática, de 6 de março de 2003, artigo 11, e Lei sobre o estabelecimento das Salas Extraordinárias nas Cortes de Cambója para o Julgamento de Crimes Cometidos durante o Período de Kampuchea Democrática, com emendas aprovadas em 27 de outubro de 2004 (NS/RKM,1004/006), novo artigo 40.

458 *Cf. Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil*, pars. 147 a 182, e *Caso Gelman Vs. Uruguai*, pars. 183 a 229.

459 *Cf. Caso das Irmãs Serrano Cruz Vs. El Salvador*. Mérito, Reparações e Custas, par. 172, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 174.

460 *Caso Barrios Altos Vs. Peru. Mérito*, par. 41, e *Caso Gelman Vs. Uruguai,* par. 225.

285. Segundo o Direito Internacional Humanitário aplicável a estas situações, justifica-se em algumas ocasiões a emissão de leis de anistia ao final das hostilidades nos conflitos armados de caráter não internacional para possibilitar o retorno à paz. De fato, o artigo 6.5 do Protocolo II adicional às Convenções de Genebra de 1949 prevê que:

> Quando da cessação das hostilidades, as autoridades no poder procurarão conceder a mais ampla anistia às pessoas que tiverem tomado parte no conflito armado ou que tiverem estado privadas de liberdade por motivos relacionados com o conflito armado, quer estejam internadas, quer detidas.

286. Entretanto, esta norma não é absoluta, pois também existe no Direito Internacional Humanitário uma obrigação dos Estados de investigar e julgar crimes de guerra.[461] Por esta razão, "as pessoas suspeitas ou acusadas de cometer crimes de guerra ou que estejam condenadas por isso" não poderão estar cobertas por uma anistia.[462] Por conseguinte, pode-se entender que o artigo 6.5 do Protocolo II adicional refere-se a anistias amplas a respeito de quem tenha participado no conflito armado não internacional ou se encontrem privados de liberdade por razões relacionadas ao conflito armado, sempre que não se trate de fatos que, como os do presente caso, caberiam na categoria de crimes de guerra[463] e, inclusive, na categoria de crimes contra a humanidade.[464]

287. As negociações com base nos bons ofícios do Secretário Geral das Nações Unidas e os acordos alcançados pelas partes do conflito armado salvadorenho - o Governo da República de El Salvador e a Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional -, no processo realizado com o objetivo de "terminar o conflito armado pela via política no mais curto prazo possível, dar impulso à democratização do país, garantir o irrestrito respeito aos direitos humanos e reunificar a sociedade salvadorenha", convergiram na assinatura, em 16 de janeiro de 1992, de um Acordo de Paz que pôs fim às hostilidades.[465] Neste Acordo não foi feita alusão a qualquer anistia e foi estabelecida claramente em seu Capítulo I ("Forças

---

461 *Cf.* Norma consuetudinária 159: "[q]uando cessarem as hostilidades, as autoridades no poder esforçar-se-ão por conceder uma anistia o mais ampla possível àqueles que tenham participado num conflito armado não internacional ou às pessoas privadas de liberdade por razões relacionadas com o conflito armado, salvo às pessoas suspeitas ou acusadas ou que tenham sido condenadas de terem cometido crimes de guerra". A este respeito, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha tem argumentado que "[q]uando se aprovou o parágrafo 5 do artigo 6 do Protocolo II adicional, a URSS declarou, em sua explicação de voto, que não podia interpretar-se a disposição de modo que permitsse aos criminosos de guerra, ou outras pessoas culpadas de crimes de lesa humanidade, eludir um castigo severo. O CICR coincide com essa interpretação. Essas anistias seriam também incompatíveis com a norma que obriga os Estados a investigar e julgar os suspeitos de ter cometido crimes de guerra em conflitos armados não internacionais". [citas omitidas] *Cf.* Comitê Internacional da Cruz Vermelha, O Direito Internacional Humanitário consuetudinário, vol. I, editado por Jean-Marie Henckaerts e Louise Doswald-Beck, 2007, pp. 691 a 692 (tradução da Secretaria).

462 Esta norma de Direito Internacional Humanitário e interpretação do protocolo II artigo 6.5 foi retomada pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas. *Cf.* entre outros, C.D.H., *Observações finais do Comitê de Direitos Humanos: Líbano*, U.N. Doc. CCPR/C/79/Add.78, 5 de maio de 1997, par. 12, e *Observações finais do Comitê de Direitos Humanos: Croácia*, U.N. Doc., CCPR/ CO/71/HRV, 4 de abril de 2001, par. 11.

463 Para os efeitos do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional, tipifica-se como crimes de guerra os fatos relativos ao homicídio e outros atentados contra a vida e a integridade corporal, os tratamentos crueis e a tortura e as execuções extrajudiciais no artigo 8, parágrafo 2, seção c), incisos i), ii) e iv), e na seção e), incisos i) e vi) do mesmo Estatuto, os fatos relativos aos ataques intencionais contra a população civil e a violação sexual.

464 Para os efeitos do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional, tipifica-se como crimes de lesa humanidade os fatos relativos ao assassinato, ao extermínio, à tortura e à violação sexual, cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil e com conhecimento deste ataque, no artigo 7, seções a), b), f) e g).

465 *Cf.* Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5805 e 5858).

Armadas"), ponto 5, uma cláusula denominada "Superação da Impunidade",[466] que dispõe o seguinte:

> É conhecida a necessidade de esclarecer e superar toda sinalização de impunidade de oficiais das Forças Armadas, especialmente em casos onde esteja comprometido o respeito aos direitos humanos. Para tal fim, as Partes remetem a consideração e resolução deste ponto à Comissão da Verdade. Tudo isso sem prejuízo do princípio, que as Partes igualmente reconhecem, de que fatos dessa natureza, independentemente do setor ao qual pertença seus autores, devem ser objeto da atuação exemplar dos tribunais de justiça, a fim de que se aplique aos que sejam responsáveis as sanções contempladas na lei.[467]

288. Do exposto se deduz que a lógica do processo político entre as partes do conflito, que levou ao fim das hostilidades em El Salvador, impunha a obrigação ao Estado de investigar e punir, por meio da "atuação exemplar" dos tribunais de justiça ordinários, pelo menos, as graves violações de direitos humanos estabelecidas pela Comissão da Verdade, de modo tal que não ficassem impunes e fosse evitada sua repetição.

289. Posteriormente, a Assembleia Legislativa da República de El Salvador emitiu a Lei de Reconciliação Nacional de 1992, que estabelecia a graça da anistia com restrições, na medida em que excluía de sua aplicação "às pessoas que, segundo o relatório da Comissão da Verdade, tivessem participado em graves fatos de violência ocorridos desde 1º de janeiro de 1980, cuja marca sobre a sociedade reclama com maior urgência o conhecimento público da verdade, independentemente do setor a que pertencessem no caso".[468]

290. De forma coincidente, a Comissão da Verdade criada pelos Acordos do México de 27 de abril de 1991 e que iniciou suas atividades em 13 de julho de 1992, investigou "graves fatos de violência ocorridos desde 1980, cujo impacto sobre a sociedade reclama[vam] com maior urgência o conhecimento público da verdade", entre os quais se inserem os massacres de El Mozote, como um caso ilustrativo dos massacres de camponeses cometidos pelas Forças Armadas.[469] Em seu relatório publicado em 15 de março de 1993, a Comissão da Verdade elaborou uma série de recomendações, entre as quais incluiu uma seção sobre as "medidas tendentes à reconciliação nacional". Nesta seção sustentou, entre outros:

> Contudo, para alcançar a meta do perdão, é necessário deter-se a considerar certas consequências que decorrem do conhecimento da verdade sobre os graves fatos que neste relatório ficam descritos. Uma delas, por acaso a mais difícil de encarar dentro do atual contexto do país, é a de satisfazer os requerimentos da justiça. Estes

---

[466] Somado a isso, não escapa à consideração da Corte que já no Acordo de San José de 26 de julho de 1990, as partes que se encontravam em negociações acordaram que "seriam tomadas de imediato todas as ações e medidas necessárias para evitar todo tipo de fatos ou práticas que atentem contra a vida, a integridade, a segurança e a liberdade das pessoas [assim como] para erradicar toda prática de desaparecimentos e sequestros [e que s]eria dada toda a prioridade à investigação dos casos desta natureza que pudessem se apresentar, assim como à identificação e punição dos que resultassem culpados". Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5818).

[467] Nações Unidas. Acordos de El Salvador: no caminho da paz, 1992 (expediente de prova, tomo IX, anexo 6 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5865).

[468] Lei de Reconciliação Nacional, Decreto Legislativo Nº 147, publicado em 23 de janeiro de 1992 (expediente de prova, tomo II, anexo 5 à submissão do caso, folha 1408).

[469] *Cf.* Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folhas 1081, 1087, 1195 e 1278).

> requerimentos apontam em duas direções. Uma é a punição aos responsáveis. Outra é a reparação devida às vítimas e a seus familiares.[470]

291. Entretanto, em 20 de março de 1993, cinco dias depois da apresentação do relatório da Comissão da Verdade, a Assembleia Legislativa da República de El Salvador aprovou a denominada "Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz", a qual estendeu a graça da anistia às pessoas às quais se referia o artigo 6 da Lei de Reconciliação Nacional, isto é, "às pessoas que, segundo o relatório da Comissão da Verdade, tiverem participado em graves fatos de violência ocorridos desde 1º de janeiro de 1980".[471] Isto é, concedeu-se uma anistia de caráter geral e absoluta que ampliou a possibilidade de impedir a investigação penal e a determinação de responsabilidades daquelas pessoas que tivessem participado como autores imediatos, mediatos ou cúmplices na comissão de graves violações de direitos humanos e infrações graves do Direito Internacional Humanitário durante o conflito armado interno, incluídos aqueles casos exemplares determinados pela Comissão da Verdade. Na verdade, deixou-se sem efeito a inaplicabilidade de uma anistia a estes supostos, que havia sido pactuada pelas partes nos Acordos de Paz e prevista na Lei de Reconciliação Nacional. Assim mesmo, foram incluídas como beneficiários da anistia não apenas as pessoas com causas pendentes, mas também àquelas que ainda não haviam sido submetidas a qualquer processo ou a respeito de quem já houvesse sido ditada sentença condenatória, extinguindo-se em todo caso a responsabilidade civil.

292. Assim, é evidente que a *ratio legis* da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz foi tornar inoperante o Capítulo I ("Forças Armadas"), ponto 5 ("Superação da Impunidade"), do Acordo de Paz de 16 de janeiro de 1992 e, deste modo, anistiar e deixar impunes a totalidade dos graves fatos delitivos em face do Direito Internacional cometidos durante o conflito armado interno, apesar de que tivessem sido determinados pela Comissão da Verdade como matérias a investigar e punir. De tal modo, a sanção da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz violou expressamente o que as próprias partes do conflito armado haviam estabelecido no Acordo de Paz que dispôs sobre o fim das hostilidades.[472]

293. Por sua vez, diversos órgãos de proteção de direitos humanos estabelecidos por tratados das Nações Unidas expressaram sua preocupação pela vigência da Lei de Anistia, enfatizando a necessidade de sua revisão, modificação, derrogação ou emenda[473] e

---

[470] Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, da loucura à esperança, a guerra de 12 anos em El Salvador, 1992-1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 1 à submissão do caso, folha 1274).

[471] Artigo 1 da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, Decreto Legislativo Nº 486, publicado em 22 de março de 1993 (expediente de prova, tomo II, anexo 6 à submissão do caso, folha 1414).

[472] A este respeito, o perito Menéndez Leal explicou que "a motivação desta graça está claramente alinhada com os considerandos de sua graça precedente de 1992 que concedia benefícios de maneira mais restringida ou limitada, mas procedeu-se a aprovar uma graça que tem a característica de ser por um lado ampla, absoluta e incondicional e a celeridade com a qual foi aprovada foi chamativa ao ponto de que foi considerada como uma das vulnerações mais sérias às conclusões e recomendações incluídas no relatório [da Comissão da Verdade] e aos pactos ou entendimentos refundacionais de 1992 na medida em que impediu de investigar, processar e sancionar legalmente aos autores materiais e intelectuais de graves violações aos direitos humanos ocorridas no marco do conflito armado". Perícia prestada por Salvador Eduardo Menéndez Leal perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

[473] *Cf.* C.D.H., Observações finais do Comitê de Direitos Humanos: El Salvador, U.N. Doc. CCPR/C/79/Add.34, 18 de abril de 1994, pars. 7 e 12, disponível em: http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/CCPR.C.79.Add.34.Sp?Opendocument; Observações finais do Comitê de Direitos Humanos: El Salvador, U.N. Doc. CCPR/CO/78/SLV, 22 de agosto de 2003, par. 6, disponível em: http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/CCPR.CO.78.SLV.Sp?Opendocument; Observações finais do Comitê de Direitos Humanos: El Salvador, U.N. Doc. CCPR/C/SLV/CO/6, 18 de novembro de 2010, par. 5, disponível em: http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G10/467/01/PDF/G1046701.pdf?OpenElement; relatório do Grupo de Trabalho sobre os Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, Missão a El Salvador, U.N. Doc.

ressaltando que a decisão da Sala Constitucional do ano 2000 (par. 278 *supra)* não trouxe como consequência, na prática, a reabertura das investigações.[474] No âmbito interno, a Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos considerou oportunamente que a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz é uma norma do direito positivo que viola gravemente a ordem jurídica constitucional e que afeta, também, os princípios fundamentais do Direito Internacional dos Direitos Humanos.[475]

294. No presente caso, em breve serão cumpridos 20 anos desde que a investigação dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos foi arquivada como consequência da aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, sem que os pedidos posteriores de reabertura por parte dos representantes das vítimas tenham sido atendidos. A decisão da Sala Constitucional do ano 2000 (par. 279 *supra)* não teve efeito algum no presente caso e, após 12 anos de sua emissão, parece ilusório que a mesma se traduza em alguma possibilidade efetiva de que se reabra a investigação. Sobre este ponto, o perito Menéndez Leal afirmou que "esta graça repercutiu em que se construiu dentro do imaginário dos operadores do sistema de justiça um imaginário no sentido de que não se pode realizar justiça a partir desta lei de anistia", de modo tal que "no aparato de justiça salvadorenho se entende que a graça de 93 extinguiu a responsabilidade tanto intelectual como material dos fatos ocorridos no marco do conflito e isso leva os operadores de justiça a não aplicar as exceções compreendidas nesta sentença", salvo alguma exceção isolada.[476]

295. Dessa maneira, a aprovação por parte da Assembleia Legislativa da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz e sua posterior aplicação no presente caso por parte do Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, por um lado, é contrária à letra e ao espírito dos Acordos de Paz, os quais lidos à luz da Convenção Americana reflete uma grave violação da obrigação internacional do Estado de investigar e punir as graves violações de direitos humanos referentes aos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, ao

---

A/HRC/7/2/Add.2, 26 de outubro de 2007, par. 69 (expediente de prova, tomo X, anexo 11 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 6719), e C.A.T., Observações Finais do Comitê contra a Tortura a respeito de El Salvador, U.N. Doc. CAT/C/SLV/CO/2, 9 de dezembro de 2009, par. 15 (expediente de prova, tomo X, anexo 12 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 6729 a 6730).

474 *Cf.* C.D.H., Observações finais do Comitê de Direitos Humanos: El Salvador, U.N. Doc. CCPR/C/SLV/CO/6, 18 de novembro de 2010, par. 5, disponível em: http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G10/467/01/PDF/G1046701.pdf?OpenElement. Ver também, Perícia prestada por Salvador Eduardo Menéndez Leal perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

475 A Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos considerou oportunamente que a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz é uma norma do direito positivo que vulnera gravemente a ordem jurídica constitucional e que afeta, além disso, os princípios fundamentais do Direito Internacional dos Direitos Humanos, na medida em que derroga absolutamente os direitos à verdade, à justiça e à reparação das vítimas de crimes tais como os massacres de camponeses, as execuções extralegais, os desaparecimentos forçados, a tortura, o assassinato sistemático de funcionários públicos e a mesma corrupção judicial. *Cf.* Relatório Especial da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos sobre massacres da população civil executados por agentes do Estado no contexto do conflito armado interno ocorrido em El Salvador entre 1980 e 1992 de 7 de março de 2005 (expediente de prova, tomo III, anexo 4 à submissão do caso, folha 1388), e Memorial em qualidade de *amicus curiae* apresentado pela Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador (expediente de mérito, tomo III, folha 1256).

476 *Cf.* Perícia prestada por Salvador Eduardo Menéndez Leal perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012, na qual explicou que apenas no caso da morte dos sacerdotes jesuítas e de seus dois colaboradores declarou-se que não se aplicava a Lei de Anistia de 1993, mas de todas as maneiras aplicou-se a prescrição, quer dizer, outro mecanismo jurídico que gerou efeitos similares ou análogos. Outro caso é o do Juiz de Tecoluca do Departamento de San Vicente, que conheceu de um massacre em San Francisco Angulo, "requereu ao Promotor a investigação do caso, e o caso se encontra praticamente arquivado". Do mesmo modo, ver parecer pericial prestado por Ricardo Alberto Igrejas Herrera perante a Corte Interamericana no *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador* de 12 de maio de 2011 (expediente de prova, tomo X, anexo 15 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 6841).

impedir que os sobreviventes e os familiares das vítimas no presente caso fossem ouvidos por um juiz, conforme o indicado no artigo 8.1 da Convenção Americana e recebessem proteção judicial, segundo o direito estabelecido no artigo 25 do mesmo instrumento.

296. Por outro lado, a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz teve como consequência a instauração e perpetuação de uma situação de impunidade devido à falta de investigação, persecução, captura, julgamento e punição dos responsáveis pelos fatos, descumprindo assim os artigos 1.1 e 2 da Convenção Americana, esta última norma referente à obrigação de adequar seu direito interno ao nela previsto.[477] Dada sua manifesta incompatibilidade com a Convenção Americana, as disposições da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz que impeçam a investigação e punição das graves violações de direitos humanos ocorridas no presente caso carecem de efeitos jurídicos e, consequentemente, não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso e para a identificação, julgamento e punição dos responsáveis, nem podem ter igual ou similar impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos reconhecidos na Convenção Americana que possam ter ocorrido durante o conflito armado em El Salvador.[478]

F. Direito a conhecer a verdade

297. Os representantes alegaram que o direito à verdade é um direito autônomo e independente, ainda que não apareça explicitamente no texto da Convenção Americana, estaria configurado pelas proteções consagradas nos artigos 1.1, 8, 25, e 13 da mesma. Neste sentido, argumentaram que, no presente caso, o Estado violou o direito à verdade das vítimas e de seus familiares na medida em que os massacres teriam sido cometidos por agentes do Estado, como parte de uma estratégia militar. Como consequência, o Estado seria o único que detém informação relevante para estabelecer a verdade sobre o ocorrido. Entretanto teria se abstido de proporcionar esta informação aos familiares das vítimas falecidas, às vítimas sobreviventes e à sociedade salvadorenha em seu conjunto. Assim mesmo, alegaram que o Estado obstaculizou as investigações ao não fornecer a informação requerida pelo juiz da causa a diversas autoridades estatais. Ademais, com posterioridade ao ano 1995, o Estado não teria realizado uma única diligência para estabelecer a verdade sobre o ocorrido, pelo que solicitaram à Corte que estabelecesse que El Salvador violou o direito à verdade em detrimento das supostas vítimas deste caso, o que teria resultado em violação dos artigos 1.1, 8, 25 e 13 da Convenção Americana. A este respeito, a Corte reitera sua jurisprudência sobre a possibilidade de que as supostas vítimas ou seus representantes invoquem direitos distintos aos incluídos no relatório de mérito da Comissão (par. 182 *supra)*.

298. Com respeito à alegada violação do artigo 13 da Convenção,[479] a Corte recorda que toda pessoa, incluindo os familiares das vítimas de graves violações a direitos humanos,

---

[477] À luz do artigo 2 da Convenção, a obrigação de adequar o direito interno às disposições da Convenção implica para o Estado a adoção de medidas em duas vertentes, a saber: i) a supressão das normas e práticas de qualquer natureza que envolvam violação às garantias previstas na Convenção, e ii) a expedição de normas e o desenvolvimento de práticas conduzentes à efetiva observância destas garantias. *Cf. Caso Castillo Petruzzi e outros Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas.* Sentença de 30 de maio de 1999. Série C Nº 52, par. 207, e *Caso Forneron e filha Vs. Argentina. Mérito, Reparações e Custas.* Sentença de 27 de abril de 2012. Série C Nº 242, par. 131.

[478] *Cf. Caso Barrios Altos Vs. Peru*. *Mérito*, par. 44; *Caso La Cantuta Vs. Peru,* par. 175; *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil*, par. 174, e *Caso Gelman Vs. Uruguai,* par. 232.

[479] O artigo 13.1 da Convenção Americana prevê que: "[t]oda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Este direito comprende a liberdade de buscar, pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e idéias de toda

possuem, de acordo com os artigos 1.1, 8.1, 25, assim como em determinadas circunstâncias o artigo 13 da Convenção,[480] o direito a conhecer a verdade, de maneira que os familiares e a sociedade toda devem ser informados sobre o ocorrido.[481] Além disso, a Corte considera pertinente reiterar, como o fez em outros casos que, em cumprimento de suas obrigações de garantir o direito a conhecer a verdade, os Estados podem estabelecer comissões da verdade, as quais contribuem com a construção e preservação da memória histórica, com o esclarecimento de fatos e com a determinação de responsabilidades institucionais, sociais e políticas em determinados períodos históricos de uma sociedade.[482] No entanto, isto não completa ou substitui a obrigação do Estado de estabelecer a verdade através de processos judiciais,[483] razão pela qual era uma obrigação do Estado iniciar e dar impulso às investigações penais para determinar as correspondentes responsabilidades. No presente caso, a Corte considera que não procede emitir um pronunciamento sobre a alegada violação daquela disposição, sem prejuízo da análise já realizada sob o direito de acesso à justiça e a obrigação de investigar.

G. Conclusão

299. Transcorreram quase 31 anos desde que ocorreram os massacres de El Mozote e lugares vizinhos sem que exista um processo penal sério e exaustivo dirigido a identificar os autores materiais ou intelectuais e sem que se conheça ainda toda a verdade sobre os fatos. De modo tal que prevalece uma situação de impunidade total amparada na Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz. Desde o momento em que se iniciaram as investigações, verificou-se a falta de diligência, exaustividade e seriedade nas mesmas. Em particular, o descumprimento do dever de iniciar uma investigação *ex officio e* de promover as diligências necessárias, a ausência de linhas de investigação claras e lógicas que levassem em consideração o contexto dos fatos e a complexidade dos mesmos, os períodos de inatividade processual, a negativa de proporcionar informação relacionada com as operações militares, a falta de diligência e exaustividade no desenvolvimento das investigações por parte das autoridades a cargo das mesmas, a dilação na prática das inspeções judiciais e das exumações, assim como o arquivamento ordenado em aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, permitem à Corte concluir que o processo penal interno não constituiu um recurso eficaz para garantir os direitos de acesso à justiça e a conhecer a verdade, por meio da investigação e da eventual punição dos responsáveis e a reparação integral das consequências das violações.

300. Finalmente, no presente caso verificou-se uma instrumentalização do poder estatal como meio e recurso para cometer a violação dos direitos que deveriam respeitar e garantir,[484] o que foi favorecido pela situação de impunidade dessas graves violações,

---

natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha".

480 *Cf. Caso Gelman Vs. Uruguai,* par. 243, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador,* par. 173. A este respeito, no caso *Gomes Lund e outros*, a Corte observou que, de acordo com os fatos do mesmo, o direito a conhecer a verdade se relacionava com uma ação interposta pelos familiares para ter acesso a determinada informação, vinculada com o acesso à justiça e com o direito a buscar e receber informação consagrado no artigo 13 da Convenção Americana, motivo pelo qual analisou aquele direito com base nesta norma. *Cf. Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil, par.* 201.

481 *Cf. Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala*, par. 274, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 173.

482 *Cf. Caso Zambrano Vélez e outros Vs. Equador*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C Nº 166, par. 128, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 135.

483 *Cf. Caso Zambrano Vélez e outros Vs. Equador*, par. 128, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 135.

484 *Cf. Caso Goiburú e outros Vs. Paraguai*, par. 66, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 155.

propiciada e tolerada pelas mais altas autoridades estatais que obstaculizaram o curso da investigação. A Corte adverte que o processo penal está arquivado há mais de 19 anos devido à decisão de arquivamento definitivo, não tendo sido individualizado, processado e, eventualmente, punido nenhum dos responsáveis. Em razão do anterior, a Corte considera que o Estado não realizou uma investigação *ex officio,* séria, diligente e exaustiva, em um prazo razoável, de todos os fatos relativos aos massacres de El Mozote e lugares vizinhos. Por tal motivo, para a Corte é imprescindível que o Estado reverta com a maior brevidade possível as condições de impunidade verificadas no presente caso por meio da remoção de todos os obstáculos, *de facto* e *de jure*, que a propiciaram e a mantêm.[485]

301. Portanto, o Estado é responsável pela violação dos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 da mesma, e pela violação das obrigações estabelecidas nos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e 7.b) da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher "Convenção de Belém do Pará", em detrimento das vítimas sobreviventes e dos familiares das vítimas executadas do presente caso, em suas respectivas circunstâncias.

IX
REPARAÇÕES
(Aplicação do artigo 63.1 da Convenção Americana)

302. Com base no disposto no artigo 63.1 da Convenção, a Corte tem indicado que toda violação de uma obrigação internacional que tenha provocado um dano compreende o dever de repará-lo adequadamente[486] e que essa disposição reflete uma norma consuetudinária que constitui um dos princípios fundamentais do Direito Internacional contemporâneo sobre a responsabilidade de um Estado.[487]

303. Em consideração das violações à Convenção Americana, à Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará", declaradas nesta Sentença, o Tribunal procederá à analise das pretensões apresentadas pela Comissão e pelos representantes, assim como os argumentos do Estado, à luz dos critérios determinados na jurisprudência da Corte em relação à natureza e ao alcance da obrigação de reparar,[488] com o objetivo de dispor as medidas dirigidas a reparar os danos ocasionados às vítimas.

304. Este Tribunal estabeleceu que as reparações devem ter um nexo causal com os fatos do caso, as violações declaradas e os danos provados, bem como com as medidas solicitadas para reparar os danos respectivos. Portanto, a Corte deverá observar essa simultaneidade para se pronunciar devidamente e conforme o direito.[489]

305. De maneira prévia, a Corte estima pertinente reiterar que, em razão da denegação

---

485 *Cf. Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala*, par. 277, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador,* par. 128.

486 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. *Reparações e Custas.* Sentença de 21 de julho de 1989. Série C Nº 7, par. 25, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia, par.* 253.

487 *Cf. Caso Castillo Páez Vs. Peru***.** *Reparações e Custas.* Sentença de 27 de novembro de 1998. Série C Nº 43, par. 50, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia, par.* 253.

488 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Reparações e Custas, pars. 25 a 27, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 257.

489 *Cf. Caso Ticona Estrada e outros Vs. Bolívia. Mérito, Reparações e Custas.* Sentença de 27 de novembro de 2008. Série C Nº 191, par. 110, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia, par.* 255.

de justiça em detrimento das vítimas de graves violações de direitos humanos, como o caso de um massacre, resultam diversos danos tanto na esfera individual como coletiva.[490] Neste sentido, é evidente que as vítimas de uma impunidade prolongada sofram distintos danos em função da busca por justiça, não apenas de caráter material mas também outros sofrimentos e danos de caráter psicológico, físico e em seu projeto de vida, assim como outras possíveis alterações em suas relações sociais e na dinâmica de suas familias e comunidades.[491] Este Tribunal já indicou que estes danos se intensificam pela falta de apoio das autoridades estatais na busca efetiva e na identificação dos restos mortais, e a impossibilidade de honrar apropriadamente a seus entes queridos.[492] Considerando o exposto, a Corte analisou a necessidade de conceder diversas medidas de reparação, a fim de ressarcir os danos de maneira integral, razão pela qual, além das compensações pecuniárias, as medidas de satisfação, restituição, reabilitação e garantias de não repetição possuem especial relevância pela gravidade dos danos e do caráter coletivo dos mesmos.[493]

A. Parte Lesada

306. O Tribunal reitera que se considera parte lesada, nos termos do artigo 63.1 da Convenção, quem foi declarado vítima da violação de algum direito reconhecido na mesma. Portanto, a Corte considera como "partes lesadas" do caso aquelas pessoas incluídas nas listas de: i) vítimas executadas; ii) vítimas sobreviventes; iii) familiares das vítimas executadas, e iv) vítimas forçadamente deslocadas, todos os quais estão listados nos Anexos "A", "B", "C" e "D" da presente Sentença. Em seu caráter de vítimas das violações declaradas nos Capítulos VII e VIII, serão merecedoras e beneficiárias das medidas que o Tribunal ordene no presente capítulo.

307. Por outro lado, a Comissão solicitou à Corte que ordene ao Estado estabelecer um mecanismo que permita, na maior medida possível, a identificação completa das vítimas executadas nos massacres de El Mozote e lugares vizinhos. Assim mesmo, manifestou que este mecanismo deverá facilitar a identificação completa dos familiares das vítimas executadas, de maneira que possam ser beneficiários das reparações determinadas. Todo o anterior em coordenação e complementação das gestões já realizadas pelos representantes.

308. Os representantes consideraram que o Estado deve se responsabilizar por determinar a identidade de todas as pessoas que foram assassinadas, assim como de todos os familiares das vítimas falecidas e das vítimas sobreviventes dos massacres. Por isso, solicitaram que se conceda ao Estado um prazo máximo de 6 meses para identificar a todas aquelas pessoas que devem ser consideradas como titulares do direito à reparação e que não se encontram incluídas nas listas de vítimas, com o fim de que sejam incluídas nas reparações ordenadas por este Tribunal. Além disso, solicitaram que se agregue às listas de vítimas aportadas a identidade de todas as pessoas que foram assassinadas nos massacres, ainda na eventualidade de que seus restos mortais não sejam encontrados. Segundo os representantes, esta medida implicaria a elaboração de uma lista de vítimas assassinadas, que contenha também as características fundamentais de cada uma delas, incluindo sexo e idade, a qual deveria ser publicada nos mesmos termos que a sentença da Corte. Para todo o anterior, consideraram essencial a coordenação com as vítimas e que o Estado assegure a provisão de todos os recursos técnicos e financeiros necessários, assim como de pessoal capacitado. Entretanto, consideraram fundamental que o cumprimento das demais medidas

490 *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 226.

491 *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 226.

492 *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 226.

493 *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 226.

de reparação ordenadas pela Corte não se sujeite ao cumprimento desta medida.

309. O Estado afirmou que a criação de um registro de vítimas "é um processo avançado e já em curso por parte do Estado de El Salvador", o qual "será a base para identificar não apenas as pessoas, mas também as zonas geográficas e a população a quem serão dirigidas muitas das medidas de ordem social". A este respeito, explicou que a criação do "Registro Único de Vítimas e Familiares de Vítimas de Graves Violações de Direitos Humanos durante o Massacre de El Mozote", em princípio, responde à solicitação dos representantes no sentido de elaborar uma lista de vítimas assassinadas, que também contenha as características fundamentais de cada uma delas, incluindo sexo e idade, e que inclua também todos os familiares das vítimas falecidas e as vítimas sobreviventes dos massacres. Entretanto, "o citado registro também permitirá a administração, no futuro, do exercício de direitos emanados da aplicação das diversas medidas de reparação que forem aceitas pelo Estado".[494]

310. A Corte observa que, em função das características particulares do caso, e das razões já indicadas nesta Sentença (pars. 50 e 51 *supra*), não foi possível identificar e individualizar a totalidade das vítimas. Em razão do anterior, a Corte considera que, no presente caso, se justifica razoavelmente a aplicação da exceção prevista no artigo 35.2 do Regulamento do Tribunal a fim de incluir a outras pessoas como vítimas ainda quando não tenham sido previamente identificadas e individualizadas por este Tribunal, pela Comissão Interamericana ou pelos representantes (par. 57 *supra)*. Para tal efeito, a Corte aprecia positivamente a iniciativa do Estado em relação à criação do "Registro Único de Vítimas e Familiares de Vítimas de Graves Violações de Direitos Humanos durante o Massacre de El Mozote". Desta maneira, este Tribunal dispõe que o Estado continue com a plena implementação do "Registro Único de Vítimas e Familiares de Vítimas de Graves Violações de Direitos Humanos durante o Massacre de El Mozote", para o qual deve adotar as medidas necessárias para assegurar sua permanência no tempo e a alocação orçamentária para seu efetivo funcionamento. Neste sentido, a Corte estima pertinente que no prazo de um ano, contado a partir da notificação desta Sentença, o Estado apresente os resultados da identificação das vítimas executadas; das vítimas sobreviventes; dos familiares das vítimas executadas; e das vítimas forçadamente deslocadas dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, no marco do "Registro Único de Vítimas e Familiares de Vítimas de Graves Violações de Direitos Humanos durante o Massacre de El Mozote", a fim de que estas pessoas possam solicitar e receber as reparações que correspondam nos termos da presente Sentença.

---

[494] A este respeito, o Estado explicou que este processo de identificação das vítimas havia sido elaborado em quatro fases: a) determinação do âmbito do registro, b) processo de pré-registro, c) processo de registro e d) entrega do registro. Cada uma destas fases teria sido definida tecnicamente no âmbito de um processo de diálogo permanente com as vítimas e seus representantes. Em relação ao processo de registro, seu desenvolvimento de campo teria tido início em 21 de maio de 2012 e incluiria os municípios de Arambala, Meanguera, Jocoaitique, Chilanga e Cacaopera, todos do Departamento de Morazán, assim como os municípios de Lourdes, Gotera, San Miguel e outros, onde se localiza a população deslocada. Este registro de vítimas estaria sendo desenvolvido em duas fases simultâneas, a primeira consiste em um registro por demanda, e a segunda uma visita casa por casa. Segundo o Estado, o processo de levantamento de dados se realizaria em 15 dias contínuos e o processo de revisão do padrão levaria mais 20 dias úteis, com o que se projetava que o registro estaria pronto--prévio a sua fase de administração-- em 6 semanas. O primeiro destes processos estaria sendo realizado por pessoal da Direção Geral de Estatística e Censos (DIGESTYC) do Ministério de Economia, e o segundo processo, por uma equipe técnica de Governo (Secretaria Técnica da Presidência, Ministério de Relações Exteriores e a Direção Geral de Estatísticas e Censo). Ambos os processos seriam dirigidos pela associação de vítimas. O Estado também assinalou que, como parte da política integral de reparação, estaria sendo desenvolvido um mecanismo que permitiria a administração permanente do referido registro, quer dizer, "não esta[vam] criando um registro físico único, trata-se de um registro de início que permitirá a incorporação, na medida em que seja requerido, de outras vítimas que não sejam conhecidas nestes processos".

311. O anterior não obstaculiza nem exclui a possibilidade de que, vencido o prazo de um ano, o processo de identificação das vítimas continue e que estas sejam incorporadas ao "Registro Único de Vítimas e Familiares de Vítimas de Graves Violações de Direitos Humanos durante o Massacre de El Mozote", assim como que possam ser consideradas beneficiárias das reparações estabelecidas nesta Sentença pelo Estado, quando assim o solicitarem perante as autoridades salvadorenhas, além dos prazos estabelecidos. O Estado deverá informar à Corte sobre as pessoas que, no marco do mecanismo mencionado, tenham solicitado reparações. Para isso, o Tribunal avaliará o que seja pertinente, no exercício de suas faculdades de supervisão da presente Decisão.

B. Obrigação de investigar os fatos que causaram as violações e identificar, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis, assim como localizar, identificar e entregar os restos das vítimas dos massacres a seus familiares

1) Investigação completa, determinação, julgamento e eventual punição de todos os responsáveis materiais e intelectuais dos massacres

312. A Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado realizar uma investigação imparcial, efetiva e dentro de um prazo razoável, com o objetivo de esclarecer os fatos de forma completa, identificar os autores intelectuais e materiais e impor as punições que correspondessem. Assim mesmo, argumentou que no cumprimento imediato desta obrigação as autoridades salvadorenhas não poderiam invocar a vigência da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz. Neste sentido solicitou que se ordenasse a reabertura imediata das investigações sem que fosse oponível nem o arquivamento nem a aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz. Ademais, solicitou à Corte que ordenasse ao Estado deixar sem efeito ou derrogar a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, na medida em que impede a investigação, julgamento e sanção dos responsáveis por violações de direitos humanos e dos direitos das vítimas à verdade, justiça e reparação, para o que o Estado deverá dispor dos meios legais e/ou constitucionais a seu alcance para assegurar que a vigência desta normativa "não continue perpetuando a impunidade". Além disso, sustentou que devem ser eliminados outros obstáculos de *jure* ou de *facto* como práticas de autoridades judiciais ou investigativas.

313. Os representantes solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado deixar sem efeito ou derrogar a Lei de Anistia através dos mecanismos estabelecidos em sua legislação interna e que, qualquer que seja a via escolhida, deve ficar estabelecido que em virtude da sua incompatibilidade com a Convenção Americana, "a mesma careceu de efeitos desde sua origem, motivo pelo qual não pode constituir um obstáculo para a investigação, processamento e punição deste caso, nem de nenhuma grave violação de direitos humanos cometida durante o conflito armado salvadorenho". Deste modo, os representantes solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado que realize uma investigação séria e efetiva sobre todos os fatos denunciados neste caso, entre eles, os atos de tortura e as execuções extrajudiciais cometidas em detrimento das vítimas. A este respeito, consideraram que é necessário que a Corte ordene ao Estado que deixe sem efeito o arquivamento definitivo ordenado em 1º de setembro de 1993, que ordenassee a reabertura imediata das investigações e que na investigação sejam cumpridos os seguintes critérios: a) tomar em conta o padrão de violência de direitos humanos existentes à época; b) determinar os autores materiais e intelectuais dos fatos, sem que o Estado possa aplicar a Lei de Anistia em benefício dos autores, assim como nenhuma outra disposição análoga, prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, *ne bis in idem* ou qualquer excludente similar de responsabilidade, "e que as autoridades se abstenham de realizar atos que impliquem a obstrução do processo investigativo"; e c) assegurar que: i) as autoridades competentes realizem as investigações correspondentes *ex officio* e que, para tal efeito, tenham a seu

alcance e utilizem todos os recursos logísticos e científicos necessários e que tenham a faculdade de acessar a documentação e informação pertinentes; ii) as pessoas que participem na investigação contem com as devidas garantias de segurança; e iii) as autoridades se abstenham de realizar atos que impliquem a obstrução do processo investigativo. A este respeito, indicaram que os familiares das vítimas deverão ter pleno acesso e capacidade de atuar nas distintas etapas processuais e que os resultados das investigações deverão ser divulgados pública e amplamente, para que a sociedade salvadorenha os conheça.

314. O Estado reconheceu "sua obrigação de investigar os fatos denunciados, processar mediante um julgamento justo e, se for o caso, punir os responsáveis pelos fatos argumentados na demanda, uma vez que sejam individualizados e sua responsabilidade penal ou administrativa seja determinada pelas autoridades competentes", assim como "sua obrigação de adequar sua legislação interna em conformidade com o disposto no [a]rtigo 2, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana".

315. No Capítulo VIII da presente Sentença, a Corte declarou a violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, assim como o descumprimento dos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e 7.b da Convenção de Belém do Pará, por não ter iniciado uma investigação *ex officio,* pela falta de diligência na investigação penal realizada pelo Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera, pelo arquivamento ordenado em aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, assim como pela violação da garantia do prazo razoável. Neste sentido, esta investigação não constituiu recurso eficaz para garantir os direitos de acesso à justiça e de conhecer a verdade por meio da investigação, julgamento e eventual punição dos responsáveis pelos massacres, de modo que fosse examinada de forma completa e exaustiva a multiplicidade de danos ocasionados às vítimas do presente caso, e tampouco para garantir a reparação integral das consequências das violações. É assim que, a 31 anos dos fatos e a 19 anos da ordem de arquivamento definitivo da única causa que foi aberta em relação aos fatos do presente caso, prevalece a impunidade total, sem que nenhum dos responsáveis tenha sido identificado nem vinculado à investigação.

316. A Corte valoriza o trabalho e a publicação do relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, como um esforço que contribuiu com a busca e a determinação da verdade de um período histórico de El Salvador. Ademais, a Comissão da Verdade ressaltou a importância da efetivação de processos judiciais para o julgamento e punição dos responsáveis, razão pela qual a Corte considera pertinente reiterar que a "verdade histórica" contida neste relatório não completa ou substitui a obrigação do Estado de estabelecer a verdade e de assegurar a determinação judicial de responsabilidades individuais ou estatais também através dos processos judiciais.[495]

317. O Tribunal reitera que a investigação é um imperativo estatal, assim como a importância de que tais ações se realizem conforme os padrões internacionais. Para tanto, a Corte considera necessário que o Estado adote estratégias claras e concretas dirigidas a superar a impunidade no julgamento dos responsáveis materiais e intelectuais dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, cometidas durante o conflito armado salvadorenho.

318. Em primeiro lugar, visto que a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz carece de efeitos, de acordo com as considerações desenvolvidas nos parágrafos 283 a 296, o

[495] *Cf. Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile*, par. 150, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 259.

Estado deve assegurar que ela não volte a representar um obstáculo para a investigação dos fatos que são objeto do presente caso nem para a identificação, julgamento e eventual punição dos responsáveis pelos mesmos e de outras graves violações de direitos humanos semelhantes que tenham ocorrido durante o conflito armado em El Salvador. Esta obrigação vincula todos os poderes e órgãos estatais em seu conjunto, os quais estão obrigados a exercer um controle "de convencionalidade" *ex officio* entre as normas internas e a Convenção Americana, evidentemente no âmbito de suas respectivas competências e das regulações processuais correspondentes.[496]

319. Considerando o exposto, assim como sua jurisprudência,[497] este Tribunal determina que o Estado deve, em um prazo razoável, iniciar, impulsionar, reabrir, dirigir, continuar e concluir, conforme corresponda, as investigações e processos pertinentes com a maior diligência e em um prazo razoável, com o fim de estabelecer toda a verdade sobre os fatos e determinar as responsabilidades penais que possam existir, bem como remover todos os obstáculos *de facto* e *de jure* que perpetuam a impunidade total neste caso, tomando em conta que transcorreram aproximadamente 31 anos desde a ocorrência dos referidos massacres. Neste sentido, o Estado deve investigar de forma efetiva todos os fatos dos massacres, incluindo, além das execuções extrajudiciais, outras possíveis graves violações à integridade pessoal e, em particular, os atos de tortura e as violências sexuais contra as mulheres, assim como os deslocamentos forçados. Para tal fim, o Estado deve:

a) abster-se de recorrer a figuras como a anistia em benefício dos autores, assim como qualquer outra disposição análoga como a prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, *ne bis in idem* ou qualquer excludente similar de responsabilidade para se eximir desta obrigação;

b) levar em consideração o padrão sistemático de violações de direitos humanos no contexto do conflito armado salvadorenho, assim como as operações militares de grandes proporções dentro das quais se inserem os fatos deste caso, com o objetivo de que os processos e as investigações pertinentes sejam conduzidos levando em consideração a complexidade destes fatos e do contexto em que ocorreram, evitando omissões na coleta de prova e no seguimento de linhas lógicas de investigação com base em uma correta avaliação dos padrões sistemáticos que deram origem aos fatos que são investigados;

c) identificar e individualizar a todos os autores materiais e intelectuais dos massacres do presente caso. A devida diligência na investigação implica que todas as autoridades estatais estão obrigadas a colaborar na coleta da prova, pelo que deverão oferecer ao juiz, promotor ou outra autoridade judicial toda a informação que requeira e devem se abster de atos que impliquem a obstrução do curso do processo investigativo;

d) assegurar-se que as autoridades competentes realizem as investigações correspondentes *ex officio* e que para tanto tenham a seu alcance e utilizem todos os recursos logísticos e científicos necessários para coletar e processar as provas e, em particular, que tenham as faculdades para acessar a documentação e a informação

---

496 *Cf. Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile*, par. 124, e *Caso Cabrera García e Montiel Flores Vs. México. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 26 de novembro de 2010. Série C Nº 220, par. 225.

497 *Cf. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Mérito, par. 174, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 257.

pertinentes para investigar os fatos denunciados e conduzir com prontidão aquelas atuações e investigações essenciais para esclarecer o ocorrido no presente caso;

e) garantir que as investigações sobre os fatos constitutivos dos massacres do presente caso se mantenham, em todo momento, sob conhecimento da jurisdição ordinária;

f) assegurar-se que os distintos órgãos do sistema de justiça envolvidos no caso contem com os recursos humanos, econômicos, logísticos, científicos ou de qualquer natureza necessários para desempenhar suas tarefas de maneira adequada, independente e imparcial e adotar as medidas necessárias para garantir que funcionários judiciais, promotores, investigadores e demais operadores de justiça contem com um sistema de segurança e de proteção adequados, tomando em conta as circunstâncias dos casos a seu cargo e o lugar onde se encontram trabalhando, que lhes permita desempenhar suas funções com a devida diligência, assim como a proteção de testemunhas, vítimas e familiares; e

g) assegurar o pleno acesso e capacidade de atuar das vítimas ou de seus familiares em todas as etapas da investigação e do julgamento dos responsáveis.

320. Adicionalmente, os resultados dos processos correspondentes deverão ser publicados para que a sociedade salvadorenha conheça os fatos objeto do presente caso, assim como os seus responsáveis.

321. Assim como foi decidido no *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*,[498] o Estado deve adotar as medidas pertinentes e adequadas para garantir aos operadores de justiça, assim como à sociedade salvadorenha, o acesso público, técnico e sistematizado aos arquivos que contenham informação útil e relevante para a investigação em causas seguidas por violações de direitos humanos durante o conflito armado, medidas que deverá apoiar com as alocações orçamentárias adequadas.

2) Medidas administrativas, disciplinares ou penais contra os funcionários estatais responsáveis pela obstaculização das investigações

322. A Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado tomar as medidas administrativas, disciplinares ou penais correspondentes frente às ações ou omissões dos funcionários estatais que contribuíram para a denegação de justiça e a impunidade em que se encontram os fatos do caso ou que participaram em medidas para obstaculizar os processos destinados a identificar e sancionar os responsáveis.

323. Os representantes afirmaram que, apesar de constarem múltiplas declarações no processo judicial e de se comprovar a morte violenta das vítimas por meio da realização de exumações, os agentes estatais a cargo do processo não iniciaram uma única diligência para estabelecer a verdade sobre o ocorrido. Assim mesmo, cinco anos depois, o juiz da causa continua sem resolver uma série de pedidos dos representantes das vítimas que incluem o afastamento da Lei de Anistia e a realização de diligências para esclarecer os fatos. Do mesmo modo, apesar de existir uma decisão da Corte Suprema de Justiça que indica que a Lei de Anistia não deve ser aplicada a respeito deste tipo de fatos há mais de dez anos, a Promotoria não realizou nenhum pedido neste sentido, nem o juiz da causa adotou qualquer decisão. Portanto, seria "evidente que neste caso, nem o juiz da causa, nem o Ministério Público cumpriram seus deveres". Por conseguinte, solicitaram à Corte que

[498] *Cf. Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 212.

ordenasse ao Estado realizar uma investigação rápida, oportuna e imparcial que permita corrigir as irregularidades cometidas, além de julgar e punir os seus responsáveis.

324. O Estado não se referiu especificamente a este pedido de reparação, ainda que tenha reconhecido "sua obrigação de investigar os fatos denunciados, processar mediante um julgamento justo e, se for o caso, punir os responsáveis pelos fatos argumentados na demanda, uma vez que sejam individualizados e que as autoridades competentes determinem sua responsabilidade penal ou administrativa".

325. Em casos anteriores,[499] em relação a determinadas violações, a Corte ordenou que o Estado iniciasse, segundo o caso, ações disciplinares, administrativas ou penais, de acordo com sua legislação interna, em relação aos responsáveis das distintas irregularidades processuais e investigativas. No presente caso foi demonstrado que diversas autoridades estatais obstaculizaram o avanço das investigações e dilataram a realização das inspeções judiciais e das exumações, o que culminou com a aplicação da Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz, perpetuando assim a impunidade no presente caso (par. 299 *supra)*. Assim mesmo, apesar dos pedidos de reabertura por parte dos representantes das vítimas, a investigação permanece arquivada (par. 300 *supra)*.

326. Consequentemente, este Tribunal considera, como forma de combater a impunidade, que o Estado deve, em um prazo razoável, investigar, por meio das instituições públicas competentes, a conduta dos funcionários que obstaculizaram a investigação e permitiram que permanecesse na impunidade desde a ocorrência dos fatos e, após um devido processo, aplicar, se for o caso, as sanções administrativas, disciplinares ou penais correspondentes aos que sejam considerados responsáveis.

3) Localização, identificação e entrega dos restos das pessoas executadas nos massacres de El Mozote e lugares vizinhos a seus familiares

327. A Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado prover o necessário para dar continuidade à exumação, identificação e devolução dos restos mortais das vítimas executadas, segundo os desejos de seus familiares.

328. Os representantes solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado iniciar de maneira sistemática e rigorosa, com os recursos humanos e técnicos adequados e em continuação dos trabalhos já empreendidos, qualquer outra ação necessária para a exumação, identificação e entrega dos restos das demais pessoas executadas, para o que deverá empregar todos os meios técnicos e científicos necessários, levando em consideração as normas nacionais ou internacionais pertinentes na matéria. Este processo deverá concluir com o total das exumações em um prazo de dois anos contado a partir da notificação da Sentença. Como parte desta medida, em suas alegações finais escritas consideraram necessário que o Estado conte com o consentimento dos familiares das vítimas, "pois podem existir casos nos quais as vítimas não desejem que seus familiares sejam exumados", e que o Estado: i) realize um exame da informação disponível sobre possíveis locais de enterro; ii) crie um banco de dados genéticos; e iii) assegure a capacitação de pessoal especializado na matéria para poder iniciar os trabalhos de localização e exumação.

329. O Estado expressou sua disposição em aceitar e realizar, no prazo razoável que por sua natureza se requeira, a continuidade da exumação das vítimas que ainda se encontrem pendentes.

---

[499] *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 233 d), e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 257 d).

330. A Corte reconhece as ações realizadas pela Equipe Argentina de Antropologia Forense para recuperar os restos das pessoas executadas, assim como a entrega de restos realizada como resultado das mesmas por parte das autoridades judiciais (pars. 230 a 241 *supra*). No entanto, a Corte observa que o Segundo Juízo de Primeira Instância de San Francisco Gotera determinou finalizar as diligências de exumação quando aprovou e aplicou a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz ao presente caso (pars. 229 e 276 *supra*). As exumações posteriores apenas foram realizadas por iniciativa do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese (par. 234 *supra)*. Da mesma forma, não foram realizadas outras diligências após o ano de 2004 para buscar e localizar a outras pessoas que faleceram nos massacres.

331. Este Tribunal estabeleceu que o direito dos familiares das vítimas de conhecer onde se encontram os restos de seus entes queridos constitui, além de uma exigência do direito a conhecer a verdade, uma medida de reparação e, portanto, cria o dever correlato para o Estado de satisfazer estas justas expectativas. Igualmente, para seus familiares é de suma importância receber os corpos das pessoas que faleceram nos massacres, já que lhes permite sepultá-los de acordo com suas crenças, assim como encerrar o processo de luto com o qual estiveram vivendo ao longo destes anos.[500] Nas palavras da perita Yáñez De La Cruz, "[c]ontribui para a elaboração do luto certos rituais que desde a cultura e a sociedade aportam práticas como o velório, o enterro, o consolo, todas as confirmações de não retorno do ente querido", rituais que nos massacres de El Mozote e lugares vizinhos não houve oportunidade de serem praticados.[501] De igual maneira, cabe ressaltar que os restos podem oferecer informação útil para o esclarecimento dos fatos já que oferecem detalhes do tratamento recebido pela vítima, a forma como foi executada, o *modus operandi*. Do mesmo modo, o próprio lugar onde os restos são encontrados pode proporcionar informação valiosa sobre os perpetradores ou sobre a instituição à qual pertenciam.[502]

332. A Corte considera que o Estado, dentro de um prazo seis meses, contado a partir da notificação da presente Decisão, deve realizar um levantamento da informação disponível sobre possíveis locais de enterro, os quais deverão ser protegidos para sua preservação, a fim de que, em continuação ao trabalho já realizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), inicie de maneira sistemática e rigorosa, com os recursos humanos e econômicos adequados, qualquer outra ação que seja necessária para a exumação e identificação de outras pessoas executadas.[503] Para tanto, o Estado deverá empregar todos os meios técnicos e científicos necessários, levando em consideração as normas nacionais ou internacionais pertinentes na matéria[504] e procurará concluir todas as exumações em um prazo de dois anos, contado a partir da notificação da presente Sentença. A este respeito, a Corte considera que o consentimento informado dos familiares das vítimas e a coordenação com estas por meio de seus representantes é fundamental neste processo.[505]

---

500 *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 245.

501 *Cf.* Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10550).

502 *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 245.

503 *Cf.* Perícia conjunta prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Luis Fondebrider, Mercedes C. Doretti e Silvana Turner em 18 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folhas 10313 e 10322).

504 Tais como as estabelecidas no Manual das Nações Unidas sobre a Prevenção e Investigação Efetiva de Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias.

505 *Cf.* Perícia conjunta prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Luis Fondebrider, Mercedes C. Doretti e Silvana Turner em 18 de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha

333. No caso de identificar os restos mortais, deverão ser entregues a seus familiares, após comprovação genética de filiação ou reconhecimento pelos meios adequados e idôneos conforme for o caso, com a maior brevidade e sem custo algum para estes familiares. Ademais, o Estado deverá cobrir os gastos de transporte e de sepultura, de acordo com as crenças de seus familiares.[506] Se os restos não forem identificados ou reclamados por nenhum familiar, o Estado deverá sepultá-los de forma individualizada em um cemitério ou lugar adequado e identificado e que seja de conhecimento das comunidades vítimas dos massacres. No referido lugar deverá determinar uma área específica reservada e identificável para sepultá-los e fazer referência ao fato de que se trata de pessoas não identificadas ou reclamadas falecidas nos massacres de El Mozote e lugares vizinhos e os dados sobre o lugar onde foram encontrados os restos.

334. Para fazer efetiva e viável a individualização das pessoas exumadas, este Tribunal determina, como o fez em outros casos,[507] que o Estado deverá comunicar por escrito os representantes das vítimas sobre o processo de identificação e entrega dos restos das pessoas falecidas nos massacres e, se for o caso, requerer sua colaboração para os efeitos pertinentes. As cópias destas comunicações deverão ser apresentadas à Corte para que sejam consideradas dentro do processo de supervisão do cumprimento desta Sentença.

C. Medidas de restituição, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição

335. A jurisprudência internacional, e em particular da Corte, estabeleceu reiteradamente que a sentença pode constituir *per se* uma forma de reparação.[508] No entanto, considerando as circunstâncias do caso e os danos às vítimas derivadas das violações da Convenção Americana declaradas em seu detrrimento, o Tribunal estima pertinente determinar as seguintes medidas de reparação.

1) Medidas de restituição

a) Programa de desenvolvimento dirigido ao povoado de El Mozote e lugares vizinhos

336. A Comissão não apresentou solicitação a respeito.

337. Os representantes afirmaram que as comunidades de El Mozote e lugares vizinhos não contam com vias públicas adequadas, acesso a serviços públicos de água e luz, acesso a serviços de saúde e escolas, razão pela qual solicitaram que o Estado "crie um programa de desenvolvimento dirigido a estas comunidades, que inclua todos os aspectos mencionados". Isto é, a reabilitação das vias públicas e a construção de, ao menos, um centro de saúde e uma escola em um lugar acessível para a maioria das pessoas. Assim mesmo, dada a situação das vítimas sobreviventes, solicitaram que o Estado inclua a concessão de bolsas para os familiares das vítimas que se encontram em etapa de idade escolar e a criação de centros de cidadãos da terceira idade.

10318), e Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10559).

506 *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 248.

507 *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 249.

508 *Cf. Caso El Amparo Vs. Venezuela. Reparações e Custas*. Sentença de 14 de setembro de 1996. Série C Nº 28, par. 35, e *Caso Furlan e familiares Vs. Argentina,* par. 319.

338. O Estado expressou sua disposição de aceitar e promover um programa de desenvolvimento social em benefício das vítimas neste caso, no prazo razoável que por sua natureza se requeira. Neste sentido, explicou que se encontra desenhando e planejando, no marco do diálogo que mantém com as comunidades afetadas, um programa de desenvolvimento dirigido ao povoado de El Mozote e lugares vizinhos, em atenção às principais necessidades que vão sendo identificadas e acordadas, mas tendo como referência o interesse em certos projetos concretos, tais como a casa da terceira idade, bolsas escolares, conectividade vial, entre outras, para o qual será elaborado um plano integral de obras de desenvolvimento social e de ativação econômica e de prestação de serviços públicos, sem prejuízo de atender as particularidades de eventuais medidas de reparação que sejam estabelecidas na sentença de reparações que a Corte profira no presente caso.

339. A Corte aprecia positivamente a disposição do Estado de promover um programa de desenvolvimento social em benefício das vítimas neste caso. Em virtude do dano ocasionado pelos fatos do presente caso aos membros das comunidades pertencentes ao povoado de El Mozote, ao cantão La Joya, aos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo e ao cantão Cerro Pando, este Tribunal dispõe, como o fez em outros casos,[509] que o Estado deve implementar nestas comunidades, independentemente das obras públicas do orçamento nacional que se destinem para essa região ou município e em plena coordenação com as vítimas e seus representantes, um programa de desenvolvimento que inclua o seguinte: a) melhorias no sistema das vias de comunicação públicas; b) acesso a serviços públicos de água e luz; c) estabelecimento de um centro de saúde em um lugar acessível para a maioria das pessoas, com o pessoal e as condições adequadas, no qual se possa prestar atenção médica, psicológica ou psiquiátrica e psicossocial às pessoas que tenham sido afetadas e que requeiram deste tipo de tratamento de acordo com os parágrafos 350 a 353 da Sentença; d) construção de uma escola em um lugar acessível para a maioria das pessoas, e e) construção de um centro para idosos.

340. O Estado deve implementar o programa de desenvolvimento dentro de um prazo que não excederá cinco anos, a partir da notificação da presente Sentença.

b) Proporcionar as condições adequadas para que as vítimas que ainda se encontram deslocadas possam retornar ao seu lugar de origem

341. A Comissão não apresentou solicitação a respeito.

342. Os representantes afirmaram que a única forma de reparar, em parte, o sofrimento ao qual foram submetidas as vítimas em razão do seu deslocamento forçado é lhes oferendo a possibilidade de regressar ao seu lugar de origem. Neste sentido, argumentaram que, para que este retorno seja realmente reparador, deve ser produto de uma decisão individual e voluntária de cada um dos prejudicados, adotada sem coações e com base em informação suficiente e adequada. Segundo os representantes, esta medida deveria incluir, ao menos, os seguintes componentes: a) garantir a segurança física dos retornados; b) estabelecer um mecanismo de vigilância durante e depois do regresso sob a responsabilidade de entidades independentes; c) estabelecer mecanismos de restituição de bens nos quais sejam considerados tanto o direito codificado como as normas tradicionais sobre propriedade; d) restituir a documentação aos retornados sem discriminação e sem demora; e e) assegurar o acesso dos retornados aos serviços públicos sem discriminação alguma, aos meios de

[509] *Cf. Caso do Massacre Plan de Sánchez Vs. Guatemala*. Reparações e Custas. Sentença de 19 de novembro de 2004. Série C Nº 116, par. 105, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 284.

subsistência e a atividades geradoras de renda. Além disso, referiram-se à reconstrução das casas e à criação de um entorno econômico e social propício ao regresso. De igual modo, manifestaram que "[a]s medidas relativas à recuperação dos bens e casas e o acesso a serviços públicos, meios de subsistência e atividades geradoras de renda deveriam também alcançar a aquelas pessoas que foram deslocadas e que conseguiram retornar através de seus próprios recursos".

343. O Estado expressou sua disposição em aceitar e realizar medidas para a geração de condições para o retorno das pessoas que ainda permanecem deslocadas, no prazo razoável que por sua natureza se requeira.

344. A prova apresentada neste caso demonstra que as vítimas que conseguiram sobreviver aos massacres, em sua maioria, deslocaram-se de seus lugares de origem a outros municípios e inclusive para fora de El Salvador, perdendo, durante os massacres e o deslocamento, suas casas e, em alguns casos, suas plantações, bens, animais de granja e gado (pars. 175 e 183 *supra*). Conforme ficou estabelecido, algumas das vítimas deslocadas regressaram ao seu lugar de origem e outras ainda não retornaram, sem que se disponha de informação em todos os casos sobre sua localização atual (pars. 189 e 190 *supra*).

345. Com o fim de contribuir para a reparação das vítimas forçadamente deslocadas de suas comunidades de origem, isto é, do povoado de El Mozote, do cantão La Joya, dos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo e do cantão Cerro Pando, o Tribunal ordena que o Estado garanta as condições adequadas a fim de que as vítimas deslocadas possam retornar às suas comunidades de origem de maneira permanente, se assim o desejarem. Caso não existam estas condições, o Estado deverá dispor dos recursos necessários e suficientes para procurar que as vítimas de deslocamento forçado possam se reassentar em condições similares às que tinham antes dos fatos, em um lugar que livre e voluntariamente indiquem dentro do Departamento de Morazán, em El Salvador. O Tribunal reconhece que o cumprimento da presente medida de reparação por parte do Estado implica, em parte, em que os beneficiários indiquem sua vontade de retornar a seus lugares de origem em El Salvador. Portanto, o Tribunal dispõe que o Estado e os beneficiários cheguem a um acordo, dentro do prazo de dois anos contados a partir da notificação desta Sentença, para concretizar o cumprimento da medida ordenada, em caso de que as vítimas forçadamente deslocadas, identificadas no Anexo "D" desta Sentença, considerem seu retorno a suas comunidades de origem.

346. Do mesmo modo, dado que os habitantes das comunidades mencionadas perderam suas casas como consequência dos fatos do presente caso (pars. 175 a 178 *supra*), este Tribunal ordena ao Estado que implemente um programa habitacional nas zonas afetadas pelos massacres do presente caso, mediante o qual proporcione habitação adequada às vítimas deslocadas que assim requeiram.[510] As vítimas forçadamente deslocadas, identificadas no Anexo "D" desta Sentença, que solicitarem esta medida de reparação, ou seus representantes legais, dispõem de um prazo de dois anos, contado a partir da notificação da presente Sentença, para dar a conhecer ao Estado sua intenção de formar parte do programa habitacional.

2) Medidas de reabilitação

a) Atenção médica, psicológica ou psiquiátrica e psicossocial às vítimas

[510] *Cf. Caso do Massacre Plan de Sánchez Vs. Guatemala*. Reparações e Custas, par. 105, e *Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia*, par. 407.

347. A Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado a implementação de um programa adequado de atenção psicossocial aos familiares sobreviventes.

348. Os representantes solicitaram que o Estado ofereça assistência médica e psicossocial gratuita às vítimas sobreviventes dos massacres e aos familiares das vítimas falecidas, de maneira que possam ter acesso a um centro médico estatal no qual lhes seja dada atenção adequada e personalizada que lhes ajude a sanar suas feridas físicas e psicológicas derivadas das violações sofridas. Esta medida deverá incluir o custo dos medicamentos que sejam prescritos. Além disso, para a provisão do tratamento devem ser consideradas as circunstâncias particulares de cada pessoa e as necessidades de cada uma das vítimas. Ademais, este tratamento deve ser desenvolvido depois de uma avaliação individual, segundo o que seja acordado com cada uma delas. De igual maneira, o centro médico no qual será prestada a atenção física e psicossocial às vítimas e seus familiares deve estar localizado em um lugar acessível com relação a suas residências.

349. O Estado aceitou oferecer a provisão de serviços de saúde médica e atenção psicossocial às vítimas sobreviventes e aos familiares das vítimas que sejam identificadas no presente caso. Ademais, informou que no passado 14 de fevereiro de 2012, foi instalada para os familiares das vítimas dos massacres uma Equipe Comunitária de Saúde Familiar em El Mozote "denominada ECOS", a qual estaria integrada por pessoal médico, de enfermagem, promotores de saúde, psicólogo e polivalente. Esta modalidade de atenção em saúde permitiria aproximar a população dos serviços de consulta médica geral, atenção psicológica, controle pré-natal a grávidas, serviços de planejamento familiar, monitoramento infantil, atenção a idosos, entrega de medicamentos, vacinações e outros, considerando a atenção integral durante o ciclo completo da vida da pessoa.

350. Em primeiro lugar, a Corte valoriza as iniciativas estatais de caráter geral relacionadas com os sistemas de atenção pública de saúde. Sem prejuízo disso, considera pertinente indicar que não se pode confundir a prestação dos serviços sociais que o Estado oferece aos indivíduos com as reparações às quais têm direito as vítimas de violações de direitos humanos, em razão do dano específico causado pela violação.[511]

351. Porém, no que se refere ao impacto psicossocial e às consequências emocionais sofridas pelas vítimas, a perita Yáñez De La Cruz explicou que "o massacre […] dissolveu as estruturas sociais onde se inseria o projeto de vida tanto individual como comunitário […]. Houve uma perda do sujeito coletivo como tal que se sente identificado dentro de sua comunidade e houve um duro impacto à dignidade coletiva".[512] Sobre este aspecto, especificou que a violência foi realizada nas praças e nas igrejas, e arrasou com a terra e os animais, como efeito destruiu também "o que era o centro da vida coletiva", "com a identidade e com a simbologia do universo campesino".[513] Por essa razão, as vítimas, quando ouvem falar do massacre ou veem algo que as faz recordar, "em 98% dos casos descrevem que se sentem mal, com náusea, dor no peito e estado geral débil".[514] Muitas delas, ademais, foram diagnosticadas com doenças como câncer, esclerose múltipla e

---

511 *Cf. Caso González e outras ("Campo Algodoeiro") Vs. México*, par. 529.

512 Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

513 Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

514 Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10548).

outras enfermidades terminais.[515] Por sua vez, as pessoas e as famílias que foram deslocadas de seu lugar de origem "perderam os vínculos comunitários e afetivos de suas raízes identitárias, além dos bens materiais", assim como o que "constituiu, até esse momento o projeto vital de cada qual".[516] Deste modo, sentem "raiva, tristeza, medo, nostalgia, impotência, vergonha, desampar[o] e deslocamento vital, tudo o que pode resultar no aparecimento de sintomas psicológicos".[517] A perita advertiu que, em geral, as vítimas "[n]ão puderam processar a dor por falta de espaços de validação social de sua dor, pela falta de apoio institucional e coletivo. É uma dor que se leva muito dentro, em privado, paralizando muitos aspectos saudáveis, como dar ou receber afeto e como ter uma projeção de futuro".[518] Tudo isso deve ser reparado nos planos individuais e coletivos.[519]

352. Tendo constatado as violações e os danos sofridos pelas vítimas, tal como o fez em outros casos,[520] a Corte considera necessário ordenar medidas de reabilitação no presente caso. A este respeito, estima que uma atenção integral aos danos físicos, psíquicos e psicossociais sofridos pelas vítimas no presente caso é a reparação idônea. Com efeito, dadas as características do presente caso, a Corte estima que a assistência psicossocial é um componente reparador essencial, já que foi constatado que os danos sofridos pelas vítimas referem-se não apenas a partes de sua identidade individual mas à perda de suas raízes e vínculos comunitários. Deste modo, o Tribunal considera necessário determinar a obrigação sob a responsabilidade do Estado de implementar, em um prazo de um ano, um programa de atenção e tratamento integral da saúde física, psíquica e psicossocial de caráter permanente. Este programa deverá ter um enfoque multidisciplinar, a cargo de especialistas na matéria, sensibilizados e capacitados na atenção de vítimas de violações de direitos humanos, assim como um enfoque de atenção coletiva.

353. Neste sentido, através do referido programa de atenção e tratamento integral da saúde, o Estado deve oferecer gratuitamente, através de suas instituições de saúde especializadas em El Salvador, e de forma adequada e efetiva, a atenção e o tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico e psicossocial às vítimas sobreviventes dos massacres e aos familiares das vítimas executadas que assim o solicitem, após o consentimento informado, incluindo o fornecimento gratuito dos medicamentos e exames que eventualmente sejam requeridos, tomando em consideração os danos de cada um deles. Caso o Estado não dispuser dessas estruturas, deverá recorrer a instituições especializadas no setor privado ou da sociedade civil. Igualmente, os tratamentos respectivos deverão ser prestados, na medida do possível, nos centros mais próximos aos seus locais de

---

515 *Cf.* Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012.

516 Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folhas 10549 a 10550).

517 Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folhas 10548 a 10550).

518 Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10548).

519 *Cf.* Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folha 10550).

520 *Cf. Caso Cantoral Benavides Vs. Peru*. Reparações e Custas. Sentença de 3 de dezembro de 2001. Série C Nº 88, par. 51.e, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 287.

residência[521] em El Salvador pelo tempo que for necessário. Ao prover o tratamento psicológico ou psiquiátrico e psicossocial devem ser consideradas, também, as circunstâncias e as necessidades particulares de cada vítima, de maneira que lhes ofereçam tratamentos coletivos, familiares e individuais, segundo o que seja acordado com cada uma delas e depois de uma avaliação individual.[522] Este tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico e psicossocial deverá incluir procedimentos simples e diferenciados na inscrição e atualização do sistema de saúde correspondente, cujo caráter reparador seja de conhecimento dos funcionários estatais encarregados de realizá-los. As vítimas sobreviventes e os familiares das vítimas executadas, identificados nos anexos "B" e "C" desta Sentença, que solicitarem esta medida de reparação, ou seus representantes legais, dispõem de um prazo de um ano, contado a partir da notificação da presente Sentença, para dar a conhecer ao Estado sua intenção de receber atenção médica, psicológica ou psiquiátrica e psicossocial.

3) Medidas de satisfação

a) Reconhecimento público de responsabilidade

354. Em termos gerais, a Comissão solicitou à Corte que ordene ao Estado o estabelecimento e a difusão da verdade histórica dos fatos e a recuperação da memória das vítimas falecidas. Em seu escrito de petições e argumentos, os representantes afirmaram que, dada a gravidade dos fatos, para que o reconhecimento de responsabilidade tenha um verdadeiro significado para as vítimas, é necessário que o mesmo seja realizado pelo Presidente da República, em sua condição de Chefe de Estado, e que neste ato estejam presente os altos mandatários das Forças Armadas, altos funcionários do Ministério Público e do Órgão Judicial e a junta diretiva da Assembleia Legislativa salvadorenha. Assim mesmo, solicitaram que esta cerimônia fosse realizada no povoado de El Mozote; que o Estado garantisse a presença da maior quantidade de vítimas sobreviventes e de familiares das vítimas assassinadas nesta cerimônia e que para tanto deveria assumir todos os gastos ocasionados pelo traslado destas pessoas; que a modalidade e os detalhes desta cerimônia, tais como sua data e lugar, sejam acordados previamente com as vítimas e seus representantes e que seja transmitida pelos principais meios de comunicação de alcance nacional.

355. O Estado expressou inicialmente sua disposição de aceitar e realizar o reconhecimento público de responsabilidade. Posteriormente, durante a audiência pública e em suas alegações finais escritas, o Estado assinalou que esta "medida já havia sido concretizada". Sobre este ponto, o Estado referiu-se ao ato de desagravo e reconhecimento de responsabilidade pelos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, realizado no povoado de El Mozote em 16 de janeiro de 2012, no marco da comemoração do vigésimo aniversário dos Acordos de Paz. A este respeito, o Estado explicou que em 5 de dezembro de 2011 foi realizada uma reunião entre o Presidente da República de El Salvador e um grupo representativo de vítimas do presente caso e seus representantes, na qual "o Presidente aceitou realizar o ato de desagravo e reconhecimento de responsabilidade solicitado pelos representantes perante a […] Corte Interamericana". Segundo o Estado, esta proposta foi aceita e "a organização do histórico ato de desagravo foi cuidadosamente planejada pelo Estado em plena coordenação com as vítimas e seus representantes". O referido ato foi realizado em 16 de janeiro de 2012, com a presença do Presidente da República e de

[521] *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 270, e *Caso Uzcátegui e outros Vs. Venezuela*. Mérito e Reparações. Sentença de 3 de setembro de 2012. Série C Nº 249, par. 253.d.

[522] *Cf. Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 270, e *Caso Uzcátegui e outros Vs. Venezuela*, par. 253.b.

diversas autoridades estatais[523] e os custos de sua realização foram totalmente assumidos pelo Estado, sendo que sua difusão foi realizada em tempo real por cadeia nacional de rádio e televisão. Posteriormente, realizou-se sua difusão através de alguns dos principais meios de imprensa escrita, cadeias radiais e programas televisivos.

356. Na audiência pública e em seu escrito de alegações finais os representantes reconheceram a importância para as vítimas do "discurso no qual o Presidente salvadorenho aceitou a responsabilidade e pediu perdão pelos fatos do massacre", no marco do vigésimo aniversário dos Acordos de Paz, realizado em El Mozote, em 16 de janeiro de 2012, "porque tiveram participação em seu planejamento e porque se sentiram realmente reparados". Manifestaram, adicionalmente, que para que o reconhecimento estatal e os diálogos mencionados tenham um efeito reparador e sejam coerentes é indispensável que se traduzam na adoção de medidas efetivas que recolham o sentimento das vítimas. De igual forma, os representantes recordaram que "[e]m 16 de janeiro de 2010, no contexto da comemoração da assinatura dos acordos de paz de El Salvador, o Presidente salvadorenho [havia] anunci[ado] a criação de uma comissão encarregada de propor medidas de reparação que beneficiariam as vítimas de graves violações de direitos humanos durante o conflito armado" e que, "[a] partir deste momento, teriam sido realizadas algumas reuniões com organizações da sociedade civil e vítimas de violações a direitos humanos, com o suposto fim de obter insumos para a elaboração desta proposta", no entanto, desconheceriam o conteúdo desta proposta. Em consequência, consideraram necessário que a Corte chame a atenção do Estado "em relação à necessidade de dar cumprimento ao compromisso assumido pelo [P]residente", e que estas medidas cumpram com os padrões estabelecidos pelo Tribunal.

357. No presente caso, a Corte constata que o ato de reconhecimento de responsabilidade realizado em nível interno e de forma prévia à emissão da presente Sentença foi acordado com as vítimas ou seus representantes e foi executado de acordo com as seguintes modalidades: a) de forma pública; b) no mesmo lugar em que ocorreram os fatos; c) foi reconhecida a responsabilidade pela execução extrajudicial das vítimas e pelas outras violações cometidas no presente caso; d) foi realizado em presença e com a participação de um número considerável de sobreviventes e familiares; e) foi conduzido pela mais alta autoridade do Estado, isto é, o Presidente da República e com a participação de altos funcionários do Estado, e f) contou com uma ampla cobertura e difusão em nível nacional. Neste sentido, a Corte Interamericana considera que o ato realizado por El Salvador é apropriado e proporcional à gravidade das violações cuja reparação se pretende e que as expressões do Presidente da República têm como efeito a recuperação da memória das vítimas, o reconhecimento de sua dignidade e o consolo de sua dor.[524] Portanto, no presente caso a Corte estima que não é necessário ordenar a realização de um novo ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional em relação com os fatos do

---

[523] O ato Presidêncial contou, ademais, com a presença do Vice-Presidente da República, de grande parte do gabinete de Governo, como a Secretária de Inclusão Social e Primeira Dama da República; o Ministro da Defesa Nacional e representantes do Alto Comando das Forças Armadas de El Salvador; os Ministros de Relações Exteriores, Economia, Saúde, Governação, Justiça e Segurança Pública, Trabalho e Previdência Social e a Vice-Ministra de Meio Ambiente; funcionários do Ministério Público, como o Procurador para a Defesa dos Direitos Humanos e o Promotor Geral da República; Magistrados da Corte Suprema de Justiça, em sua qualidade de representantes do Órgão Judicial; o Presidente da Assembleia Legislativa e deputados; o Diretor Geral da Policía Nacional Civil; a Inspetora Geral da Policía Nacional Civil; Corpo Diplomático acreditado no país; assim como uma quantidade representativa de vítimas sobreviventes e de familiares das vítimas assassinadas que somavam várias centenas; igualmente estiveram presentes representantes da Associação Promotora de Direitos Humanos de El Mozote, do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese e das Comunidades Eclesiais de Base de Morazán.

[524] *Cf. Caso Trujillo Oroza Vs. Bolívia. Reparações e Custas*. Sentença de 27 de fevereiro de 2002. Série C Nº 92, par. 77, e *Caso Gelman Vs. Uruguai,* par. 265.

presente caso e, Além disso, aprecia positivamente a iniciativa estatal de realizar mesas de diálogo com as vítimas sobre as outras medidas de reparação a ser implementadas. Finalmente, o Tribunal exorta o Estado a continuar com as gestões necessárias a fim de concretizar as medidas anunciadas neste discurso.

b) Publicação da Sentença

358. Em termos gerais, a Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado o estabelecimento e da difusão da verdade histórica dos fatos e a recuperação da memória das vítimas falecidas.

359. Os representantes solicitaram à Corte que, de acordo com sua jurisprudência, ordenasse ao Estado a publicação das partes pertinentes da Sentença, tanto no Diário Oficial como em um diário de ampla circulação nacional.

360. O Estado expressou sua disposição de aceitar e realizar a publicação das partes relevantes da sentença que emita a Corte, no prazo razoável que por sua natureza se requeira.

361. Em virtude da natureza e magnitude das violações declaradas, o Tribunal estima oportuno ordenar, como o fez em outros casos,[525] que o Estado publique, no prazo de seis meses, contado a partir da notificação desta Decisão:

a) o resumo oficial da presente Sentença elaborado pela Corte, uma única vez, no Diário Oficial;

b) o resumo oficial da presente Sentença elaborado pela Corte, uma única vez, em um jornal de ampla circulação nacional, e

c) a presente Sentença na íntegra, disponível por um período de um ano, em um sítio *web* oficial.

c) Produção e difusão de audiovisuais

362. Em geral, a Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado o estabelecimento e difusão da verdade histórica dos fatos e a recuperação da memória das vítimas falecidas.

363. Os representantes consideraram fundamental a produção, por parte do Estado, de um vídeo no qual se relatasse à sociedade os graves fatos cometidos nos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, o qual ademais deveria se referir à política de "terra arrasada", "em cujo contexto se deram os fatos do massacre e incluir informação em relação à não investigação destes graves fatos [, assim como] incluir um compromisso por parte do Estado de que estes fatos não voltarão a se repetir". A este respeito, solicitaram que todos os gastos relativos à produção do vídeo fossem assumidos pelo Estado e seu conteúdo aprovado pelas vítimas e seus representantes, antes de sua transmissão. Solicitaram também que este vídeo seja transmitido nos meios audiovisuais de maior cobertura em âmbito nacional, ao menos em três ocasiões espaçadas por um mês, no horário de maior audiência televisiva, e que seja colocado na página web das Forças Armadas salvadorenhas.

364. O Estado expressou sua disposição em aceitar e realizar a produção e difusão de um

[525] *Cf. Caso Cantoral Benavides Vs. Peru. Reparações* e *Custas*, par. 79, e *Caso Furlan e familiares Vs. Argentina,* par. 290.

documentário audiovisual, no prazo razoável que por sua natureza se requeira.

365. A Corte aprecia positivamente a disposição do Estado em dar cumprimento à medida de reparação solicitada pelos representantes neste aspecto da Sentença. Em virtude das circunstâncias do presente caso, o Tribunal determina a realização de um documentário audiovisual sobre os graves fatos cometidos nos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, o qual também deverá se referir à política de "terra arrasada" no marco do conflito armado em El Salvador, com menção específica do presente caso, cujo conteúdo deve ser previamente acordado com as vítimas e seus representantes. O Estado deverá se encarregar de todos os gastos gerados na produção e distribuição deste vídeo. A Corte considera que este vídeo deverá ser distribuído o mais amplamente possível entre as vítimas, seus representantes, escolas e universidades do país para sua promoção e posterior projeção com o objetivo final de informar a sociedade salvadorenha sobre estes fatos. Este vídeo deverá ser transmitido, ao menos uma vez, em um canal de difusão nacional e no horário de maior audiência televisiva, e deverá ser colocado na página *web* das Forças Armadas de El Salvador. Para a realização destes atos, o Estado conta com o prazo de dois anos, contado a partir da notificação da presente Sentença.

4) Garantias de não repetição

a) Capacitação das Forças Armadas da República de El Salvador

366. A Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado adotar as medidas necessárias para evitar que no futuro se produzam fatos similares, em conformidade com o dever de prevenção e garantia dos direitos humanos reconhecidos na Convenção Americana. Em particular, que implementasse programas permanentes de direitos humanos e Direito Internacional Humanitário nas escolas de formação das Forças Armadas.

367. Nem os representantes nem o Estado se pronunciaram de maneira particular sobre esta medida de reparação.

368. No presente caso, o Estado reconheceu e a Corte determinou que, no marco da operação militar na qual participou principalmente o BIRI Atlacatl, com apoio de outros órgãos militares, inclusive a Força Aérea salvadorenha, foram perpetrados massacres sucessivos em sete localidades ao norte do Departamento de Morazán (pars. 17, 19 e 151 *supra*). A este respeito, a Corte estima pertinente recordar que a eficácia e o impacto da implementação dos programas de educação em direitos humanos no âmbito das forças de segurança é crucial para gerar garantias de não repetição de fatos como os do presente caso. Tais programas devem se refletir em resultados de ação e prevenção que acreditem sua eficácia, além do fato de que sua avaliação deve ser realizada por meio de indicadores adequados.[526]

369. Consequentemente, este Tribunal considera importante fortalecer as capacidades institucionais do Estado através da capacitação dos integrantes das Forças Armadas da República de El Salvador sobre os princípios e normas de proteção dos direitos humanos e sobre os limites aos quais devem estar submetidas. Para tanto, o Estado deve implementar, no prazo de um ano contado a partir da notificação da presente Sentença e com a respectiva disposição orçamentária, um programa ou curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos, incluindo a perspectiva de gênero e da infância, dirigido a todos os níveis

[526] *Cf. Caso Goiburú e outros Vs. Paraguai. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 19 de novembro de 2009, Considerando quadragésimo nono, e *Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala*, par. 252.

hierárquicos das Forças Armadas da República de El Salvador. Como parte desta formação, deverá ser incluída a presente Sentença e a jurisprudência da Corte Interamericana sobre graves violações de direitos humanos.

5) Outras medidas solicitadas

370. Os representantes apresentaram os seguintes pedidos adicionais: a) que o Estado adote medidas para a melhoria do monumento construído para recordar as vítimas na praça do povoado de El Mozote, "o que inclui assegurar a inclusão dos nomes de todas as vítimas que neste processo sejam consideradas como vítimas", assim como que o referido monumento seja declarado monumento nacional e que, a partir dele, o Estado se faça responsável por sua manutenção e proteção; b) que o Estado "adquira a casa do povoado de El Mozote onde foram assassinadas as mulheres, com o fim de estabelecer nela um centro de memória, onde possam ser conservados objetos e documentos relativos ao massacre", e c) que o Estado ordene um lugar em cada uma das comunidades afetadas onde os familiares das vítimas assassinadas possam acudir para recordá-las.

371. O Estado expressou sua disposição em aceitar e realizar a criação de espaços para reconhecer a dignidade das vítimas e recordá-las, no prazo razoável que por sua natureza se requeira. A este respeito, o Estado assinalou que havia iniciado o trâmite correspondente para declarar como bem cultural o local onde ocorreu o massacre de El Mozote, como um ato de reparação moral para as vítimas e seus familiares, e que adicionalmente elaborará um plano para a criação de diferentes espaços para reconhecer a dignidade das vítimas nas comunidades afetadas, tudo isso em coordenação com as comunidades afetadas.

372. A Corte aprecia positivamente e toma nota da disposição do Estado em aceitar e realizar a criação de espaços para reconhecer a dignidade das vítimas e recordá-las e insta El Salvador a cumprir este compromisso, o qual não será supervisionado pelo Tribunal.

373. Os representantes solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado retirar os nomes das pessoas identificadas como responsáveis pelos massacres de qualquer instituição pública, assim como a proibição de qualquer homenagem em sua honra. A este respeito, explicaram que uma sala do Museu Militar das Forças Armadas e a Terceira Brigada de Infantaria levam o nome de Domingo Monterrosa e outra sala do Museu Militar leva o nome de Armando Azmilia Melara, apesar de estas pessoas estarem identificadas como dois dos oficiais encarregados da direção da operação na qual ocorreram os massacres. Ademais, em 23 de outubro de cada ano, as Forças Armadas e a Prefeitura fazem uma homenagem a Domingo Monterrosa, em comemoração a sua morte, no Municipio de Jocoateca, Departamento de Morazán.

374. O Estado argumentou que no ato de desagravo e pedido de perdão realizado em 16 de janeiro de 2012, o Presidente da República "fez um chamado muito claro não apenas para as Forças Armadas de El Salvador […] mas a diferentes setores que são independentes do Poder Executivo salvadorenho para se absterem de exaltar a personagens vinculados a violações de direitos durante o conflito armado", sem prejuízo disso, El Salvador expressou sua disposição de atender o que ordenasse a Corte.

375. A Corte constatou o sentimento de dor e de injustiça que as referidas homenagens provocam nas vítimas sobreviventes e nos familiares das vítimas executadas nos massacres[527] e, neste sentido, aprecia positivamente que o Estado esteja adotando

[527] *Cf.* Declaração juramentada prestada por María del Rosario López Sánchez ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5524); Declaração juramentada prestada por Pedro Chicas Romero ao Escritório de

determinadas medidas a respeito. Contudo, o Tribunal não considera procedente ordenar esta medida solicitada pelos representantes, já que a emissão da presente Sentença e as reparações ordenadas são suficientes e adequadas para remediar as violações sofridas pelas vítimas do presente caso.

376. Os representantes solicitaram à Corte que ordene ao Estado a designação de 11 de dezembro de 1981 - data em que começou o massacre de El Mozote - como o "Dia Nacional das vítimas de massacres cometidos durante o conflito armado de El Salvador" e que o Estado realize atividades para recordar e reivindicar a memória das vítimas dos massacres. O Estado aceitou "promover a designação de um dia nacional, em homenagem às vítimas de massacres e outras graves violações de direitos humanos ocorridas durante o conflito armado interno". No entanto, expressou que esta designação teria "uma implicação direta em relação a muitas outras vítimas de lamentáveis fatos ocorrid[o]s em diferentes lugares do país naquela época", razão pela qual sugeriu a adoção de um mecanismo de diálogo no qual possam formar parte vítimas de outros casos, "de forma que a denominação exata e a seleção do dia seja estabelecida a partir de um consenso amplo e que a maioria das vítimas se vejam representadas".

377. A este respeito, o Tribunal não considera procedente ordenar esta medida solicitada pelos representantes, já que a emissão da presente Sentença e as reparações ordenadas são suficientes e adequadas para remediar as violações sofridas pelas vítimas do presente caso.

378. Em suas observações finais, a Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Estado capacitar os funcionários judiciais e promotores sobre a incompatibilidade da Lei de Anistia com a Convenção Americana e a carência de efeitos jurídicos na investigação e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos ocorridas durante o conflito armado. Quanto a este pedido, a Corte observa que não foi apresentado no momento processual oportuno, isto é, no escrito de submissão do caso perante este Tribunal, de maneira que é

Tutela Legal da Arquidiocese em 25 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5530 a 5531); Declaração juramentada prestada por Santos Jacobo Chicas Guevara ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 20 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5540); Declaração juramentada prestada por César Martínez Hernández ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 22 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5548); Declaração juramentada prestada por Alejandro Hernández Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 3 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5574 a 5575); Declaração oferecida por María Dorila Márquez de Márquez perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012; Declaração juramentada prestada por José Eliseo Claros Romero ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 21 de julho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5534); Declaração juramentada prestada por José Gervacio Diaz ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 28 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5545); Declaração juramentada prestada por José Cruz Vigil del Cid ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 19 de junho de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folha 5559); Declaração juramentada prestada por María Regina Márquez Argueta ao Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese em 2 de agosto de 2011 (expediente de prova, tomo VIII, anexo 3 ao escrito de petições, argumentos e provas, folhas 5586 a 5588); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Sofía Romero Pereira em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10282); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por Eduardo Concepción Argueta Márquez em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10293); Declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) por José Pablo Diaz Portillo em 1º de abril de 2012 (expediente de prova, tomo XVII, *affidavits*, folha 10299); Perícia apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz perante a Corte Interamericana na audiência pública celebrada em 23 de abril de 2012, e Perícia sobre impactos psicossociais e recomendações em matéria de reparação no caso dos "Massacres de El Mozote e lugares vizinhos" apresentada por María Sol Yáñez De La Cruz, sem data (expediente de prova, tomo XVIII, anexo 2 às alegações finais escritas dos representantes, folhas 10542 a 10544 e 10552).

extemporâneo e não será considerado.[528]

D. Indenização Compensatória

1) Dano material e dano imaterial

379. A Comissão solicitou reparar adequadamente as violações de direitos humanos tanto no aspecto material como moral.

380. Os representantes solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado que compense os danos causados às vítimas dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos e seus familiares, em razão das violações a seus direitos cometidas com posterioridade a 6 de junho de 1995. A este respeito, solicitaram à Corte que determinasse em equidade a quantidade que corresponde a cada um dos beneficiários pelos danos causados, isto é: a) pela "falta de investigação dos fatos em função da aplicação da Lei de Anistia e o estado de impunidade em que se encontram os graves fatos ocorridos nos massacres". Esta reparação deve alcançar tanto as vítimas sobreviventes como os familiares das vítimas assassinadas nos massacres; b) pelas "dimensões do massacre, assim como o conhecimento de que os responsáveis seguem livres e inclusive são objeto de homenagens [, o que] teria causado sofrimentos aos familiares sobreviventes, ainda quando tinham um grau de parentesco mais distante", e c) pelo "sofrimento causado em razão da situação de deslocamento na qual [as vítimas sobreviventes] foram obrigadas a viver por anos, assim como pela perda de bens fundamentais, como suas casas e seus meios de subsistência, os quais nunca puderam recuperar".

381. O Estado não se pronunciou sobre estas medidas de reparação.

382. A Corte desenvolveu em sua jurisprudência o conceito de dano material e as hipóteses em que corresponde indenizá-lo. Este Tribunal estabeleceu que o dano material supõe "a perda ou redução da renda das vítimas, os gastos efetuados com motivo dos fatos e as consequências de caráter pecuniário que tenham um nexo causal com os fatos do caso".[529] Por sua vez, a jurisprudência internacional estabeleceu reiteradamente que a sentença pode constituir *per se* uma forma de reparação.[530] No entanto, a Corte desenvolveu em sua jurisprudência o conceito de dano imaterial e estabeleceu que este "pode compreender tanto os sofrimentos e as aflições causados à vítima direta e a seus familiares, a deterioração de valores muito significativos para as pessoas, assim como as alterações, de caráter não pecuniário, nas condições de existência da vítima ou de sua família".[531] No presente caso, os representantes não solicitaram um valor específico em relação com os danos materiais e imateriais alegados e tampouco apresentaram prova que acredite os custos estimados em relação aos referidos danos.

383. A Corte não conta com elementos para provar a renda deixada de receber e o dano emergente sofridos pelas vítimas do presente caso. No entanto, para a Corte é lógico que, em casos como o presente, a coleta de prova que prove este tipo de perdas materiais e seu envio ao Tribunal é um trabalho complexo. Ademais, é evidente que as violações de direitos

---

528 *Cf. Caso Radilla Pacheco Vs. México*, par. 359, e *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador*, par. 221.

529 *Cf. Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Reparações e Custas*. Sentença de 22 de fevereiro de 2002. Série C Nº 91, par. 43, e *Caso González Medina e familiares Vs. República Dominicana*, par. 310.

530 *Cf. Caso El Amparo Vs. Venezuela. Reparações e Custas*, par. 35, e *Caso Furlan e familiares Vs. Argentina,* par. 319.

531 *Caso das "Crianças de Rua" (Vilagrán Morales e outros) Vs. Guatemala. Reparações e Custas*. Sentença de 26 de maio de 2001. Série C Nº 77, par. 84, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 307.

humanos declaradas no presente caso necessariamente implicam em graves consequências de caráter pecuniário. Por outro lado, a Corte considera que em razão das violações declaradas nesta Sentença se presume que estas produziram um grave dano imaterial, pois é próprio da natureza humana que toda pessoa que sofre uma violação a seus direitos humanos experimente um sofrimento.[532]

384. Em atenção aos critérios estabelecidos na jurisprudência constante deste Tribunal, às circunstâncias do presente caso, a entidade, caráter e gravidade das violações cometidas, o dano causado pela impunidade, assim como os sofrimentos ocasionados às vítimas em sua esfera física, moral e psicológica,[533] a Corte estima pertinente determinar, em equidade, a título de dano material e imaterial, as quantias indicadas a seguir, as quais deverão ser pagas no prazo que a Corte determine para tal efeito (par. 397 *infra*):

> a) US$ 35.000,00 (trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) a cada uma das vítimas de execução extrajudicial, indicadas no Anexo "A" desta Sentença;
>
> b) US$ 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América) a cada uma das vítimas sobreviventes dos massacres, indicadas no Anexo "B" desta Sentença; e
>
> c) US$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América) a cada um dos demais familiares das vítimas executadas, indicados no Anexo "C" desta Sentença.

E. Custas e gastos

385. Como a Corte já indicou em oportunidades anteriores, as custas e gastos estão incluídos dentro do conceito de reparação consagrado no artigo 63.1 da Convenção Americana.[534]

386. Os representantes solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado reintegrar as custas e gastos correspondentes. A favor do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), solicitaram o reembolso de US$ 20.837,95 (vinte mil oitocentos e trinta e sete dólares dos Estados Unidos da América e noventa e cinco centavos), por conceito de representação das vítimas e de seus familiares no processo internacional a partir do ano 2000, os quais incluiriam viagens, alojamento, comunicações, fotocópias, material de escritório e despesas de correspondência. Além disso, apresentaram um estimativo global das custas e gastos a favor do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese, calculado em US$ 120.000,00 (cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), em razão dos processos investigativos iniciados a partir de 1990, as gestões perante as instâncias judiciais e os promotores e os custos da representação e acompanhamento do caso no âmbito interamericano. Em suas alegações finais escritas, os representantes atualizaram os montantes dos gastos incorridos "para a produção de prova e a preparação e participação na audiência pública" solicitando o pagamento adicional a favor do CEJIL de US$ 26.350,58 (vinte e seis mil trezentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e oito centavos), e a favor do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese de US$ 6.090,93 (seis mil e noventa dólares dos Estados Unidos da América e noventa e três centavos). Em suma, solicitaram um total de US$ 47.188,53 (quarenta e sete mil cento e oitenta e oito dólares dos Estados Unidos da

---

532 *Cf. Caso Reverón Trujillo Vs. Venezuela*. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 30 de junho de 2009. Série C Nº 197, par. 176, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 307.

533 *Cf. Caso Ticona Estrada e outros Vs. Bolívia*, par. 109, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 309.

534 *Cf. Caso Garrido e Baigorria Vs. Argentina*. Reparações e Custas. Sentença de 27 de agosto de 1998. Série C Nº 39, par. 79, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 303.

América e cinquenta e três centavos) a favor do CEJIL e de US$ 126.090,93 (cento e vinte e seis mil e noventa dólares dos Estados Unidos da América e noventa e três centavos) a favor do Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese. Ademais, solicitaram à Corte que ordene uma soma adicional por "gastos futuros" relacionados com o cumprimento da sentença e o trâmite de supervisão.

387. O Estado argumentou que o montante das custas e gastos solicitados pelos representantes "excede o padrão de precedentes estabelecidos pe[la] Corte". Além disso, advertiu que nos recibos apresentados constariam documentos em sistema de fotocópias que não são legíveis em sua totalidade e outros que não se encontram claramente relacionados às custas e gastos derivados do presente caso ou que não correspondem a gastos realizados exclusivamente com propósito do caso, como combustível, manutenção de veículos e de equipamento informático, assinatura de imprensa escrita e insumos como licenças de programas informáticos, servidores, registro de dominio público, antivírus para computadores, entre outros. Sobre estes recibos, afirmou que os representantes não teriam relacionado claramente sua vinculação com o caso nem o percentual dos gastos que seria aplicado ao mesmo. Portanto, solicitou à Corte que tenha em conta estes aspectos no momento de estabelecer o *quantum* razoável, sobre a base da aplicação do princípio de equidade.

388. Por sua vez, a Comissão não apresentou alegações a respeito.

389. A Corte reitera que, em conformidade com sua jurisprudência,[535] as custas e os gastos fazem parte do conceito de reparação, toda vez que a atividade realizada pelas vítimas com o fim de obter justiça, tanto em nível nacional como internacional, implica gastos que devem ser compensados quando a responsabilidade internacional do Estado é declarada mediante uma sentença condenatória. Quanto ao reembolso das custas e gastos, corresponde ao Tribunal apreciar prudentemente seu alcance, o qual compreende gastos gerados perante as autoridades da jurisdição interna, assim como aqueles gerados no curso do processo perante o Sistema Interamericano, tendo em conta as circunstâncias do caso concreto e a natureza da jurisdição internacional de proteção dos direitos humanos. Esta apreciação pode ser realizada com base no princípio de equidade e tomando em conta os gastos indicados pelas partes, sempre que seu *quantum seja* razoável.[536]

390. O Tribunal indicou que "as pretensões das vítimas ou de seus representantes em matéria de custas e gastos, e as provas que as sustentam, devem ser apresentados à Corte no primeiro momento processual concedido, isto é, no escrito de petições e argumentos, sem prejuízo de que tais pretensões se atualizem em um momento posterior, conforme as novas custas e gastos em que tenham incorrido com ocasião do procedimento perante esta Corte".[537] Além disso, a Corte reitera que não é suficiente a remissão de documentos probatórios, mas requer-se que as partes façam uma argumentação que relacione a prova com o fato que se considera representado e que, ao se tratar de alegados gastos econômicos, sejam estabelecidos com clareza os montantes e sua justificação.[538]

---

535 *Cf. Caso Garrido e Baigorria Vs. Argentina*. Reparações e Custas, par. 79, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala*, par. 314.

536 *Cf. Caso Garrido e Baigorria Vs. Argentina. Reparações e Custas*, par. 82, e *Caso dos Massacres de Río Negro Vs. Guatemala,* par. 314.

537 *Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez Vs. Equador*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C Nº 170, par. 275, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 307.

538 *Cf. Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez Vs. Equador*, par. 277, e *Caso Vélez Restrepo e familiares Vs. Colômbia*, par. 307.

391. O Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese trabalhou na investigação, documentação, acompanhamento e tramitação do litígio no âmbito nacional e internacional do presente caso desde o ano 1990 até a atualidade. Quanto à prova relativa aos gastos econômicos realizados, o Tribunal constatou que os comprovantes enviados correspondem ao ano 2000 em diante e se vinculam com gastos relacionados à tramitação para a realização das exumações e os trabalhos forenses em distintos sítios entre os anos 2000 e 2004, a representação legal, gastos de documentação, gastos de transporte, alimentação, diárias, material de escritório, manutenção informática, assim como gastos de transporte, hospedagem, alimentação e diárias para assistir à audiência celebrada perante a Corte no presente caso em Guayaquil, Equador, entre outros. A Corte constata que os gastos comprovados pelo Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese alcançam a aproximadamente US$ 117.116,41 (cento e dezessete mil cento e dezesseis dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e um centavos). A este respeito, a Corte nota que: a) alguns comprovantes se referem de maneira geral aos nomes de funcionários, gastos de documentação, produtos de escritório, gasolina e manutenção de veículo, sem que se indique o percentual específico que corresponde aos gastos do presente caso; b) alguns comprovantes de pagamento apresentam um conceito de gasto que não se vincula de maneira clara e precisa com o presente caso; e c) alguns comprovantes não apresentam um conceito de gasto específico. Estes conceitos foram equitativamente deduzidos do cálculo estabelecido por este Tribunal.

392. O Tribunal constatou também que o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) realizou gastos relacionados com a tramitação do litígio no âmbito internacional a partir do mês de outubro de 2005. Os representantes apresentaram os comprovantes destes gastos, os quais se relacionam com: gastos para a documentação do caso em El Salvador que incluem traslado, hospedagem, alimentação e serviços de comunicação; oficinas realizadas com as vítimas para a preparação do caso; gastos de viagem a Guayaquil, Equador, para assistir à audiência celebrada perante a Corte no presente caso; gastos para o comparecimento de declarantes durante a audiência pública, e gastos para a elaboração da perícia de Yáñez De La Cruz. Além disso, a Corte observa que o CEJIL solicitou o pagamento proporcional de representação legal, assim como de custos de correios e material de escritório. A Corte constata que os gastos comprovados do CEJIL chegam a aproximadamente US$ 45.867,11 (quarenta e cinco mil oitocentos e sessenta e sete dólares dos Estados Unidos da América e onze centavos). A este respeito, a Corte observa que alguns dos comprovantes de gastos aportados pelos representantes não correspondem apenas a gastos incorridos com o propósito deste caso, outros não apresentam um conceito de gasto específico, se encontram ilegíveis ou sem vinculação ao caso e alguns se referem a gastos cobertos por recursos provenientes do Fundo de Assistência Jurídica de Vítimas (par. 12 *supra)*. Em consequência, estes conceitos foram equitativamente deduzidos do cálculo estabelecido pelo Tribunal.

393. Em consequência, a Corte decide determinar, em equidade, a quantia de US$ 70.000,00 (setenta mil dólares dos Estados Unidos da América) para o Escritório de Tutela Legal da Arquidiocese pelo conceito de reembolso de custas e gastos pelo trabalho realizado na busca das vítimas executadas por meio do impulso das exumações e o litígio do caso em nível interno e internacional desde o ano 1990, e, adicionalmente, a Corte determina para o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), em equidade, uma quantia total de US$ 30.000,00 (trinta mil dólares dos Estados Unidos da América) a título de reembolso de custas e gastos pelo litígio do caso no âmbito internacional a partir do ano 2005. As quantias fixadas deverão ser entregues diretamente às organizações representantes. A Corte considera que, no procedimento de supervisão do cumprimento da presente Sentença, poderá dispor que o Estado reembolse às vítimas ou seus

representantes os gastos razoáveis em que incorram nesta etapa procesal.

F. Reembolso dos gastos ao Fundo de Assistência Jurídica de Vítimas

394. No ano 2008, a Assembleia Geral da Organização de Estados Americanos criou o Fundo de Assistência Jurídica do Sistema Interamericano de Direitos Humanos com o "objeto [de] facilitar o acesso ao sistema interamericano de direitos humanos a aquelas pessoas que atualmente não possuem os recursos necessários para levar seu caso ao sistema".[539] No presente caso, foi autorizado o uso deste Fundo para cobrir a assistência econômica necessária para o comparecimento das senhoras María Dorila Márquez de Márquez, María del Rosario López Sánchez, María Margarita Chica Márquez e María Sol Yáñez De La Cruz à audiência pública realizada na cidade de Guayaquil, República do Equador (pars. 12 e 13 *supra*).

395. O Estado teve a oportunidade de apresentar suas observações sobre os gastos realizados no presente caso, os quais somaram US$ 6.034,36 (seis mil e trinta e quatro dólares dos Estados Unidos da América e trinta e seis centavos). El Salvador argumentou que o detalhe dos gastos em relação aos montantes cobertos está em conformidade com a Resolução do Presidente do Tribunal que concedeu a assistência econômica, de maneira que não tinha observações a realizar. Além disso, solicitou à Corte que em sua avaliação sobre a procedência de ordenar o reembolso de tais gastos, "considere a boa vontade manifestada durante o desenvolvimento do […] processo perante a […] Corte". Deste modo, corresponde ao Tribunal, em aplicação do artigo 5 do Regulamento do Mérito, avaliar a procedência de ordenar ao Estado demandado o reembolso dos gastos realizados ao Fundo de Assistência Jurídica.

396. Em razão das violações declaradas na presente Sentença, a Corte ordena ao Estado o reembolso a este Fundo da quantia de US$ 6.034,36 (seis mil e trinta e quatro dólares dos Estados Unidos da América e trinta e seis centavos) por conceito dos gastos realizados para o comparecimento de testemunhas e peritos à audiência pública do presente caso. Esta quantia deverá ser reintegrada no prazo de noventa dias, contados a partir da notificação do presente Decisão.

G. Modalidade de cumprimento dos pagamentos ordenados

397. O Estado deverá efetuar o pagamento das indenizações a título de dano material, dano imaterial e por restituição de custas e gastos estabelecidos na presente Sentença diretamente às pessoas e organizações nela indicadas, em cotas anuais equivalentes durante o período de cinco anos, contado a partir da notificação do presente Decisão, sem prejuízo de que possa adiantar o pagamento completo em um prazo menor.

398. Caso os beneficiários tenham falecido ou venham a falecer antes que lhes seja paga a indenização respectiva, o pagamento será efetuado diretamente aos herdeiros, conforme o direito interno aplicável ou por meio do mecanismo mais adequado que se acorde nas mesas de diálogo com as vítimas e seus representantes.

---

[539] AG/RES. 2426 (XXXVIII-O/08), Resolução adotada pela Assembleia Geral da OEA durante a celebração do XXXVIII Período Ordinário de Sessões da OEA, na quarta sessão plenária, celebrada em 3 de junho de 2008, "Criação do Fundo de Assistência Legal do Sistema Interamericano de Direitos Humanos", ponto Resolutivo 2.a), e CP/RES. 963 (1728/09), Resolução adotada em 11 de novembro de 2009 pelo Conselho Permanente da OEA, "Regulamento para o Funcionamento do Fundo de Assistência Legal do Sistema Interamericano de Direitos Humanos", artigo 1.1.

399. O Estado deve cumprir suas obrigações monetárias mediante o pagamento em dólares dos Estados Unidos da América.

400. Se, por causas atribuíveis aos beneficiários das indenizações ou aos herdeiros, não for possível o pagamento dos montantes determinados no prazo indicado, o Estado destinará esses montantes a seu favor, em conta ou certificado de depósito em uma instituição financeira salvadorenha solvente, em dólares dos Estados Unidos da América, nas condições financeiras mais favoráveis permitidas pela legislação e pela prática bancária. Caso a indenização de que se trate não seja reclamada no transcurso de dez anos, os montantes serão devolvidos ao Estado com os juros devidos.

401. Os montantes determinados na presente Sentença, como indenização e como restituição de custas e gastos, deverão ser entregues às pessoas e às organizações mencionadas, de maneira integral, conforme o disposto nesta Sentença, sem reduções decorrentes de eventuais ônus fiscais.

402. Caso o Estado incorra em mora, deverá pagar juros sobre o montante devido, correspondentes aos juros bancários de mora em El Salvador.

X
PONTOS RESOLUTIVOS

403. Portanto,

A CORTE

DECIDE,

por unanimidade, que:

1. Aceita o reconhecimento dos fatos efetuado pelo Estado, nos termos dos parágrafos 17 a 28 da presente Sentença.

DECLARA,

por unanimidade, que:

1. O Estado é responsável pela violação dos direitos à vida, à integridade pessoal e à propriedade privada, reconhecidos nos artigos 4, 5.1, 5.2, 21.1 e 21.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, e adicionalmente em relação ao artigo 19 a respeito das crianças, em detrimento das vítimas executadas, identificadas no Anexo "A", de acordo com o exposto nos parágrafos 142 a 157, 159 a 162, 168, 203 e 208 da presente Sentença.

2. O Estado é responsável pela violação do direito à liberdade pessoal, reconhecido no artigo 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas executadas no povoado de El Mozote, identificadas no Anexo "A", de acordo com o exposto nos parágrafos 158, 203 e 208 da presente Sentença.

3. O Estado é responsável pela violação da proibição da tortura e de outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, estabelecida no artigo 5.2, assim como pela violação do direito à vida privada, reconhecido no artigo 11.2, todos da Convenção Americana sobre

Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das mulheres que foram vítimas de violações sexuais no povoado de El Mozote, de acordo com os parágrafos 163 a 167, 204 e 208 da presente Sentença.

4. O Estado é responsável pela violação dos direitos à integridade pessoal, à vida privada e ao domicílio, e à propriedade privada, reconhecidos nos artigos 5.1, 5.2, 11.2, 21.1 e 21.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, e adicionalmente em relação ao artigo 19 a respeito das crianças, em detrimento das vítimas sobreviventes dos massacres, identificadas no Anexo "B", de acordo com o exposto nos parágrafos 170 a 182, 205 e 208 da presente Sentença.

5. O Estado é responsável pela violação do direito de circulação e de residência, reconhecido no artigo 22.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, e adicionalmente em relação ao artigo 19 a respeito das crianças, em detrimento das pessoas que foram forçadas a se deslocar dentro de El Salvador e para a República de Honduras, identificadas no Anexo "D", de acordo com o exposto nos parágrafos 183 a 196, 207 e 208 da presente Sentença.

6. O Estado é responsável pela violação dos direitos à integridade pessoal e à propriedade privada, reconhecidos nos artigos 5.1, 5.2, 21.1 e 21.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento dos familiares das vítimas executadas, identificadas no Anexo "C", de acordo com o exposto nos parágrafos 197 a 202, 206 e 208 da presente Sentença.

7. O Estado é responsável pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, reconhecidos nos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, assim como pelo descumprimento das obrigações estabelecidas nos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e do artigo 7.b da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará", em detrimento das vítimas sobreviventes dos massacres, identificadas no Anexo "B", bem como dos familiares das vítimas executadas, identificados no Anexo "C", de acordo com o exposto nos parágrafos 242 a 249, 251 a 252, 255 a 264, 283 a 295, 298 e 299 a 301 da presente Sentença.

8. O Estado descumpriu a obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, prevista em seu artigo 2, em relação aos artigos 8.1, 25 e 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das vítimas sobreviventes dos massacres, identificadas no Anexo "B", assim como dos familiares das vítimas executadas, identificados no Anexo "C", de acordo com o exposto nos parágrafos 283 a 296 e 299 a 301 da presente Sentença.

E DISPÕE,

por unanimidade, que:

1. Esta Sentença constitui *per se* uma forma de reparação.

2. O Estado deve continuar com a plena implementação do "Registro Único de Vítimas e Familiares de Vítimas de Graves Violações aos Direitos Humanos durante o Massacre de El Mozote" e adotar as medidas necessárias para assegurar sua permanência no tempo e a alocação orçamentária para seu efetivo funcionamento, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 310 a 311 da presente Sentença.

3. O Estado deve, em um prazo razoável, iniciar, impulsionar, reabrir, dirigir, continuar e concluir, conforme corresponda, com a maior diligência, as investigações de todos os fatos que originaram as violações declaradas na presente Sentença, com o propósito de identificar, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 315 a 321 da presente Sentença.

4. O Estado deve assegurar que a Lei de Anistia Geral para a Consolidação da Paz não volte a representar um obstáculo para a investigação dos fatos objeto do presente caso nem para a identificação, julgamento e eventual punição dos responsáveis dos mesmos e de outras graves violações de direitos humanos semelhantes que tenham ocorrido durante o conflito armado em El Salvador, de acordo com o estabelecido no parágrafo 318 da presente Sentença.

5. O Estado deve, em um prazo razoável, investigar, por meio das instituições públicas competentes, a conduta dos funcionários que obstaculizaram a investigação e permitiram que permanecesse na impunidade e, após um devido processo, aplicar, se for o caso, as sanções administrativas, disciplinares ou penais correspondentes àqueles que forem considerados responsáveis, nos termos dos parágrafos 325 a 326 da presente Sentença.

6. O Estado deve realizar um levantamento da informação disponível sobre possíveis locais de enterro que deverão ser protegidos para sua preservação, a fim de que iniciem, de maneira sistemática e rigorosa e com os recursos humanos e econômicos adequados, as exumações, a identificação e, se for o caso, a entrega dos restos mortais das pessoas executadas a seus familiares, nos termos dos parágrafos 331 a 334 da presente Sentença.

7. O Estado deve implementar um programa de desenvolvimento a favor das comunidades do povoado de El Mozote, do cantão La Joya, dos povoados de Ranchería, Los Toriles e Jocote Amarillo, e do cantão Cerro Pando, nos termos indicados nos parágrafos 339 a 340 da presente Sentença.

8. O Estado deve garantir as condições adequadas a fim de que as vítimas deslocadas possam retornar a suas comunidades de origem de maneira permanente, se assim o desejarem, assim como implementar um programa habitacional nas zonas afetadas pelos massacres do presente caso, nos termos indicados nos parágrafos 345 e 346 da presente Sentença.

9. O Estado deve implementar um programa de atenção e tratamento integral da saúde física, psíquica e psicossocial com caráter permanente, nos termos indicados nos parágrafos 350 a 353 da presente Sentença.

10. O Estado deve realizar as publicações indicadas no parágrafo 361 da presente Sentença.

11. O Estado deve realizar um documentário audiovisual sobre os graves fatos cometidos nos massacres de El Mozote e lugares vizinhos, nos termos indicados no parágrafo 365 da presente Sentença.

12. O Estado deve implementar um programa ou curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos, incluindo as perspectivas de gênero e de infância, dirigido a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas da República de El Salvador, nos termos indicados nos parágrafos 368 a 369 da presente Sentença.

13. O Estado deve pagar as quantias determinadas nos parágrafos 384 e 393 da presente Sentença, por conceito de indenizações por danos materiais e imateriais, e pelo reembolso de custas e gastos, nos termos dos referidos parágrafos e dos parágrafos 397 a 402 da presente Sentença.

14. O Estado deve reintegrar ao Fundo de Assistência Jurídica de Vítimas da Corte Interamericana de Direitos Humanos a soma gasta durante a tramitação do presente caso, nos termos do estabelecido no parágrafo 396 da presente Sentença.

15. O Estado deve, dentro do prazo de um ano contado a partir da notificação desta Sentença, apresentar à Corte Interamericana de Direitos Humanos um relatório sobre as medidas adotadas para cumpri-la.

16. A Corte supervisará o cumprimento integral desta Sentença, em exercício de suas atribuições e em cumprimento de seus deveres conforme a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e dará por concluído o presente caso uma vez que o Estado tenha dado cabal cumprimento ao disposto na mesma.

Os Juízes Diego García-Sayán e Eduardo Vio Grossi deram a conhecer à Corte seus Votos Concordantes, os quais acompanham esta Sentença.

Redigida em espanhol e inglês, fazendo fé o texto em espanhol, em San José, Costa Rica, em 25 de outubro de 2012.

Diego García-Sayán
Presidente

Manuel Ventura Robles — Leonardo A. Franco

Margarette May Macaulay — Rhadys Abreu Blondet

Alberto Pérez Pérez — Eduardo Vio Grossi

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

Comunique-se e execute-se,

Diego García-Sayán
Presidente

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

VOTO CONCORDANTE DO JUIZ DIEGO GARCIA-SAYÁN
SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CASO *DOS MASSACRES DE EL MOZOTE E LUGARES VIZINHOS VS. EL SALVADOR*
DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

1. A Corte Interamericana de Direitos Humanos referiu-se em várias de suas sentenças ao tema das anistias em sua relação com a proteção dos direitos humanos e ao dever do Estado de investigar e, se for o caso, punir as graves violações de direitos humanos.

2. O tema das anistias foi durante muito tempo um assunto crítico no direito internacional, nas relações internacionais e no processamento de conflitos armados não internacionais. Na América Latina, rotineiramente, as anistias foram usadas ao longo do século XX como ferramenta para pôr fim a guerras civis, motins, golpes de Estado falidos e conflitos armados diversos. Pelo menos até o início da década de 1990, essas anistias foram usadas sem maior debate nem questionamento direto.

3. Desde tempos mais recentes são um assunto de crescente relevância no Direito Internacional dos Direitos Humanos, como se expressa em várias sentenças do tribunal interamericano que se referem ao tema. Esta problemática relaciona-se com fatos e contextos nefastos que costumam gerar estas controvertidas respostas na ordem normativa. Regimes autoritários ou ditatoriais, processos de transição política, tensões internas ou conflitos armados, entre outros, dentro de marcos que normalmente são política e socialmente muito complexos, costumam ser as condições objetivas a partir das quais se pleiteam as anistias.

4. Além do que já foi resolvido em casos anteriores, a questão das anistias e sua relação com o dever de investigar e punir graves violações de direitos humanos, requer uma análise que proporcione critérios adequados para um juízo de ponderação em contextos nos quais poderiam surgir tensões entre as demandas de justiça e os requerimentos de uma paz negociada no marco de um conflito armado não internacional. Este voto concordante aborda precisamente estes temas, a partir da sentença da Corte no presente caso.

5. Como é sabido, o caso considerado "emblemático" para estabelecer o que, para alguns, é a interpretação da Corte sobre este tema é o caso Barrios Altos em face do Peru, resolvido em 14 de março de 2001. Em seu parágrafo mais conhecido e citado desta sentença a Corte estabeleceu que:

> *"41. (...) são inadmissíveis as disposições de anistia, as disposições de prescrição e o estabelecimento de excludentes de responsabilidade, que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações de direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias e os desaparecimentos forçados, todas elas proibidas, por violar direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos".*

6. Essa aproximação obedeceu, no caso concreto, a duas leis emitidas no Peru em 1995, que a Corte qualificou em sua sentença como "autoanistias". Tão relevante era a condição de "autoanistia" das leis sob exame, que parecia que a Corte teria restringido sua interpretação a esse tipo de anistia.[1]

[1] Esta interpretação poderia surgir do estabelecido no parágrafo 43 desta sentença: "43. É por isso que os Estados Partes na Convenção que adotem leis que tenham este efeito, **como o são as leis de autoanistia**,

7. Nessa ocasião, os votos concordantes dos juízes García Ramírez e Cançado Trindade, cujo raciocínio compartilho, enfatizaram a contradição entre as "leis de autoanistia" e *"as obrigações gerais do Estado conforme a Convenção Americana sobre Direitos Humanos".*[2] Afirmou-se que *"[a]s chamadas autoanistias são, em suma, uma afronta inadmissível ao direito à verdade e ao direito à justiça (começando pelo próprio acesso à justiça)",*[3] que *"(...) a modalidade perversa das chamadas leis de autoanistia, ainda que se considerem leis sob um determinado ordenamento jurídico interno, não o são no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos",*[4] que *"(...) 'leis'* deste *tipo carecem de caráter geral, pois são medidas de exceção",*[5] *e* que *"(...) as chamadas 'leis' de autoanistia não são verdadeiramente leis: não são nada mais que uma aberração, uma afronta inadmissível à consciência jurídica da humanidade"*.[6]

8. A partir de então, a Corte Interamericana teve a oportunidade de conhecer e se pronunciar em diversos casos sobre leis de anistia e sua aplicação. Neles enfocou a incompatibilidade substantiva entre as normas de anistia e as obrigações do Estado em matéria de graves violações de direitos humanos. Isso em atenção, mais do que ao processo de adoção da norma ou à autoridade que emitiu a lei, à sua *ratio legis*: deixar impunes essas graves violações. São os casos *Almonacid Arellano e outros* a respeito do Chile (2006), La Cantuta a respeito do Peru (2006), *Gomes Lund e outros* a respeito do Brasil (2010) e *Gelman* a respeito do Uruguai (2011). Nestes casos, a Corte manteve sua jurisprudência do caso Barrios Altos e a aprofundou em alguns aspectos. Em termos gerais, reiterou o que já havia indicado sobre *"a incompatibilidade das leis de anistia relativas a graves violações de direitos humanos com o direito internacional e as obrigações internacionais dos Estados"*[7] *e* que as disposições das leis de anistia que impeçam a investigação e punição de graves violações de direitos humanos carecem de efeitos jurídicos e, em consequência, não podem ser um obstáculo para a investigação dos fatos e a identificação e a punição dos responsáveis por violações de direitos humanos.[8]

9. Cada um dos casos sobre leis de anistia conhecidos pela Corte anteriores ao dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos tinham suas particularidades, matizes e ênfase próprios, seja quanto ao contexto em que se originou a lei ou ao alcance da mesma. Todos tinham em comum, entretanto, que nenhuma dessas normas de anistia se dava dentro do contexto de um processo orientado a por fim pela via negociada a um conflito armado não internacional.

10. O presente caso de anistia deriva de um contexto distinto a todos os anteriores. Ele tem repercussões na análise e na qualificação jurídica dos fatos e nos conceitos e considerações da Corte sobre esta anistia emitida após um conflito armado e um processo de negociações de paz. É por isso que, no raciocínio da Corte, tomou-se em conta não apenas as normas e princípios do Direito Internacional dos Direitos Humanos, mas também

---

incorrem em uma violação dos artigos 8 e 25 em concordância com os artigos 1.1 e 2 da Convenção" (sublinhado agregado).

2 Voto Concordante do Juiz Sergio García Ramírez, par. 1.

3 Voto Concordante do Juiz Antonio A. Cançado Trindade, par. 5.

4 Ib., par. 6.

5 Ib., par. 7.

6 Ib., par. 26.

7 *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil*. Sentença de 24 de novembro de 2010, par. 147.

8 *Caso Gelman Vs. Uruguai.* Sentença de 24 de fevereiro de 2011, par. 232.

as disposições pertinentes do Direito Internacional Humanitário dado o contexto dentro do qual se produziram os fatos.

11. Como se descreve ao longo desta sentença, os fatos dos massacres de El Mozote e lugares vizinhos se produziram dentro do marco de um conflito armado não internacional. Seu desenvolvimento ao longo da década dos 80 havia chegado a um ponto no qual se foram dando as condições globais e regionais para a busca e alcance da paz pela via da negociação. Por meio do Acordo de Esquipulas II, assinado em agosto de 1987, os presidentes de cinco países centroamericanos colocaram-se de acordo em buscar uma saída aos conflitos armados internos que viviam El Salvador e outros países centroamericanos. Entre outros pontos, propunha-se o diálogo e a reconciliação como saídas aos conflitos e exortava-se o fim das hostilidades e a democratização das sociedades centroamericanas.[9]

12. As negociações para a paz salvadorenha tiveram início, como se recorda na sentença,[10] logo que os presidentes centroamericanos solicitaram a intervenção do Secretário Geral das Nações Unidas. Em setembro de 1989 foi assinado o acordo entre o governo de El Salvador e a Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional (FMLN) para formatar um processo de diálogo e pôr fim, pela vía política, ao conflito armado em El Salvador. Após a assinatura de acordos parciais (o primeiro foi o Acordo de Direitos Humanos subscrito em 26 de julho de 1990), finalmente o acordo de paz concretizou-se em 31 de dezembro de 1991, sendo assinado de maneira solene em 16 de janeiro de 1992, no Castelo de Chapultepec da Cidade do México.

13. Tratando-se de uma saída negociada a um longo e intenso conflito armado, não era estranho que o tema sobre o que fazer com o passado fosse proposto. Tanto no processo que conduziu à assinatura da paz, primeiro, como em sua concretização, dentro do marco da verificação *in situ* pela ONUSAL, a Missão das Nações Unidas em El Salvador. Assim, nos Acordos do México de 27 de abril de 1991 foi feita expressa referência aos efeitos da violência durante o conflito armado e se dispôs, para esse efeito, a criação da Comissão da Verdade, cujas recomendações as partes se comprometeram a cumprir. No Acordo Final de paz de 16 de janeiro de 1992 foi acordada a *"necessidade de esclarecer e superar toda sinalização de impunidade de oficiais das Forças Armadas, especialmente em casos onde esteja comprometido o respeito aos direitos humanos"* e foram remetidas, para esse efeito, à Comissão da Verdade, enfatizando que fatos desse tipo deveriam *"(...) ser objeto da atuação exemplar dos tribunais de justiça"*.

14. Aos poucos dias[11] da assinatura do Acordo de Paz, foi adotada a "Lei de Reconciliação Nacional" de 23 de janeiro de 1992. Por meio dela foi concedida anistia a quem tivesse "*participado como autores imediatos, mediatos ou cúmplices no cometimento de delitos políticos comuns conexos com estes e em delitos comuns cometidos por um número de pessoas que não seja inferior a vinte, antes de 1º de janeiro de 1992, excetuando-se, em todo caso, o delito comum de sequestro, contemplado no Art. 220 do Código Penal".*[12] A mesma lei excluía desta graça a quem *"(...) segundo o relatório da Comissão da Verdade,*

---

[9] Entre outros aspectos, o Acordo de Esquipulas II continha uma referência expressa à anistia: "Em cada país centroamericano, salvo naqueles onde a Comissão Internacional de Verificação e Seguimento determine que não é necessário, serão emitidos decretos de anistia que deverão estabelecer todas as disposições que garantam a inviolabilidade da vida, a liberdade em todas as suas formas, os bens materiais e a segurança das pessoas a quem sejam aplicáveis estes decretos. Simultaneamente à emissão dos decretos de anistia, as forças irregulares do respectivo país, deverão colocar em liberdade a todas aquelas pessoas que se encontrem em seu poder".

[10] Parágrafo 266 da Sentença.

[11] Parágrafo 274 da Sentença.

[12] Lei de Reconciliação Nacional. Decreto Legislativo Nº 147, publicado em 23 de janeiro de 1992.

tiver participado em graves fatos de violência ocorridos desde 1º de janeiro de 1980, cuja marca sobre a sociedade reclama com maior urgência o conhecimento público da verdade, independentemente do setor ao qual pertencessem no caso".

15. Posteriormente, a Comissão da Verdade explicitou[13] a necessidade de satisfazer os requerimentos da justiça em duas direções: *"[u]ma é a punição aos responsáveis. Outra é a reparação devida às vítimas e a seus familiares"*. De acordo ao que fora concertado entre as partes, pois, o caminho proposto pela Comissão da Verdade, cujas recomendações as partes haviam se comprometido a cumprir, era o da justiça e da reparação dos casos ali tratados. Isso era concordante com o espírito e a letra do que as partes haviam negociado e concretizado no Acordo de Paz. Aos poucos dias da publicação do relatório da Comissão da Verdade, entretanto, foi emitida a Lei de Anistia Geral que apontava em outra direção.

16. Um contexto como o aqui delineado - e que na sentença é descrito com mais detalhe - é distinto do que precedeu às demais leis de anistia às quais fez referência a jurisprudência da Corte. Por isso a análise e o raciocínio do Tribunal têm, como foi feito, particularidades que o levaram a incorporar elementos do Direito Internacional Humanitário produzindo uma interpretação harmônica com as obrigações estabelecidas na Convenção Americana no sentido de avaliar juridicamente a anistia em um contexto como esse.

17. Não existe no direito internacional positivo uma norma por meio da qual se tenha proscrito explicitamente todo tipo de anistia. A única menção explícita à anistia em um tratado multilateral está contida no artigo 6(5) do Protocolo Adicional II das Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949[14]. Nos comentários a esse artigo, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR) esclarece que seu objeto "*(…) é alentar um gesto de reconciliação que contribua para restabelecer o curso normal da vida em um povo que esteve dividido".*[15] De acordo com as Atas da Conferência Diplomática na qual se adotou o Protocolo Adicional II em 1977,[16] o sentido dessa norma era dar imunidade aos detidos ou castigados por terem participado no conflito armado.

18. Em concordância com o anterior, nesta sentença a Corte indicou que, ainda que as anistias possam ser permitidas como componente da finalização de um conflito armado não internacional, elas têm um limite que é o dos crimes de guerra e dos crimes de lesa humanidade, de modo tal que estes fatos não podem ficar na impunidade ou no esquecimento (ver parágrafos 285 e 286 da sentença). Estes limites também se encontram no que alguns chaman *"fontes implicitamente relacionadas à anistia".*[17]

---

[13] Parágrafo 290 da Sentença.

[14] O artigo 6.5 do Protocolo II, estabelece que "as autoridades no poder procurarão conceder a mais ampla amnistia às pessoas que tiverem tomado parte no conflito armado ou que tiverem estado privadas de liberdade por motivos relacionados com o conflito armado, quer estejam internadas, quer detidas".

[15] CICR. Comentário ao Protocolo do 8 de junho de 1977 adicional às Convenções de Genebra do 12 de agosto de 1949 relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional. Colômbia. 1998. p. 168.

[16] Atas da Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável nos Conflitos Armados, Genebra (1974-1977). Volume 9. Genebra, Suíça

[17] Freeman, Mark. *Necessary Evils. Amnesties and the Search for justice*. Cambridge University Press. 2009. p. 36. Destacam o artigo I da Convenção para a Prevenção e a Sanção do Delito de Genocídio de 1948, certos regulamentos incluídos nas Convenções de Genebra e no Protocolo I sobre conflitos internacionais, o artigo 7 da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Crueis, Desumanos ou Degradantes de 1984, o artigo 6 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura de 1985, o artigo IV da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas de 1994 e a Convenção Internacional para a Proteção de todas as pessoas contra os Desaparecimentos Forçados de 2006.

19. Por outro lado, na ONU vem-se promovendo *"que os acordos de paz aprovados pelas Nações Unidas nunca podem prometer anistias por crimes de genocídio, de guerra, ou de lesa humanidade ou infrações graves aos direitos humanos"*.[18] O Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional, por sua vez, ainda quando aplicável apenas aos crimes que sejam de sua competência e jurisdição, implica a obrigação dos Estados parte de produzir julgamentos críveis sobre os crimes ali definidos (genocídio, crimes de lesa humanidade e crimes de guerra).

20. O fato é que, no contexto específico de processos de violência generalizada e de conflitos armados não internacionais, o recurso da anistia pode conduzir, ao menos teoricamente e segundo os casos ou circunstâncias específicas, a rumos em diversas direções. Que representam, em consequência, uma gama de possíveis resultados que podem determinar os limites para o exercício da ponderação dos interesses com o propósito de conjugar os propósitos de investigação, sanção e reparação de graves violações de direitos humanos, de um lado, com os de reconciliação nacional e saída negociada de um conflito armado não internacional, pelo outro. Não há solução universalmente aplicável aos dilemas que nos coloca essa tensão, pois ela depende de cada contexto ainda que existam parâmetros a considerar.

21. A partir do Direito Internacional dos Direitos Humanos e, particularmente, da Convenção Americana, podem ser delineados alguns critérios fundamentais na perspectiva de processar estas tensões, que no mérito é a tensão entre justiça e reconciliação.

22. Um primeiro e óbvio ponto de partida é que a situação anômala e excepcional de um conflito armado não internacional resulta em que podem ser contados aos milhares os nomes dos perpetradores e, especialmente, das vítimas. Essa situação excepcional costuma demandar mecanismos de resposta também excepcionais. A chave está em construir o exercício de ponderação que processe da melhor maneira essa tensão entre justiça e término do conflito para o qual se deve considerar vários componentes, tanto judiciais como não judiciais. Que se orientem, simultaneamente, na busca da verdade, da justiça e da reparação. Isso se deve a que as demandas derivadas de violações massivas, as respostas às sequelas deixadas pelo conflito e a busca da paz duradoura demandam dos Estados e da sociedade em seu conjunto a aplicação de medidas concordantes que permitam o maior grau de atenção simultânea a estes três direitos.

23. Neste contexto, os direitos das vítimas à verdade, à justiça e à reparação devem ser entendidos como interdependentes. Apenas a aplicação integrada de medidas em favor das vítimas em todos estes âmbitos pode conseguir resultados eficazes e concordantes com o ordenamento interamericano de direitos humanos. Assim, a simples aplicação de sanções penais, sem que elas impliquem um sério esforço de encontrar e dizer a verdade em seu conjunto, poderia converter-se em um processo burocrático que não satisfaça a pretensão válida das vítimas de chegar à maior verdade possível. Por outro lado, a concessão de reparações sem que se saiba a verdade sobre as violações ocorridas, e sem assentar as condições para uma paz duradoura, apenas produziria um aparente alívio na situação das vítimas, mas não uma transformação das condições que permita a recorrência das violações.

24. Estes ingredientes fundamentais podem ser, de maneira total ou parcial, matéria de elaboração de procedimentos adequados à especificidade de um processo de saída negociada de um conflito armado não internacional. Isto dentro de uma perspectiva na qual

[18] Relatório do Secretário Geral sobre o estado de direito e a justiça de transição nas sociedades que sofrem ou sofreram conflitos. U.N. Doc. S/2004/616. 3 de agosto de 2004. par. 10.

a maior ou menor gravidade dos fatos pode viabilizar – ou não – determinado processamento dos fatos. Assim, por exemplo, fatos qualificáveis como crimes de guerra ou crimes de lesa humanidade nas definições do Estatuto da Corte Penal Internacional deveriam merecer um processamento prioritário e específico que não necessariamente seja igual ao dos demais crimes ou violações de direitos humanos.

25. Quanto ao componente verdade, além do essencial da "verdade judicial" que analiso mais a frente a propósito do elemento justiça, tem levado em muitas oportunidades à implementação de mecanismos como as Comissões da Verdade. O conceito de "verdade", entretanto, não é unívoco e dá lugar a diferentes interpretações. Alex Boraine,[19] que foi Vice-Presidente da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul conceptualizou a "verdade" neste tipo de situações em três níveis: a verdade factual, a verdade pessoal e a verdade social. A "factual" dá à família informação concreta sobre o paradeiro dos restos mortais da vítima ou sobre o que aconteceu. A "pessoal" procura um efeito de catarse na pessoa que expressa ou manifesta essa verdade. A "social" é a que a sociedade adota por meio do diálogo e do debate. Na busca desta "verdade social", jogam um papel importante medidas como a abertura da documentação em mãos do Estado, a revisão dos textos escolares e a construção de museus ou memoriais sobre o ocorrido.

26. Em relação ao elemento justiça, o dever jurídico do Estado de investigar e sancionar as mais graves violações de direitos humanos é - como disse reiteradas vezes esta Corte - uma obrigação de meio e forma parte do dever de garantia estipulado na Convenção. Por meio deste, os Estados devem colocar à disposição das vítimas os recursos adequados para fazer efetivos seus direitos. Entretanto, um conflito armado e a solução negociada do mesmo abre várias interrogações e levanta enormes exigências jurídicas e éticas na busca pela harmonização entre justiça penal e paz negociada.

27. Esta harmonização deve ser feita por meio de um juízo de ponderação destes direitos no marco próprio de uma justiça transicional. Neste sentido podem colocar-se, por certo, particularidades e especificidades de processamento destas obrigações no contexto de uma paz negociada. Por isso, os Estados devem ponderar neste tipo de circunstâncias o efeito da justiça penal tanto sobre os direitos das vítimas como sobre a necessidade de terminar o conflito. Mas, para ser válidas no direito internacional, teriam que se ater a certos padrões básicos orientados ao que pode se processar e concretizar de várias formas, incluindo o papel da verdade e da reparação.

28. Pode-se entender que este dever estatal se divide em três elementos. Primeiro, a atividade orientada a investigar e esclarecer os fatos. Segundo, a identificação das responsabilidades individuais. Terceiro, a aplicação de sanções proporcionais à gravidade das violações. Ainda quando a aspiração da justiça penal deve se efetivizar satisfatoriamente nestes três âmbitos, caso se dificulte a realização da sanção penal, os outros componentes não deveriam ser afetados ou postergados.

29. O direito das vítimas e das sociedades de ter acesso à verdade sobre o ocorrido adquire um peso especial que deve ser considerado em um adequado exercício de ponderação para delinear as especificidades da justiça de tal forma que não seja antagônica com a justiça transicional requerida em processos de pacificação e de reconciliação. Nesse contexto, podem ser elaboradas pautas específicas para o tratamento dos responsáveis pelas mais graves violações abrindo o caminho, por exemplo, para priorizar os casos mais graves como rota de administração de uma problemática na qual poderiam estar, em teoria,

[19] Boraine, Alex. *A Country* Unmasked: *Inside South Afroca´s Truth and Reconciliation Comission*. Oxford University Press. Oxford and New York, 2000.

muitos milhares de processados e atender os casos de menor gravidade por meio de outros mecanismos.

30. Dentro disso, resulta necessário elaborar formas por meio das quais devem ser tratadas as pessoas acusadas de ter cometido graves crimes como os mencionados, no entendido de que um processo de paz negociada busca que os atores armados optem pela paz e se submetam à justiça. Assim, por exemplo, no difícil exercício de ponderação e na complexa busca destes equilíbrios poderiam ser elaboradas e encontradas rotas para penas alternativas ou penas em suspenso, mas sem perder de vista que isso pode variar de maneira substantiva de acordo tanto ao grau de responsabilidade por graves crimes como ao grau de reconhecimento das próprias responsabilidades e do aporte de informação sobre o ocorrido. Daí podem derivar diferenças importantes entre os "executores" e aqueles que desempenharam funções de alto mando e direção.

31. É relevante considerar as responsabilidades compartilhadas que os atores de um conflito armado possuem em graves crimes. O reconhecimento de responsabilidades por parte dos máximos líderes pode contribuir a promover um processo de esclarecimento tanto dos fatos como das estruturas que fizeram possível essas violações. A redução de penas, a concessão de penas alternativas, a reparação direta do perpetrador à vítima e o reconhecimento público de responsabilidade são outras vias que se podem considerar.

32. A reparação integral é o terceiro elemento essencial da justiça transicional em um contexto como esse. Pretende restabelecer as relações de confiança na sociedade e busca cimentar processos que impeçam a repetição do drama que a afetou com o conflito armado não internacional. Neste ponto parte-se, certamente, do princípio de que todas as violações ao direito internacional envolvem uma obrigação que deve ser reparada e neste sentido a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos contribuiu muito nesse respeito.[20] Em matéria de reparações, o leque de opções é amplo e vai desde as compensações materiais, medidas de reabilitação e satisfação, entre outras.

33. Como foi indicado em certas análises, o componente reparatório tem suas próprias dificuldades - e até impossibilidades - quando se trata de casos massivos e prolongados de atropelos dos direitos das pessoas.[21] Neste tipo de situações, pareceria que entre os objetivos destes programas massivos de reparações não está tanto a restituição das vítimas ao *status quo ante*, mas de dar sinais claros de que se respeitarão plenamente os direitos e a dignidade das pessoas.[22] Em qualquer caso, a legitimidade e a eficácia dos programas de reparações neste tipo de circunstâncias requerem, como ingrediente fundamental, o desenho e implementação de mecanismos efetivos de participação das pessoas a quem os programas estão dirigidos.[23]

34. Finalmente, um ingrediente reparatório fundamental, não apenas para as vítimas, mas para a sociedade em seu conjunto, são os recontos e pedidos de perdão por parte dos perpetradores e os reconhecimentos de responsabilidade. A plena confissão dos fatos, nos

---

[20] O direito internacional estabeleceu este princípio de maneira explícita não apenas nos artigos 10, 63 e 68 da Convenção Americana mas em muitos outros instrumentos internacionais como a Declaração Universal de Direitos Humanos (art. 8), a Convenção Europeia de Direitos Humanos (art. 50), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (art. 9) e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Crueis, Desumanos ou Degradantes (art. 14).

[21] De Greiff, Pablo. *Repairing the Past: Confronting the Legacies of Slavery, Genocide, & Caste*. Yale University, Connecticut. Outubro, 2005. p. 8.

[22] Ib. p. 10.

[23] Ib. p. 10-11.

quais poderia ter tido responsabilidade, é um ingrediente inescapável – mas não único - da reparação. Ademais, é uma mensagem para a sociedade com vistas a encerrar o caminho da violência como rota para o processamento das diferenças políticas ou sociais. Estes "monumentos didáticos"[24], ao recontar as atrocidades recordam à sociedade o que pode ocorrer quando se desata um conflito armado e reforçam as capacidades da sociedade frente às ameaças futuras de que algo assim possa se repetir.

35. Os reconhecimentos de responsabilidade por parte de altas autoridades do Estado estiveram presentes de maneira constante na jurisprudência da Corte Interamericana. Este é um ingrediente essencial de uma justiça transicional que busca reconstruir condições de viabilidade institucional democrática em uma sociedade. Apesar de que há muitos antecedentes deste tipo de atos, multiplicaram-se em certas partes do mundo logo do fim da guerra fria.[25] Tony Blair na Grã Bretanha pediu desculpas pela responsabilidade britânica na fome irlandesa do século XIX, Jaques Chirac pelas deportações de judeus por franceses aos campos de concentração nazistas durante a segunda guerra mundial ou Bill Clinton pela falta de ação do governo norteamericano durante o genocídio em Ruanda ou pelo apoio a governos ditatoriais na América Latina.[26] No contexto de processos de transição do conflito armado interno para a paz, estes reconhecimentos adquirem particular relevância e significado como um ingrediente que se fortalece e retroalimenta com os demais.

36. De acordo com o contexto derivado da resolução do conflito armado interno, pois, as sociedades podem demandar que existam mecanismos complementares ao dever de justiça penal que satisfaçam em melhor e maior medida as aspirações das vítimas. As Comissões da Verdade, os instrumentos de reparação integral, os mecanismos de atenção, a proteção das populações vulneráveis, depurações no setor público e as reformas institucionais são, entre outros, opções que o legislador e o governante têm sobre o curso das políticas do Estado, em combinação com a aplicação da justiça penal desenvolvida em um marco de ponderação.

37. A solução negociada de um conflito armado interno abre várias interrogantes sobre o juízo de ponderação destes direitos, na legítima discussão sobre a necessidade de encerrar o conflito e pôr fim a futuras graves violações de direitos humanos. Os Estados têm o dever jurídico de atender os direitos das vítimas, e com a mesma intensidade, a obrigação de prevenir novos fatos de violência e alcançar a paz em um conflito armado pelos meios que estejam a seu alcance. A paz como produto de uma negociação se oferece como uma alternativa moral e politicamente superior à paz como produto do aniquilamento do contrário. Por isso, o Direito Internacional dos Direitos Humanos deve considerar a paz como um direito e ao Estado como obrigado a alcançá-la.

38. Deste modo, em certas situações de transição de um conflito armado para a paz, pode ocorrer que um Estado não se encontre em possibilidade de materializar plenamente, de forma simultânea, os distintos direitos e obrigações contraídos internacionalmente. Nessas circunstâncias, tomando em consideração que não se pode conferir a nenhum destes direitos e obrigações um caráter absoluto, é legítimo que se ponderem de maneira tal que a plena satisfação de uns não afetem de forma desproporcionada a vigência dos demais. Assim, o grau de justiça a que se possa chegar não é um componente isolado, do qual

---

[24] Osiel, Mark. *Mass Atrocity, Collective Memory and the Law*. Transaction Publishers, New Burnswick, 1999. p. 4.

[25] Hazan, Pierre. *Measuring the impact of punishment and forgiveness: a Framework for evaluating transitional justice*. International Review of the rede Cross. Volume 88, Number 861. March 2006. p. 24.

[26] Ib.

poderiam derivar-se legítimas frustrações e insatisfações, mas parte de um ambicioso processo de transição para a tolerância recíproca e a paz.

Diego García-Sayán
Juiz

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

Os Juízes e Juízas Leonardo A. Franco, Margarette May Macaulay, Rhadys Abreu Blondet e Alberto Pérez Pérez se aderiram ao presente Voto do Juiz Diego García-Sayán.

Leonardo A. Franco
Juiz

Margarette May Macaulay
Juíza

Rhadys Abreu Blondet
Juíza

Alberto Pérez Pérez
Juiz

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

VOTO CONCORDANTE DO JUIZ EDUARDO VIO GROSSI
CASO DOS MASSACRES DE EL MOZOTE E LUGARES VIZINHOS
***VS.* EL SALVADOR**
SENTENÇA DE 25 DE OUTUBRO DE 2012
(Mérito, Reparações e Custas)

Profiro o presente voto concordante com respeito à Sentença indicada no título, a fim de fazer constar que, em atenção ao que nela se considera provado que, nos massacres a que se refere, foram executadas mulheres grávidas[1] e que, inclusive, nas exumações correspondentes foram recuperados os restos mortais de um feto,[2] o subscrito propôs que fosse precisado se se consideraria este e os demais fetos que se encontravam nos ventres daquelas como vítimas neste caso.

O presente voto também emite-se para expressar que, em consideração a que a controvérsia principal dos autos versou sobre a responsabilidade internacional da República de El Salvador pelos referidos massacres e não sobre o que deve se entender por pessoa ou ser humano, ao amparo do disposto no artigo 4.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos,[3] o subscrito espera que esta última matéria seja abordada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos com ocasião do conhecimento de um caso mais específico ou diretamente relacionado com a mesma e expressar, nessa oportunidade, seu parecer sobre o particular.

EVG.

Eduardo Vio Grossi
Juiz

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

[1] Parágrafos 52, 153 e 156.

[2] Parágrafo 235.

[3] "Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente".

ANEXO "A"

Lista das vítimas executadas

1.	Abelino Rodríguez Márquez
2.	Adolfo Arturo Márquez
3.	Agustina Argueta Márquez
4.	Agustina Martínez
5.	Alejandra Romero
6.	Alexis Mejía Romero
7.	Álvaro Claros Márquez ou Guevara Diaz
8.	Ambrosio Guevara
9.	Amelia Sánchez
10.	Aminta Vigil Argueta
11.	Amparo Márquez
12.	Ana Eva Claros Romero
13.	Ana María Romero Pereira
14.	Ana Vilma ou Francisca Vilma Márquez Márquez
15.	Anastacia ou María Anastacia Márquez
16.	Anastacia Vigil Márquez
17.	Anastasio ou Anastacio Chicas Romero
18.	Andrés Argueta Ramos
19.	Ángel Vigil Márquez
20.	Ángela Argueta
21.	Ángela del Cid
22.	Angélica Márquez
23.	Antolín Diaz Portillo
24.	Antolina Claros
25.	Antonia Márquez del Cid
26.	Aquilino Diaz Martínez ou Sáenz
27.	Arístides Chicas Argueta
28.	Arístides Diaz Argueta
29.	Arnoldo López Martínez
30.	Arnoldo Márquez Chicas
31.	Aurelia Ramírez
32.	Basilio Alexí Márquez
33.	Basillio Argueta Ramos
34.	Benedicto Márquez
35.	Benedicto Márquez Márquez
36.	Benito Claros Romero
37.	Benito Romero
38.	Benjamín Claros
39.	Benjamín Vigil
40.	Bernabé Guevara Chicas
41.	Bernarda Martínez ou López Martínez
42.	Bernardina ou Bernarda Márquez
43.	Bertoldino Pereira
44.	Beti Claros Márquez ou Betty Guevara Diaz
45.	Bonifacia Rodríguez ou Anastasia Argueta
46.	Bruno Alfredo Argueta
47.	Bruno Antonio Claros
48.	Bruno Elmer Romero Claros

49.	Carmen Márquez Chicas
50.	Catalina Guevara Chicas
51.	Catarino ou Catalino Argueta
52.	Catarino ou Catalino Rodríguez
53.	Cecilia Martínez ou López Martínez
54.	Cecilia Ramírez
55.	Cesario Márquez
56.	Ciriaca Argueta
57.	Ciro López
58.	Claudio del Cid
59.	Clementina Argueta de Márquez
60.	Cleotilde Márquez
61.	Concepción Márquez
62.	Concepción Vigil
63.	Crescencio Argueta
64.	Cristina Martínez Romero
65.	Cristina Vigil
66.	Cristino Amaya Claros
67.	Daniel Romero
68.	David Chicas Martínez
69.	Desiderio Claros
70.	Dinora Márquez
71.	Dionisia ou Leonisia Mejía Argueta
72.	Dionisio Argueta Martínez
73.	Dores Márquez
74.	Dores Martínez
75.	Dores Rodríguez Pereira
76.	Dominga Argueta
77.	Dominga Chavarría
78.	Dominga Sánchez
79.	Domingo ou José Domingo Claros
80.	Domitila Orellana
81.	Donatila Pereira
82.	Dora Márquez Chicas
83.	Doré Chicas Martínez
84.	Doré López Martínez
85.	Dorila Márquez Chicas
86.	Doris Claros Márquez ou María Doris Guevara Diaz
87.	Doris Ilda ou Doris Hilda Argueta
88.	Edgar Marín López Martínez
89.	Edilfonso Argueta
90.	Edis do Carmen Pereira Márquez
91.	Eduardo Diaz Claros
92.	Efraín Romero Romero
93.	Eladio Claros
94.	Elgar Martínez
95.	Elmer Nicolás Márquez
96.	Eloisa Portillo
97.	Elsa Marisol Pereira
98.	Elsa Márquez
99.	Elsa Márquez Chicas
100.	Elsi Concepción Claros Márquez ou Elsy Guevara Diaz
101.	Elvira Hernández Argueta

102.	Emilesio Claros
103.	Emilia Claros
104.	Enemesia Luna
105.	Enemesio Mártir Rodríguez
106.	Ernesto Argueta Ramos
107.	Estanislao Argueta Alvarenga
108.	Estanislao Diaz (Sáenz)
109.	Esteban Martínez Argueta
110.	Estela Diaz
111.	Estela Márquez Chicas
112.	Etelvina Mejía Ramírez
113.	Eufemia Márquez Márquez
114.	Eugenia Diaz
115.	Eusebia Diaz
116.	Evelio Rodríguez Pereira
117.	Fabio López
118.	Facunda Martínez Romero
119.	Federico Martínez
120.	Felicita Diaz
121.	Felipa Claros Amaya
122.	Felipa Martínez
123.	Félix del Cid Vigil
124.	Félix Diaz Portillo
125.	Félix Rodríguez
126.	Fernando Guevara
127.	Fernando Hernández
128.	Fido Romero Márquez
129.	Fidencio ou Cedencio Argueta Ramos
130.	Filma Imelda ou María Milma Claros Romero
131.	Florencio Márquez Márquez
132.	Florentina Pereira[1]
133.	Florentina Pereira[2]
134.	Florentina Vigil
135.	Florinda del Cid de Guevara
136.	Francisca Chavarría
137.	Francisca del Cid
138.	Francisca Reyes Argueta
139.	Francisca Sánchez
140.	Francisco Claros
141.	Francisco Diaz Argueta
142.	Francisco Ramírez
143.	Francisco Vigil Argueta
144.	Gaspar Claros Márquez ou Gaspar Fredi Guevara Diaz
145.	Genoveva Diaz
146.	Gerardo Argueta
147.	Gervasio Chicas Argueta
148.	Gil Humberto Pereira
149.	Gilberto Hernández Argueta
150.	Gregorio Sánchez

[1] Mãe de María Teófila Pereira Argueta.

[2] Mãe de Sofía Romero Pereira.

151.	Guillerma Márquez
152.	Heriberto Martínez López
153.	Hermenegilda Márquez
154.	Herminio Márquez
155.	Hernán Rodríguez Pereira
156.	Hilaria Hernández
157.	Hilda Hortensia Márquez Argueta
158.	Hipólita Claros Romero
159.	Hortensia ou María Hortensia Romero
160.	Inés Pereira Márquez
161.	Irma Janet Diaz Pereira
162.	Isabel Argueta
163.	Isidoro Chicas Argueta
164.	Isidra Claros
165.	Ismael López
166.	Israel Márquez
167.	Jacinta Guevara ou Diaz
168.	Jacinto Sánchez[3]
169.	Jacinto Sánchez[4]
170.	Jeremías Diaz Argueta
171.	Jesús Chicas Argueta
172.	Jesús Salvador Romero Pereira
173.	Joaquín López Martínez
174.	Jorge Márquez Márquez
175.	Jorgen Martínez
176.	José Abilio Vigil
177.	José Adán Márquez
178.	José Alejandro Antonio Diaz
179.	José Aníbal Pereira Márquez
180.	José Anunciação Chicas Martínez
181.	José Aristides Pereira Márquez
182.	José Armando Pereira
183.	José Atilio Pereira Márquez
184.	José Benjamín Márquez Chicas
185.	José Carlos Diaz
186.	José Cayetano Argueta
187.	José Cleofás López Martínez
188.	José Concepción Márquez Chicas
189.	José Daniel Claros
190.	José Diaz Chavarría
191.	José Efraim Márquez
192.	José Evangelista Márquez Gutiérrez
193.	José Germán Diaz Chica
194.	José Horacio Márquez Márquez
195.	José Humberto Claros Márquez ou José Edilberto Claros
196.	José Ignacio Pereira
197.	José Jesús Pereira Márquez
198.	José Marcos Diaz Márquez
199.	José María Hernández Argueta

[3] De 80 anos de idade.

[4] De 4 anos de idade.

200.	José María Márquez
201.	José María Márquez Argueta[5]
202.	José Mario ou Mario Márquez Márquez
203.	José Mario Pereira Guevara
204.	José Maximiliano ou Maximiliano Argueta
205.	José Nilo Márquez Vigil
206.	José Orlando Márquez Chicas
207.	José Rafael ou Rafael Martínez
208.	José Raymundo Claros
209.	José René ou René Diaz
210.	José Romero Márquez
211.	José Rumaldo Márquez
212.	José Santos Argueta Márquez
213.	José Santos Mejía Márquez
214.	José Vicitação Mejía Márquez
215.	José Vigil
216.	José Virjino ou José Virginio Mejía Márquez
217.	José Wilfredo Vigil
218.	Josefina Hernández ou Guevara Hernández
219.	Juan Ángel ou Juan de los Ángeles Claros
220.	Juan Ángel Pereira
221.	Juan Bautista Claros Márquez
222.	Juan Chicas
223.	Juan Evangelista Sánchez
224.	Juan Francisco Márquez Chicas
225.	Juan Martínez
226.	Juana Argueta Ramos
227.	Juana Diaz del Cid
228.	Juana Elvira Márquez Chicas
229.	Julgencia Argueta
230.	Julia Claros
231.	Julia del Cid
232.	Julho Cesar Argueta
233.	Justina Guevara ou María Justa Rufina Guevara
234.	Justiniana N. de Argueta
235.	Justiniano Chicas Martínez
236.	Justo Martínez
237.	Leonarda Márquez
238.	Leonarda Martínez ou Martínez Membreño
239.	Leonardo Márquez del Cid
240.	Leonilda Diaz ou Leonisia Claros
241.	Leonisia Romero
242.	Lidia Márquez
243.	Lilian Rodríguez Pereira
244.	Lino José Rodríguez Márquez
245.	Lorenza Márquez
246.	Lorenzo Argueta
247.	Lorenzo Argueta Argueta
248.	Lorenzo Vigil

[5] Esposo de Hilda Hortensia Márquez Argueta.

249.	Lucas Guevara
250.	Lucía Mártil Chicas de Márquez
251.	Luciano Chicas Argueta
252.	Luciano Diaz Argueta
253.	Lucino Romero
254.	Lucio Argueta Reyes
255.	Lucrecia Chicas
256.	Lucrecia Chicas Chicas
257.	Luis Vigil
258.	Macario Diaz ou Diaz Márquez
259.	Manuel Santos Pereira Argueta
260.	Marcos Amílcar Diaz Pereira
261.	Margarita Márquez
262.	Margarita Márquez Claros
263.	Margarita Martínez Romero
264.	María Amelia Chicas
265.	María Andrea Márquez
266.	María Angélica Sánchez
267.	María Antonia Amaya
268.	María Antonia Vigil Argueta
269.	María Argueta[6]
270.	María Argueta[7]
271.	María Bernarda Márquez
272.	María Candelaria Márquez
273.	María Clementina Márquez Márquez
274.	María Concepción Claros del Cid
275.	María Concepción Romero
276.	María de Jesús Martínez
277.	María de la Paz Pereira Márquez
278.	María de los Ángeles Guevara
279.	María de los Ángeles Romero
280.	María del Rosario Claros Márquez
281.	María Dores Amaya Claros
282.	María Dominga Vigil
283.	María Eliberta ou Heriberta Ramos de Argueta
284.	María Elvira Márquez
285.	María Ernestina ou María Enermila Romero Claros
286.	María Estela Chica Argueta
287.	María Esther Martínez
288.	María Eugenia Claros
289.	María Eugenia Martínez
290.	María Eugenia Sánchez
291.	María Faustina del Cid Membreño
292.	María Francisca Márquez de Pereira
293.	María Gloria Pereira Márquez
294.	María Gregoria Maradiaga ou Martínez
295.	María Guevara
296.	María Heriberta Martínez Torres
297.	María Inés Martínez ou Martínez Vigil

[6] De 30 anos de idade.

[7] Esposa de Matías Márquez.

298.	María Irma Sánchez
299.	María Isabel Amaya Claros
300.	María Juana Claros Amaya
301.	María Luna Ramírez
302.	María Marcelina Diaz Barrera
303.	María Marta Chicas
304.	María Marta Martínez
305.	María Martha Márquez
306.	María Mártir Claros Márquez
307.	María Mártir Márquez
308.	María Mejía Argueta
309.	María Modesta Argueta
310.	María Nelly Romero Pereira
311.	María Onofre Márquez de Mejía
312.	María Petronila Barrera del Cid
313.	María Reyes Ramos
314.	María Rosa Márquez Chicas
315.	María Rosana Márquez
316.	María Santos Argueta Vigil
317.	María Santos Claros Márquez
318.	María Santos Márquez ou Guevara
319.	María Santos Pereira de Rodríguez
320.	María Saturnina Argueta
321.	María Silvia Márquez Chicas
322.	María Vicenta Romero
323.	María Wendy Rivera López
324.	Mariana Sánchez
325.	Marina Argueta
326.	Marino Chicas Martínez
327.	Marta Lilian Amaya Claros
328.	Marta Martínez
329.	Mártil Vigil Argueta
330.	Martina Argueta[8]
331.	Martina Chicas
332.	Martina Romero Claros
333.	Mártir Portillo
334.	Marto Vigil
335.	Marto Vigil Argueta
336.	Matea Vigil
337.	Mateo López
338.	Matías Márquez
339.	Maura Claros
340.	Mauricio ou Domingo del Cid
341.	Maximiliano Márquez Márquez
342.	Máximo Argueta Reyes
343.	Máximo Márquez Vigil
344.	Máximo Rodríguez
345.	Melecio Claros
346.	Melesio Argueta Alvarenga
347.	Mercedes Argueta Vigil
348.	Mercedes Pereira Márquez
349.	Miguel Argueta

[8] Esposa de Eduardo Concepción Argueta Márquez

350.	Milton Vigil Guevara
351.	Miriam Márquez
352.	Modesto Márquez
353.	Moisés Claros
354.	Moncho Márquez
355.	Narcisa Márquez[9]
356.	Narcisa Márquez Márquez[10]
357.	Natalia Guevara
358.	Natividade Argueta
359.	Natividade Luna ou Luna de de Pérez
360.	Nazaria Argueta
361.	Neli Argueta Ramos
362.	Nicolasa Chicas Argueta
363.	Norberta Márquez
364.	Octaviana Luna ou Octavia Luna Pérez
365.	Orbelina Márquez
366.	Pablo Chicas Martínez
367.	Pedro Advíncula ou Adavíntola Chica
368.	Pedro Argueta Claros
369.	Pedro Vigil Argueta
370.	Perfecto Sánchez
371.	Petrona Chavarría
372.	Petrona Chicas Romero
373.	Presentação Márquez Gutiérrez
374.	Priscila López Sánchez
375.	Rafael Mejía Argueta
376.	Ramón Romero Márquez
377.	Raymunda Esperança Mejía Márquez
378.	Raymundo Romero Márquez
379.	Regino Argueta Martínez
380.	Reynalda López Sánchez
381.	Rogelia Orellana Diaz
382.	Romana Pereira
383.	Roque Guevara
384.	Rosa Argueta Ramos
385.	Rosa Cándida Pereira Guevara
386.	Rosa del Cid Vigil
387.	Rosa Elia Pereira
388.	Rosa Elvira del Cid
389.	Rosa María Diaz
390.	Rosa Márquez Chicas
391.	Rosa Nidia Márquez Chicas
392.	Rosa Nohemí Claros
393.	Rosalina Mejía Márquez
394.	Rosario Argueta Ramos
395.	Rosita Márquez
396.	Rufina Romero
397.	Ruperto Dores Argueta Chicas
398.	Salvador Márquez
399.	Santos Aníbal Argueta
400.	Santos Barrera Romero

[9] Esposa de Catarino ou Catalino Rodríguez.

[10] Filha de Israel Márquez.

401.	Santos Chavarría
402.	Santos Diaz Chavarría
403.	Santos Emely del Cid
404.	Santos Evenor Vigil Márquez
405.	Santos Hernández Argueta
406.	Santos Márquez Márquez
407.	Santos Obidio Pereira Márquez
408.	Santos Socorro Márquez
409.	Sara Diaz Argueta
410.	Saturnina Diaz
411.	Seferina Márquez
412.	Seferina Vigil Argueta
413.	Segundo Márquez Chicas
414.	Sergio Márquez
415.	Servanda Márquez
416.	Simeona Vigil
417.	Sinforoso Pereira ou Reyes
418.	Sofía da Paz Chicas
419.	Sofía Márquez Pereira
420.	Sonia Dinora Argueta Márquez
421.	Sonia Elizabeth Romero
422.	Sonia Gladis Diaz Pereira
423.	Sonia Marlene Márquez Márquez
424.	Susana Ramírez
425.	Teodora Ramírez
426.	Teodoro Martínez
427.	Teodoso Mejía Romero
428.	Teresa de Jesús Mejía Márquez
429.	Teresa ou Teresa Amelia de Jesús Argueta
430.	Tiburcio Mejía Argueta
431.	Timotea Claros
432.	Timoteo Argueta
433.	Timoteo Márquez Argueta
434.	Tomais Martínez Argueta
435.	Tomasa Argueta Chicas
436.	Tomasa Martínez
437.	Tránsito Chicas Argueta
438.	Vicenta del Cid
439.	Vicente Márquez
440.	Victorina Chicas

ANEXO "B"
Lista das vítimas sobreviventes

1.	Alejandro Hernández Argueta
2.	Anastacio Guevara
3.	Antolín Ramírez
4.	Antonia Guevara Diaz
5.	Bernardino ou Bernaldino Guevara Chicas
6.	Bertila Márquez Sánchez
7.	César Martínez Hernández
8.	Claudia Ramos
9.	Domingo Vigil Amaya
10.	Elsa Ercilia Márquez Sánchez
11.	Eugenia Luna Luna
12.	Eustaquio Martínez Vigil
13.	Genaro Sánchez
14.	Gregorio Chicas
15.	Griscela Ramírez
16.	Hilario Sánchez Gómez
17.	Irma Ramos Márquez
18.	José Noé Márquez Sánchez
19.	José René Márquez Sánchez
20.	Juan Antonio Pereira Vigil
21.	Juan Bautista Márquez Argueta
22.	Lucila Ramos
23.	Lucila Romero Martínez
24.	Lucio Ramos
25.	Luis Ramos
26.	María Amanda Martínez ou Martínez Vigil
27.	María del Rosario López Sánchez
28.	María Dorila Márquez de Márquez
29.	María Erlinda Amaya Márquez
30.	María Florinda Sánchez
31.	María Inés Ramírez
32.	María Magdalena Chicas Diaz
33.	María Teófila Pereira Argueta
34.	Matilde del Cid Membreño
35.	Nicolás Diaz Chicas
36.	Pastora Ramírez
37.	Patricio Diaz
38.	Pedro Chicas Romero
39.	Remigio Márquez
40.	Rosa Ramírez Hernández
41.	Rosendo Hernández Amaya
42.	Rufina Amaya Vda. de Márquez
43.	Santos Jacobo Chicas Guevara
44.	Santos Ramírez
45.	Santos Ramos
46.	Sofía Márquez Sánchez
47.	Sotero Guevara Martínez
48.	Valeriano Ramírez

ANEXO "C"

Lista de familiares das vítimas executadas

1.	Alba Ignacia del Cid
2.	Alejandra Márquez de Pereira
3.	Alfredo Márquez
4.	Alicia Fermina Sánchez
5.	Alonzo Márquez Claros
6.	Ana Francisca Pereira Vda. de Pereira
7.	Ana Leonila Pereira Márquez
8.	Arcadia Ramírez Portillo
9.	Benita Claros
10.	Benito Argueta Claros
11.	Benito Márquez Chica
12.	Bruna García de Márquez
13.	Catalina Claros Tovar
14.	Cerapia Chica Chica
15.	Cristóbal Sánchez Mejía
16.	Deisy Nohemí Márquez Rodríguez
17.	Dionicio Diaz Barrera
18.	Domingo Diaz Barrera
19.	Dore Rutilio Argueta Ramos
20.	Eduardo Concepción Argueta Márquez
21.	Efigenia Romero Márquez
22.	Elsa Marina Argueta Argueta
23.	Esteban Saenz Diaz
24.	Eugenia Márquez Márquez
25.	Fidelia Márquez Amaya
26.	Flora Isabel Romero Pereira
27.	Florencia Claros de Argueta
28.	Francisca Chica Chica
29.	Francisca Diaz de Guevara
30.	Francisca Enma Nolasco de Pereira
31.	Gerarda Luna Ramírez
32.	Glenda Yesenia Argueta Orellana
33.	Gonzalo Mejía Sánchez
34.	Hilaria Chicas Guevara
35.	Ignacia Claros Diaz
36.	Ignacio Chica
37.	Inés Diaz Portillo
38.	Isabel Gutiérrez Chica
39.	Ismael Márquez
40.	Jacoba Mejía Sánchez
41.	José Amparo Martínez García
42.	José Antonio Márquez Claros
43.	José Castillo Guevara Claros
44.	José Cruz Vigil del Cid
45.	José Domingo Chica Márquez
46.	José Domingo Márquez Membreño
47.	José Elías Romero Pereira
48.	José Eliseo Claros Romero
49.	José Gervacio Diaz
50.	José Héctor Márquez
51.	José Manuel Claros Márquez
52.	José Mario Diaz Guevara

53. José Moisés Claros Márquez
54. José Orlando Márquez García
55. José Pablo Diaz Portillo
56. José Prudencio Diaz
57. José Rigoberto Claros Diaz
58. José Saturnino Guevara Romero
59. José Socorro Chica
60. Juan Bautista Hernández Argueta
61. Juan de Mata Argueta Argueta
62. Juan Francisco Claros Claros
63. Juana Bautista Guevara de Martínez
64. Juana Inocente Claros
65. Julian Romero
66. Juvencio Márquez Vigil
67. Leocadio Diaz Argueta
68. Magdaleno Martínez Argueta
69. Margarito Claros
70. María Adelinda Claros Pereira
71. María Alejandra Diaz
72. María Ángel Diaz de Barahona
73. María Avigail Amaya de Martínez
74. María Catalina Gutierres de Márquez
75. María Catarina Claros Romero
76. María de Jesús Márquez Claros
77. María de la Cruz Argueta Guevara
78. María de la Paz Chicas de Amaya
79. María del Carmen Márquez Diaz
80. María Elena Vigil
81. María Ester González Márquez Argueta
82. María Ester Márquez Vda. de Diaz
83. María Fabia Claros Orellana
84. María Fausta Gutiérrez de Argueta
85. María Félix Claros
86. María Fernanda Barrera Viúva de Márquez
87. María Gabina Hernández Vda. de Diaz
88. María Hilda Claros de García
89. María Julia Pereira de Argueta
90. María Leonilda Claros de Cruz
91. María Luisa del Cid Vigil
92. María Luisa Guevara Claros
93. María Luz Claros Diaz
94. María Magdalena Chicas Márquez
95. María Otilia Chicas de Ramos
96. María Ramona Márquez de Chicas
97. María Regina Márquez Argueta
98. María Reyes Gutiérrez Vda. de Chicas
99. María Rosalina Claros
100. María Santana Guevara Amaya
101. María Santos Argueta de Tobar
102. María Santos Claros de Diaz
103. María Santos Márquez de Márquez
104. María Segunda Claros Márquez
105. Marta Alicia Mejía Márquez

106. Martina Argueta[11]
107. Martina Claros Márquez
108. Mercedes Chicas
109. Miguel del Cid Márquez
110. Modesta Mabel Benítez Ramos
111. Pedro Martínez
112. Pedro Ramos Hernández
113. Reina Dionila Portillo de Silva
114. Rina Maribel Claros
115. Rosa Celia Argueta Argueta
116. Rosa Mery Ramírez Mejía
117. Santos Alvaro Pereira Márquez
118. Santos Argueta Guevara
119. Santos Vito Mejía
120. Sebastián Vigil Romero
121. Sofía Romero Pereira
122. Teresa Márquez de Argueta
123. Virgilio del Cid
124. Virginia Luna de Argueta

[11] Filha de Pedro Argueta Claros.

ANEXO "D"

Lista das vítimas forçadamente deslocadas

1.	Alejandro Hernández Argueta
2.	Antonia Guevara Diaz
3.	Bernardino ou Bernaldino Guevara Chicas
4.	Bertila Márquez Sánchez
5.	Claudia Ramos
6.	Domingo Vigil Amaya
7.	Elsa Ercilia Márquez Sánchez
8.	Eugenia Luna Luna
9.	Genaro Sánchez
10.	Hilario Sánchez Gómez
11.	José Noé Márquez Sánchez
12.	José René Márquez Sánchez
13.	Juan Antonio Pereira Vigil
14.	Juan Bautista Márquez Argueta
15.	Lucila Ramos
16.	Lucila Romero Martínez
17.	Lucio Ramos
18.	Luis Ramos
19.	María del Rosario López Sánchez
20.	María Erlinda Amaya Márquez
21.	María Florinda Sánchez
22.	María Magdalena Chicas Diaz
23.	María Teófila Pereira Argueta
24.	Matilde del Cid Membreño
25.	Rosendo Hernández Amaya
26.	Rufina Amaya Vda. de Márquez
27.	Santos Jacobo Chicas Guevara
28.	Santos Ramos
29.	Sofía Márquez Sánchez

ANEXO "E"
Lista de pessoas a respeito de quem há indícios sobre sua condição de possível vítima mas não constam em nenhuma lista de supostas vítimas[12]

1.	Abelino Ramírez
2.	Agustina Chicas Mejía
3.	Amadeo Martínez
4.	Ana Ramírez
5.	Anastacio Pereira Vigil
6.	Andrés Mejía
7.	Aurelio Sánchez
8.	Bruna Martínez
9.	Carlos Sánchez
10.	Catalina Argueta
11.	Cirilo Luna
12.	Cruz Diaz
13.	Cruz Peraza
14.	Delio ou Evelio Diaz
15.	Dinora Ramírez
16.	Donatila Mejía
17.	Eraldo Argueta
18.	Flaminio Chicas Mejía
19.	Gabriel Ramírez
20.	Hermula López Sánchez
21.	Higinio del Cid
22.	Ildefonso ou Alfonso Guevara
23.	Jorge Sánchez
24.	José Atilio Romero Pereira
25.	José de los Ángeles Mejía
26.	José Santos Pereira
27.	Josefa Ramírez
28.	Juan Ramírez
29.	Lidia Chicas Mejía
30.	Luciana Márquez
31.	Luis Guevara
32.	Macario Guevara
33.	María Lucinda Márquez Claros
34.	María Márquez Claros
35.	Martina Diaz
36.	Matilde Portillo
37.	Melecio Martínez
38.	Melida López
39.	Nelson Guevara Diaz
40.	Remigio Chicas Mejía
41.	Roberto Argueta
42.	Rosalina López
43.	Santos Ceferina Sánchez Diaz
44.	Santos del Cid
45.	Santos Inocente Pereira

[12] Segundo o parágrafo 57 da Sentença, esta lista contém o nome de pessoas a respeito de quem existem indícios sobre seu possível caráter de supostas vítimas no presente caso, ainda quando não se encontrem nas listas aportadas pelas partes e pela Comissão Interamericana, e que o Estado deve, no marco do "Registro Único de Vítimas e Familiares de Vítimas de Graves Violações aos Direitos Humanos durante o Massacre de El Mozote", determinar a respeito das mesmas se resulta procedente seu caráter de vítimas e de beneficiários do presente caso.

46.	Santos López
47.	Saturnino Hernández
48.	Sebastiana Márquez
49.	Silvina Romero
50.	Tomais Benítez Ramos
51.	Tránsito Luna
52.	Valentín Luna
53.	Visitación Argueta
54.	Wilson Valeriano Guevara